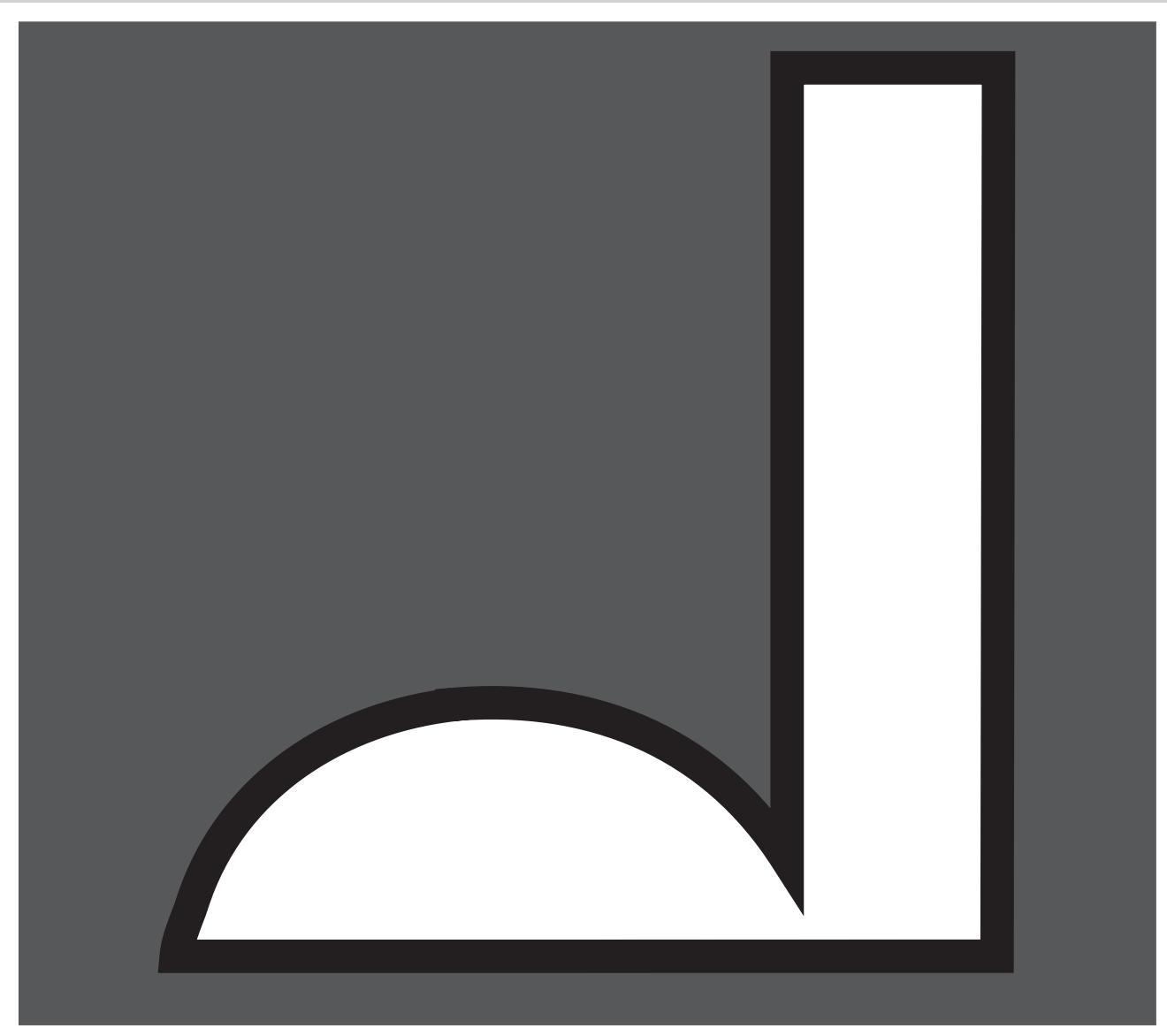




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 169 – UGZTA-FEIRA, 1; DE OUTUBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
'CpkdcrF kpk - (RV-CE)*. ; +
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26) PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – LEIS PROMULGADAS

Lei nº 12.728, de 2012, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00, para os fins que especifica..... 55262

Lei nº 12.729, de 2012, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça; da Educação; da Saúde; dos Transportes; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Agrário; da Defesa; da Integração Nacional; e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00, para os fins que especifica..... 55262

1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 538 e 539, de 2012 55267

1.3 – RESOLUÇÕES

Nºs 45 a 47, de 2012 55267

1.4 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 44 e 45, de 2012 55271

2 – ATA DA 193ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 1.857/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 629, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino. 55272

2.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, que concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior, nos casos que especifica. 55272

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. 55273

2.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 53, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Tomás Correia, que altera o § 2º do art. 61 da Constituição no sentido de modificar os critérios para apresentação de projetos de lei de iniciativa popular. 55275

2.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.204/2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.523, de 2012, proferido nos autos do processo TC 015.570/2011-8, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam..... 55279

2.2.5 – Comunicação

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2012). 55331

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Satisfação pela escolha de S. Exª como Patrono das turmas de Administração de Empresas e de Administração Pública da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. 55331

2.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 890, de 2012, de autoria do Senador José Sarney, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 19 a 26 do corrente. Deferido. 55332

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Comentários sobre os vetos apostos pela Presidente da República, Dilma Rousseff, ao projeto de Código Florestal aprovado pelas Casas do Congresso Nacional..... 55333

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Comemoração pelo transcurso do Dia do Médico e considerações acerca do Sistema Único de Saúde (SUS)..... 55335

SENADOR JOÃO DURVAL – Congratulações aos professores de todo o País, pelo Dia do Professor, transcorrido no dia 15 do corrente, destacan-

do a necessidade da valorização da educação no Brasil.....	55337
2.2.9 – Leitura de requerimento	
Nº 891, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 28 do corrente a 3 de novembro próximo. Deferido.....	55338
2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Médico.	55339
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Comentários sobre os vetos deferidos pela Presidente Dilma Rousseff ao novo Código Florestal Brasileiro.....	55345
2.2.11 – Comunicações	
Da Liderança do PSD no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 575, de 2012 (Ofício nº 69/2012). Designação do Senador Marco Antônio Costa, como titular, para compor a referida Comissão.....	55349
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 584, de 2012 (Ofício nº 1.033/2012). Designação dos Deputados Felipe Bornier e Danrlei de Deus Hinterholz, como titulares, e dos Deputados Fábio Faria e Dr. Paulo César, como suplentes, para comporem a referida Comissão.....	55349
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros em diversas comissões (Ofícios nºs 327, 324, 325, 326 e 328/2012). Designação do Senador Benedito de Lira, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 578, de 2012. Designação dos Senadores Luiz Henrique, Roberto Requião, Benedito de Lira e Eduardo Braga, como titulares, e dos Senadores Clésio Andrade, Pedro Simon e Paulo Davim, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 580, de 2012. Designação dos Senadores Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira e Ana Amélia, como titulares, e dos Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Tomás Correia e Casildo Maldaner, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 581, de 2012. Designação dos Senadores Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Eduardo Braga, como titulares, e dos Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Vital do Rêgo e Ivo Cassol, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 2012. Designação dos Senadores Lobão Filho e Luiz Henrique, como titulares, e dos Senadores Tomás Correia, Eduardo Braga e Ricardo Ferraço, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 584, de 2012.....	55350

2.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o funcionamento da máquina pública, devido ao excesso de politização e de cargos de confiança no Governo Federal.....

55351

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações acerca da necessidade da construção de um novo federalismo no Brasil.....

55354

SENADOR CASILDO MALDANER – Exaltação dos impactos positivos decorrentes da aplicação de inovações tecnológicas nas recentes eleições municipais, em especial nas do Estado de Santa Catarina.....

55357

2.2.13 – Comunicação

Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 581, de 2012 (**Ofício nº 534/2012**). Designação do Deputado Roberto Brito, como titular, para compor a referida Comissão.....

55360

2.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Análise das consequências relacionadas às variações da taxa de juros no País.....

55360

SENADOR TOMÁS CORREIA – Comentários acerca do crescimento do PMDB nas eleições deste ano no Estado de Rondônia; e outros assuntos....

55362

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise do debate acerca da federalização da educação de base no Brasil, registrando a realização de audiência pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o tema.....

55364

2.2.15 – Leitura de requerimento

Nº 892, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de congratulações ao Desembargador José dos Anjos.

55368

2.2.16 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro da realização, em novembro próximo, no Estado de Sergipe, do VI Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça; e outros assuntos.....

55368

SENADORA ANGELA PORTELA – Commemoração pelo crescimento do número de mulheres eleitas em 2012 para os parlamentos municipais do País.....

55371

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Considerações sobre a trajetória histórica do Estado do Piauí, bem como sobre sua realidade presente e perspectivas de desenvolvimento.....

55372

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – PARECERES

Nº 26, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o

Projeto de Lei nº 10, de 2012-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 802.197.850,00 (oitocentos e dois milhões, cento e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..

Nº 27, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.228.086.820,00 (um bilhão, duzentos e vinte e oito milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e vinte reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Nº 28, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 23, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para os fins que especifica.

4 – ATAS

553874.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 574, de 2012

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de setembro de 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2012

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 18.10.2012

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Bancadas dos Partidos

55396

Por ordem alfabética

55397

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

8 – LIDERANÇAS

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

55414

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

55420

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

55426

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

55431

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....

55436

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....

55446

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

55452

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

55460

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....

55467

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

55472

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

55475

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

55477

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....

55478

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

55480

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

55480

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

55481

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

55483

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). .

55485

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

55487

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução 15, de 2012)

55489

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)

55491

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)

55497

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)

55499

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)

55500

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito..

55501

Comissões Mistas Especiais

55507

14 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

55508

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

55509

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011).....

55510

LEI Nº 12.728, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00, para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 572, de 2012, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00 (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 18 de outubro de 2012.

191º da Independência e 124º da República

Senador **José Sarney**, – Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Extraordinário

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2058 Política Nacional de Defesa							381.252.988
		PROJETOS							
05 153	2058 14N1	Apoio a Comunidades Afetadas por Desastres ou Calamidades							381.252.988
05 153	2058 14N1 0101	Apoio a Comunidades Afetadas por Desastres ou Calamidades - Nacional (Crédito Extraordinário)							381.252.988
			F	3	2	90	0	300	71.870.988
			F	4	2	90	0	300	309.382.000
		TOTAL - FISCAL							381.252.988
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							381.252.988

LEI Nº 12.729, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00, para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 573, de 2012, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, com-

binado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00 (seis bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, setecentos e um mil, seiscentos e cinquenta reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 18 de outubro de 2012.

191º da Independência e 124º da República

Senador **José Sarney**, – Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação**UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2030	Educação Básica							1.446.670.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 847	2030 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							1.446.670.000
12 847	2030 0509 0251	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	30	0	300	152.000.000
			F	4	2	40	0	300	1.294.670.000
TOTAL - FISCAL									1.446.670.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.446.670.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça**UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2070	Segurança Pública com Cidadania							22.291.000
		PROJETOS							
06 181	2070 14N7	Aquisição de Motocicletas para Policiamento da Malha Rodoviária Federal							22.291.000
06 181	2070 14N7 0101	Aquisição de Motocicletas para Policiamento da Malha Rodoviária Federal - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	22.291.000
			F	4	2	90	0	300	22.291.000
TOTAL - FISCAL									22.291.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.291.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde**UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)							279.005.000
		ATIVIDADES							
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde							124.815.000
10 301	2015 8581 8141	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário)	S	4	2	90	0	300	124.815.000
10 302	2015 8761	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192							154.190.000
10 302	2015 8761 0101	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - Nacional (Crédito Extraordinário)	S	4	2	90	0	300	154.190.000
			S	4	2	90	0	300	154.190.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									279.005.000
TOTAL - GERAL									279.005.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes**UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)****Crédito Extraordinário****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2073 Transporte Hidroviário							15.000.000
		PROJETOS							
26 784	2073 124E	Obras Hidroviárias Emergenciais							15.000.000
26 784	2073 124E 0101	Obras Hidroviárias Emergenciais - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	15.000.000
		2075 Transporte Rodoviário							17.081.650
		PROJETOS							
26 782	2075 1F40	Obras Rodoviárias Emergenciais							17.081.650
26 782	2075 1F40 0101	Obras Rodoviárias Emergenciais - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	17.081.650
TOTAL - FISCAL									32.081.650
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.081.650

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)****Crédito Extraordinário****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2125 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							1.713.000.000
		PROJETOS							
04 121	2125 14N6	Apoio à Aquisição de Equipamentos							1.713.000.000
04 121	2125 14N6 0101	Apoio à Aquisição de Equipamentos - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	1.713.000.000
TOTAL - FISCAL									1.713.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.713.000.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário**UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)****Crédito Extraordinário****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							1.088.600.000
		PROJETOS							
21 127	2029 12NR	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes							1.088.600.000
21 127	2029 12NR 0101	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	3	90	0	300	1.088.600.000
TOTAL - FISCAL									1.088.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.088.600.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica****ANEXO****Crédito Extraordinário****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2058 Política Nacional de Defesa							93.649.000
		PROJETOS							
05 151	2058 14N3	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Aeronáutica							93.649.000
05 151	2058 14N3 0101	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Aeronáutica - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	93.649.000
		TOTAL - FISCAL							93.649.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							93.649.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**UNIDADE: 52121 - Comando do Exército****ANEXO****Crédito Extraordinário****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2058 Política Nacional de Defesa							1.327.352.000
		PROJETOS							
05 153	2058 14N4	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando do Exército							1.327.352.000
05 153	2058 14N4 0101	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando do Exército - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	1.327.352.000
		TOTAL - FISCAL							1.327.352.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							1.327.352.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa**UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha****ANEXO****Crédito Extraordinário****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		2058 Política Nacional de Defesa							106.553.000
		PROJETOS							
05 152	2058 14N5	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Marinha							106.553.000
05 152	2058 14N5 0101	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Marinha - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	106.553.000
		TOTAL - FISCAL							106.553.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							106.553.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional**UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							13.500,00
		PROJETOS							
18 544	2069 12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria							13.500,00
18 544	2069 12QC 0101	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	13.500,00
TOTAL - FISCAL									13.500,00
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500,00

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito							260.000,00
		PROJETOS							
15 453	2048 7L64	Expansão e Melhoria da Malha Metrorviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS							260.000,00
15 453	2048 7L64 0103	Expansão e Melhoria da Malha Metrorviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário)	F	4	3	90	0	300	260.000,00
TOTAL - FISCAL									260.000,00
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									260.000,00

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades**UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU****ANEXO****PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Extraordinário						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2048	Mobilidade Urbana e Trânsito							461.000,00
		PROJETOS							
15 453	2048 142W	Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros sob Gestão da CBTU							250.000,00
15 453	2048 142W 0101	Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros sob Gestão da CBTU - No Estado do Rio Grande do Norte (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	154.000,00
15 453	2048 142W 0103	Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros sob Gestão da CBTU - No Estado da Paraíba (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	300	96.000,00
15 453	2048 5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG							211.000,00
15 453	2048 5176 0101	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - No Estado de Minas Gerais (Crédito Extraordinário)	F	4	3	90	0	300	211.000,00
TOTAL - FISCAL									461.000,00
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									461.000,00

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 538, DE 2012(*)

Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 11 de abril de 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 11 de abril de 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de outubro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no DSF de 20.03.2012

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 539, DE 2012(*)

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do

art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de outubro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Tratado acima citado está publicado no DSF de 27.04.2012

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2012

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao "Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia (Proinclusão)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado da Bahia;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: margem variável (**variable spread loan**);

VI – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2014;

VII – amortização: em 59 (cinquenta e nove) parcelas semestrais e consecutivas, de valores customizados, pagas em 15 de março e em 15 de setembro de cada ano, estimando-se que a primeira vença em 15 de março de 2013, e a última, em 15 de março de 2042;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros **Líbor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um **spread** a ser definido pelo Bird a cada exercício fiscal;

IX – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos

e ainda não pagos até 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento;

X – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento, a ser paga até 60 (sessenta) dias após a data de efetividade do contrato.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, mediante solicitação formal ao credor, exercer as opções de converter a taxa de juros aplicada ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa, de contratar o estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros e de alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado e a desembolsar, inclusive para a moeda local.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança de uma comissão de transação pelo Bird.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e presilações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de outubro de 2012. – Senador **José Sarney**, – Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2012

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com

garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na **Líbor**;

VI – prazo de desembolso: 4 (quatro) anos, contados a partir da vigência do contrato;

VII – amortização do saldo devedor: parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira em até 4 (quatro) anos após a vigência do contrato, e a última, em até 25 (vinte e cinco) anos após esta data, sendo que os pagamentos semestrais deverão ocorrer em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano;

VIII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros **Líbor** trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na **Líbor** e mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento e exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

X – despesas com inspeção e supervisão geral: por decisão da política atual, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral; conforme revisão periódica de suas políticas, o Banco notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá

ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o atendimento das seguintes exigências:

I – o cumprimento substancial das condições previas ao primeiro desembolso;

II – a formalização do contrato de contragarantia;

III – a adimplência do Estado do Rio de Janeiro junto à União.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinquzentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de outubro de 2012. – Senador **José Sarney**, – Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 2012

Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 15.032.000,00 (quinze milhões e trinta e dois mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profisco-MT)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Mato Grosso autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 15.032.000,00 (quinze milhões e trinta e dois mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profisco-MT)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Mato Grosso;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 15.032.000,00 (quinze milhões e trinta e dois mil dólares norte-americanos);

V – desembolso: em até 4 (quatro) anos, contados a partir da vigência do contrato;

VI – amortização: parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, a serem pagas em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano, vencendo-se a primeira depois de transcorridos até 4,5 anos (quatro anos e meio) da data de assinatura do contrato, e a última, em até 20 (vinte) anos após esta data;

VII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID, e composta pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxas de juros baseada na **Libor**, mais a margem para empréstimos do capital ordinário vigente na data de determinação da taxa de juros para cada trimestre expressa em termos de uma porcentagem anual;

VIII – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – despesas: dependendo da revisão periódica de suas políticas, o BID notificará ao mutuário um valor devido para atender despesas com inspeção e supervisão geral, mas este não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º O mutuário poderá, com o consentimento por escrito do garantidor, e desde que sejam respeitados os termos e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, solicitar ao credor:

I – conversão para uma taxa de juros fixa de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na **Libor**; e

II – uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na **Libor**.

§ 3º Para efeitos de aplicação da taxa fixa de juros aos saldos devedores do empréstimo, cada conversão somente poderá ser realizada em valor mínimo equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante líquido aprovado do financiamento ou US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares norte-americanos), o que for maior, salvo se a conversão for pelo saldo devido remanescente do empréstimo e, nesse caso, com a aprovação do BID, o montante da conversão poderá ser inferior.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Mato Grosso na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que:

I – o Estado de Mato Grosso celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts.

157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;

II – o Ministério da Fazenda verifique e ateste:

a) a situação de adimplência do ente garantido quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal;

b) o cumprimento substancial, pelo Estado de Mato Grosso, das condições prévias ao primeiro desembolso, conforme o contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinquinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de outubro de 2012.

Senador **José Sarney**, – Presidente do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 577**, de 29 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2012, que “Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 18 de outubro de 2012.

Senador **José Sarney**, – Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 578**, de 31 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que “Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 18 de outubro de 2012.

Senador **José Sarney**, – Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 193^a Sessão, Não Deliberativa, em 18 de Outubro de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência do Sr. Casildo Maldaner, da Sr^a Ana Amélia, e dos Srs.
Mozarildo Cavalcanti e Tomás Correia.*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às
17 horas e 37 minutos)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu, antes de conceder pela ordem as inscrições dos Srs. Senadores e a pedido do atento Senador de São Paulo, Partido dos Trabalhadores, Eduardo Suplicy, faço questão de saudar, em nome da Mesa do Senado, os visitantes que são alunos do curso de Direito da unidade de ensino de Lorena, que pertence ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Então, bem-vindos todos e todas aqui a esta sessão do Senado Federal, e sejam bem sucedidos na visita de estudos que fazem a Brasília e às instituições que funcionam no nosso regime democrático, entre as quais o Senado Federal, que, como vocês, bons estudantes de Direito, é a Casa da República. Nós representamos aqui os interesses do Estado, segundo o art. 53 da Constituição Federal brasileira. Por isso, cada Estado aqui tem três Senadores, não importa que seja o Estado de vocês, o rico motor econômico do País, São Paulo, quanto o menor Estado, em termos econômicos ou populacionais, também tem três Senadores; é o equilíbrio igualitário da representação.

Bem-vindos a todos e sejam bem sucedidos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 1.857, de 11 de outubro de 2012**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 629, de 2012, de informações, de autoria do Senador João Vicente Claudino.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2012

Concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes das instituições federais de educação superior, nos casos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei concede anistia a alunos excluídos dos quadros discentes de instituições federais de educação superior, em razão de abandono, jubilamento ou expulsão por atividade política.

Art. 2º Ficam as instituições federais de ensino obrigadas a matricular como alunos regulares os interessados referidos no art. 1º que preencham os seguintes requisitos, cumulativamente:

I – tenham ingressado em instituição federal de educação superior por meio de exame seletivo regular, em qualquer época;

II – manifestem interesse em retomar os estudos junto a instituição federal de ensino, no prazo de três anos a contar da publicação desta Lei;

III – não tenham concluído, até o final do prazo previsto no inciso II, curso de nível equivalente àquele de que foram excluídos.

Art. 3º Nos três anos que se seguirem à publicação desta Lei, as instituições federais de ensino reservarão vagas de novos ingressos para fins de cumprimento do disposto no art. 2º, nos termos de regulamento.

§ 1º Fica admitido o remanejamento para instituição ou curso diverso daquele em que o estudante tenha sido originalmente aprovado, desde que haja disponibilidade de vagas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas sociedades contemporâneas, a universidade tem-se firmado como espaço, por excelência, da difusão, do questionamento, da renovação e produção do conhecimento, em todos os campos. A condição peculiar de centro de discussão torna a pluralidade de ideias e concepções de mundo uma de suas marcas. Não é à toa que o seu nome se relaciona à universalidade.

Ocorre, no entanto, que nem sempre ela reflete valores dominantes na sociedade. Talvez por isso mesmo, e graças à autonomia, a universidade seja vista como transgressora e inovadora. Somente com atuação independente, é que a universidade avança e busca o novo. Ademais, nada impede que ela paute suas ações por princípios como os da ética, da responsabilidade social e defesa da democracia.

Não constitui nenhuma novidade, assim, no campo político, a sua insurgência contra movimentos reacionários, autoritários no seio do Estado. Não foram poucas as vezes em que deu causa a movimentos de resistência. Eventualmente, esse tipo de comportamento acarretou violação ao direito de autoconduzir-se, ficando sujeita à ingerência de forças estranhas.

Nesses momentos atípicos, dirigentes, servidores, docentes e estudantes foram excluídos de seus quadros e, não raro, perseguidos em suas vidas pessoais. Entre os que mantinham vínculo de trabalho, é certo que muitos retornaram. Todavia, não se tem notícia de oportunidade similar para a maioria dos estudantes, cujos traumas inviabilizaram a recomposição de suas vidas e interesses.

Esse é o cerne do presente projeto, por meio do qual se concede anistia a tais estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de reconciliação com a universidade e de reviver o sonho de concluir estudos superiores. Para tanto, a proposição obriga as universidades e instituições federais de ensino, durante três anos, a abrir oportunidade de reingresso para essa clientela.

No momento em que nossa sociedade vive a realidade estabelecida pelo sistema de cotas nas universidades, oferecendo um resgate de toda uma comunidade excluída, por diversos fatores, da oportunidade de realizar sua formação superior, enxergamos a oportunidade de também resgatar àqueles que foram jubilados, expulsos ou abandonaram as instituições por motivação política, a conclusão de sua formação.

O intuito deste projeto nada mais é do que promover o reencontro da universidade com esses alunos, expurgados dos quadros das instituições por motivos os mais diversos, mas sempre injustos. Como a medida tem âmbito limitado, esperamos que seja seguida de propostas semelhantes no âmbito dos Parlamentos estaduais, de modo a que possa surtir a repercussão e o alcance social almejado, estendendo-se a todas as instituições públicas de educação superior.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos senhores Senadores e das senhoras Senadoras para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador Inácio Arruda

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte,
em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N°379, DE 2012

Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39.....

.....
§ 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção e as tentativas de reinserção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.

.....
.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

A família é a base da sociedade e goza de proteção especial do Estado, conforme disposto no art. 226 da Constituição Federal. A partir da família, estruturam-se o indivíduo e a ordem social.

As famílias podem ser constituídas por laços biológicos, legais ou afetivos. Dessa forma, o casamento, a união estável, o nascimento e a adoção são fatos que dão origem à família.

Há laços jurídicos ou afetivos relevantes que podem resultar no estabelecimento de relações muito similares às de família, tais como a tutela, a curatela, o apadrinhamento e outros vínculos sociais relevantes. Todavia, a relação jurídica entre pais e filhos tem origem exclusivamente na filiação biológica ou na adoção. Até mesmo a relação entre padrastos e madrastas e seus enteados, resultante de casamento, é de ordem diversa, ensejando a aplicação de regras próprias.

Ainda que tenhamos no Brasil o legado cultural do apadrinhamento e da criação de crianças e adolescentes agregados às famílias, somente a adoção garante a plena observância dos direitos e dos deveres pertinentes às relações entre pais e filhos. Nesse sentido, o § 6º do art. 227 da Constituição Federal estabelece plena igualdade de direitos e qualificações entre os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou adotivos, o que evidencia a importância desse instituto.

Quando o adotando tem pais e parentes, a adoção por uma nova família extingue todos esses víncu-

los familiares antecedentes, com exceção dos impedimentos matrimoniais. Nesse caso, a introdução do adotando numa nova família representa o fim de seus laços com a família original.

É evidente, portanto, que a adoção deve ser revestida da mais profunda seriedade. Por essa razão, participam dos procedimentos de adoção o Poder Judiciário, o Ministério Público, Conselhos Tutelares, assistentes sociais, psicólogos e, evidentemente, as famílias envolvidas, além do próprio adotando. Além de procurar favorecer a inserção do adotando numa família saudável e acolhedora, o rigor dos procedimentos de adoção tem a finalidade de colocar crianças e adolescentes a salvo das redes de tráfico humano associadas a crimes bárbaros, tais como a escravidão sexual ou laboral, ou mesmo o tráfico de órgãos. Por outro lado, esse rigor pode retardar e encarecer o êxito da adoção, de modo que vivemos numa constante tensão entre segurança e celeridade, não sendo raras as críticas de pessoas em boa-fé no sentido de que a formalidade, aparentemente excessiva, prejudica os próprios adotados.

Contudo, uma vez que a adoção por uma nova família implica a extinção dos laços familiares antecedentes, não podemos nos furtar, em sã consciência, ao esgotamento das tentativas de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Por essa razão, a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, inseriu dispositivo com esse teor no art. 39 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo art. 45 já prevê a necessidade de consentimento dos pais ou dos representantes legais do adotando para que a adoção ocorra. Todavia, identificamos uma lacuna não sanada por essa norma, que consiste na omissão relativa às tentativas de reinserção da criança ou adolescente na sua família original, dado que a manutenção não abrange, a rigor, casos nos quais o adotando já esteja em família substituta, sob guarda ou tutela, ou tenha sido abandonado. Trata-se de alteração simples, porém substantiva, que não prejudica os potenciais adotados, ao passo que oferece uma oportunidade de preservação dos laços familiares originais, cuja importância não pode ser subestimada.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos ilustres Pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título II Dos Direitos Fundamentais

Capítulo III Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Seção III Da Família Substituta

Subseção IV Da Adoção

Art. 39. A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto nesta Lei.

§ 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009. Vigência).

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2012

(De autoria do Senador Tomás Correia e outros)

Altera o §2º do art. 61 da Constituição no sentido de modificar os critérios para apresentação de projetos de lei de iniciativa popular

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O §2º do art. 61 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

.....

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado onde se deu a iniciativa do projeto.” (NR)

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos institutos constitucionais que contribuem para que a democracia brasileira conte com elementos da democracia direta, ao lado do regime representativo que a caracteriza, é a iniciativa popular de leis. O plebiscito e o referendo constituem igualmente instituições jurídicas dessa natureza, e assim participam da conformação da nossa democracia participativa.

Entretanto, tal como ocorrem com as demais proposições que tem origem fora do Parlamento, os projetos de lei de iniciativa popular são

apresentados perante a Câmara dos Deputados, mas contam com bastante dificuldade no preenchimento para a sua apresentação.

Em razão disso propomos igualmente que um por cento do eleitorado de uma unidade federativa possa propor ao exame do Congresso Nacional matéria legislativa que também diga respeito, precisamente, a um tema que concerne aos interesses federativos, além de buscar maior flexibilização no seu encaminhamento.

Recentemente, também no sentido de flexibilizar a apresentação de projeto de iniciativa popular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, aprovou o Projeto de Lei nº 129, de 2010, da ex senadora Serys Shessarenko, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica nesses projetos.

Esse é o objetivo da Proposta de Emenda à Constituição que ora apresentamos e para a qual solicitamos a atenção e o apoio dos eminentes Pares.

Sala das Sessões,

Senador TÔMAS CORREIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2012
(De autoria do senador Tomás Correia e outros)

Altera o §2º do art. 61 da Constituição no sentido de modificar os critérios para apresentação de projetos de lei de iniciativa popular

01 Assinatura: _____ Nome: TOMAS CORREIA

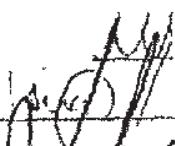
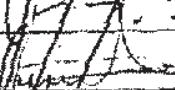
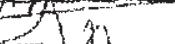
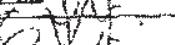
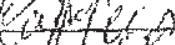
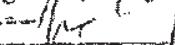
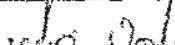
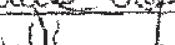
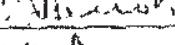
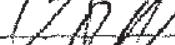
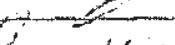
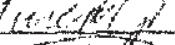
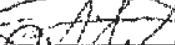
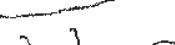
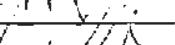
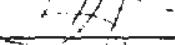
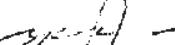
02 Assinatura: _____ Nome: Aurélio Alencar

03 Assinatura: _____ Nome: Cícero Andrade

04 Assinatura: _____ Nome: Eduardo M. S. Viana

05 Assinatura: _____ Nome: José Arruda

06 Assinatura: _____ Nome: Marcelo Vasconcelos

- 07 Assinatura:  Nome: ANA RITA
08 Assinatura:  Nome: Aracy Campomello
09 Assinatura:  Nome: ARTUR
10 Assinatura:  Nome: Eduardo Lopes
11 Assinatura:  Nome: Edvaldo Góes
12 Assinatura:  Nome: Mário Miller
13 Assinatura:  Nome: Juarez Júnior
14 Assinatura:  Nome: José Serra
15 Assinatura:  Nome: André Dantas
16 Assinatura:  Nome: Alcides Nunes Ferreira
17 Assinatura:  Nome: Ciro Gomes
18 Assinatura:  Nome:
19 Assinatura:  Nome: Sérgio Souza
20 Assinatura:  Nome: Wellington Dias
21 Assinatura:  Nome: Renato Sales
22 Assinatura:  Nome: Sérgio Souza
23 Assinatura:  Nome: Cristovam Buarque
24 Assinatura:  Nome: Gleisi Hoffmann
25 Assinatura:  Nome: Nelson Jobim
26 Assinatura:  Nome: Marinho Autuano
27 Assinatura:  Nome: Nelson Jobim
28 Assinatura:  Nome: Cláudia Brito
29 Assinatura:  Nome: Waldir Maranhão
30 Assinatura:  Nome: Rosemberg
31 Assinatura:  Nome: Soárez
32 Assinatura:  Nome: Renan

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do

Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 1.204-GP-TCU, de 2012**, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.523/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.570/2011-8, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1204 -GP/TCU

Brasília, 16 de outubro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2523/2012 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), prolatado por este Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 19/9/2012, ao apreciar o processo nº TC-015.570/2011-8, que trata de relatório consolidado de auditorias operacionais para avaliar o uso e as práticas administrativas sustentadoras dos sistemas integrados de gestão de empresas estatais.

Respeitosamente,


BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ACÓRDÃO Nº 2523/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 015.570/2011-8.
2. Grupo I – Classe V – Relatório de Auditoria.
3. Intercessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras), Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Petrobras Distribuidora S/A.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório consolidado de auditorias operacionais para avaliar o uso e as práticas administrativas sustentadoras dos sistemas integrados de gestão da Eletronorte, Eletrobras, Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Petrobras Distribuidora S/A;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que exija dos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com sistemas integrados de gestão já implantados ou com implantação planejada:

9.1.1. política de segurança da informação formalmente aprovada, em obediência à Instrução Normativa nº 1/2008, art 5º, inciso VII, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observando as diretrizes da Norma Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSIPR, as práticas dos itens 5.1.1 e 5.1.2 da NBR ISO/IEC 27002:2005, e à semelhança das orientações do objetivo de controle DS5.2 do Cobit 4.1;

9.1.2. política de controle de acesso formalmente aprovada, em obediência à Norma Complementar nº 7, item 2.6, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observando as diretrizes e recomendações dessa norma e do item 11.1.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.2. recomendar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. fomente a troca de informações e experiências entre as empresas fiscalizadas neste trabalho e outras que utilizem sistemas integrados de gestão, com o intuito de construir e divulgar parâmetros e indicadores objetivos para mensuração dos serviços de parametrização e customização de novas funcionalidades nesses sistemas;

9.2.2. oriente os órgãos e entidades sob sua jurisdição, com contratos vigentes de sistemas integrados de gestão, para que verifiquem a legalidade desses instrumentos no que diz respeito:

9.2.2.1. ao modelo de remuneração da contratada vinculado a resultados;

9.2.2.2. aos critérios objetivos de aceitabilidade dos produtos;

9.2.2.3. ao uso de instrumentos para rastrear os serviços executados;

9.2.2.4. ao uso de instrumentos de controle periódico da validade, quantidade e tipo de licenças contratadas e efetivamente utilizadas;

9.2.2.5. à vinculação dos serviços de manutenção e suporte de licenças do sistema integrado de gestão a resultados objetivos e mensuráveis;

9.2.3. oriente os órgãos e entidades sob sua jurisdição, com sistemas integrados de gestão já implantados ou com implantação planejada, para que elaborem, aprovem formalmente e implementem:

9.2.3.1. processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação (TI) que torne explícita a vinculação entre os objetivos a serem atendidos com o uso do sistema integrado de gestão e os objetivos de negócio do plano estratégico institucional, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio e PO1.6 – Gerenciamento do Portfólio de TI;

9.2.3.2. regulamentos corporativos formais que orientem e normatizem a atuação das empresas e contratados para a prestação de serviços de TI, incluindo desenvolvimento, manutenção e suporte dos sistemas integrados de gestão;

9.2.3.3. processo de gestão de riscos de TI que considere os riscos associados à gestão e ao uso do sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO4.8 – Responsabilidade por Riscos, Segurança e Conformidade, PO9.1 – Alinhamento da gestão de riscos de TI e de Negócios e PO9.6 – Manutenção e Monitoramento do Plano de Ação de Risco;

9.2.3.4. processo de avaliação de custo-benefício para a contratação de novos serviços e produtos relacionados ao sistema integrado de gestão, com indicadores de avaliação dos investimentos alinhados ao cumprimento dos objetivos estratégicos, e monitoramento periódico desses indicadores;

9.2.3.5. plano de capacitação de TI de modo que os treinamentos previstos no plano sejam executados de maneira efetiva e tempestiva, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS7.1 – Identificação das Necessidades de Ensino e Treinamento e DS7.2 – Entrega de Treinamento e Ensino;

9.2.3.6. processo de construção de novas funcionalidades no sistema integrado de gestão que contemple atividades de gestão dos requisitos da aplicação, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI1.1 – Definição e Manutenção de Requisitos Técnicos e Funcionais de Negócio, AI1.2 – Relatório de Análise de Risco e AI1.4 – Decisão e Aprovação de Requisitos e Estudo de Viabilidade;

9.2.3.7. processo de gestão de mudanças com controles específicos para situações de risco associadas a mudanças no sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do item 12.5.1 da Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005 e Cobit 4.1, AI6.1 – Padrões e Procedimentos de Mudança, AI6.2 – Avaliação de Impacto, Priorização e Autorização e AI6.3 – Mudanças de Emergência, AI6.4 – Acompanhamento de Status e Relatórios de Mudanças e AI6.5 – Finalização da Mudança e Documentação;

9.2.3.8. processo de testes das funcionalidades implementadas no sistema integrado de gestão que contemple verificação e validação dos softwares entregues, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI7.2 – Plano de Teste, AI7.4 – Ambiente de Testes, AI7.6 – Teste de Mudanças, AI7.7 – Teste de Aceitação Final;

9.2.3.9. processo de gestão dos manuais de uso do sistema integrado de gestão, de modo que sejam atualizados tempestivamente após a ocorrência de mudanças nas funcionalidades do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI4.2 – Transferência de Conhecimento ao Gerenciamento do Negócio, AI4.3 – Transferência de Conhecimento aos Usuários Finais e AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte;

9.2.3.10. processo de auditoria interna com subsídios normativos, tecnológicos e pessoais necessários para fiscalização de controles internos e de aplicação associados ao sistema integrado de gestão, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;

9.2.3.11. perfis de acesso específicos para auditores internos e externos para fiscalização de controles de aplicação do sistema integrado de gestão e uso de informações nele armazenadas, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;

9.2.3.12. plano de continuidade de TI, observando as práticas dos itens 8.7.2 da NBR ISO 15.999, 14.1.3 da NBR ISO 27.002:2005 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS4.2 – Planos de Continuidade de TI;

9.2.3.13. mecanismos de proteção das áreas com informações e instalações associadas ao sistema integrado de gestão, nos moldes do que estabelecem os itens 9.1 e 9.2 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;

9.2.3.14. controles de segurança relacionados ao acesso do sistema integrado de gestão, considerando as práticas dos itens 11.2 e 11.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;

9.2.3.15. mecanismos de controle sobre atividades conflitantes relacionadas ao sistema integrado de gestão, em especial, mapa que discrimine atividades e perfis de usuários conflitantes, procedimentos que garantam a efetiva aplicação das restrições do mapa, e revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários, considerando as recomendações do item 10.1.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;

9.2.3.16. integração dos dados dos sistemas legados internos e o sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do processo PO2 – Definir a Arquitetura da Informação, objetivos de controle PO2.1 – Modelo de Arquitetura da Informação da Organização e PO2.4 – Gerenciamento de Integridade, e no requisito de negócio de TI do processo PO3 – Determinar o direcionamento tecnológico – do Cobit 4.1;

9.2.3.17. processo de avaliação periódica do grau de satisfação dos usuários com o sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo ME1 – Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI, objetivo de controle ME1.1 – Abordagem de Monitoramento;

9.2.3.18. avaliação de funcionalidades e módulos necessários na automatização dos processos de negócio, bem como da disponibilidade dos controles a eles associados no núcleo operacional do sistema integrado de gestão;

9.2.3.19. avaliação dos riscos associados às customizações no sistema integrado de gestão, caso essa alternativa seja escolhida, inclusive aqueles com impactos financeiros decorrentes do esforço adicional de migração das customizações quando da ocorrência de mudanças de versão do sistema;

9.3. recomendar à Controladoria-Geral da União que avalie a conveniência e a oportunidade de utilizar, na avaliação de controles gerais de tecnologia da informação que dão suporte à operação de sistemas integrados de gestão, o método e os critérios definidos pelo TCU nesta fiscalização;

9.4. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Congresso Nacional e ao TCU a adoção de medidas análogas às dispostas nos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão, tendo em vista o possível interesse de órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na aquisição e uso de sistemas integrados de gestão;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU que:

9.5.1. encaminhe cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam:

9.5.1.1. aos entes a que foram dirigidas as determinações e recomendações desta deliberação;

9.5.1.2. à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados;

9.5.1.3. à Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Informática da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados;

9.5.1.4. à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal;

9.5.1.5. à Subcomissão Permanente de Serviços de Informática da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal;

9.5.1.6. aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para que adotem as medidas que entenderem pertinentes;

9.5.2. acompanhe a implementação das determinações e recomendações constantes dos subitens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 acima, e informe ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta dias) acerca da implementação das medidas.

10. Ata nº 37/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 19/9/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2523-37/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral, em exercício

VOTO

Registro, preliminarmente, que atuo neste feito com fundamento no art. 27-A da Resolução TCU 175/2005, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Trata-se de relatório consolidado de auditorias de natureza operacional associadas ao Tema de Maior Significância nº 7 de 2011 (TMS 7 - Sistemas Informatizados de Gestão das Empresas Estatais), cujo objetivo foi avaliar o uso e as práticas administrativas sustentadoras de sistemas integrados de gestão de empresas estatais.

Os sistemas integrados de gestão abrangem funcionalidades e processos de negócio empresariais e caracterizam-se pela integração de processos com rigoroso tratamento de segurança, manutenção e evolução de sistemas.

Foram realizadas sete fiscalizações: um levantamento de auditoria, cinco auditorias operacionais, realizadas nas Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), na Petrobras Distribuidora S/A (BR Distribuidora), nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras), na Casa da Moeda do Brasil e na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e uma fiscalização consolidadora.

As fiscalizações bascaram-se em experiências internacionais de fiscalização de ambientes integrados de gestão e em manuais de boas práticas, como o Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit) e a Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27.002:2005.

Por meio de entrevistas, pesquisa de satisfação, teste substantivo de controles, observação direta, análise documental e análise de dados, foram avaliados aspectos de gestão e planejamento, processos e métodos de tecnologia da informação (TI), aspectos legais em contratos com fornecedores de serviços, controles de segurança da informação, bem como a atuação da auditoria interna, a satisfação dos usuários e a implementação do processo de negócio de aquisições públicas no sistema integrado de gestão.

Gestão e planejamento, implementação do processo de negócio de aquisições públicas, processos e métodos de tecnologia da informação e controles de segurança da informação foram os aspectos avaliados com maior quantidade de achados nas fiscalizações.

Em todas as empresas auditadas foram constatadas falhas no processo de gestão de riscos de TI e na avaliação de custo-benefício do sistema integrado de gestão, aspectos relacionados a gestão e planejamento. Foram também identificadas falhas nos manuais de uso dos sistemas integrados de gestão, e em processos e métodos de tecnologia da informação para sustentação dos sistemas integrados de gestão, tais como gerenciamento de requisitos, mudanças, configuração e testes.

Os achados relacionados a aspectos legais em contratos com fornecedores de serviços, tais como definição de métricas objetivas e critérios de aceitabilidade, regularização de licenças em uso, remuneração vinculada a resultados, atendimento de níveis de serviço, liquidação de despesas com comprovação da realização dos serviços, acompanhamento do desenvolvimento de novas funcionalidades, entre outros, foram objeto de determinações nos respectivos acordãos das fiscalizações.

Quanto aos controles de segurança da informação, constataram-se falhas ou inexistência de políticas de segurança da informação e de controle de acesso em todas as empresas públicas auditadas. Em todas as fiscalizações foram evidenciadas falhas nos controles de acesso ao sistema integrado de gestão e no controle sobre atividades conflitantes. Em quatro das cinco empresas, não havia plano de continuidade de TI.

Foram identificadas boas práticas relacionadas aos planos estratégicos de TI, aos comitês de TI, à estruturação dos planos de capacitação de TI e à atuação da auditoria interna na avaliação de controles de TI e no uso de informações dos sistemas integrados de gestão para planejamento e execução de auditorias. Apesar disso, em algumas empresas, há falhas na fiscalização do sistema integrado de gestão pela equipe de auditoria interna.

Na pesquisa de satisfação com 9.011 respondentes, 59% afirmaram que o sistema integrado de gestão contribui para melhorar a produtividade dos usuários, 59% estão satisfeitos com o sistema, ao passo que apenas 8% estão insatisfeitos. Parcial relevante dos respondentes (25%) reclamou de dificuldades no uso do sistema. A necessidade de recadastramento de informações por falta de integração entre os dados dos sistemas legados internos e o sistema integrado de gestão foi uma das falhas apontadas pelos respondentes da pesquisa.

Em relação à implementação do processo de negócio de aquisições públicas no sistema integrado de gestão, ficou evidenciado que, em todas as organizações auditadas, as informações relevantes produzidas por esse processo não estão contempladas pelos sistemas integrados de gestão. Documentos relevantes da fase de planejamento da contratação, como estudos técnicos preliminares e projeto básico, não constam dos sistemas integrados de gestão avaliados.

Como as determinações e recomendações referentes a cada fiscalização já constaram de deliberações anteriores, cabe determinar aos órgãos governantes superiores que exijam dos órgãos e entidades sob sua jurisdição o cumprimento de normativos referentes às políticas de segurança da informação e de controle de acesso. A partir das oportunidades de melhoria identificadas nas fiscalizações, cabe também recomendar aos órgãos governantes superiores que fomentem a troca de informações e experiências sobre sistemas integrados de gestão e orientem seus jurisdicionados a observarem a legalidade dos instrumentos contratuais e as boas práticas.

Ante o exposto, concordo com as determinações e recomendações propostas pela unidade técnica e voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 19 de setembro de 2012.

MARCOS BEMQUERE COSTA
Relator



**GRUPO I – CLASSE V – Plenário
TC 015.570/2011-8.**

Natureza: Relatório de Auditoria.

Entidades: Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras), Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Petrobras Distribuidora S/A.

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: RELATÓRIO CONSOLIDADO DE AUDITORIAS OPERACIONAIS. TEMA DE MAIOR SIGNIFICÂNCIA N° 7 DE 2011 SOBRE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS. OPORTUNIDADES DE MELHORIA. RECOMENDAÇÕES.

RELATÓRIO

Adoto, como relatório, a instrução da unidade técnica (doc. 19), com manifestação de acordo do Diretor e do Secretário (docs. 20 e 21), nos seguintes termos:

11. O objetivo geral da fiscalização de orientação centralizada (FOC) foi avaliar o tratamento dado aos riscos e às práticas de governança adotadas pelas empresas estatais na gestão e uso de sistemas integrados de gestão (ERP - Enterprise Resource Planning).

12. Constituem-se objetivos específicos da fiscalização:

a) elaboração de metodologia para fiscalização dos sistemas integrados de gestão do tipo ERP, envolvendo aspectos de avaliação de controles gerais, controles de aplicação, atuação da auditoria interna e aspectos legais;

b) elaboração de matrizes de planejamento e de achados para referência em futuras fiscalizações dessa natureza;

c) elaboração de questionário eletrônico para levantamento de informações sobre a utilização dos sistemas integrados de gestão das empresas estatais auditadas;

d) avaliação da utilização e das práticas de gestão de suporte ao sistema ERP em cinco empresas públicas jurisdicionadas.

I.4.2 Escopo

13. Foram avaliados quatro aspectos do ambiente de gestão e utilização dos sistemas ERP:

a) controles gerais de TI;

b) contratos de sustentação dos sistemas integrados de gestão, para avaliar legalidade;

c) atuação da auditoria interna na fiscalização desses sistemas;

d) controles de aplicação do sistema ERP.

[...]

15. O planejamento do trabalho levou em consideração a falta de experiência do TCU em auditorias desse tipo, as diretrizes obtidas das ações de benchmarking descritas no levantamento (TC 028.400/2010-0) que subsidiou o planejamento do Tema de Maior Significância (TMS) 7 –

Sistemas Informatizados de Gestão das Empresas Estatais e a indisponibilidade de ferramentas específicas de avaliação de controles de aplicação em sistemas ERP.

16. Os controles gerais de tecnologia da informação (TI) foram objeto de avaliação aprofundada, em especial no que diz respeito à sustentação e operação dos sistemas ERP. Cabe mencionar que as empresas públicas selecionadas possuem indicadores de Governança de TI (iGovTI – índice calculado pelo TCU) em níveis intermediários e aprimorados. Isso indica que, segundo declararam as empresas, seus processos de governança e de gestão possuem bom nível de implementação e contém controles que justificam o nível de governança de TI calculado pelo TCU. Dado o escopo deste TMS, não foram verificados diretamente os controles declarados pelas empresas no seu índice de governança de TI.

17. Foram avaliados também aspectos legais dos contratos vigentes de licenças de uso, de suporte, de desenvolvimento e manutenção evolutiva (customização) dos sistemas ERP em produção nas empresas auditadas. Para a avaliação da legalidade dos instrumentos contratuais vigentes e da regularidade da sua gestão, foram utilizados como critérios os normativos aplicáveis e a jurisprudência do TCU.

18. A atuação da auditoria interna na avaliação e validação de controles gerais de TI e controles de aplicação de maior risco associados ao sistema ERP também foram avaliados.

19. Alguns controles de aplicação específicos dos sistemas ERP também foram verificados pela equipe de auditoria. No levantamento que subsidiou o planejamento deste trabalho (TC 028.400/2010-0), foram identificadas ferramentas que automatizam testes nos controles de aplicação para os sistemas ERP, especificamente da marca SAP. No entanto, optou-se por não adquirir ferramentas para as auditorias por restrições e ineditismo deste trabalho.

20. Dada a ausência de ferramenta automatizada de avaliação e a diversidade de versões dos sistemas ERP auditados (SAP, Totvs e Oracle), a coordenação do TMS optou por verificar os controles de aplicação dos sistemas ERP em processo conhecido pela equipe: o de aquisições públicas.

[...]

23. Por meio de questões e procedimentos de auditoria específicos, foram avaliadas as seguintes classes de objetos:

- a) controles dos processos de TI para planejamento e sustentação do sistema ERP, incluindo aspectos de segurança da informação;
- b) controles de aplicação implantados no sistema ERP;
- c) controles dos processos de auditoria interna sobre o ERP; e
- d) produtos e artefatos resultantes da execução desses processos.

24. Os critérios de auditoria utilizados no trabalho estão positivados na legislação brasileira e nos modelos de boas práticas nacionais e internacionais, como o Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit) 4.1 e as Normas NBR ISO/IEC 27.002:2005 e NBR ISO/IEC 15.999-1, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.5 Estratégia metodológica

25. Este trabalho seguiu as diretrizes propostas nas normas de auditoria do TCU, bem como o que dispõe o manual de auditoria operacional do TCU.

1.5.1 Diretrizes do planejamento

26. Foram observadas as seguintes diretrizes no planejamento da FOC:

- a) o resultado dos trabalhos deveria apresentar visão sistêmica dos riscos relacionados ao uso e à administração dos sistemas integrados de gestão do tipo ERP;

- b) as questões de auditoria deveriam buscar equilíbrio entre os tipos de benefício (melhorias na gestão e economia de recursos);
- c) incorporação de metodologia de avaliação de sistemas ERP nos processos de trabalho da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefiti);
- d) o TMS como um todo deveria balancear abrangência e profundidade das questões de auditoria, por meio de abordagem iterativa e incremental;
- e) a Sefiti forneceria suporte metodológico a todos os participantes.

1.5.2 Estratégia de condução

27. O trabalho foi dividido em quatro fases, a saber:

- a) 1^a fase – Planejamento TMS;
- b) 2^a fase – Auditoria piloto;
- c) 3^a fase – Auditorias dos sistemas integrados de gestão;
- d) 4^a fase – Consolidação.

1^a fase – Planejamento TMS

28. Realizado por meio de levantamento de auditoria (TC 028.400/2010-0), teve por objetivo coletar informações para subsidiar a elaboração da estratégia de execução do TMS.

29. Para atingir esse objetivo, foram realizadas três grandes atividades: questionário sobre sistemas informatizados de gestão do tipo ERP nas empresas estatais, para entender o contexto sobre qual se inseria a utilização desse sistema; benchmarking com instituições nacionais e internacionais que realizam avaliações de sistemas desse tipo; e reuniões com empresas estatais que utilizam sistemas ERP e representantes do mercado fornecedor dessas soluções.

30. Analisadas as respostas do questionário, e com base nos estudos realizados nessa fase, a coordenação do TMS estabeleceu duas premissas para a seleção das cinco unidades jurisdicionadas a serem fiscalizadas:

a) a empresa auditada deveria possuir sistemas ERP implantados e em produção para possibilitar a avaliação da gestão e do uso desses sistemas, bem como avaliar os riscos associados à solução. Essa opção surgiu da constatação de que a maior parte das empresas públicas usuárias de sistemas ERP os tem implantados e em funcionamento há algum tempo, inovando em relação à maior parte das fiscalizações realizadas por Entidades Fiscalizadoras Superiores em sistemas ERP, que se limitam a avaliar a sua fase de implantação, como exemplifica o trabalho publicado na revista Intoit, issue 29, publicado pela International Organisation of Supreme Audit Institutions (Intosai) em abril de 2009 (Peça 17).

b) a empresa deveria possuir sistemas ERP das empresas fornecedoras que representam a maior parte do mercado de empresas públicas. Como resultado do levantamento realizado com as estatais (TC 028.400/2010-0), constatou-se que três fornecedores representam mais de 75% do mercado público de comercialização de sistemas ERP. Assim, optou-se por escolher as empresas a serem auditadas de forma que a fiscalização contemplasse pelo menos uma implementação ERP de cada um dos três fornecedores mais representativos no mercado, quais sejam, SAP, Oracle e Totvs.

31. Dadas as premissas acima, o critério de escolha das unidades a seres auditadas baseou-se primordialmente em quatro parâmetros:

- a) materialidade do orçamento de TI para o ano de 2011;

- b) montante gasto nos projetos de implantação e de consultoria do sistema ERP, declarados em pesquisa;
- c) demais respostas do questionário de sistemas de gestão das estatais;
- d) avaliação dos auditores da Sefiti sobre os aspectos relevantes a serem considerados em cada uma das unidades jurisdicionadas.

2^a fase – Auditoria piloto

32. Nessa fase foi realizada auditoria com o objetivo de validar e testar as matrizes de planejamento e de achados elaboradas na fase de planejamento. A sua validação em uma situação prática foi fator mitigador de riscos para as demais auditorias previstas.

33. As matrizes validadas foram documentadas e apresentadas posteriormente no workshop de capacitação do TMS, cujo objetivo foi transferir o conhecimento sobre as questões e os procedimentos de auditoria a todos os auditores que participariam dos trabalhos de fiscalização (1^a e 9^a Secretarias de Controle Externo (Secex) e Sefiti).

34. A auditoria piloto para teste dos papéis de trabalho elaborados na fase de planejamento foi realizada nas Centrais Elétricas do Norte S.A – Eletronorte (TC 015.571/2011-4), escolhida segundo os critérios estabelecidos na 1^a Fase. O trabalho foi realizado sob a coordenação do supervisor deste TMS e com a equipe composta por um auditor da 1^a Secex e pelos coordenadores das auditorias previstas para a 3^a Fase (auditores especialistas em TI, lotados na Sefiti).

3^a fase – Avaliação dos sistemas integrados de gestão

35. Nessa fase, foram avaliados os controles, os riscos no uso e os aspectos de governança dos sistemas integrados de gestão do tipo ERP em quatro empresas estatais selecionadas, segundo os critérios definidos no planejamento: Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras (TC 015.573/2011-7), Petrobras Distribuidora S.A (TC 015.572/2011-0), Casa da Moeda do Brasil (TC 015.574/2011-3) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (TC 015.575/2011-0). Somadas à auditoria piloto, as cinco unidades jurisdicionadas fiscalizadas correspondem a aproximadamente 18% da quantidade de empresas estatais brasileiras que possuem sistema do tipo ERP implantado e em funcionamento.

36. Nessas auditorias, foram executados os procedimentos constantes das matrizes construídas e revisadas na auditoria piloto. As equipes eram compostas por três integrantes, sendo dois auditores da Sefiti e um auditor da Secex típica à qual a unidade jurisdicionada selecionada estava vinculada. O objetivo da participação do auditor não especialista em TI foi capacitá-lo para executar posteriormente avaliações de aspectos da utilização do sistema e de alguns controles gerais de TI. Houve interesse das Secex em participar e as fiscalizações, em sua maioria, contaram com a participação em tempo parcial de um auditor não especialista em TI, durante parte das fases de planejamento e execução dos trabalhos. Exceção feita à auditoria na Petrobras Distribuidora, ocasião em que dois profissionais da 9^a Secex compuseram a equipe. A coordenação das auditorias do TMS ficou a cargo de auditores lotados na Sefiti.

37. Dentre os papéis de trabalho validados, destacamos o Ofício de Comunicação de Auditoria, com pedido das informações que os gestores deveriam apresentar às equipes.

4^a fase – Consolidação

38. Nessa fase, levada a efeito por meio deste relatório, foram agregados os resultados de todas as fiscalizações previstas, de modo a sintetizar os achados e as conclusões sobre os controles avaliados em cada uma das sete dimensões (item 43).

1.5.3 Avaliações do trabalho

39. Como medida para avaliar o trabalho realizado, foram realizadas pesquisas com os responsáveis pelos órgãos jurisdicionados auditados.

40. O questionário respondido pelos responsáveis pelos entes auditados teve como objetivo avaliar o trabalho dos auditores, sua conduta e a forma de condução dos trabalhos. O objetivo é possibilitar o aperfeiçoamento individual das condutas das equipes em trabalhos futuros. Nas cinco pesquisas aplicadas, 80% dos auditados (quatro empresas) declararam estar "muito satisfeitos", enquanto 20% dos auditados (uma empresa) declararam-se "satisfeitos" com os resultados da fiscalização empreendida, com menções elogiosas ao comportamento profissional das equipes de fiscalização. Ainda por meio do questionário, todas as empresas auditadas declararam concordar com o fato de que os achados constantes dos relatórios são úteis para a melhoria dos seus controles e do seu desempenho (Peças 6 a 10).

1.5.4 Fiscalizações integrantes do TMS

41. Este TMS é composto de sete trabalhos, formalizados em processos distintos:

a) um levantamento de auditoria (TC 028.400/2010-0);

b) cinco auditorias operacionais para avaliação das práticas de gestão dos sistemas integrados de gestão (ERP), conduzidas na modalidade Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC; TC 015.571/2011-4 – Eletronorte, TC 015.572/2011-0 – Petrobras Distribuidora, TC 015.573/2011-7 – Eletrobras, TC 015.574/2011-3 – Casa da Moeda e TC 015.575/2011-0 – Correios);

c) uma fiscalização consolidadora dos seis trabalhos anteriores, que se materializa neste relatório.

1.5.5 Questões de auditoria

42. O levantamento de auditoria, conforme informado anteriormente, visava subsidiar a Sefti no planejamento das atividades do TMS 7 – Sistemas informatizados de gestão das empresas estatais, inserido no plano de fiscalização de 2011. Os conhecimentos, premissas e análises efetuadas no levantamento serviram de insumo para a elaboração das questões de auditoria, as quais foram integralmente utilizadas nas cinco auditorias executadas. As questões estão descritas a seguir:

a) a gestão do sistema ERP está embasada em planos e políticas de TI?

b) os profissionais que suportam e utilizam o sistema ERP recebem treinamento e informações de auxílio adequados para a realização de suas atividades?

c) a área de TI dispõe de processos e métodos para a sustentação do sistema ERP?

d) é realizada análise da relação custo versus benefício sobre os investimentos no sistema ERP?

e) a gestão e o uso do sistema ERP são fiscalizados pela auditoria interna?

f) os controles gerais de TI associados à segurança do sistema ERP estão implementados segundo as boas práticas?

g) os contratos relacionados ao sistema ERP atendem os dispositivos legais?

h) os usuários estão satisfeitos com o sistema ERP?

i) os controles de acesso ao sistema ERP estão implementados segundo as boas práticas?

j) os controles existentes no sistema ERP para a realização de aquisições públicas estão implementados segundo a legislação e as boas práticas?

43. Essas questões foram divididas em sete dimensões para melhor entendimento dos temas abordados na fiscalização, conforme apresenta a tabela abaixo.

DIMENSÃO	QUESTÕES DE AUDITORIA
<i>GESTÃO DO SISTEMA ERP E PLANEJAMENTO DE TI</i>	<i>A gestão do sistema ERP está embasada em planos e políticas de TI?</i> <i>É realizada análise da relação custo versus benefício sobre os investimentos no sistema ERP?</i>
<i>PROCESSOS E MÉTODOS PARA A SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA ERP</i>	<i>Os profissionais que suportam e utilizam o sistema ERP recebem treinamento e informações de auxílio adequados para a realização de suas atividades?</i> <i>A área de TI dispõe de processos e métodos para a sustentação do sistema ERP?</i>
<i>ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NO AMBIENTE ERP</i>	<i>A gestão e o uso do sistema ERP são fiscalizados pela auditoria interna?</i>
<i>CONTRATOS E ASPECTOS LEGAIS</i>	<i>Os contratos relacionados ao sistema ERP atendem os dispositivos legais?</i>
<i>CONTROLES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO RELACIONADOS AO ERP</i>	<i>Os controles gerais de TI associados à segurança do sistema ERP estão implementados segundo as boas práticas?</i> <i>Os controles de acesso ao sistema ERP estão implementados segundo as boas práticas?</i>
<i>SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O SISTEMA ERP</i>	<i>Os usuários estão satisfeitos com o sistema ERP?</i>
<i>AVALIAÇÃO DE PROCESSO DE NEGÓCIO - MÓDULO DE AQUISIÇÕES</i>	<i>Os controles existentes no sistema ERP para a realização de aquisições públicas estão implementados segundo a legislação e as boas práticas?</i>

Tabela 1 - Questões de auditoria agrupadas nas dimensões

[...]

1.6 Limitações

45. *Não houve limitações que pudessem impactar a conclusão dos trabalhos.*

1.7 Volume de recursos fiscalizados

46. *O volume de recursos fiscalizados nos trabalhos totalizou o montante de R\$ 123.604.912,37, oriundos dos valores dos contratos de manutenção, suporte e desenvolvimento avaliados.*

1.8 Benefícios estimados

47. Os benefícios não quantificáveis se traduzem na indução de melhorias na organização interna (governança, gestão de TI, atuação da auditoria interna e processos de sustentação do sistema ERP) das unidades auditadas.

I.9 Processos conexos

48. Os processos conexos a este são os constantes do item I.5.4.

II. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EMPREENDIDA

49. Os resultados gerais apresentados por este relatório consolidador estão agrupados pelas sete dimensões analisadas: gestão do sistema ERP e planejamento de TI, processos e métodos para a sustentação do sistema ERP, atuação da auditoria interna no ambiente ERP, contratos e aspectos legais, controles de segurança da informação relacionados ao sistema ERP, satisfação dos usuários com o sistema ERP e avaliação de processo de negócio – módulo de aquisições.

[...]

54. O intuito das auditorias de natureza operacional foi identificar pontos de melhoria nos processos e controles que dão suporte ao funcionamento do sistema ERP, a fim de que os riscos associados à utilização do sistema sejam conhecidos e que a gestão do referido sistema seja mais eficiente e efetiva.

55. Diante desse escopo, esse relatório consolidador produzirá encaminhamentos e orientações gerais para os órgãos governantes superiores, com recomendações para que atuem na divulgação dos resultados do trabalho aos seus jurisdicionados, em especial àqueles que já possuem sistemas integrados de gestão do tipo ERP ou que planejem adquiri-los.

II.1 Visão geral dos achados

[...]

Distribuição de Achados por Dimensão



Figura 1 – Distribuição de achados por dimensão

57. A Figura 1 ilustra a distribuição dos achados evidenciados nos trabalhos por cada dimensão da matriz de planejamento. Nesse caso, quanto mais distante do centro da figura, maior a quantidade de achados naquela dimensão. Nesse sentido, evidencia-se a grande quantidade de achados associados aos controles de segurança da informação associados ao sistema ERP. Em

outra direção, foi possível observar que foram identificadas poucas falhas quanto à atuação da auditoria interna das empresas no ambiente ERP.

58. *Esse gráfico foi gerado a partir de medida calculada pela equipe de auditoria, usando como base os achados dos relatórios de auditoria que compõem este TMS. O objetivo do gráfico é ilustrar e fornecer visão relativizada do grau de distribuição dos achados pelas dimensões tratadas.*

59. *Os detalhes sobre cada uma das dimensões e o balanço dos achados encontrados nas fiscalizações que compuseram o trabalho serão apresentados nas próximas seções.*

II.2 Gestão do Sistema ERP e planejamento da TI

60. *Nessa dimensão, foram agrupadas duas questões de auditoria (questões 1 e 3), nas quais foram analisados os seguintes temas:*

- a) *processo de planejamento estratégico de TI;*
- b) *atuação do comitê estratégico de TI;*
- c) *definição de papéis e responsabilidades para a sustentação do sistema ERP;*
- d) *regulamentos que normatizam a atuação de contratados relacionados ao sistema ERP;*
- e) *gestão de riscos de TI;*
- f) *avaliação da relação custo versus benefício em investimentos no sistema ERP.*

61. *Os temas abordam aspectos gerais de governança de TI. No levantamento que deu origem ao Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário, foi criado um indicador (iGovTI) como instrumento de comparação e melhoria das organizações públicas quanto à governança de TI.*

62. *O quadro abaixo descreve os achados encontrados em cada uma das empresas auditadas. Grifados em amarelo, estão aqueles achados que demandam atenção por estarem relacionados a um tema específico e terem sido encontrados em no mínimo três empresas das cinco auditadas. Em vermelho, estão ilustrados os achados considerados críticos, segundo duas regras: i) relatados em quatro ou cinco das empresas fiscalizadas; ou ii) relatados, em conjunto com outro achado do mesmo tema, em quatro ou cinco das empresas fiscalizadas.*

Tema	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
<i>Processo de planejamento estratégico de TI</i>	<i>Inexistência de planejamento estratégico de TI</i>					
	<i>Falhas no planejamento estratégico de TI</i>	X		X	X	
<i>Comitê estratégico de TI</i>	<i>Inexistência de comitê estratégico de TI</i>				X	
	<i>Falhas na atuação dos comitês de TI</i>					
<i>Definição de papéis e</i>	<i>Falhas na definição de</i>				X	

Tema	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
<i>responsabilidade s para a sustentação do sistema ERP</i>	<i>papéis e responsabilidade s para a sustentação do sistema ERP</i>					
<i>Regulamentos que orientam e normatizam a atuação de consultorias e contratados</i>	<i>Inexistência de regulamentos que orientem e normatizem a atuação de consultorias e contratados</i>				X	X
	<i>Falhas nos regulamentos que orientam e normatizam a atuação de consultorias e contratados</i>					
<i>Gestão de riscos de TI</i>	<i>Inexistência de processo de gestão de riscos de TI</i>			X	X	
	<i>Falhas na gestão de riscos de TI</i>	X				
<i>Avaliação da relação de custo versus benefício nos investimentos no sistema ERP</i>	<i>Falhas na avaliação da relação de custo versus benefício nos investimentos no sistema ERP</i>	X		X	X	X

Quadro 1 – Gestão do sistema ERP e planejamento de TI – perspectiva comparativa dos achados

II.2.1 Processo de planejamento estratégico de TI

63. Dos achados referentes à governança e gestão da TI e do sistema ERP, destacou-se como ponto positivo o fato de todas as empresas auditadas possuirem plano estratégico de TI em vigor, aprovado e divulgado. Contudo, foram verificadas falhas no conteúdo do planejamento estratégico de TI em três das empresas fiscalizadas.

64. Além disso, os comitês estratégicos de TI nas organizações estão instituídos em praticamente todas as empresas auditadas (exceção feita à ECT). Destaca-se positivamente ainda o fato de que a maioria das empresas fiscalizadas terem definido formalmente papéis e responsabilidades dos profissionais para sustentação do sistema ERP. Esse controle possibilita a avaliação objetiva das atividades dos profissionais relacionadas ao sistema ERP, mitigando riscos relacionados a falhas no sistema ERP, bem como à indisponibilidade em sua operação.

65. Os trabalhos de auditoria em três das cinco empresas constataram a inexistência de regulamentos que orientam e normatizam, de forma consolidada, a atuação de empresas prestadoras de serviço, bem como dos seus contratados.

66. Nos casos analisados, evidenciou-se que os procedimentos para avaliação e controle dos serviços de TI contratados estavam dispersos nas cláusulas contratuais. Embora essa situação também seja aceitável, os procedimentos de auditoria buscavam por uma formalização corporativa dessas obrigações, às quais todos os contratos de serviços de TI pudessem se vincular. Isso forneceria às empresas uma formalização do entendimento geral das regras a serem cumpridas pelas empresas contratadas na prestação de serviços de TI.

II.2.2 Gestão de riscos de TI

67. Outro tema avaliado no contexto do TMS foi o processo de gestão de riscos de TI. Com exceção de uma empresa auditada, em todas as demais se constatou inexistência ou falhas no processo de gestão de riscos de TI.

[...]

70. O pleno conhecimento dos riscos aos quais os serviços de TI estão expostos, inclusive aqueles relacionados ao sistema ERP, faz parte dos princípios básicos da gestão da TI. A institucionalização de um processo de gestão de riscos de TI permitirá aos gestores identificar, tratar e monitorar os riscos de TI, inclusive aqueles relacionados ao sistema ERP, que poderão ter impacto nos negócios.

II.2.3 Avaliação da relação de custo versus benefício nos investimentos no sistema ERP

71. Outra constatação importante deste TMS em relação aos aspectos do planejamento estratégico de TI foi obtida quando da análise da relação de custo versus benefício dos investimentos no sistema ERP.

[...]

77. Nesse contexto, verificou-se que nenhuma das empresas auditadas realizou, quando da aquisição inicial do software, avaliação da relação do custo versus o benefício que a implantação dos sistemas ERP traria para a organização.

78. Foi possível identificar, das justificativas de todos os gestores, que há dificuldades para proceder a essa avaliação. Por se tratar de um sistema de alta abrangência nos negócios da empresa e da conhecida complexidade destes, não é simples selecionar indicadores que podem ser medidos para proceder à avaliação de custo versus benefício. Essa situação se torna ainda mais complexa nas auditorias deste TMS, tendo em vista que a implantação do sistema ERP nas empresas fiscalizadas ocorreu há mais de cinco anos.

79. Contudo, no âmbito do projeto de implantação do módulo de gerenciamento da cadeia de suprimentos (SCM – Supply Chain Management) da Petrobras Distribuidora, foi desenvolvido um estudo de viabilidade técnica e econômica para avaliar o projeto. O estudo, que destaca benefícios quantitativos de sua adoção, representa um avanço no sentido de se avaliar mais objetivamente os custos e benefícios de implantação de soluções.

80. De todo modo, a sensação dos gestores, materializada nas pesquisas de opinião realizadas com os usuários (parágrafo 203), sinaliza que a utilização do sistema ERP trouxe benefícios às organizações fiscalizadas. No entanto, em todos os casos, não é realizada análise objetiva sobre o quanto esse benefício superou, ou não, os investimentos que ainda são realizados no sistema. Importante lembrar que, ainda hoje, gastos são realizados nos sistemas ERP, seja com a implantação de novos módulos, com a customização dos já existentes ou com parametrizações. Os gastos nessas atividades, embora jurídica e operacionalmente justificáveis, devem ser

justificados, entre outros fatores, pelo aumento da eficiência ou eficácia organizacional, medidas de modo objetivo.

81. *A medição das melhorias que surgem a partir da implantação de um sistema ERP deve constituir objetivo a ser perseguido pelos gestores de TI. Em que pese a dificuldade na definição dos indicadores de melhoria do negócio, da sua medição e posterior acompanhamento, é necessário que isso ocorra, especialmente quando os investimentos são altos, como no presente caso.*

82. *A vinculação dos objetivos estratégicos às melhorias operacionais trazidas por quaisquer sistemas de informação, essenciais para a operação da empresa (entre os quais os sistemas ERP), é impositivo em um ambiente de gestão maduro.*

II.2.4 Propostas de encaminhamento

83. *Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:*

83.1. aperfeiçoarem o processo de planejamento estratégico de TI, de maneira que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) torne explícita a vinculação entre os objetivos a serem atendidos com o uso do sistema integrado de gestão (ERP) e os objetivos de negócio do plano estratégico institucional, incluindo o dimensionamento dos esforços necessários para a evolução do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio e PO1.6 – Gerenciamento de Portfólio de TI;

83.2. elaborarem regulamentos corporativos formais que orientem e normatizem a atuação das empresas e contratados para a prestação de serviços de TI, incluindo desenvolvimento, manutenção e suporte dos sistemas ERP, caso não os possua;

83.3. elaborarem processo formal de gestão de riscos de TI, caso não possuam, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO4.8 – Responsabilidade por Riscos, Segurança e Conformidade, PO9.1 – Alinhamento da gestão de riscos de TI e de Negócios e PO9.6 – Manutenção e Monitoramento do Plano de Ação de Risco;

83.4. considerarem, caso exista, no processo de gestão de riscos de TI, em especial, os riscos associados à gestão e ao uso do sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO4.8 – Responsabilidade por Riscos, Segurança e Conformidade, PO9.1 – Alinhamento da gestão de riscos de TI e de Negócios e PO9.6 – Manutenção e Monitoramento do Plano de Ação de Risco;

83.5. elaborarem processo formal de avaliação da relação custo versus benefício para a contratação de novos serviços e produtos relacionados ao sistema integrado de gestão, caso não possuam, prevendo a criação de indicadores de avaliação dos investimentos alinhados com o cumprimento dos objetivos estratégicos e o monitoramento periódico desses indicadores.

II.3 Processos e métodos para a sustentação do sistema ERP

84. *Nessa dimensão, foram agrupadas duas questões de auditoria:*

a) os profissionais que suportam e utilizam o sistema ERP recebem treinamento e informações de auxílio adequadas para a realização de suas atividades?

b) a área de TI dispõe de processos e métodos para a sustentação do sistema ERP?

85. *Essa dimensão contempla basicamente os temas referentes ao processo de capacitação contínua dos usuários e os processos técnicos de sustentação do sistema ERP.*

[...]

90. Foram analisados temas constantes da primeira coluna do Quadro 2, que também indica a perspectiva comparativa dos achados associados a esse tema:

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
<i>Plano de capacitação de TI</i>	<i>Inexistência de plano de capacitação de TI</i>					
	<i>Falhas no plano de capacitação de TI</i>					
	<i>Falhas na implementação do plano de capacitação de TI</i>	X			X	X
<i>Treinamentos para operação e uso do sistema ERP</i>	<i>Ausência de treinamento para a operação e o uso do sistema ERP</i>					
	<i>Falhas na avaliação dos treinamentos realizados*</i>					
	<i>Qualidade insuficiente nos treinamentos relacionados ao sistema ERP</i>					
<i>Manuais de uso do sistema ERP</i>	<i>Falhas nos manuais de uso do sistema ERP</i>		X	X		X
<i>Gerenciamento de requisitos</i>	<i>Falhas no gerenciamento dos requisitos</i>		X	X		X
<i>Gerenciamento de mudanças</i>	<i>Falhas no gerenciamento de mudanças</i>	X	X	X		X
<i>Gerenciamento dos testes</i>	<i>Falhas nos testes associados a mudanças no sistema ERP</i>	X	X	X		X
<i>Gerenciamento de configuração</i>	<i>Falhas no gerenciamento de configuração dos artefatos</i>	X	X	X		X

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
	<i>sistema ERP</i>					
<i>Supporte aos usuários</i>	<i>Falhas no suporte aos usuários do sistema ERP</i>			X		X

Quadro 2 – Processos e métodos para a sustentação do sistema ERP – perspectiva comparativa dos achados

* Achado não decorrente de questão de auditoria.

H.3.1 Capacitação e manual de usuários

91. Destacaram-se como pontos positivos na avaliação dos processos e métodos para sustentação do sistema ERP as ações de capacitação. Os planos de capacitação avaliados em todas as empresas auditadas estavam bem estruturados. Além disso, foi possível evidenciar avaliações positivas dos treinamentos relacionados ao sistema ERP.

92. Foi observado ainda que 80% dos usuários respondentes das pesquisas de satisfação aplicadas em cada uma das empresas auditadas afirmaram ter participado de treinamento formal no sistema ERP, evidência da ocorrência de treinamentos associados ao uso do sistema ERP.

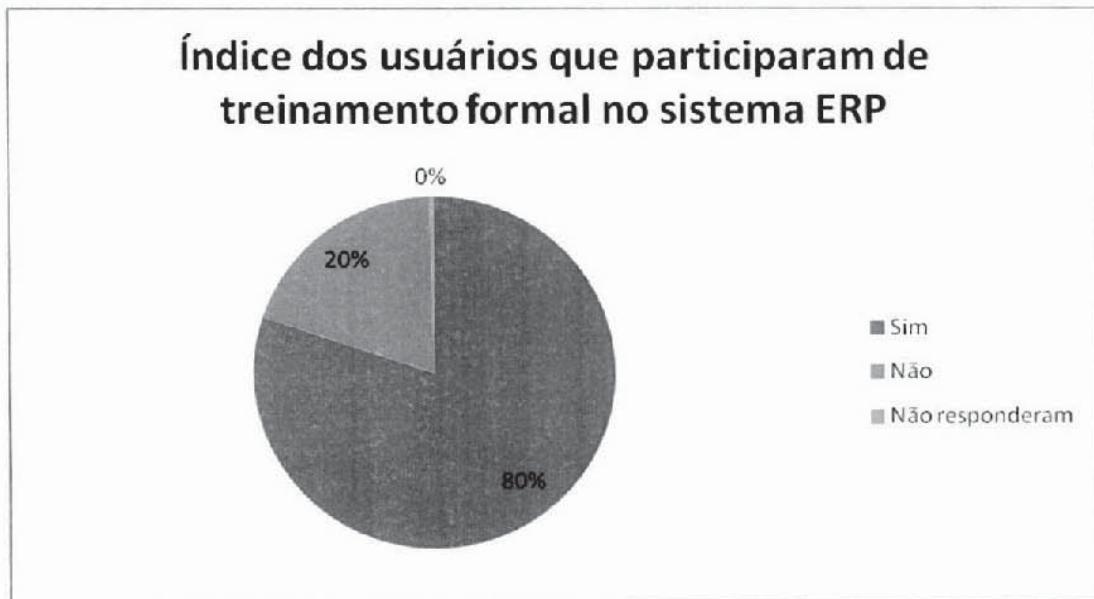


Gráfico 1 – Índice dos usuários que participaram de treinamento formal no sistema ERP

93. Contudo, em três das cinco auditorias foram verificadas falhas na implementação dos planos de capacitação previstos, dada a situação de que um conjunto de treinamentos previstos e planejados não foram executados no período devido, bem como a existência de treinamentos executados e que não constavam do plano de capacitação de TI.

94. Foi constatada ainda baixa taxa utilização do manual de usuário do sistema por parte dos usuários nas empresas auditadas. Segundo as informações consolidadas da pesquisa realizada nas cinco empresas fiscalizadas, mais da metade dos usuários ativos dos sistemas ERP nas empresas pesquisadas declarou nunca ter utilizado o manual de usuários do sistema. Uma das causas para esse fenômeno pode estar relacionada à quantidade e qualidade dos treinamentos relacionados ao sistema.

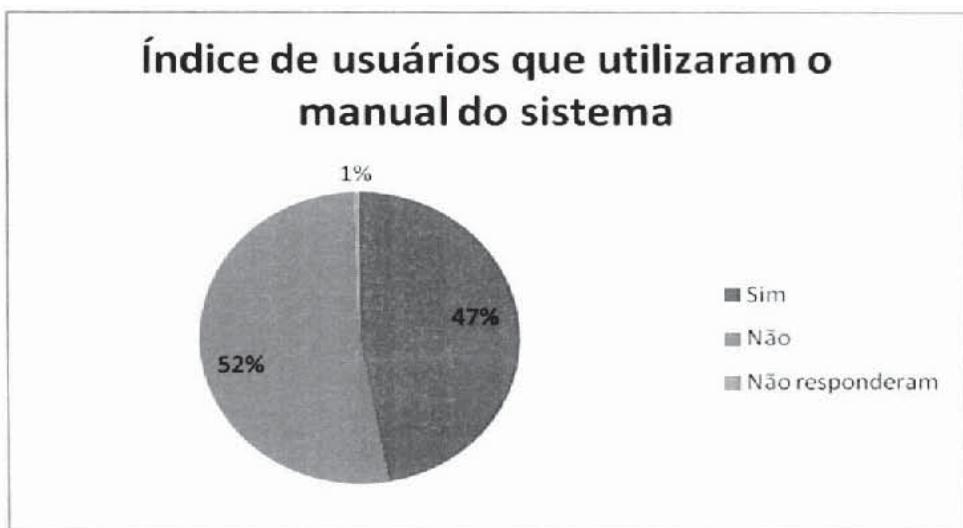


Gráfico 2 – Índice de usuários que utilizaram o manual do sistema

95. Em contrapartida, em quatro dos cinco trabalhos de auditorias foi constatada a existência de falhas nos manuais de uso do ERP, evidenciadas pela desatualização do seu conteúdo.

96. Essas falhas podem ser uma razão para a baixa utilização dos manuais, além de poderem refletir a insatisfação dos usuários com o manual, evidenciada pelos resultados da pesquisa de satisfação dos usuários. Do gráfico abaixo, infere-se que 29% dos usuários respondentes declararam estar parcialmente satisfeitos ou insatisfeitos com o manual de usuário.



Gráfico 3 – Grau de satisfação com o manual do usuário do sistema

II.3.2 Processos técnicos de sustentação

[...]

98. Os processos técnicos de sustentação avaliados nesse trabalho foram gerenciamento de requisitos, de mudança, de configuração e de testes.

99. Os resultados da auditoria apontam para oportunidades de melhoria relacionadas a esses processos, evidenciadas pela quantidade de achados sobre eles relatados na fiscalização.

II.3.3 Gerenciamento de requisitos

[...]

102. Evidenciou-se que, em quatro das cinco auditorias, foram encontradas falhas no processo de gerenciamento de requisitos, o que configura risco na operação e manutenção do sistema ERP e importante ponto de melhoria para as empresas auditadas.

II.3.4 Gerenciamento de mudanças

[...]

106. Em quatro das cinco auditorias realizadas foram identificadas falhas no processo de gerenciamento de mudanças, o que justifica recomendação para implantação de ações de melhoria pelos gestores para esse processo de sustentação do sistema ERP.

II.3.5 Gerenciamento dos testes

[...]

110. Dos resultados das fiscalizações deste TMS, foram encontradas falhas na execução dos testes no sistema ERP em quatro das cinco empresas auditadas, o que configura risco para a operação plena e futura do sistema ERP no ambiente dessas empresas.

II.3.6 Gerenciamento de configuração

[...]

113. Em todas as empresas auditadas foram identificadas falhas no processo de gestão de configuração dos artefatos relacionados ao sistema ERP, o que configura situação de risco para o pleno funcionamento do sistema.

114. Especificamente sobre a gestão de configuração, foi identificado um efeito do mau funcionamento desse processo relacionado a problemas no licenciamento da solução ERP nos casos da Eletronorte e da BR Distribuidora. Um processo de gerenciamento de configuração bem controlado mitigaria o risco de que situações como essas pudessem ocorrer.

115. Não foi objeto dos trabalhos deste TMS investigar e avaliar os potenciais efeitos que o mau funcionamento desses processos tenham eventualmente causado nos ambientes das empresas fiscalizadas. Contudo, os riscos aos quais as empresas se submetem diante das falhas nos controles desses processos de sustentação podem ser de alto impacto, tais como:

- a) soluções que faltam em atender aos requisitos de negócio;
- b) solução incorreta desenvolvida com base no entendimento inadequado dos requisitos;
- c) ausência de rastreabilidade das mudanças no sistema ERP;
- d) possibilidade de implantação de mudanças não autorizadas no sistema ERP;
- e) possibilidade de existirem mudanças que não estão documentadas;
- f) mudanças não autorizadas podem não ser detectadas no ambiente de produção do sistema ERP;
- g) ausência de documentação sobre os critérios objetivos de homologação utilizados pelos usuários.

[...]

117. De qualquer modo, ressalta-se que os procedimentos de auditoria aplicáveis foram executados em busca da melhoria da eficiência e efetividade dos processos, com foco na gestão de riscos e controles. Dessa forma, embora haja situações em que determinadas boas práticas não foram aplicadas, não se pode afirmar que haverá necessariamente problemas imediatos.

II.3.7 Conclusão

118. Da análise dos achados, verificou-se que os processos e controles associados às áreas de capacitação e treinamento no uso e gestão do sistema ERP têm tido bom funcionamento.

119. Contudo, foram encontradas oportunidades de melhoria nos processos técnicos de sustentação do sistema ERP quando comparados às boas práticas. Ressalta-se que as empresas auditadas podem ser consideradas como de médio ou mesmo alto nível de maturidade na governança de TI, e, ainda assim, falhas foram encontradas.

120. Importante lembrar que a utilização das boas práticas, especialmente na avaliação dos processos de TI, visa aumentar as chances de que a área de TI atinja os resultados, com a devida gestão dos riscos advindos do seu eventual mau funcionamento. Isso posto, não se espera que uma empresa implemente, sem a devida consideração, todas as boas práticas previstas nos códigos.

121. Em suma, mesmo em se tratando de empresas com maturidade de TI reconhecidas, foram observadas falhas nos processos técnicos de sustentação em praticamente todas elas. Assim, considerando as dificuldades inerentes à gestão de processos de TI e de sistemas dessa complexidade, bem como a tendência de expansão desse tipo de sistema na Administração Pública Federal, é necessário dar conhecimento das boas práticas avaliadas para outras empresas ou órgãos públicos que possuem sistema ERP ou que planejam adquiri-lo.

II.3.8 Propostas de encaminhamento

122. Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:

122.1. aperfeiçoarem a implementação do plano de capacitação de TI de modo que os treinamentos previstos no plano sejam executados de maneira efetiva e tempestiva, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS7.1 – Identificação das Necessidades de Ensino e Treinamento e DS7.2 – Entrega de Treinamento e Ensino;

122.2. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo de construção de novas funcionalidades no sistema integrado de gestão, de modo que esse processo conte com as atividades de gestão dos requisitos da aplicação, em especial as relacionadas à elaboração de documentação técnica, a implantação de mecanismos de rastreamento das mudanças dos requisitos da aplicação e a aprovação formal dos requisitos por parte da área demandante, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, A11.1 – Definição e Manutenção de Requisitos Técnicos e Funcionais de Negócio, A11.2 – Relatório de Análise de Risco e A11.4 – Decisão e Aprovação de Requisitos e Estudo de Viabilidade;

122.3. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo formal de gestão de mudanças, de modo a implantar controles específicos que tratem as situações de risco associadas a mudanças no sistema integrado de gestão, a exemplo daqueles controles relacionados à aprovação formal das mudanças, à avaliação do impacto das mudanças, à classificação das mudanças e ao tratamento dado às mudanças emergenciais, à semelhança das orientações do item 12.5.1 da Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005 e Cobit 4.1, A16.1 – Padrões e Procedimentos de Mudança, A16.2 – Avaliação de Impacto, Priorização e Autorização e A16.3 – Mudanças de Emergência, A16.4 – Acompanhamento de Status e Relatórios de Mudanças e A16.5 – Finalização da Mudança e Documentação;

122.4. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo formal de testes das funcionalidades implementadas no sistema integrado de gestão, de modo a contemplar as atividades de verificação e validação dos softwares entregues, em especial aquelas relacionadas à elaboração de

documentação técnica dos testes, à existência de ambiente específico para testes e à previsão de participação do usuário final no processo de homologação de novas funcionalidades, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, A17.2 – Plano de Teste, A17.4 – Ambiente de Testes, A17.6 – Teste de Mudanças, A17.7 – Teste de Aceitação Final;

122.5. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo de gestão dos manuais de uso do sistema integrado de gestão, de modo que sejam atualizados tempestivamente após a ocorrência de mudanças nas funcionalidades do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, A14.2 – Transferência de Conhecimento ao Gerenciamento do Negócio, A14.3 – Transferência de Conhecimento aos Usuários Finais e A14.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte.

H.4 Atuação da auditoria interna no ambiente ERP

[...]

125. Para essa dimensão, foram analisados temas constantes da primeira coluna da tabela abaixo, que também indica a perspectiva comparativa dos achados associados a esse tema:

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
<i>Auditoria de controles gerais de TI</i>	<i>A auditoria interna não fiscaliza controles de TI</i>	X				X
<i>Auditoria do sistema ERP</i>	<i>A auditoria interna não fiscaliza o sistema ERP</i>	X				X
	<i>Falhas na atuação da auditoria interna com relação ao sistema ERP</i>		X	X		
<i>Monitoramento das recomendações</i>	<i>A auditoria interna não monitora o cumprimento das ações corretivas recomendadas</i>					
<i>Implementação das ações corretivas sugeridas pela auditoria interna</i>	<i>Ações corretivas recomendadas pela auditoria interna não são implementadas</i>					
<i>Auditoria utilizando o sistema ERP</i>	<i>A auditoria interna não realiza fiscalizações utilizando o sistema ERP</i>					

Quadro 3 – Atuação da auditoria interna no ambiente ERP – perspectiva comparativa dos achados

[...]

129. A necessidade de adequação e conformidade ao que estabelece a Lei Sarbanes-Oxley, para o caso de algumas empresas auditadas neste trabalho, estimulou a atuação das empresas na automatização dos controles exigidos pela lei e no acompanhamento frequente por parte dos auditores internos. Entre as empresas auditadas, somente estão submetidas aos ditames dessa norma aquelas empresas públicas que possuem ações negociadas em bolsa internacional de valores, uma vez que são requisitos de governança para a negociação de papéis. No caso deste trabalho, trata-se das empresas BR Distribuidora, Eletrobras e Eletronorte.

130. Destacou-se positivamente o fato de a auditoria interna da maioria das empresas auditadas realizar fiscalização de controles de TI (três entre as cinco). Essa constatação pode ter correlação com a própria maturidade da governança e gestão de TI das empresas, até porque a auditoria interna é uma unidade organizacional fundamental para o bom funcionamento dos controles de todas as áreas empresariais.

.131. Outro ponto positivo a ser ressaltado é o fato de ter sido possível constatar, para todas as empresas auditadas, que as áreas de auditoria interna fazem uso do sistema ERP nas suas auditorias. Naturalmente, a fonte integrada das informações da maioria dos processos de negócio é o sistema ERP, e o acesso a ele por parte da auditoria interna é premissa para a sua efetiva atuação. De maneira análoga, o sistema ERP é fonte essencial de informações para a atuação do controle externo, que deve ter acesso aos dados necessários presentes no ERP para proceder às fiscalizações autorizadas.

132. Em contrapartida, verificou-se em quatro das cinco empresas fiscalizadas a existência de falhas na atuação da auditoria interna em relação à fiscalização do próprio sistema ERP. Em dois casos, a auditoria interna nunca tinha realizado auditoria específica sobre os controles de aplicação implementados pelo próprio sistema ERP, de modo a verificar sua adequação com os normativos internos e externos de operação da empresa.

133. Em outros dois casos, constatou-se que a área de auditoria interna, embora já tivesse realizado avaliação dos controles de aplicação do sistema ERP, não realiza avaliação periódica dos controles de segurança e de segregação de funções implantados no sistema ERP. Trata-se de controles de suma importância para a correta utilização do sistema ERP no ambiente empresarial complexo como é o das empresas auditadas. A coordenação do TMS considera esses dois tipos de controles prioritários para a avaliação pela auditoria interna, dado que o mau funcionamento deles pode ocasionar efeitos de alto impacto negativo para a organização.

134. As falhas na atuação da auditoria interna em relação às auditorias de controles gerais de TI e de aplicação foram justificadas pelos gestores, majoritariamente, devido à carência de pessoal capacitado para executar especificamente procedimentos de auditoria de TI.

135. Do exposto, cabe alertar os órgãos e empresas que possuem sistemas ERP ou os que desejam adquiri-lo que a atuação da auditoria interna na verificação dos controles implantados nos processos de sustentação e no próprio sistema é fundamental para a mitigação dos riscos de operação do sistema.

136. Além disso, dado o papel da Controladoria-Geral da União (CGU) como órgão central de controle interno do Poder Executivo Federal, julga-se conveniente dar conhecimento ao órgão das boas práticas evidenciadas no funcionamento das auditorias internas, com destaque ao fato de que a maior parte delas realiza trabalhos de auditoria de TI.

137. A propósito, a metodologia e os critérios utilizados para a avaliação de controles gerais de TI que dão suporte ao funcionamento dos sistemas ERP, apresentados neste relatório, podem ser úteis para a CGU quando do planejamento de avaliações dessa natureza em órgãos e entidades sob sua jurisdição.

II.4.1 Conclusão

138. Da análise dos achados das fiscalizações, destacaram-se as falhas na atuação das áreas de auditoria interna com relação à auditoria dos controles específicos associados ao sistema ERP, bem como dos controles de aplicação que ele automatiza. A necessidade de conhecimentos específicos para que os profissionais da auditoria interna possam avaliar aspectos do sistema ERP podem ser causas para as dificuldades nessa atuação.

II.4.2 Propostas de encaminhamento

139. Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:

139.1. aperfeiçoarem o processo de auditoria interna de modo a fornecer os subsídios normativos, tecnológicos e pessoais necessários para que a área de auditoria interna execute trabalhos de fiscalização nos controles internos e de aplicação associados ao sistema integrado de gestão (ERP), a exemplo dos controles de segurança e daqueles relacionados à segregação de funções conflitantes, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;

139.2. preverem a criação de perfis de acesso específicos para auditores internos e externos relacionados aos trabalhos de fiscalização dos controles de aplicação do sistema integrado de gestão e de aspectos que demandem a utilização de informações armazenadas no sistema ERP, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos.

140. Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, à Controladoria-Geral da União (CGU) que:

140.1. avalie a conveniência e a oportunidade de utilizar a metodologia e os critérios definidos pelo TCU no presente relatório em futuros trabalhos de avaliação de controles gerais de TI que dão suporte à operação de sistemas integrados de gestão do tipo ERP.

II.5 CONTRATOS E ASPECTOS LEGAIS

141. A questão de auditoria elaborada para esse assunto foi: “Os contratos relacionados ao sistema ERP atendem os dispositivos legais? ”.

142. Para essa dimensão, foram analisados temas constantes da primeira coluna do Quadro 4, que também indica a perspectiva comparativa dos achados associados a esse tema:

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletrobrás
Modelo de gestão do contrato	Falhas no modelo de gestão do contrato	X	X	X	X	X
a)	Falhas na justificativa de			X		

<i>Temas</i>	<i>Possíveis achados</i>	<i>Eletrobras</i>	<i>BR</i>	<i>CMB</i>	<i>ECT</i>	<i>Eletronorte</i>
	<i>preços*</i>					
<i>Monitoração técnica do contrato</i>	<i>Falhas na monitoração técnica do contrato</i>	X	X			X
	<i>Falhas no cadastro de contratos administrativos no Siasg*</i>			X		
	<i>Falhas na pesquisa e registro de sanções administrativas*</i>			X		
<i>Contratação direta</i>	<i>Contratação direta em desacordo com as normas aplicáveis</i>					

*Quadro 4 – Contratos e aspectos legais***Achado não decorrente de questão de auditoria*

143. A orientação da coordenação deste TMS, em virtude dos objetivos do trabalho, foi no sentido de que fossem avaliados os contratos vigentes relacionados ao sistema ERP nas empresas auditadas. Como se tratam de empresas que já possuem o sistema ERP em pleno funcionamento há mais de cinco anos, não foram considerados neste trabalho os contratos de aquisição e desenvolvimento do início dos respectivos projetos.

144. Basicamente, são duas as espécies de contratos vigentes em empresas que utilizam o sistema ERP: um cujo objeto é o suporte e a manutenção das licenças de uso, geralmente assinado diretamente com o fornecedor; e o de desenvolvimento de novas funcionalidades sob a plataforma do sistema ERP, normalmente contratado com empresas do mercado de desenvolvimento de software.

II.5.1 Contratos de manutenção e suporte ao funcionamento do sistema ERP

145. Em todas as fiscalizações foram evidenciadas falhas no modelo de gestão dos contratos associados ao sistema ERP. O principal problema encontrado para ambas as classes de contrato (suporte e desenvolvimento) está relacionado ao modo de remuneração dos serviços prestados e sua vinculação objetiva a resultados.

146. Para o caso dos contratos de manutenção e suporte, constatou-se a inexistência de vinculação direta dos serviços prestados aos resultados esperados. O valor de remuneração para esses casos é fixo, estabelecido a partir de percentual do total pago originalmente pelo total das licenças adquiridas (entre 17% e 22%). Com essa configuração, o serviço de suporte é remunerado independentemente da quantidade de chamados de suporte que a empresa contratada atenderia, bem como da quantidade de novas versões. Remunera-se nesses casos, portanto, por suposta

disponibilidade do serviço de manutenção e suporte, a ser utilizado quando for necessário, mas sem a definição de níveis de serviço a serem alcançados pela contratada.

147. *Esse paradigma tem sido combatido para o caso das soluções de TI, e jurisprudência farta no TCU tem sido produzida para tornar cada vez mais frequentes a contratação de serviços de TI mensurados pelos resultados efetivamente entregues.*

148. *Essa é uma prática de mercado exercida por fornecedores de licenças de grandes aplicativos de TI, como sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e sistemas ERP.*

149. *Além disso, no caso dos sistemas integrados de gestão do tipo ERP, configura-se situação de dependência tecnológica, pois, uma vez implantado o sistema, o mercado de licenças e suporte passa, necessariamente, a atuar com fornecimento exclusivo por uma empresa. O binômio dependência tecnológica e monopólio comercial materializa situação de desequilíbrio nas relações comerciais entre as empresas contratantes e as empresas fornecedoras.*

150. *Desse desequilíbrio, podem surgir cláusulas exorbitantes estabelecidas pelo detentor do poder de negociação (no caso, a contratada) e, na hipótese mais grave, verdadeiros contratos de adesão com a Administração Pública.*

151. *Não cabe discutir, sobremaneira, a importância de contratos que prevejam a atualização da versão do sistema ERP, por mais raras e remotas que porventura sejam. Além disso, como os processos de negócio são, em sua maioria, suportados pela ferramenta, o contrato para suporte e resolução de problemas específicos da plataforma tecnológica também é instrumento de controle válido do gestor providente.*

152. *De todo modo, constatou-se que os serviços prestados sobre esse modelo não são mediados por resultados específicos e mensuráveis, configurando valor fixo, estabelecido pela empresa contratante, e que equivale em média a aproximadamente 20% do valor gasto com a primeira aquisição de licenças por ano.*

II.5.2 Contratos de desenvolvimento e manutenção de novas funcionalidades

153. *Foram encontradas também falhas nos modelos de gestão dos contratos de desenvolvimento e manutenção de novas funcionalidades do sistema ERP.*

154. *A plataforma dos sistemas ERP é geralmente proprietária, em que o desenvolvimento de novas funcionalidades e manutenção das já existentes pode ser realizado de duas maneiras: por meio da parametrização e/ou da customização.*

155. *A parametrização é uma atividade que envolve o ajuste de variáveis e parâmetros predefinidos sobre a estrutura original do sistema ERP, de modo a adaptar a versão original do sistema ERP às necessidades da empresa. Desse modo, trata-se de atividade que procede a alterações pontuais nas funcionalidades já existentes na estrutura “nuclear” do sistema ERP. As parametrizações são as atividades mais indicadas no caso de implantação dos sistemas ERP, justamente por não envolverem alterações estranhas à configuração inicial do software, representada no seu núcleo.*

156. *Com o intuito de ser didático, cabe um exemplo cotidiano. As atividades de parametrização se assemelham aos ajustes de brilho ou contraste de um aparelho de televisão. Nesse caso, o funcionamento da TV é adaptado à necessidade do cliente, sem alterações na sua estrutura. O ajuste nessas variáveis é o que se entende como parametrização do seu funcionamento.*

157. *A customização envolve alterações mais profundas no sistema ERP, quando a parametrização não é aplicável. Nesse caso, o sistema ERP passa a ser uma verdadeira plataforma*

de desenvolvimento de software. O código customizado dessa maneira não fará parte do núcleo daquela versão do sistema ERP, estando adaptada somente às necessidades daquela empresa.

158. *Para citar outro exemplo, imaginemos que a customização seria análoga a alterações estruturais feitas no motor de um automóvel para aumentar sua potência, por exemplo. Nesse caso, as mudanças são tais que afetam a estrutura do automóvel, o que faz que suas características originais sejam alteradas.*

159. *No caso de atualizações futuras de versões da solução ERP, há risco associado às funcionalidades customizadas. Por não se tratarem de parte integrante do núcleo da solução ERP, não são migradas automaticamente no ato da implantação da nova versão pelo fornecedor. Em virtude do fato de que as funcionalidades customizadas não são parte inerente do sistema ERP original, é boa prática de mercado que a implantação de sistemas ERP deverá evitar, sempre que possível, as atividades de customização. A alta taxa de customização é, inclusive, apontada como um dos fatores de maior risco em implementações em sistemas ERP.*

160. *Nos casos das auditorias constantes deste TMS, não foram identificados indicadores objetivos que pudessem mensurar o esforço em atividades de parametrização e customização por parte das empresas contratadas. Na maior parte dos casos, a remuneração deste trabalho era realizada a partir da contagem de homens-hora necessários para a construção ou alteração das funcionalidades existentes, mediante a entrega de produtos.*

161. *Contrariamente aos serviços de desenvolvimento de software tradicionais, até por se tratar de plataforma proprietária, as métricas para a avaliação de produtividade das atividades de customização e novos desenvolvimentos são praticamente inexistentes no mercado, não sendo possível estabelecer métrica geral de mercado (como a técnica de pontos de função, por exemplo) para o caso dos sistemas ERP. Ainda assim, um bom exemplo foi encontrado na auditoria realizada na BR Distribuidora (Acórdão 1.609/2012-TCU-Plenário), em que se identificou iniciativa no sentido de medir e tornar objetiva a remuneração associada aos serviços de customização.*

162. *De modo similar, as atividades de parametrização, embora menos complexas, deveriam também ser mensuradas e remuneradas segundo os resultados delas advindos. Há dificuldades no entendimento do esforço necessário para as atividades de parametrização no ambiente ERP. Isso se dá em razão da diferença entre as plataformas e do caráter proprietário de cada um dos fornecedores. Dessa maneira, mesmo as atividades de parametrização podem ter seus custos definidos de maneira imprópria, por meio de indicadores pouco objetivos e de difícil aferição.*

163. *Em suma, o modelo de remuneração dos serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades e manutenção corretiva, realizados tanto por meio de customizações como de parametrizações, não possui métrica específica e definida para justificar de forma objetiva o valor pago pelos resultados efetivamente entregues pelas empresas contratadas.*

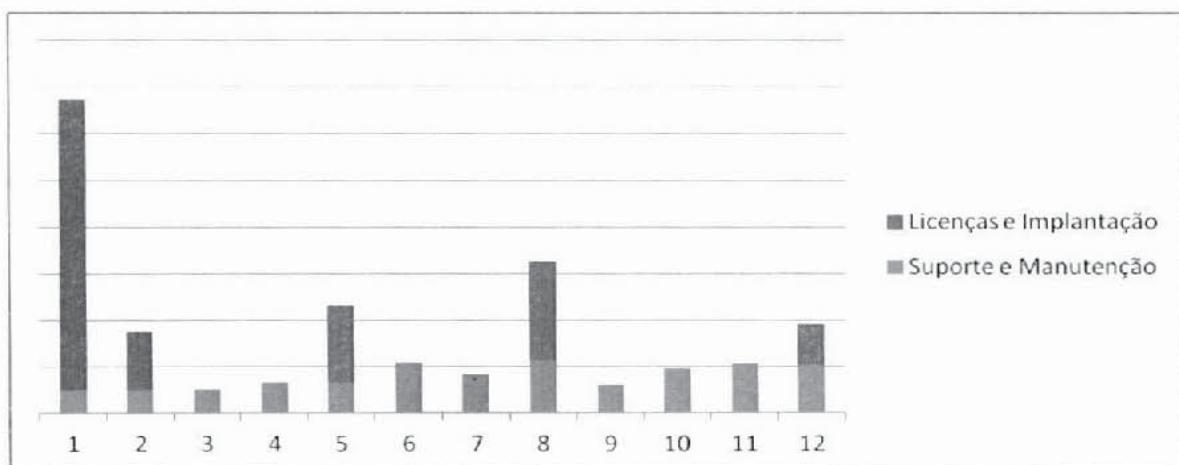


Figura 2 – Exemplo de distribuição de gastos com sistemas ERP por ano de utilização

164. A Figura 2 ilustra o comportamento dos gastos com os sistemas ERP por ano de utilização do sistema (considere o ano 1 como o ano de aquisição da ferramenta). Essas informações foram dispostas a partir da análise do volume de dispêndios realizados por uma das empresas fiscalizadas com o seu sistema ERP (Peça 11), da sua aquisição até o ano corrente.

165. A partir dessas informações, é possível observar que os gastos com o sistema ERP (bens e serviços) tendem a ser elevados no início do projeto, especialmente na contratação dos serviços de implantação (parametrização e customização) e de aquisição de licenças. A partir da implantação, constata-se estabilidade nos valores referentes ao suporte e à manutenção das licenças adquiridas. É comum nesse ambiente que, após determinado período, o fornecedor do sistema ERP disponibilize nova versão otimizada, normalmente adaptada a outra plataforma tecnológica. Quando desse lançamento, se o gestor optar por se manter operando na versão atualizada do sistema integrado de gestão, ele deverá contratar serviços referentes a uma nova implantação (migração) da versão ora em funcionamento para a versão recém-lançada. Para esses casos, novos custos incorrerão (exemplos dos anos 5, 8 e 12).

166. Em suma, o gráfico evidencia pontos relevantes na análise das contratações de sistemas do tipo ERP:

- os dispêndios com a manutenção e suporte das licenças adquiridas ocorrem em regra anualmente, em valores baseados no número de licenças adquiridas;
- os dispêndios com os direitos de uso das licenças podem surgir a partir do aumento da demanda do número dos usuários corporativos dos sistemas, com o passar do tempo;
- os dispêndios com migração e implantação de versões bastante modificadas do produto devem ser considerados tantas vezes quantas forem as versões feitas pelos fornecedores e o interesse do gestor em realizar a migração;
- os dispêndios com o sistema ERP não são, necessariamente, linearmente descendentes com o passar do tempo, haja vista a necessidade periódica e justificada de migração das versões atuais.

167. Em complemento ao entendimento sobre as atividades de customização, infere-se que, quanto maior o número de customizações realizadas na primeira implantação do sistema ERP, maiores são os prováveis custos de sua migração para uma nova versão, tendo em vista a necessidade de estudo e, quando for o caso, reconstrução e teste do código customizado. Tudo isso se dá em virtude de o código customizado não fazer parte inerente da solução ERP e, por essa

razão, não estar contemplado em qualquer modificação de versão por parte da fornecedora das licenças.

168. *Dadas as características dos dispêndios descritas acima e a necessidade periódica de realizar ajustes no sistema ERP implantado, reputa-se ainda mais importante o estabelecimento de métricas que possam tornar objetivo o cálculo do custo dos serviços de parametrização e customização. A simples utilização da métrica de homem-hora, acompanhada pelos gestores e remunerada por resultados, embute riscos na definição do volume de serviço necessário. O fato de as empresas possuírem área de TI capaz de realizar trabalhos de customização e parametrização fornece a essas empresas insumos para aferirem a razoabilidade do número de horas associados a cada serviço. Contudo, para aquelas empresas que ainda não possuem profissionais capacitados e estão em vias de contratar ou implantar um sistema ERP, uma métrica objetiva para a medição do trabalho de customização e parametrização seria bastante útil.*

169. *No que se refere à monitoração técnica, foram verificadas falhas em quatro das cinco auditorias realizadas. Os procedimentos utilizados pela equipe referiram-se ao rastreamento dos serviços executados, à aplicação dos critérios de aceitabilidade dos artefatos, à monitoração dos níveis de serviço acordados e ao cumprimento dos critérios de medição para os serviços de desenvolvimento e manutenção das funcionalidades do sistema ERP. Para os contratos de suporte e manutenção das licenças, foi avaliado se a empresa contratante possuía procedimentos que garantissem o pagamento das licenças pela quantidade que efetivamente utiliza.*

170. *Quanto à monitoração técnica dos contratos de suporte e manutenção das licenças de software, em três dos casos analisados ficaram evidenciadas falhas nos controles sobre as licenças do sistema ERP, resultando em constatação de situação de irregularidades sob o aspecto da legalidade de uso e da quantidade disponibilizada de licenças.*

171. *Quanto à monitoração técnica dos contratos de desenvolvimento e manutenção de novas funcionalidades, foram identificadas situações em que a qualidade dos serviços contratados e recebidos não foi avaliada segundo critério de aceitabilidade estabelecido em contrato. Desse modo, não foram utilizados critérios objetivos de avaliação da qualidade dos serviços, o que também configura impropriedade para os contratos de serviços de TI, como é o caso. Há indícios de pagamento por produtos em desacordo com o estabelecido no contrato, fato que será devidamente tratado por meio de representação específica.*

172. *Em suma, a identificação de falhas na monitoração técnica em quatro empresas das cinco auditadas é preocupante, tendo em vista que se trata de problemas cujos efeitos podem resultar em prejuízos à Administração Pública sob a forma de pagamentos indevidos ou má prestação dos serviços contratados.*

II.5.3 Conclusão

173. *Do exposto, constataram-se na maioria das empresas auditadas falhas no modelo de gestão do contrato, especialmente associadas à falta do estabelecimento de métrica objetiva para medição dos trabalhos de customização e parametrização. Além disso, foram constatadas falhas na monitoração técnica dos contratos, oriundas de problemas no acompanhamento dos trabalhos de desenvolvimento de novas funcionalidades e do controle do número de licenças ativas.*

174. *Ressalta-se ainda o contexto atual das contratações de sistemas ERP, cujas variáveis representam risco para as instituições públicas. O modelo de gestão comumente utilizado pelo mercado, segundo analisado, deverá ser alterado para que fatores exigidos pela legislação e pela jurisprudência, como a remuneração objetivamente mensurada e voltada a resultados (itens 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 2.471/2008-TCU-Plenário) sejam aplicados. Por esses e outros aspectos, é de se destacar a importância de que a instituição pública elabore estudo de viabilidade da contratação, suficiente para justificar a aquisição de um sistema ERP.*

II.5.4 Propostas de encaminhamento

175. Recomendar, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que:

175.1. fomentar, em conjunto com as empresas fiscalizadas neste trabalho e outras que utilizem sistemas ERP, a troca de informações e experiências com o intuito de permitir a construção e a divulgação de parâmetros e indicadores objetivos para mensuração do esforço dos serviços de parametrização e customização de novas funcionalidades no sistema ERP;

175.2. orientar suas entidades jurisdicionadas com contratos vigentes de sistemas ERP que, com o intuito de aferir a legalidade desses instrumentos, verifiquem:

176.2.1. o modelo de remuneração da contratada vinculado a resultados;

176.2.2. a existência de critérios objetivos de aceitabilidade dos produtos;

176.2.3. a utilização de instrumento que permita a rastreabilidade dos serviços executados, como ordens de serviço;

176.2.4. os instrumentos de controle periódico da validade, quantidade e tipo de licenças contratadas e efetivamente utilizadas;

176.2.5. a vinculação dos serviços de manutenção e suporte de licenças do sistema ERP a resultados objetivos e mensuráveis.

II.6 - CONTROLES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO RELACIONADOS AO SISTEMA ERP

176. Os controles relacionados à segurança da informação foram avaliados por meio de duas questões de auditoria:

a) os controles gerais de TI associados à segurança do sistema ERP estão implementados segundo as boas práticas?

b) os controles de acesso ao sistema ERP estão implementados segundo as boas práticas?

177. Para essa dimensão, foram analisados temas constantes da primeira coluna do Quadro 5, que também indica a perspectiva comparativa dos achados associados aos controles de segurança da informação:

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
<i>Plano de continuidade de TI</i>	Inexistência de plano de continuidade de TI	X		X		X
	Falhas no plano de continuidade de TI		X			
	Falhas na implementação do plano de continuidade de TI					
<i>Política de segurança da informação</i>	Inexistência de política de segurança da informação	X		X		

<i>Temas</i>	<i>Possíveis achados</i>	<i>Eletrobras</i>	<i>BR</i>	<i>CMB</i>	<i>ECT</i>	<i>Eletronorte</i>
	<i>Falhas na política de segurança da informação</i>		X			X
<i>Geração e recuperação de cópias de segurança</i>	<i>Inexistência de políticas e procedimentos formais de geração de cópias de segurança e recuperação de dados, de aplicativos e de documentação</i>					
	<i>Falhas nas políticas e procedimentos formais de geração de cópias de segurança e recuperação de dados, de aplicativos e de documentação</i>		X X			X
<i>Controles físicos de proteção das informações</i>	<i>Falhas nos controles físicos de proteção das informações do ambiente de produção do sistema ERP</i>			X		X
<i>Política de controle de acesso</i>	<i>Inexistência de política de controle de acesso</i>	X		X		
	<i>Falhas na política de controle de acesso</i>		X			X
<i>Controles de segurança de acesso ao sistema ERP</i>	<i>Falhas na aplicação de controles de segurança relacionados ao acesso do sistema ERP</i>	X	X X			X
<i>Controles sobre atividades</i>	<i>Falhas no controle sobre atividades</i>	X	X X			X

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
conflictantes	conflictantes					

Quadro 5 – Controles de segurança da informação relacionados ao sistema ERP

178. Os aspectos relacionados à segurança da informação têm importância marcante e crescente na governança de TI de órgãos e entidades governamentais. A atuação do TCU tem destacado a importância do tema, como é possível observar nos Acórdãos 2.308/2010-Plenário-TCU (item 2.3) e 1.233/2012-Plenário-TCU (itens 9.2.9.7, 9.11.12.8, 9.13.9 e 9.15.12).

179. Constatou-se, em quatro das cinco auditorias realizadas, a inexistência de plano de continuidade de TI para os aspectos de segurança da informação, de acordo com o que estabelecem as boas práticas presentes no Cobit 4.1 e na Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005. Em uma delas, o plano de continuidade, embora exista formalmente, possui pontos de melhoria evidenciados pela equipe de auditoria. A ausência de diretrizes e estratégias para manter o funcionamento e operação dos serviços em caso de interrupção ou falhas de segurança nos serviços de TI configura risco significativo para o funcionamento dos órgãos e empresas públicos, que dependem cada vez mais dos serviços de TI.

180. Situação não muito diferente foi evidenciada quando da análise da existência e do conteúdo da política de segurança da informação (PSI) das empresas auditadas. Em três das cinco auditorias não foi constatada a formalização da PSI, documento que estabelece as diretrizes gerais relacionadas aos aspectos de proteção e salvaguarda dos ativos e das informações no ambiente corporativo, especialmente no que tange à disponibilidade, confidencialidade, integridade e autenticidade da informação, o que evidencia, no escopo deste trabalho, a inexistência da PSI. Em duas das fiscalizações, embora exista política de segurança da informação vigente, não foram constatadas no seu conteúdo algumas características previstas nos modelos de melhores práticas e verificadas pela equipe de auditoria, o que configura oportunidade de melhoria para as empresas fiscalizadas.

181. Ressalta-se nesses casos que as diretrizes para a elaboração da política de segurança da informação constam da Norma Complementar NC-3/IN01/GSI/PR, de cumprimento mandatório a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

182. A política de controle de acesso também é considerada um controle importante no âmbito da segurança da informação das corporações. Foi avaliada, no escopo deste trabalho, e a exemplo dos planos de continuidade de TI e de segurança da informação, a existência formal de política de controle de acesso e, caso existisse, algumas características do seu conteúdo.

183. Nesse caso, verificou-se situação praticamente idêntica às anteriores. Em duas empresas fiscalizadas, não existia política de controle de acesso formal estabelecida e divulgada no âmbito corporativo. Nas outras três unidades fiscalizadas, foram encontrados problemas relacionados basicamente à atualização da política e à ausência de conteúdo recomendado pelas boas práticas e considerado relevante pela equipe de auditoria.

184. As ausências ou falhas nesses controles basilares da segurança da informação (plano de continuidade de TI, plano de segurança de informação e política de controle de acesso) evidenciam situação de risco para as operações associadas à gestão e ao uso dos recursos de TI, incluindo o sistema ERP, por essas organizações. Essa situação, de certo modo, contrasta com a situação positiva encontrada quando analisado o planejamento da TI em geral (capítulo 1).

185. Ressalta-se também o fato de as equipes de auditoria terem evidenciado, em três das cinco fiscalizações, falhas nos controles de acesso físico ao datacenter das empresas, tratando-se basicamente de desconformidades nos controles de acesso ao ambiente de produção dos sistemas ERP em relação às melhores práticas sugeridas pela Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005.

186. Destaque negativo surge do fato de que todas as fiscalizações constataram falhas na aplicação de controles de segurança relacionados ao acesso e ao controle de atividades conflitantes no sistema ERP.

187. Na verificação do funcionamento dos controles de segurança relacionados ao sistema ERP, foram testados a existência de acesso indevido aos recursos do sistema ERP, o procedimento de concessão e revogação de direitos de acesso, a existência de logs e a quantidade de usuários com perfil de gerenciamento de usuários. Esses controles visam primordialmente mitigar os riscos de acesso indevido e de execução de operações errôneas ou suspeitas no ambiente do sistema ERP.

188. Preocupações com a rastreabilidade e o efetivo controle do acesso dos usuários às operações do sistema devem ser considerados não somente no caso dos sistemas integrados do tipo ERP, mas em todos os grandes sistemas corporativos. O risco de dano em virtude de operação executada de maneira errônea por erro, culpa ou dolo do usuário deve ser mitigado com a elaboração e monitoramento de ferramentas que permitam rastrear as atividades do usuário no sistema, bem como garantir o acesso aos recursos estritamente necessários para a execução de suas tarefas.

189. Também foram constatadas nas fiscalizações falhas nos controles de segregação das funções executadas pelos usuários do sistema ERP. Verificou-se a existência e suficiência de mapa para identificar operações previstas no sistema ERP conflitantes com outras.

[...]

191. Outro ponto relevante associado à segurança foi observado em algumas auditorias e está relacionado à necessidade de estabelecer controles para acesso aos dados do sistema ERP por parte do fornecedor que executa serviços de suporte ao ambiente desse sistema. Há, em todos os casos analisados, cláusulas contratuais de confidencialidade aos dados porventura acessados por essas empresas no exercício dos seus serviços de suporte. Como as empresas públicas usuárias de sistemas ERP normalmente tratam de prestação de serviços estratégicos para o país, e considerando o caráter internacional de algumas empresas fornecedoras de sistemas ERP, o efetivo cuidado com informações comerciais confidenciais e estratégicas para essas empresas deve ser considerado quando do estabelecimento e monitoramento de controles.

192. Como ponto positivo em relação a esse tema, destaca-se a existência de políticas e procedimentos para execução, manutenção e recuperação de cópias de segurança de dados e aplicativos, especialmente aqueles relacionados ao sistema ERP, exceto para uma unidade fiscalizada. De todo modo, foram encontradas oportunidades de melhoria para o conteúdo dessas políticas, quando comparadas com as melhores práticas, em duas das empresas fiscalizadas.

II.6.1 Conclusão

193. Do cenário exposto, conclui-se que os controles de segurança da informação associados ao sistema ERP nas empresas auditadas possuem falhas a ser avaliadas, de modo que ações sejam tomadas no sentido de saná-las, visando mitigar os riscos inerentes da ausência ou falhas nos controles de segurança da informação.

[...]

II.6.2 Propostas de encaminhamento

195. Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:

195.1. elaborarem e aprovarem formalmente plano de continuidade de TI, de modo a contemplar as operações e os serviços de TI que deverão estar disponíveis em situações de falhas nos processos críticos de negócio, as atividades previstas para a manutenção e recuperação das operações e os respectivos responsáveis pela sua execução, observando as práticas do item 8.7.2 da NBR ISO 15.999, no item 14.1.3 da NBR ISO 27.002:2005 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS4.2 – Planos de Continuidade de TI;

195.2. elaborarem e aprovarem formalmente política de segurança da informação que contemple, em especial, a declaração dos princípios de segurança da informação alinhados com os objetivos do negócio, a definição das responsabilidades, a documentação que servirá de referência para apoiar a execução das políticas e a previsão de revisão periódica da política em intervalos planejados, em atendimento à Norma Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSI/PR, observando as práticas do item 5 da NBR ISO/IEC 27.002:2005 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS5.2 – Plano de Segurança de TI;

195.3. aperfeiçoarem os mecanismos de proteção das áreas com informações e instalações associadas ao sistema integrado de gestão nos moldes do que estabelecem os itens 9.1 e 9.2 da NBR ISO/IEC 27.002:2005, de modo a considerar a criação de perímetro de segurança física para as instalações de processamento das informações e de controles para o acesso às áreas protegidas, bem como a formalização de ações de contingência para o caso de falta de energia elétrica e do procedimento para o descarte de mídias de armazenamento dos dados;

195.4. elaborarem e aprovarem formalmente política de controle de acesso, em atendimento à Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR, que contemple os requisitos individuais de segurança de acesso das aplicações de negócios, a previsão de criação de perfis de acesso de usuário-padrão para trabalhos comuns na organização e de segregação de funções para controles de acesso, bem como o estabelecimento dos requisitos para autorização formal dos pedidos de acesso, considerando ainda as práticas do item 11.1 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;

195.5. elaborarem ou aperfeiçoarem controles de segurança relacionados ao acesso do sistema integrado de gestão, de modo que considerem as melhores práticas dos itens 11.2 e 11.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005, em especial, a implantação de mecanismos que garantam a rastreabilidade do acesso a atividades de gestão de usuários do sistema, a restrição ao compartilhamento de logins e senhas do sistema ERP e a definição do processo de revogação e alteração de perfis para os casos de mudança de lotação e desligamento, bem como a revisão periódica da base de usuários e o estabelecimento dos requisitos formais para autorização dos pedidos de acesso no sistema ERP;

195.6. elaborarem ou aperfeiçoarem os mecanismos de controle sobre atividades conflitantes relacionadas ao sistema integrado de gestão, nos moldes do que estabelecem o item 10.1.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005 e, em especial, mapa que discrimine as atividades e perfis de usuários conflitantes, procedimentos que garantam o cumprimento das regras sobre as atividades estabelecido no mapa, bem como processo de revisão e avaliação periódica dos perfis de acesso dos usuários de modo a verificar a ocorrência de atividades conflitantes.

II.7 SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM O SISTEMA ERP

196. A satisfação dos usuários foi verificada nos trabalhos por meio da seguinte questão de auditoria:

a) os usuários estão satisfeitos com o sistema ERP?

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
Satisfação dos usuários	Dificuldades na operação do sistema	X		X		X

<i>Temas</i>	<i>Possíveis achados</i>	<i>Eletrobras</i>	<i>BR</i>	<i>CMB</i>	<i>ECT</i>	<i>Eletronorte</i>
	<i>ERP</i>					

Quadro 6 – Satisfação dos usuários

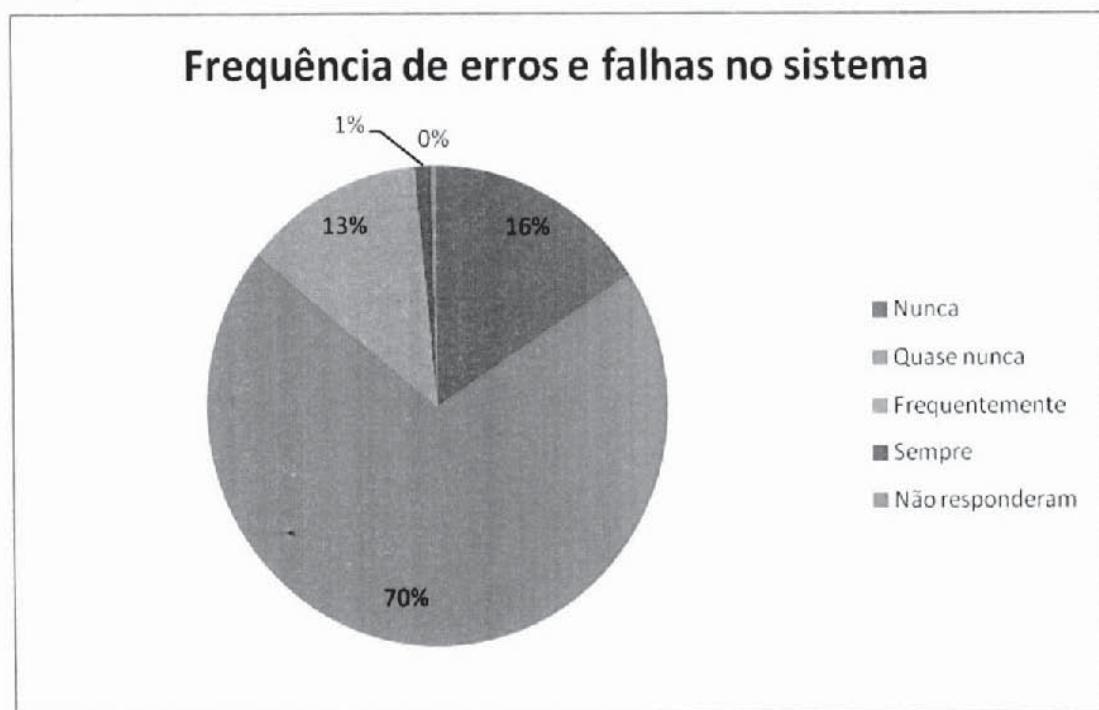
197. Foi aplicada aos usuários das empresas auditadas uma pesquisa de satisfação com relação ao sistema ERP. Foram obtidas respostas de 9.011 usuários, distribuídos pelas empresas auditadas da seguinte maneira:

	<i>Eletronorte</i>	<i>BR Distribuidora</i>	<i>CMB</i>	<i>ECT</i>	<i>Eletrobras</i>
<i>Total de usuários respondentes</i>	1337	968	326	833	547

Tabela 2 – Quantidade de usuários que responderam à pesquisa de satisfação com o sistema ERP

198. Constatou-se, no geral, que os usuários estão satisfeitos com o sistema ERP, conforme demonstram as informações a seguir.

199. O Gráfico 4 apresenta as impressões consolidadas dos usuários quanto à confiabilidade do sistema. Percebe-se que 86% ($16\% + 70\%$) dos usuários respondentes das empresas informaram que o sistema nunca ou quase nunca apresenta falhas, o que denota alto grau de confiabilidade no sistema ERP.

*Gráfico 4 – Frequência de erros e falhas no sistema*

200. O gráfico 5 demonstrou a percepção do usuário a respeito da influência do uso do sistema em sua produtividade.

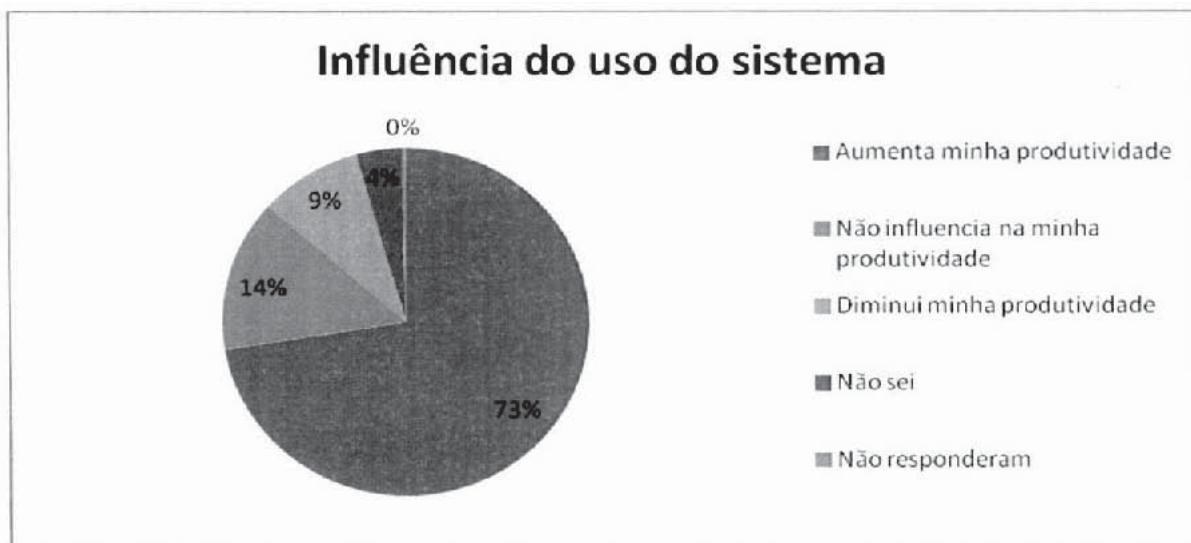


Gráfico 5 – Influência do uso do sistema

201. Para mais de 70% dos usuários respondentes, o sistema ERP contribui para melhorar a produtividade. Embora não haja elementos objetivos para avaliação definitiva, esse número é indicio de que a utilização do sistema ERP nos ambientes pesquisados auxilia a execução dos processos operacionais da empresa.

202. Quanto à satisfação geral dos usuários, observou-se mais uma vez que a maioria, cerca de 59% (47% + 12%), declarou estar totalmente e muito satisfeita com o sistema ERP. Em torno de 8% dos usuários estão insatisfeitos, enquanto em torno de 33% declararam estar parcialmente satisfeitos.

Nível geral de satisfação com o uso do sistema

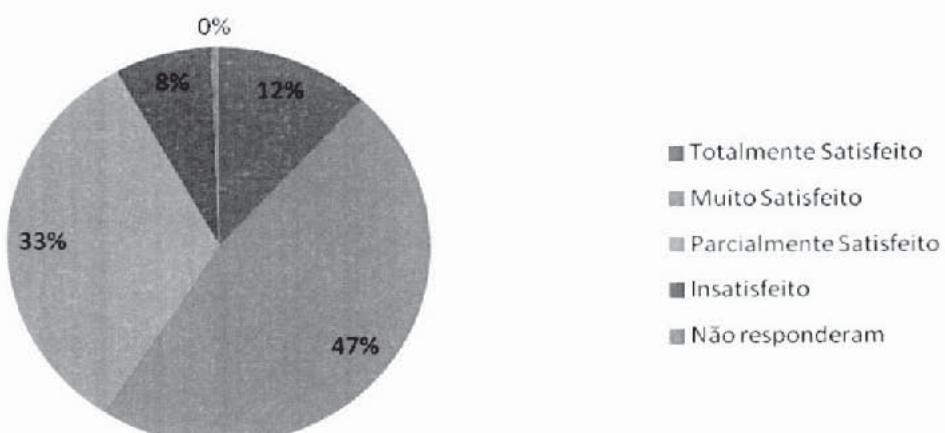


Gráfico 6 – Nível geral de satisfação com o uso do sistema

203. Diante dos números, é imperioso concluir que o grau de satisfação com o sistema ERP por parte dos usuários é alto nas empresas auditadas neste trabalho.

204. Contudo, fizeram parte do questionário itens que abordavam algumas características técnicas específicas do sistema ERP, tais como o grau de integração entre o sistema ERP e os outros sistemas.

205. Os usuários foram questionados sobre a necessidade de eventual retrabalho ocasionado pelo duplo cadastramento de informações no sistema ERP e em outros sistemas, assim como pelo recadastramento, no sistema ERP, de dados oriundos de outros sistemas, cujo lançamento, em tese, poderia ser automatizado. Seguem os gráficos que apresentam as respostas consolidadas.

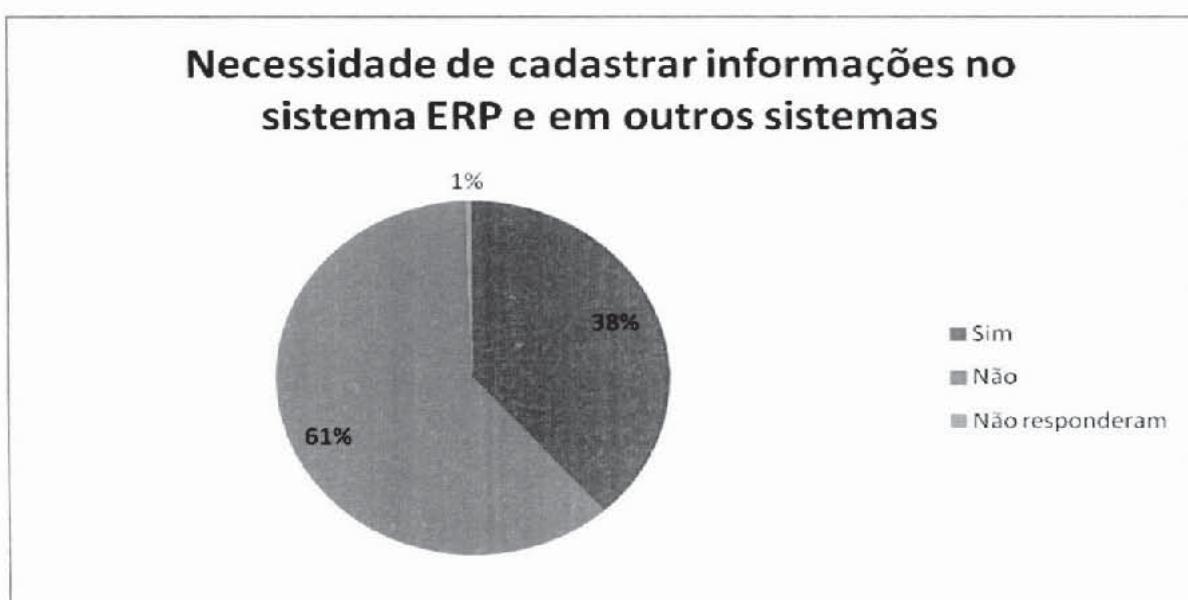


Gráfico 7 – Necessidade de repetição de cadastro de informação

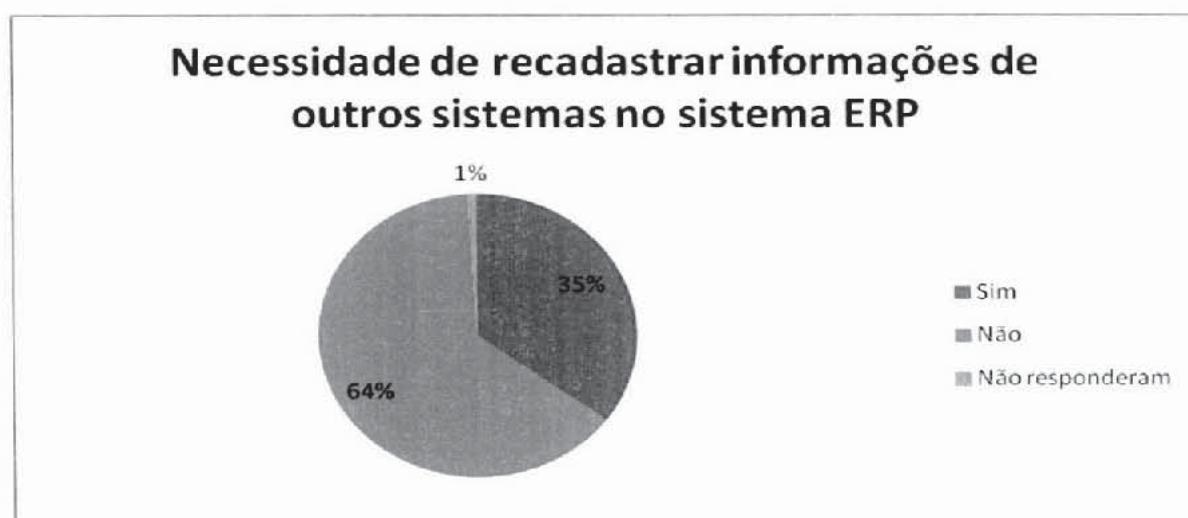


Gráfico 8 – Necessidade de cadastrar no ERP informações de outros sistemas

206. O resultado agregado das pesquisas sinalizou que há retrabalho significativo ocasionado pela repetição de cadastro de informações nos sistemas ERP. Cerca de 38% dos

usuários do sistema ERP informaram necessitar cadastrar as mesmas informações no ERP e em outros sistemas. Além disso, 35% relataram a necessidade de cadastramento no sistema ERP de informações oriundas de outros sistemas.

207. Os fatos representados no Gráfico 3, além de prejudicarem a produtividade dos empregados, podem ocasionar erros de consistência decorrentes da duplicidade de informações, prejudicando a confiabilidade e a integridade dos dados da empresa. Os resultados indicados pelo Gráfico 4 sinalizam oportunidades de integração entre sistemas, uma vez que mais de um terço dos usuários do ERP está inserindo informações que se originam de outros sistemas.

208. De qualquer modo, os sistemas ERP, embora integrados, não são os únicos a operarem no ambiente corporativo. Historicamente, os sistemas ERP informatizam processos de negócio de apoio, como compras, vendas, administração de materiais etc. Normalmente, os processos finalísticos das empresas são controlados por sistemas especialistas, que, em tese, devem ser integrados com o sistema ERP. Há exceções em que o próprio sistema ERP contempla módulos de controle e apoio a ações finalísticas, em situações exigidas pela indústria ou mercado ou quando são desenvolvidos por meio de customização pela própria empresa adquirente.

209. A consulta aos usuários dos sistemas ERP abordou ainda uma questão que levanta as principais razões que geram insatisfação dos usuários, conforme apresentado no Gráfico 9. Entre elas, destacam-se a dificuldade na utilização do sistema (25%), a lentidão na sua utilização (11%), a ausência de funcionalidades necessárias ao desempenho do trabalho (11%), a indisponibilidade do ambiente (3%) e a falta de confiabilidade nas suas operações (2%).

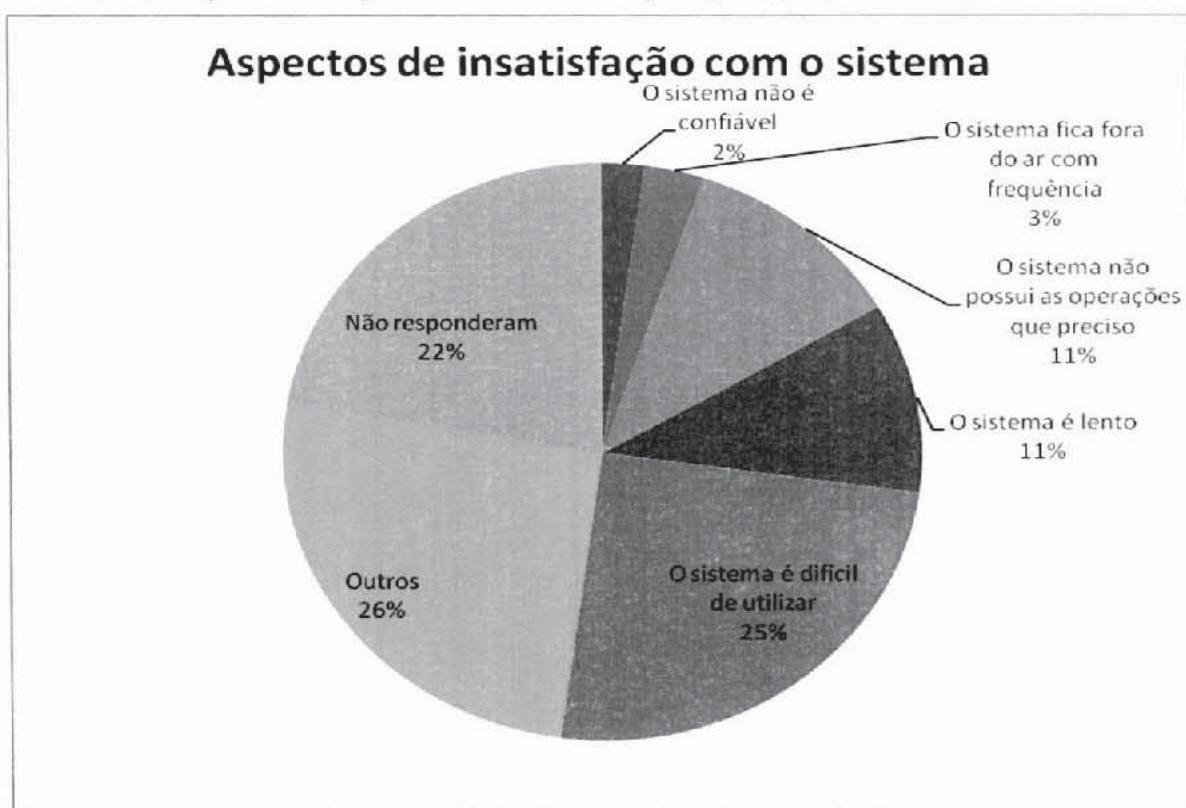


Gráfico 9 – Aspectos de insatisfação com o sistema

210. A dificuldade na utilização do sistema ERP, constatada por 25% dos usuários respondentes, pode estar relacionada a falhas no treinamento dos usuários ou em artefatos como os manuais de uso, que podem estar indisponíveis ou desatualizados.

211. Quanto ao treinamento dos usuários, foi verificado que a maioria dos respondentes (80%) informou ter participado de treinamentos formais no sistema ERP.

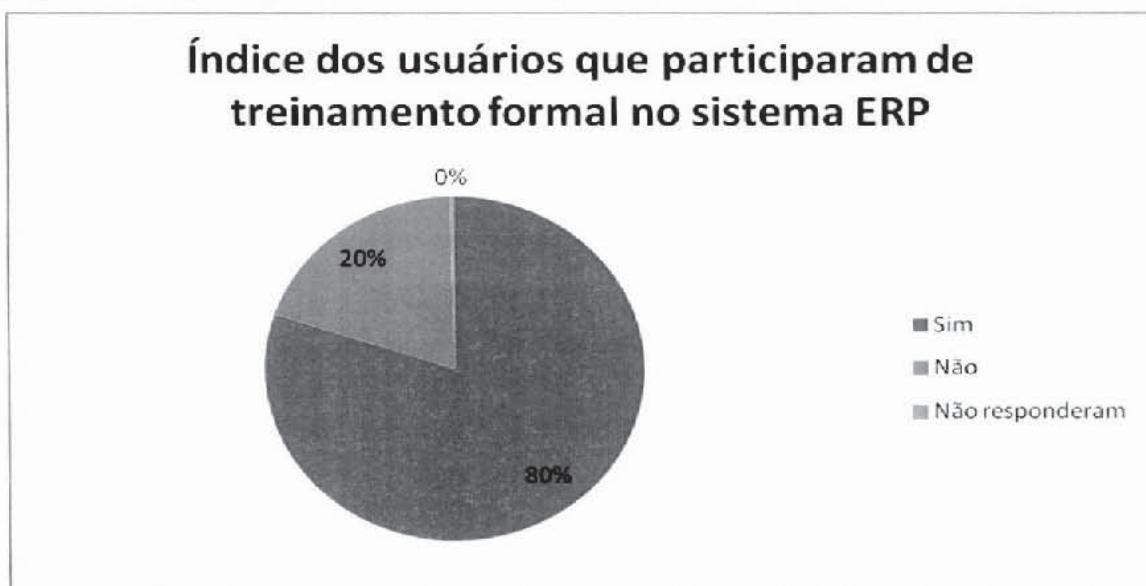


Gráfico 10 – Índice dos usuários que participaram de treinamento formal no sistema ERP

212. Outro aspecto abordado está relacionado à utilização dos manuais de apoio ao usuário. O objetivo era identificar qual o índice de usuários que já havia utilizado o manual do sistema. Constatou-se da análise que um pouco mais da metade dos usuários (52%) informou nunca ter utilizado o manual de apoio.

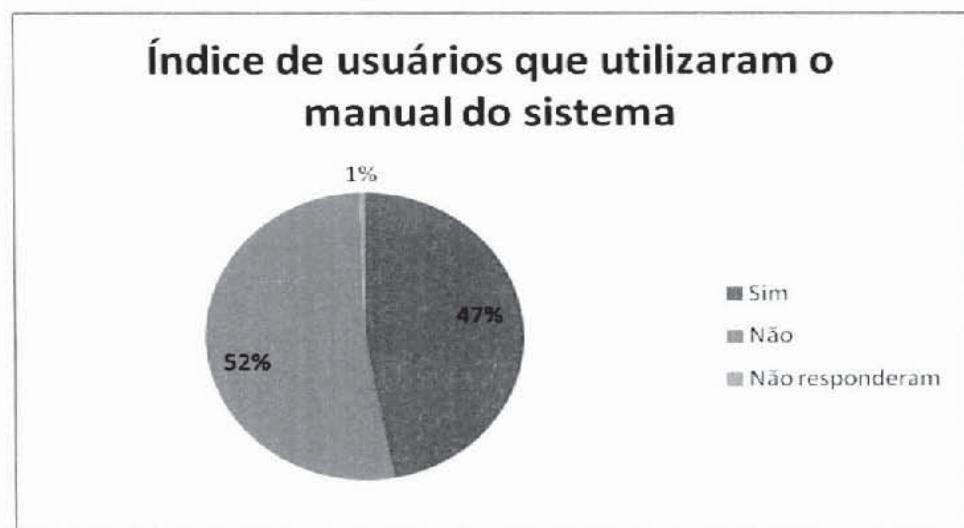


Gráfico 11 – Índice de usuários que utilizou o manual do sistema

213. Os resultados apontam que grande quantidade de usuários jamais utilizou o manual. A pesquisa empreendida não buscou determinar quais as razões das avaliações obtidas, no entanto, sinaliza determinadas situações que merecem ser investigadas. Há várias hipóteses que podem justificar esses números: desconhecimento dos usuários a respeito do manual; usuários já são experientes e estão familiarizados com o software; a disponibilidade de outros meios de obtenção de ajuda (por exemplo, a disponibilidade de consulta a usuários mais experientes); ou mesmo deficiências no material produzido.

214. Com a realização de pesquisas adicionais de satisfação dos usuários pelas empresas, seria possível correlacionar variáveis que trariam maior clareza sobre os números, como, por exemplo, avaliar o grau de utilização do manual por parte de pessoas que relatam dificuldades no uso do software ou por pessoas que não recebem treinamento há algum tempo. Esses resultados poderiam orientar a adoção de medidas que melhorassem o quadro obtido.

215. Com relação à satisfação dos usuários com o manual, entre os que já o utilizaram, 23% revelaram estar satisfeitos com o manual (totalmente satisfeito ou muito satisfeito). Enquanto 24% estão parcialmente satisfeitos, e apenas 5% revelaram insatisfação.

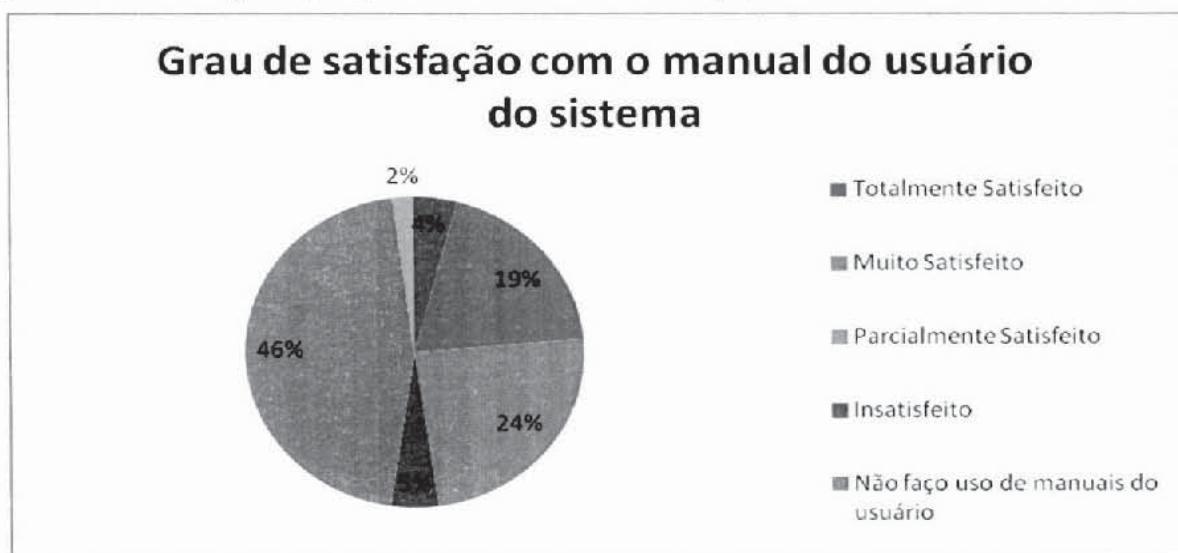


Gráfico 12 – Grau de satisfação com o manual do usuário do sistema

[...]

II.7.1 Conclusão

218. Este relatório consolida os resultados de pesquisas de satisfação, com 9.011 respondentes, sobre o uso do sistema ERP. A análise e a interpretação dos resultados consolidados são instrumentos relevantes para a melhoria da utilização do sistema ERP em cada organização.

219. Apesar do elevado grau de satisfação com o sistema, foi possível constatar insatisfações com o sistema ERP em todas as fiscalizações.

220. Não foi objetivo dos trabalhos de fiscalização estudar as causas das insatisfações declaradas. Contudo, os resultados servem para alertar as empresas usuárias de sistemas ERP acerca de pontos de melhoria e informar aquelas instituições que planejam adquiri-los sobre possíveis pontos de insatisfação.

II.7.2 Propostas de encaminhamento

221. Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:

221.1. promoverem a integração dos dados dos sistemas legados internos e o sistema integrado de gestão, de modo a mitigar o risco de inconsistência nas informações e a facilitar a utilização pelos usuários, à semelhança das orientações do processo PO2 – Definir a Arquitetura da Informação, objetivos de controle PO2.1 – Modelo de Arquitetura da Informação da

Organização e PO2.4 – Gerenciamento de Integridade, e no requisito de negócio de TI do processo PO3 – Determinar o direcionamento tecnológico – do Cobit 4.1;

221.2. elaborarem processo de avaliação periódica do grau de satisfação dos usuários em relação ao uso do sistema integrado de gestão, de modo a obter inssumos para a melhoria contínua do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo ME1 – Monitorar e Avaliar o Desempenho, objetivo de controle ME1.1 – Abordagem de Monitoramento.

II.8 AVALIAÇÃO DE PROCESSO DE NEGÓCIO – MÓDULO DE AQUISIÇÕES

[...]

226. Customizações são desaconselhadas em implementações ERP, em virtude do fato de que as futuras atualizações de versões deverão considerar a existência dessas funcionalidades externas ao núcleo do sistema. As customizações não estarão contidas nas versões futuras do sistema ERP por se tratarem de alterações que não fazem parte do núcleo padronizado para atender o mercado. Com efeito, serão necessários testes para garantir que tais customizações continuem a funcionar na nova versão do ERP ou mesmo o redesenvolvimento e adaptação de tais customizações para que seu funcionamento não seja afetado pela implantação da atualização.

[...]

229. Desejava-se verificar se os sistemas ERP utilizados por empresas públicas e sociedades de economia mista eram capazes de atender, sem customizações, processos de apoio típicos dessa classe de instituições, pois, notadamente, as empresas estatais estão sujeitas a requisitos legais e administrativos distintos daqueles das empresas totalmente dissociadas da iniciativa pública.

230. Os trabalhos de auditoria avaliaram a aderência dos controles associados ao processo de aquisição pública automatizados no sistema ERP. Esperava-se que um processo essencial como o de aquisições, sujeito à regulamentação específica estabelecida pela legislação brasileira, fosse parte integrante das funcionalidades presentes no núcleo dos sistemas ERP fiscalizados, pois a implementação de processos por meio de customizações é prática a ser evitada.

231. Nesse contexto, foi aplicada a seguinte questão de auditoria:

a) os controles existentes no sistema ERP para a realização de aquisições públicas estão implementados segundo a legislação e as boas práticas?

232. Sobre esse assunto, foram analisados os seguintes temas, associados cada um deles a um possível achado apresentado no Quadro 7:

- a) informações sobre aquisições públicas constantes do sistema ERP;
- b) fornecimento de informações de suporte a decisão sobre as aquisições pelo ERP;
- c) controles relacionados ao processo de aquisição implementados pelo sistema ERP.

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletronorte
Informações sobre aquisições públicas constantes do sistema ERP	Informações relevantes produzidas pelo processo de aquisições públicas não estão contempladas pelo sistema ERP	X		X		X

Temas	Possíveis achados	Eletrobras	BR	CMB	ECT	Eletr onorte
<i>Fornecimento de informações de suporte a decisão sobre as aquisições pelo ERP</i>	<i>Falhas no fornecimento de informações de suporte a decisão relativas ao processo de aquisições pelo sistema ERP</i>	X				X
<i>Controles relacionados ao processo de aquisição implementados pelo sistema ERP</i>	<i>Falhas nos controles internos relacionados ao processo de aquisições implementado pelo sistema ERP</i>	X				X

Quadro 7 – Controles de segurança da informação relacionados ao sistema ERP

233. Constatou-se que em todas as empresas auditadas algumas informações produzidas no processo de aquisições públicas e consideradas relevantes não estão contempladas pelo sistema ERP. Trata-se de artefatos de planejamento da contratação, tais como estudos técnicos preliminares, projeto básico ou termo de referência, contratos e pareceres jurídicos, para citar alguns. Tal fato sugere que alguns controles do processo de contratação não estavam implementados no sistema ERP nas empresas auditadas.

234. Em decorrência da ausência de controles, o fornecimento de informações de suporte a decisão sobre aquisições utilizando o sistema ERP estava prejudicado nas empresas auditadas.

235. Em três das empresas auditadas foram identificados sistemas de informação auxiliares que davam suporte às operações relacionadas ao processo de aquisições, tais como geração de edital para publicação, por exemplo. Em outro caso, foi possível identificar que parte dos controles necessários para a boa execução do processo de aquisição era executada de forma manual pelos gestores das áreas de licitações, por meio de check-lists e controles auxiliares.

236. De todo modo, parte do processo de aquisições públicas encontrava-se implantada no sistema ERP, especialmente atividades subsequentes à realização da compra ou aquisição, posteriormente à assinatura do contrato. A partir desse ponto, o controle do recebimento dos produtos e serviços e dos pagamentos é realizado de maneira automática pelo sistema ERP nos casos analisados.

237. Nesse contexto, pode-se concluir que os sistemas ERP avaliados não estavam preparados (parametrizados ou customizados) para automatizar as atividades e implantar os controles necessários ao processo de aquisições públicas e que, para tanto, sistemas auxiliares ou controles paralelos eram adotados. E daí surge um ponto relevante: não seria esse processo, o de aquisições, um daqueles que, em virtude de sua importância, deveria estar plenamente automatizado em um sistema integrado de gestão?

238. Da análise do resultado dos trabalhos de auditoria, foi possível constatar que não consta do núcleo dos sistemas ERP analisados parte do processo de aquisições, essencial para o pleno funcionamento de uma instituição pública, especialmente pelo fato de ter grande parte de suas atividades e controles estabelecidos e fixados por legislação específica. No melhor caso, o

processo de aquisição pública poderia ter sido customizado, e não parametrizado, na aplicação, o que implicaria nos problemas descritos no parágrafo 226.

239. *Informações obtidas junto a representantes dos fornecedores ERP indicam mudanças no mercado no sentido de se prover tais funcionalidades por meio de módulos acessórios e complementares, cuja aquisição, muito provavelmente, dar-se-á separadamente. Essa mudança decorre da visualização do setor público, em especial da administração direta, como um mercado ainda a ser conquistado por tais empresas.*

240. *De todo modo, considerando as características intrínsecas de um sistema ERP, especialmente de suporte aos processos básicos de negócio, e o fato de o processo de aquisições ser um representante dessa classe e estar intensamente regulado por normas e regulamentos na Administração Pública, era de se esperar que esses aplicativos possuissem, em seu núcleo operacional, as funcionalidades que automatizam os controles exigidos pela legislação.*

241. *Contudo, não foi o que se verificou nos trabalhos de auditoria. De fato, constatou-se que os sistemas ERP somente contemplam parte do processo de aquisição, exatamente aquela de maior semelhança com o modo de operação das empresas de direito privado e não sujeitas à legislação específica.*

242. *O questionamento que surge ao analisar os achados presentes nos relatórios é: o sistema ERP possui as mesmas características desejáveis quando comercializado em um ambiente com regulações específicas, como é o caso dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal brasileira?*

243. *Na hipótese de não possuir as funcionalidades próprias e específicas estabelecidas pela legislação implantadas no seu núcleo, a solução ERP exige que se desenvolvam controles fora do núcleo do sistema ERP, customizando-se as funcionalidades para elaborar uma nova solução específica, utilizando a arquitetura do sistema ERP. Na hipótese de o sistema ERP possuir, em seu núcleo operacional, as funcionalidades que implementam os controles mandatórios estabelecidos pela legislação nacional, temos uma situação em que os ajustes poderão ser parametrizados a custo baixo, mantendo a característica de integração com os processos de negócio já implementados e justificando, de fato, de maneira mais razoável, a aquisição de um sistema dessa natureza.*

244. *Temos uma situação paradoxal. Caso os contratantes não possam ou não queiram usar processos implementados no núcleo operacional do sistema ERP, a relação custo versus benefício da contratação do sistema ERP se modifica consideravelmente. Um dos ganhos marginais desse tipo de solução é conseguir implantar controles automatizados dos processos de negócio por meio da parametrização, mais barata e de rápida implantação quando comparada à customização. Quando a implantação dos controles demandar o desenvolvimento de funcionalidades novas sob a forma de customização, o arcabouço do sistema ERP se transformará em plataforma de desenvolvimento, cujos resultados se integrarão em um único produto.*

245. *Logo, em tese, a contratação desse tipo de serviço seria mais eficiente nos casos em que os processos de negócio implantados no núcleo operacional do sistema ERP contenham as regras determinadas pela legislação nacional, para diminuir a necessidade de customização no ato da implantação do sistema.*

246. *A customização nesse ambiente, em que diretrizes específicas são obrigatoriamente aplicáveis, possui a vantagem de ser realizada em uma plataforma integrada com os outros processos de negócio, mas, ao mesmo tempo, uma desvantagem de ser essa plataforma proprietária do fornecedor.*

247. Uma vantagem marcante dos sistemas ERP quando comparados aos sistemas desenvolvidos sob demanda é, sem dúvida, a integração entre os processos implementados, realizada de maneira nativa. Nos casos de customização, contudo, a construção das funcionalidades deve ser realizada, testada, implantada e integrada de modo similar ao que se faria em qualquer outro sistema.

248. O ideal, portanto, é ter o máximo de funcionalidades, de acordo com as regras estabelecidas pela legislação, no núcleo da solução, de modo que a parametrização seja a regra e a customização seja a exceção.

249. Outrossim, para os casos em que o sistema ERP não conte cole todas as funcionalidades desejadas de um processo de negócio, surgirão outros sistemas e controles fora do campo de atuação do sistema ERP, em negação ao seu conceito de ser um sistema integrado de gestão dos processos de negócio da organização.

250. Com as virtudes e os riscos oriundos do sistema ERP, é dever do gestor público avaliar, de maneira criteriosa e objetiva, todas essas variáveis quando da decisão de adquirir ou descontinuar um sistema ERP e, especialmente, avaliar a relação custo versus benefício da aquisição de uma solução de TI com essas características.

251. A presença, ou não, no núcleo operacional da solução ERP dos controles previstos pela legislação para os processos de apoio é um quesito que deve necessariamente ser considerado na decisão de se adquirir uma solução do gênero. Por óbvio, não se devem ignorar outros aspectos técnicos da solução ERP, tais como o grau de integração dos seus módulos e a robustez da sua plataforma.

II.8.1 Conclusão

252. Constatou-se que o processo de aquisições públicas não possui seus controles devidamente implantados no sistema ERP nas empresas auditadas. Essa situação, embora não configure irregularidade, remete a inconsistências no alcance do sistema ERP e de suas características intrínsecas, como implantar de maneira integrada os processos de apoio administrativo de uma organização.

253. Além disso, problemas associados ao funcionamento da solução ERP, especialmente os referentes às atualizações sobre aplicações desenvolvidas pela organização adquirente que não façam parte do núcleo operacional do sistema ERP, devem ser considerados no ato da aquisição do sistema ERP, sob pena de não ser aferida de maneira apropriada a relação de custo versus benefício do uso desses sistemas.

II.8.2 Propostas de encaminhamento

254. Recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:

254.1. avaliarem as funcionalidades e módulos necessários na automatização dos processos de negócio, bem como se os controles a eles associados estão disponíveis no núcleo operacional da solução.

254.2. caso resolvam promover customizações nesse sistema, avaliem os riscos associados a essa alternativa, inclusive aqueles com impactos financeiros decorrentes do esforço adicional de migração das customizações quando da ocorrência de mudanças de versão do sistema.

III. BOAS PRÁTICAS

255. Nos trabalhos de fiscalização que compõem esse TMS, foram identificadas boas práticas relevantes, descritas sucintamente nesta seção.

256. Quanto aos aspectos do planejamento da TI, em todas as empresas auditadas foram encontrados planos estratégicos de TI em vigor, aprovados e divulgados. Evidenciou-se a existência de comitês estratégicos de TI em quatro das cinco empresas auditadas, o que demonstrou o interesse das empresas em estabelecer formalmente objetivos, papéis e responsabilidades institucionais associadas à governança de TI (parágrafos 63 e 64).

257. No que tange aos processos e métodos para sustentação do sistema ERP, destacou-se, de maneira positiva, a devida estruturação dos planos de capacitação de TI em todas as empresas auditadas. Há evidências ainda de treinamentos formais relacionados ao sistema ERP com avaliação positiva dos usuários (parágrafos 91 e 92).

258. Outro ponto positivo foi a atuação da auditoria interna nas empresas fiscalizadas. Em três delas, a auditoria interna tem realizado avaliações dos controles de TI, o que de certo modo indica a importância que essas organizações têm dado aos aspectos de gestão e uso da TI no âmbito institucional. Além disso, constatou-se que as áreas de auditoria interna de todas as empresas fiscalizadas usam regularmente informações oriundas do sistema ERP como suporte aos seus trabalhos de auditoria. É natural que assim seja, tendo em vista o caráter abrangente do sistema ERP na automatização integrada dos controles presentes nos processos de negócio nas organizações (parágrafos 130 e 131).

IV. COMENTÁRIOS DO GESTOR

259. Os relatórios preliminares de todas as fiscalizações deste TMS foram submetidos aos gestores para avaliação e comentários, a fim de que pudessem se pronunciar sobre as conclusões dos trabalhos e, caso necessário, apresentassem comentários sobre as conclusões e as propostas constantes dos trabalhos.

260. Contudo, no caso deste relatório, as propostas de deliberação são recomendações para que os órgãos governantes superiores de TI exijam que seus jurisdicionados implantem processos e controles de TI associados aos sistemas integrados de gestão.

261. Desse modo, e considerando os parágrafos 144-146 das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União, aprovada pela Portaria - TCU nº 168/2011, não se proporá o encaminhamento de cópia do relatório preliminar consolidador aos gestores para comentários sobre conclusões e propostas.

V. CONCLUSÃO

262. O TMS 7 – Sistemas Informatizados de Gestão das Empresas Estatais teve como objetivo avaliar a estrutura de governança e de controles adotada pelas empresas estatais na gestão e uso dos sistemas integrados de gestão do tipo ERP.

263. Os sistemas do tipo ERP têm grande popularidade no mercado, em virtude de ser uma solução integrada aos processos de negócio da organização e contemplar melhores práticas em determinada indústria ou segmento de mercado.

264. Mais que isso, aspectos tecnológicos dessa solução, como a possibilidade de parametrizar funcionalidades pré-concebidas a custo baixo e a robustez na sua operação, dada a sua arquitetura integrada, são características que podem motivar a aquisição desse tipo de sistema por cada vez mais órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

265. A necessidade de avaliar a gestão e o uso de sistemas com essas características se evidencia quando se analisa que 49% do universo das 57 empresas públicas pesquisadas no levantamento (TC 028.400/2010-0) já utilizam esse tipo de sistema e 33% desejam adquirir. Se somados, são 82% das empresas brasileiras que utilizam ou pretendem utilizar sistemas dessa natureza.

266. A intenção em adquirir e adaptar sistemas integrados de gestão visa automatizar o funcionamento dos processos de negócio aos quais uma instituição está submetida, de modo integrado, seguro e robusto. A simples aquisição de um sistema com essa natureza não trará todos os benefícios que dele se espera, sem que a instituição adquirente esteja estruturada para gerenciar e utilizar essa plataforma de modo efetivo, mitigando os riscos oriundos da sua operação.

267. Este trabalho foi composto de um levantamento e sete auditorias para avaliar controles gerais de TI, atuação da auditoria interna na avaliação dos controles referentes ao sistema ERP, contratos de sustentação do sistema e alguns controles de aplicação do sistema ERP (item I.5).

268. Este trabalho identificou aspectos positivos e negativos na gestão e no uso desse sistema nas empresas envolvidas.

269. Quanto à gestão dos sistemas ERP, em todas as auditorias foram identificadas falhas na avaliação da relação de custos versus benefícios nos investimentos no sistema ERP. Essa situação é uma preocupação inerente a esse tipo de sistema, dada sua importância e os vultosos recursos despendidos em sua aquisição e manutenção (item II.2).

270. Quanto aos processos de sustentação do sistema ERP, a situação é preocupante. Considerando que as empresas auditadas possuíam, à época da avaliação, bom índice de governança de TI, foram verificadas falhas nos processos técnicos de gerenciamento de requisitos, de mudanças, de testes e de configuração. Note que esses processos são de extrema relevância, pois colaboram para a gestão dos riscos e elevam a segurança no uso desses sistemas. É imperioso que, após a implantação de um sistema, ele continue sendo mantido de maneira apropriada durante o seu ciclo de vida. Especialmente para sistemas de gestão integrados isso é relevante, haja vista que uma modificação em uma funcionalidade poderá impactar o funcionamento de outras, e essa situação, se mal gerenciada, poderá causar efeitos adversos na utilização do sistema ERP (item II.3).

271. O contexto observado neste trabalho oferece um sinal de alerta, especialmente para as futuras aquisições desse tipo de sistemas. Para as organizações cuja governança e gestão de TI estão na sua fase inicial de evolução, entende-se menos provável que os devidos processos de sustentação do sistema ERP estejam implantados. Desse modo, para essas instituições, o risco de não conseguir alcançar os resultados esperados de uma aquisição desse tipo de sistema tende a ser alto, não pelo produto em si, mas pela dificuldade na execução de atividades, de sua responsabilidade, que darão suporte ao seu uso.

272. Mais que isso, a estruturação de processos técnicos internos para a sustentação do sistema ERP é essencial para a plena utilização do sistema pela instituição adquirente, e as falhas nas definições e no funcionamento desses processos podem embutir riscos relevantes na utilização do sistema integrado.

273. Quanto à atuação da auditoria interna com esse tipo de sistema, identificaram-se, na maior parte dos auditados, falhas na sua execução. A estruturação da unidade de auditoria interna para avaliação de controles de TI é recomendação recorrente do TCU (Acórdão 1.233/2010). A atuação efetiva da auditoria interna na avaliação de controles e, em especial, naqueles que sustentam e que constam implantados em sistemas com tamanha importância na organização, deve ser estimulada pela instituição como mecanismo de mitigação dos riscos inerentes à gestão e ao uso desse sistema e de melhoria para a governança de TI como um todo (item II.4).

274. No que diz respeito aos aspectos legais e contratos, foram evidenciadas falhas no modelo de gestão e na monitoração técnica do contrato. De forma similar ao que tem ocorrido em fiscalizações recentes do TCU, os problemas referentes aos modelos de contratação ainda estão presentes. No caso especial dos sistemas integrados de gestão, dadas as suas especificidades técnicas e complexidades inerentes aos serviços necessários para implantá-lo e mantê-lo, os instrumentos que permitem definir e quantificar os serviços, bem como acompanhá-los, são de difícil definição (item II.5).

275. A inexistência de métrica que quantifique de modo objetivo o trabalho a ser realizado quando da parametrização de sistemas integrados é um desafio aos gestores públicos. Em todos os casos avaliados, a métrica de homem-hora foi utilizada como unidade de medida dos trabalhos de construção de novas funcionalidades, seja por meio de parametrização, seja por meio de desenvolvimento.

276. No contexto avaliado, em que esse tipo de serviço é prestado há algum tempo nas organizações e considerando uma gestão de contrato cuidadosa, a estimativa do esforço necessário para implantar determinada funcionalidade é possível e serve de parâmetro de negociação para a organização, dado o seu histórico em relação a essas atividades. No entanto, a necessidade de criação de métrica objetiva de esforço para essa classe de sistemas, embora reconhecidamente complicada, é necessária para tornar mais objetiva a avaliação dos serviços prestados.

277. O risco da subjetividade nessa análise será ainda maior para os casos em que a instituição pública contrata uma solução desse tipo. Nesses casos, não haverá o histórico de demandas de trabalhos anteriores que permitam à empresa identificar o esforço necessário para implementar alguma funcionalidade. Portanto, há que se considerar, no caso de novas contratações, o risco associado a não existir uma variável objetiva para mensurar o esforço e o custo para as atividades de parametrização e desenvolvimento, essenciais para a utilização desses sistemas. De todo modo, entende-se que são relevantes quaisquer iniciativas das instituições públicas no sentido de identificar, compreender e comparar métodos para medição e controle de serviços de parametrização e customização de sistemas ERP em operação em entidades ou empresas de direito público ou privado.

278. Quanto aos controles de segurança da informação relacionados ao sistema ERP, a situação encontrada nas fiscalizações inspira cuidados. Na maioria das empresas pesquisadas, não foi identificado plano de continuidade de TI, o que configura risco significativo para o funcionamento das empresas fiscalizadas. Em outro ponto, questionaram-se a existência e as características das políticas de segurança da informação nas empresas auditadas e os resultados foram alarmantes. As falhas encontradas nas políticas ou mesmo a constatação da inexistência delas contextualizam uma situação preocupante para a operação dessas empresas, passível de melhorias imediatas para diminuir o risco associado à segurança da informação. Ainda com relação aos controles de segurança, foram encontrados problemas associados à política de controle de acesso em todas as unidades fiscalizadas (item II.6).

279. Ainda na avaliação dos controles de segurança da informação, verificaram-se ainda falhas na aplicação de controles de segurança relacionados ao acesso do sistema e ao controle de atividades conflitantes. Esses controles buscam diminuir o risco de que algumas operações no sistema ERP sejam realizadas de modo indevido e devem ser construídos segundo as diretrizes previstas nos planos de controle de acesso.

280. Considera-se impositivo que empresas ou órgãos públicos levem em consideração os controles de segurança da informação quando da aquisição ou manutenção do sistema ERP em seu ambiente, por serem essenciais ao tratamento de riscos dessa natureza, com grande impacto para o negócio.

281. Sob o ponto de vista do grau de satisfação dos usuários com os sistemas ERP, as fiscalizações apontaram aspectos positivos. Em que pese terem sido apontadas dificuldades na operação desses sistemas, no geral, os usuários declararam estar muito satisfeitos com a operação e com o uso do sistema ERP (item II.7).

282. Por último, analisou-se o grau de informatização nativa do processo de aquisições públicas por parte dos sistemas integrados de gestão nas empresas fiscalizadas. Constatou-se que a implantação desses controles sobre esse processo de negócio é falha ou inexistente nos sistemas ERP das organizações, por não estarem entre as funcionalidades disponíveis de modo intrínseco nos sistemas analisados. Essa situação se mostra confusa quando se pondera a importância de um processo dessa natureza para as empresas e órgãos públicos e a justificativa para aquisição de sistemas dessa natureza por contemplarem os processos implantados de modo nativo e integrado.

283. É de fato importante ressaltar que os eventuais problemas ou necessidades de modificações associadas ao funcionamento da solução ERP, especialmente os referentes às atualizações sobre aplicações desenvolvidas pela organização adquirente que não façam parte do núcleo operacional do sistema ERP, devem ser considerados quando da avaliação pela aquisição de um sistema integrado de gestão do tipo sistema ERP.

284. A situação descrita neste relatório poderá ocorrer com processos de negócio regulados por normas legais e infralegais, cujos controles não estejam implantados de modo original pelos fabricantes desses sistemas. Em um cenário em que esses detalhes são desconhecidos pelo gestor, há o risco de que a análise da relação de custo versus benefício do uso desses sistemas seja incorreta, dadas as características inerentes de soluções desse tipo (item II.8).

285. Impende considerar ainda o já sabido alto nível de dependência dos órgãos e empresas públicas em relação aos serviços de TI. A iniciativa de modernizar a operação dos processos de negócio da Administração Pública Federal é louvável, e a implantação de um sistema integrado de gestão configura passo nessa direção. Contudo, não se trata da contratação de solução saneadora de todos os problemas da organização.

286. Até pelo vulto e pela importância de contratações de sistemas desse tipo, as organizações públicas não podem prescindir de terem organizados os seus processos de TI, que dão suporte ao bom funcionamento de soluções dessa natureza, sob pena de estarem sujeitas a riscos que não garantam o atendimento pleno aos objetivos inicialmente desejados com a ferramenta, ou mesmo àqueles que afetam a economicidade, a eficiência e a independência das organizações públicas.

287. Dados esses aspectos descritos, relevante é envolver os órgãos governantes superiores de TI nessa discussão, tendo em vista a tendência de que a utilização de sistemas integrados de gestão seja cada vez mais demandada por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e os riscos associados à sua gestão e operação. Ressalta-se que o cumprimento de recomendações e determinações formuladas pelo Plenário do TCU e destinada a esses órgãos foi objeto de monitoramento do TCU, no Acórdão 1.145/2011/TCU-Plenário.

288. Considerando o extenso conjunto de recomendações propostas aos órgãos governantes superiores de TI, fundamental para a orientação aos órgãos e entidades sobre os riscos e controles associados à gestão dos sistemas integrados de gestão, propor-se-á determinar à Sefti/TCU que promova a divulgação dessas orientações, como forma de mitigar riscos em futuras implementações de sistemas integrados de gestão.

VI. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

289. Ante todo o exposto, somos pelo encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues, com as propostas a seguir:

290. recomendar, com fulcro na Lei nº 8.443/92, art. 43, inciso I, c/c Regimento Interno do TCU, art. 250, inciso III, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) que:

290.1. fomentar, em conjunto com as empresas fiscalizadas neste trabalho e outras que utilizem sistemas integrados de gestão, a troca de informações e experiências com o intuito de permitir a construção e a divulgação de parâmetros e indicadores objetivos para a mensuração do esforço dos serviços de parametrização e customização de novas funcionalidades no sistema ERP;

290.2. orientar as suas entidades jurisdicionadas com contratos vigentes associados a sistemas ERP que procedam, com o intuito de aferir os seus aspectos de legalidade, à revisão dos seus instrumentos sobre os seguintes termos:

290.2.1. modelo de remuneração da contratada vinculado a resultados;

290.2.2. existência de critérios objetivos de aceitabilidade dos produtos;

290.2.3. utilização de instrumento que permita a rastreabilidade dos serviços executados, como ordens de serviço;

290.2.4. instrumentos de controle periódico da validade, quantidade e tipo de licenças contratadas e efetivamente utilizadas;

290.2.5. vinculação dos serviços de manutenção e suporte de licenças do sistema ERP a resultados objetivos e mensuráveis.

290.3. estabeleça a obrigatoriedade, para os seus órgãos e entidades jurisdicionadas que possuam sistemas integrados de gestão ou que desejem implantá-lo, de:

290.3.1. aperfeiçoarem o processo de planejamento estratégico de TI, de maneira que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) torne explícita a vinculação entre os objetivos a serem atendidos com o uso do sistema integrado de gestão (ERP) e os objetivos de negócio contidos no plano estratégico institucional, incluindo o dimensionamento dos esforços necessários para a evolução do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, POJ.2 – Alinhamento entre TI e Negócio e POJ.6 – Gerenciamento de Portfólio de TI;

290.3.2. elaborarem regulamentos corporativos formais que orientem e normatizem a atuação das empresas e contratados para a prestação de serviços de TI, incluindo o desenvolvimento, manutenção e suporte dos sistemas ERP, caso não os possua;

290.3.3. elaborarem processo formal de gestão de riscos de TI, caso não possuam, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO4.8 – Responsabilidade por Riscos, Segurança e Conformidade, PO9.1 – Alinhamento da gestão de riscos de TI e de Negócios e PO9.6 – Manutenção e Monitoramento do Plano de Ação de Risco;

290.3.4. considerarem, caso exista, no processo de gestão de riscos de TI, em especial, os riscos associados à gestão e ao uso do sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO4.8 – Responsabilidade por Riscos, Segurança e Conformidade, PO9.1 – Alinhamento da gestão de riscos de TI e de Negócios e PO9.6 – Manutenção e Monitoramento do Plano de Ação de Risco;

290.3.5. elaborarem processo formal de avaliação da relação custo versus benefício para a contratação de novos serviços e produtos relacionados ao sistema integrado de gestão, caso não possuam, prevendo a criação de indicadores de avaliação dos investimentos alinhados com o cumprimento dos objetivos estratégicos e o monitoramento periódico desses indicadores;

290.3.6. aperfeiçoarem a implementação do plano de capacitação de TI de modo que os treinamentos previstos no plano sejam executados de maneira efetiva e tempestiva, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS7.1 – Identificação das Necessidades de Ensino e Treinamento e DS7.2 – Entrega de Treinamento e Ensino;

290.3.7. elaborarem ou aperfeiçoarem, o processo de construção de novas funcionalidades no sistema integrado de gestão, de modo que esse processo conte com as atividades de gestão dos requisitos da aplicação, em especial as relacionadas à elaboração de documentação técnica, a implantação de mecanismos de rastreamento das mudanças dos requisitos da aplicação e a aprovação formal dos requisitos por parte da área demandante, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI1.1 – Definição e Manutenção de Requisitos Técnicos e Funcionais de Negócio, AI1.2 – Relatório de Análise de Risco e AI1.4 – Decisão e Aprovação de Requisitos e Estudo de Viabilidade;

290.3.8. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo formal de gestão de mudanças, de modo a implantar controles específicos que tratem as situações de risco associadas a mudanças no sistema integrado de gestão, a exemplo daqueles controles relacionados à aprovação formal das mudanças, à avaliação do impacto das mudanças, à classificação das mudanças e ao tratamento dado às mudanças emergenciais, à semelhança das orientações do item 12.5.1 da Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005 e Cobit 4.1, AI6.1 – Padrões e Procedimentos de Mudança, AI6.2 – Avaliação de Impacto, Priorização e Autorização, AI6.3 – Mudanças de Emergência, AI6.4 – Acompanhamento de Status e Relatórios de Mudanças e AI6.5 – Finalização da Mudança e Documentação;

290.3.9. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo formal de testes das funcionalidades implementadas no sistema integrado de gestão, de modo a contemplar as atividades de verificação e validação dos softwares entregues, em especial aquelas relacionadas à elaboração de documentação técnica dos testes, à existência de um ambiente específico para testes e à previsão de participação do usuário final no processo de homologação de novas funcionalidades, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI7.2 – Plano de Teste, AI7.4 – Ambiente de Testes, AI7.6 – Teste de Mudanças, AI7.7 – Teste de Aceitação Final;

290.3.10. elaborarem ou aperfeiçoarem o processo de gestão dos manuais de uso do sistema integrado de gestão, de modo que sejam atualizados tempestivamente após a ocorrência de mudanças nas funcionalidades do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI4.2 – Transferência de Conhecimento ao Gerenciamento do Negócio, AI4.3 – Transferência de Conhecimento aos Usuários Finais e AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte;

290.3.11. aperfeiçoarem o processo de auditoria interna, de modo a fornecer os subsídios normativos, tecnológicos e pessoais necessários para que a área de auditoria interna execute trabalhos de fiscalização nos controles internos e de aplicação associados ao sistema integrado de gestão (ERP), a exemplo dos controles de segurança e daqueles relacionados à segregação de funções conflitantes, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;

290.3.12. preverem a criação de perfis de acesso específicos para auditores internos e externos relacionados aos trabalhos de fiscalização dos controles de aplicação do sistema integrado de gestão e de aspectos que demandem a utilização de informações armazenadas no sistema ERP, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;

290.3.13. elaborarem e aprovarem formalmente plano de continuidade de TI, de modo a contemplar as operações e os serviços de TI que deverão estar disponíveis em situações de falhas nos processos críticos de negócio, as atividades previstas para a manutenção e recuperação das operações e os respectivos responsáveis pela sua execução, observando as práticas do item 8.7.2 da NBR ISO 15.999, no item 14.1.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS4.2 – Planos de Continuidade de TI;

290.3.14. elaborarem e aprovarem formalmente política de segurança da informação que contemple, em especial, a declaração dos princípios de segurança da informação alinhados com os objetivos do negócio, a definição das responsabilidades, a documentação que servirá de referência para apoiar a execução das políticas e a previsão de revisão periódica da política em intervalos planejados, em atendimento à Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSI/PR, observando as práticas do item 5 da NBR ISO/IEC 27.002:2005 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS5.2 – Plano de Segurança de TI;

290.3.15. aperfeiçoarem os mecanismos de proteção das áreas que contenham informações e instalações associadas ao sistema integrado de gestão nos moldes do que estabelecem os itens 9.1 e 9.2 da NBR ISO 27.002:2005, de modo a considerar a criação de perímetro de segurança física para as instalações de processamento das informações e de controles para o acesso às áreas protegidas, bem como a formalização de ações de contingência para o caso de falta de energia elétrica e do procedimento para o descarte de mídias de armazenamento dos dados;

290.3.16. elaborarem e aprovarem formalmente política de controle de acesso, em atendimento à Norma Complementar 07/IN01/DSIC/GSIPR, que contemple os requisitos individuais de segurança de acesso das aplicações de negócios, a previsão de criação de perfis de acesso de usuário-padrão para trabalhos comuns na organização e de segregação de funções para controles de acesso, bem como o estabelecimento dos requisitos para autorização formal dos pedidos de acesso, considerando ainda as práticas do item 11.1 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;

290.3.17. evidarem esforços no sentido de promover a integração dos dados dos sistemas legados internos e o sistema integrado de gestão, de modo a mitigar o risco de inconsistência nas informações e a facilitar a utilização pelos usuários, à semelhança das orientações do processo PO2 – Definir a Arquitetura da Informação, objetivos de controle PO2.1 – Modelo de Arquitetura da Informação da Organização e PO2.4 – Gerenciamento de Integridade, e no requisito de negócio de TI do processo PO3 – Determinar o direcionamento tecnológico – do Cobit 4.1;

290.3.18. elaborarem processo de avaliação periódica do grau de satisfação dos usuários em relação ao uso do sistema integrado de gestão, de modo a obter insumos para a melhoria continua do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo MÉ1 – Monitorar e Avaliar o Desempenho, objetivo de controle MÉ1.1 – Abordagem de Monitoramento;

290.3.19. avaliarem as funcionalidades e módulos necessários na automatização dos processos de negócio, bem como se os controles a eles associados estão disponíveis no núcleo operacional da solução;

290.3.20. caso resolvam promover customizações nesse sistema, avaliem os riscos associados a essa alternativa, inclusive aqueles com impactos financeiros decorrentes do esforço adicional de migração das customizações quando da ocorrência de mudanças de versão do sistema.

291. recomendar à Controladoria-Geral da União (CGU) que avalie a conveniência e a oportunidade de utilizar a metodologia e os critérios definidos pelo TCU no presente relatório em futuros trabalhos de avaliação de controles gerais de TI que dão suporte à operação de sistemas integrados de gestão do tipo ERP;

292. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MP, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Congresso Nacional e ao TCU a adoção de medidas análogas às dispostas no parágrafo 290.3, tendo em vista o possível interesse de órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na aquisição e utilização de sistemas integrados de gestão;

293. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU (Sefti/TCU) que:

293.1. divulgue, inclusive por meio de eventos, sumários e informativos, as recomendações e determinações dirigidas aos órgãos governantes superiores no acórdão que vier a ser proferido, como forma de mitigar riscos em futuras implementações de sistemas integrados de gestão;

293.2. encaminhe cópia do acórdão que vier a ser proferido, bem como do relatório e voto que o fundamentarem, assim como da íntegra deste relatório, à(ao)(s):

293.2.1. entes a que foram dirigidas as recomendações da deliberação;

293.2.2. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados;

293.2.3. Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Informática da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados;

293.2.4. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

293.2.5. Subcomissão Permanente de Serviços de Informática (CCTSINF) da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

293.2.6. Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para que adotem as medidas que entenderem pertinentes.

293.3. arquive os presentes autos na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação.

É o relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de outubro do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 001/MPV582 – 2012

Brasília, 17 de outubro de 2012.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Walter Pinheiro

Vice-Presidente: Deputado Vanderlei Siraque

Relator: Deputado Marcelo Castro

Relator Revisor: Senador Francisco Dornelles

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr^a Presidente; se possível, se eu puder ser o primeiro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex^a é o primeiro inscrito como comunicação inadiável.

Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço a palavra como Líder, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Inácio Arruda como Líder do PSDB; desculpe-me, é PCdoB. É o cansaço.

Senador Suplicy, o primeiro orador inscrito é o Senador João Durval; se ele conceder a V. Ex^a a condição e se não tiver nenhum impedimento, mas depende da aquiescência dele porque é o primeiro orador inscrito.

Então, por...

Desculpe-me, Senador, o primeiro inscrito, não quis chamar porque não gosto de chamar o nome de

um Senador ausente, o primeiro orador inscrito é o Senador Rodrigo Rollemberg.

O Senador Suplicy havia solicitado e o Senador João Durval havia aquiescido, fazer uma permuta, em função de viagem que ele tem. Então o Senador Rodrigo Rollemberg está com a palavra se faz a concessão ao Senador Suplicy.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Faço, Sr^a Presidenta, se todos concordarem. Eu agradeço a V. Ex^a. Se todos concordarem, ouviremos com muito prazer o Senador Suplicy, em seguida, farei uso da palavra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para comunicação inadiável, o Senador Suplicy sabe que são 5 minutos. E antes da Ordem do Dia os inscritos terão 20 minutos, em sessão não deliberativa.

Passo a palavra, por 5 minutos, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador João Durval, ao Senador Rodrigo Rollemberg, muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão.

Eu devo seguir daqui a pouco para São Paulo e gostaria de relatar uma razão especial, felizmente e eu me sinto honrado de hoje ter sido escolhido como patrono dos formandos da Escola de Administração de Empresas e de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

E aqui gostaria de registrar que ingressei na Fundação Getúlio Vargas em 1966. Em fevereiro daquele ano prestei o concurso na escola onde eu havia me formado em administração de empresas, no ano de 1964. Depois, fui trabalhar com meu pai, no escritório Suplicy, por um ano e pouco, para desenvolver um setor de exportação de produtos manufaturados. Mas, quando chegou a notícia de que havia um concurso aberto para ser professor de economia, eu avaliei e até dialoguei com meu pai, Paulo Cochrane Suplicy, da minha vontade de me tornar professor, porque justamente queria conhecer que instrumentos de política econômica poderiam contribuir para que pudéssemos construir uma nação efetivamente justa e civilizada.

Felizmente, prestei o concurso que me possibilitou fazer o mestrado, posteriormente o doutoramento em Economia na Michigan State University, com um período de 15 meses também em Stanford. Foram praticamente 5 anos, de 66 a 68, e de 70 a 73.

Pude ali conhecer bastante os Estados Unidos da América, inclusive em momentos em que se protestava muito contra a guerra no Vietnã. Mas naquele período eu pude conhecer proposições como aquelas que, na teoria econômica, vieram depois a embasar as pro-

posições de garantia de renda mínima, de uma renda básica de cidadania que apresentei aqui no Senado.

Então, hoje, perante os graduados em Administração de Empresa e Administração Pública – a formatura se dará hoje no Centro de Convenções Anhembi – terei a oportunidade, perante meus colegas professores e estudantes, de agradecer o convite para ser o patrono da turma, em especial, neste semestre, porque há três anos a direção da Escola de Administração de Empresas de São Paulo transmitiu a todos nós, professores da minha geração, que haviam ingressado naquela época, que teríamos três anos de prazo para nos aposentar.

Eu quero aqui informar, muitos sabem, que ao longo destes anos que fui Senador, nas sextas-feiras e à tarde eu continuei a dar um curso na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, aberto a todos os alunos. E são essas turmas que justamente me convidaram e eu ali irei agradecer e transmitir um

pouco de tudo o que aconteceu ao longo destes anos e as idéias que tenho defendido.

Eu quero muito agradecer esta oportunidade, Presidenta Ana Amélia, que ora preside a sessão do Senado.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, pela atenciosa obediência ao Regimento e ao tempo destinado a uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há sobre a mesa **Requerimento nº 890, de 2012**, do Senador José Sarney, Presidente desta Casa, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País em viagem às cidades de Salamanca e Cádis, Espanha, para desempenho de missão oficial, no período de 19 a 26 de outubro do corrente ano.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

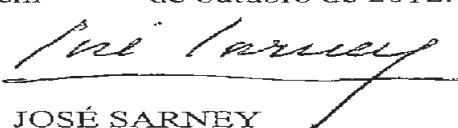
REQUERIMENTO Nº 890, DE 2012

Nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a convites estendidos pelas Cortes Espanholas, por meio do Presidente do Congresso dos Deputados, Jesús Posada Moreno, e do Presidente do Senado, Pio García-Escudero Márquez; bem como do reitor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, Professor Daniel Hernández Ruipérez, requeiro licença para me ausentar dos trabalhos da Casa, com vistas a atender aos seguintes compromissos:

- Representar o Congresso Nacional Brasileiro no VIII Fórum Parlamentar Ibero-americano, a ser realizado na cidade de Cádis/ESPAÑA, nos dias 25 e 26 de outubro do corrente;
- Proferir palestra, em 24 de outubro, no Seminário *Da Constituição de Cádis ao Novo Constitucionalismo Latino-americano*, na cidade de Cádis/ESPAÑA;
- Proferir palestra no Seminário sobre o escritor Jorge Amado, em 22 de outubro do corrente, na Universidade de Salamanca, em Salamanca/ESPAÑA.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País do dia 19 ao dia 26 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em _____ de outubro de 2012.



JOSÉ SARNEY

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Uma vez que a próxima sessão deliberativa ocorrerá após o período da referida licença, a Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tenho a satisfação de convidar para fazer uso da palavra o primeiro orador inscrito, Senador Rodrigo Rollemberg. Depois dele, como comunicação de liderança do PCdoB, o Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, Presidente desta sessão, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, assumo a tribuna da tarde de hoje, Sr^a Presidenta, para comentar os desfechos e os vetos apostos pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao projeto de Código Florestal aprovado no Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, quero fazer aqui um esclarecimento, uma vez que considero que o ideal seria que tivéssemos conseguido construir o texto definitivo no âmbito do Congresso Nacional. Mas o nosso sistema legislativo prevê a possibilidade de o projeto, depois de apreciado pelo Congresso Nacional, ser examinado pela Presidência da República, que tem o poder de fazer os vetos quando considerar necessário, vetos esses que deverão novamente ser apreciados pelo Congresso Nacional. Portanto, estamos dentro da normalidade democrática e dentro da normalidade do processo legislativo, embora entenda que do ponto de vista do processo político o ideal sempre é ver sancionados os projetos aprovados no âmbito do Congresso Nacional na íntegra.

Mas quero registrar que o que considero fundamental em uma legislação intergeracional, como deve ser o Código Florestal, é que ela garanta tranquilidade e segurança jurídica para o presente e que ela lance os olhos sobre o futuro. E, nesse sentido, quero comentar, no mérito, os vetos apostos pela Presidenta da República, a quem quero cumprimentar pelos compromissos assumidos, ainda ao longo da sua campanha, de que não permitiria a ampliação do desmatamento no Brasil e que ela cumpre, com os vetos apostos ao Projeto do Código Florestal, todos aqueles compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Quero registrar que muitas dessas questões aqui vetadas foram por mim – durante o debate do Código Florestal, seja no Senado, num primeiro momento, seja depois, na Comissão Especial – apontadas como nocivas ao meio ambiente e que permitiriam a ampliação do desmatamento, especialmente alguns introduzidos

num segundo momento, depois da primeira tramitação do Código Florestal, depois de a Presidenta vetar vários artigos e encaminhar uma medida provisória. E, rompendo com a tradição da discussão anterior do Código Florestal, que buscava apenas discutir a definição dos limites da responsabilidade de recomposição de áreas de preservação permanente e de áreas de reserva legal, foram introduzidos alguns artigos, parágrafos e incisos que permitiam a ampliação do desmatamento, e, desde o primeiro momento, o Senado tinha rejeitado essa perspectiva.

Lamento, mais uma vez – já o fiz desta tribuna –, que a Câmara não tenha tido a capacidade de aprovar o texto produzido pelo Senado, porque esse, sim, foi um texto de entendimento, produzido num ambiente de muito diálogo, entre as quatro Comissões em que tramitou no Senado – Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Agricultura, de Ciências e Tecnologia, e Constituição e Justiça – e com a Câmara dos Deputados. O tempo todo negociando com a Câmara dos Deputados. O Senador Waldemir Moka teve um papel de liderança nesse processo. O Deputado Moacir Micheletto, na ocasião, que era o Presidente da Frente Agropecuária, infelizmente faleceu no meio desse processo, antes de o projeto do Senado ser apreciado definitivamente pela Câmara, e, quando foi apreciado pela Câmara, foi desfigurado, o que levou a Presidenta, naquela ocasião, a apor diversos vetos e emitir uma medida provisória.

Mas passo a comentar alguns artigos e incisos introduzidos que, certamente, trariam prejuízo ao meio ambiente. Começo pelo inciso II, §4º, do art. 15. Assumi várias vezes esta tribuna para denunciar que, se aprovado esse inciso, estaríamos ampliando as possibilidades de desmatamento, especialmente no Cerrado amazônico, é da maior importância não apenas pelo abastecimento das águas, já que o Cerrado é a nossa verdadeira caixa d'água do nosso País, mas também por toda a biodiversidade presente no Cerrado. No Cerrado amazônico, o percentual exigido de Reserva Legal é de 35%. Ao limitar em 50% do imóvel a obrigatoriedade de recomposição, ou seja, a obrigatoriedade de recomposição de Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal, toda vez que tivéssemos uma propriedade com mais de 15% de Área de Preservação Permanente, o percentual que excedesse esse valor, esse número, poderia ser acrescido à possibilidade de desmatamento, e, portanto, nós estaríamos contrariando o princípio do projeto desde o primeiro momento, que era o de definir as obrigatoriedades de recomposição. Com este inciso nós estaríamos ampliando muito a possibilidade de desmatamento no Cerrado amazônico.

Anunciei isso, alertei para isso muitas vezes. Procurei destacar isso na Comissão Especial e, em função de terem sido aprovados alguns incisos que, para voltar atrás – como, naquele momento, a retirada das Áreas de Preservação Permanente sobre os rios intermitentes – nisso que seria uma insensatez completa, tivemos que abrir mão dos demais destaques. E esse era o ponto que eu tinha destacado para retirar do texto, pelos inúmeros prejuízos que isso causaria ao Cerrado brasileiro.

Outra questão: a redução que foi proposta na obrigatoriedade de recomposição das Áreas de Preservação Permanente. O texto que saiu do Senado obrigava todas as propriedades a recuperarem um mínimo de 15 metros e um máximo de 100 metros nas suas Áreas de Preservação Permanente, definindo que, a partir de 30 metros de largura do rio, a obrigatoriedade seria definida pela metade da largura do rio, até atingir o máximo de 100 metros.

A Presidenta inovou ao definir uma escadinha que procurava dar uma proteção maior ao pequeno agricultor, ao pequeno produtor, que tinha uma condição menor de promover a recuperação das suas Áreas de Preservação Permanente. Nesse sentido, ela criou uma escadinha em que a obrigatoriedade para quem tivesse propriedade de até um módulo rural era de 5m; de 1 a 2, era de 8m; de 2 a 4, era de 15m; de 4 a 10, era de 20m; e, acima de 10, seria o mínimo de 30m, para os rios de até 10m de largura, indo até o máximo de 100.

Ou seja, pegou o espírito do projeto do Senado, reduziu para as propriedades menores e ampliou a obrigação para as propriedades maiores, que são aqueles que têm maiores condições de fazer a recuperação. Pareceu-nos algo absolutamente sensato. Mas alguns, insatisfeitos com isso, tentaram e conseguiram, lamentavelmente – a partir de uma pressão muito grande e também se utilizando do instrumento de que tudo para ser modificado na medida provisória, na Comissão Especial, teria que ser por acordo, em função da modificação anterior que precisou ser retornada e acabava com a obrigatoriedade de recomposição de APP de rios intermitentes –, incluir a ampliação para a redução da obrigatoriedade de recomposição de APPs em propriedades de 4 até 10 módulos, aumentando o escopo das propriedades para de 4 até 15 módulos e reduzindo a obrigatoriedade de recomposição de Áreas de Preservação Permanente de 20 para 15m.

Com esse voto, ela retoma, a partir do decreto, a ideia original de ter uma lógica de que quem é pequeno proprietário, quem tem uma menor capacidade de recuperação, vai recuperar uma área menor. Quem tem uma capacidade maior que são os médios e os grandes

proprietários têm uma obrigatoriedade de recomposição maior – e isso me parece absolutamente correto.

Outra questão também que foi introduzida, de forma inadequada, na última hora, que era a obrigatoriedade de Áreas de Preservação Permanente para rios intermitentes de até 2m de largura, de apenas 5m, independentemente do tamanho da propriedade, também acabando com o critério de escalonar as responsabilidades, em função do tamanho da propriedade e da capacidade do produtor rural de recompor as suas Áreas de Preservação Permanente. Ao vetar este artigo, a Presidenta também coloca o texto de forma mais equilibrada.

Outro inciso, o inciso III, do art. 61, "b", limitava a recomposição das Áreas de Preservação Permanente, que não poderiam ultrapassar 25% da área total do imóvel para imóveis com área superior para quatro e até dez módulos fiscais. Pois parece que as Áreas de Preservação Permanente têm que ser preservadas na sua totalidade e devem ser recuperadas, na medida do possível, em toda a sua totalidade, em função dos serviços ambientais que uma área de preservação permanente oferece, desde a proteção das águas à proteção da biodiversidade, à proteção contra a erosão e o assoreamento. Parece-me também que essa medida foi adequada.

De qualquer forma, o que nós temos foi outro voto, importante também, e que foi anunciado. Na ocasião, foi alertado que seria danosa ao meio ambiente, Senador Tomás, a possibilidade de recomposição de áreas de preservação permanente exclusivamente com árvores frutíferas.

Ora, já se permitiu recompor áreas de reserva legal utilizando plantas exóticas e plantas nativas. Agora, a recomposição de Áreas de Preservação Permanente que, como disse, têm um papel fundamental na preservação da biodiversidade, você poderia, por exemplo, em tese, com o artigo aprovado recompor uma Área de Preservação Permanente simplesmente plantando bananeiras. É claro que isso não seria adequado para as nossas Áreas de Preservação Permanente.

Entendo que, com esses vetos, nós vamos obter um texto do Código Florestal e, também, complementando com o decreto que cria o programa de regularização ambiental, o Código Florestal equilibrado.

Quero registrar aqui, e já disse outras vezes, está longe de ser o código dos meus sonhos, mas também não tenho a pretensão, num país diverso como o Brasil, de ter um Código Florestal que seja aquele das minhas convicções. O Código Florestal tem que ser a média da opinião do Congresso Nacional, a média da opinião também no processo do Poder Executivo, da sociedade brasileira. Entendo que não teremos o

Código Florestal ideal, mas teremos o Código Florestal equilibrado, que permitirá o Brasil continuar sendo um grande produtor de alimentos, um grande produtor de água e energia, mas mantendo a sua condição de potência ambiental.

Temos enormes desafios. Não vamos imaginar que, com todas as concessões que foram feitas no Código Florestal, ele será implementado da noite para o dia. Ele tem desafios enormes. Sabemos da dificuldade que os pequenos produtores rurais têm de recuperar as suas áreas de preservação permanente. Sabemos que isso tem custo. E o Governo precisa criar instrumentos, especialmente para o pequeno produtor, de estímulo para que ele consiga ter capacidade de recuperar as suas Áreas de Preservação Permanente.

Foi pensando nisso que apresentei projeto de lei e, agora, emenda nessa medida provisória que muda, que estende as concessões do setor elétrico, para fazer com que parte daqueles recursos que significariam a modicidade da tarifa seja utilizado para um fundo do meio ambiente, para um fundo de pagamentos por serviços ambientais, para criar instrumentos, possibilidades para os pequenos produtores rurais recuperarem as suas Áreas de Preservação Permanente.

Temos outros desafios. Precisamos fortalecer o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, fortalecendo todas as instituições, a Embrapa, com a sua capacidade de gerar conhecimento, de produzir novas tecnologias no âmbito da economia verde, do âmbito da agricultura sustentável, mas fortalecendo também a capacidade das universidades de fazerem pesquisa básica, fortalecendo as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, as Oepas, e fortalecendo também o sistema de extensão rural e assistência técnica, por meio das nossas Ematers.

Ficou muito claro para mim, no debate do Código Florestal, que a forma mais inteligente, a forma mais barata, a forma mais sustentável e a forma mais duradoura de garantirmos aumento da nossa produção rural, aumento da nossa produção de alimentos, aumento da nossa produção de agroenergia, sem precisar avançar sobre áreas de biomas preservados, é por meio do investimento em ciência, tecnologia e inovação.

É isso que fará com que o Brasil aproveite, por exemplo, os milhões e milhões de hectares, no Cerrado brasileiro, de pastagens degradadas, para avançar por meios de técnicas de integração lavoura/pecuária/floresta, por meio do plantio direto, garantir o aumento da produtividade, garantir o aumento da nossa produção sem precisar desmatar parcelas do bioma Cerrado. Esse bioma já teve mais de 50% da sua área convertida, antropizada, desmatada, sem que ainda conheçamos grande parte dessa biodiversidade fantástica, que é um

componente fundamental para o desenvolvimento da indústria da biotecnologia no Brasil. Essa biodiversidade será fundamental para a sustentabilidade da agricultura brasileira no futuro, para o desenvolvimento da nutracêutica, dos alimentos funcionais, enfim, de uma série de avanços que estão a aguardar a agricultura brasileira, já que nós temos no Cerrado brasileiro um dos grandes laboratórios de genes do mundo.

Portanto, quero convidar todos os Senadores, o Congresso Nacional, o setor produtivo brasileiro, o setor ambiental, a superar as divergências e começar imediatamente a construir uma agenda pós-Código Florestal, uma agenda de futuro, uma agenda em que a gente, definitivamente, retire, acabe com o antagonismo entre o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento da pecuária com a preservação do meio ambiente.

Hoje temos conhecimento suficiente, hoje, para garantir, como disse, que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, aumente sua capacidade de produzir alimentos, diversifique a sua produção de alimentos, de agroenergia, mas sem abrir mão da sua enorme biodiversidade, sem abrir mão de ser uma potência ambiental, sem abrir mão desse ativo fundamental para as futuras gerações, que é a biodiversidade brasileira.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Apenas sobre esse tema, uso declaração publicada hoje no Portal IG: o especialista em políticas públicas Kenzo Jucá, da organização ambiental WWF-Brasil, disse que viu com surpresa os vetos e considerou o ato de um decreto inconstitucional que poderá ser derrubado pelo Supremo Tribunal Federal.

Penso que nós, no Senado, vamos ter que nos debruçar sobre essa matéria para evitar que isso crie um contencioso político. Do ponto de vista técnico até podemos concordar que não haverá enormes dificuldades, porém, do ponto de vista institucional e político, pode haver problemas se isso for judicializado, como parece ser o caminho que está sendo indicado por algumas organizações não governamentais ligadas ao meio ambiente e também ligadas aos produtores rurais.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, pela Liderança do PCdoB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o tema é instigante. Como criador de várias áreas de proteção ambiental no meu Estado, sempre me sinto muito à vontade para discutir esse tema, mas vou ter de fazer isso em outra oportunidade, porque na data

de hoje, 18 de outubro, Dia do Médico, eu quero cumprimentar todos os médicos, todas as médicas que nos acompanham neste momento.

Esta é uma Casa que tem recepcionado muitos profissionais da área da saúde, notadamente médicos. Profissionais de outras categorias da área da saúde também têm assento no Senado Federal e na Câmara Federal, mas a minha relação com os médicos e com as médicas é muito forte. Então, não tenho como deixar de fazer este cumprimento a todos os médicos brasileiros e destacar, Sr^a Presidente, a carta que os profissionais acabam de entregar ao Ministro Padilha. É uma carta com muito conteúdo, porque é um dia de comemoração, mas é, ao mesmo tempo, um dia de luta dessas categorias.

Os médicos, juntamente com os demais profissionais da área de saúde, foram os construtores, junto com o movimento social, do Sistema Único de Saúde. Lembro-me da conferência de que participei. Eu ainda não era Parlamentar, mas estive aqui em Brasília, no Congresso Nacional, às vésperas da Constituinte, quando nós criamos o SUDS, Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, que resultou, posteriormente, no Sistema Único de Saúde e toda a sua implantação. Como membro do movimento popular, do movimento comunitário, eu participei ativamente desse processo na minha cidade de Fortaleza, no meu Estado, o Ceará.

Fico muito feliz que, na data de comemoração do Dia do Médico, as categorias profissionais representadas pela Associação Médica Brasileira, pelo Conselho Federal de Medicina e pela Federação Nacional dos Médicos se dirijam ao Ministro da Saúde para comemorar o Dia do Médico, mas deixando clara a sua insatisfação com o que vem ocorrendo e com as dificuldades por que passa o Sistema Único de Saúde no Brasil. É um sistema que atende a milhões e milhões de brasileiros e que passa por muita dificuldade. A União não conseguiu, ao lado da definição que foi feita por nós, no Congresso Nacional, de valor mínimo de aplicação na área de saúde para os Municípios e para os Estados, considerar a sua participação, através da solicitação feita pelas categorias, pelo movimento social, pelo movimento dos que precisam do Sistema Único de Saúde, para que a União alcançasse 10% das suas receitas brutas investidas na área da saúde. Então, essa é uma luta, um processo que nós ainda estamos vivenciando.

Ao lado da carta, foi entregue também a Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil, proposta pelas entidades médicas nacionais. Destaco, Sr^a Presidenta, alguns pontos, que considero muito significativos, dessa agenda que está embasada na carta que os profissionais entregaram ao Ministro da Saúde.

O primeiro é o problema do financiamento da saúde. Quer dizer, sem você atentar para a questão dos recursos que são necessários... Nós perdemos a CPMF aqui no Congresso Nacional, exatamente no Senado Federal, é verdade. Então, ao deixar de investir alguns bilhões... Na época eram 40 bilhões; hoje nós teríamos muito mais recursos destinados. Se investiu ou se não investiu é outro problema, mas o fato é que esses recursos eram destinados à saúde pública brasileira, e nós perdemos esses recursos. Então, hoje há uma luta nacional para que alcancemos os 10% da renda bruta da União para ações e serviços públicos de saúde.

Também destaco uma política de gestão do trabalho na saúde, para valorizar os profissionais, deixar de lado a precarização via terceirização e para que se amplie a contratação para ocupar cargos, tendo uma carreira e vencimentos adequados para os médicos e demais profissionais da área de saúde. Um modelo de gestão pública, um modelo de atenção à saúde.

Aqui destaco também o problema dos planos de saúde. Os médicos suspenderam o atendimento em vários Estados do País, num protesto nacional contra a ação dos planos de saúde. Os valores que são pagos hoje são degradantes para os profissionais, que se dirigem à Agência Nacional de Saúde, a quem entregaram uma correspondência, desde abril de 2012, e pretendem uma resposta para que possamos ter uma contratação entre médicos e operadoras em moldes elevados, o que não está ocorrendo.

Também tratam da adoção da classificação brasileira hierarquizada dos procedimentos médicos, da transparência dos dados de cobertura e atentam para a questão da regulação do setor privado, através da Agência Nacional de Saúde, de quem devemos chamar a atenção, porque se trata da saúde de milhões de brasileiros que, além de contribuir para o Governo Federal com seus tributos, com seus impostos aos Estados e Municípios, ainda pagam, adicionalmente, um plano de saúde, e não estão sendo atendidos de forma adequada.

Então, Sr^a Presidente, eu queria cumprimentar todos os médicos e médicas brasileiras, os estudantes de Medicina do nosso País, que serão os nossos futuros médicos, e, ao mesmo tempo, deixar registrado aqui, nos anais do Senado Federal, para que possamos acompanhar, na sequência, como Senadores responsáveis pela política de saúde do Brasil, essa proposta de carta que foi entregue pelas entidades médicas e também a agenda estratégica do setor.

Era este o pronunciamento que eu gostaria de fazer, cumprimentando esses profissionais tão valoro-

sos em nossa pátria que são os médicos e médicas brasileiras.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Inácio Arruda, a Mesa endossa a homenagem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Cumprimentando o nosso Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu ia dizer. A Mesa endossa a homenagem aos médicos e às médicas brasileiras neste dia registrado muito bem por V. Ex^a na pessoa e na figura do nosso colega Mozarildo Cavalcanti, que é médico, entre tantos que temos, inclusive o nosso Senador Waldemir Moka, que é membro da Mesa e é também um médico que está dando a sua contribuição valiosa com seus conhecimentos para a agenda parlamentar.

É claro que o problema do financiamento da saúde é crucial, até porque hoje, pela distribuição, os Municípios têm, pela lei, que aplicar 15% da sua receita líquida em saúde. Com a ausência da União e dos Estados no financiamento da saúde – os Estados deveriam aplicar 12% da receita líquida, e não o fazem; a União não faz os 10% que queríamos com a Emenda 29 –, sobrecarregam-se os Municípios, primos pobres da Federação, que aplicam não os 15% que a lei determina, mas, na média, mais de 20%.

Então, V. Ex^a abordou um tema muito relevante para a sociedade brasileira, que é a saúde pública.

Convidado para fazer uso da palavra como orador inscrito o Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, aproveitando a oportunidade de se comemorar no Brasil o Dia do Professor, na data de 15 de outubro, venho a esta tribuna parabenizar os professores de nosso País e, ao mesmo tempo, tecer algumas considerações.

A construção do País farto e generoso que sonhamos, em benefício de todos os seus filhos, nos impõe o contínuo aumento da escolarização da sociedade brasileira, com qualidade e soberania, com excelência.

É de Monteiro Lobato a brilhante afirmação de que “Um país se faz com homens e livros.” Mas a exata compreensão da literatura e de seu conteúdo exige que nos tornemos, antes de tudo, um País de gente culta e informada; um País de mulheres e homens com base intelectual suficiente para compreender o mundo, por intermédio da educação.

Vou partir do princípio de que não se discutem os benefícios da educação e de que não se discute que o Brasil tem muito a aprender, tem muito a ser feito.

Nas sociedades mais desenvolvidas, é a educação que qualifica o indivíduo para a vida coletiva, para o exercício cotidiano da cidadania, além de lhe garantir a desejada emancipação econômica, na medida em que lhe dá formação para o exercício de atividade remunerada, que lhe assegura o pão de cada dia, sobre a mesa.

O momento histórico tornou-se favorável em 1930, quando o governo Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação. No Brasil, uma discussão mais séria em torno da educação, no entanto, só começou em 1932, quando a vanguarda intelectual brasileira publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Personagens como Cecília Meireles, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo redigiram um texto, com propostas avançadas para a realidade da época, como a escola obrigatória gratuita, laica e não discriminatória.

No texto dos autores do Manifesto, nós, também, defendemos que a docência deve se tornar uma opção profissional atraente, com prestígio e bem remunerada. Ser professor não pode se tornar um mero sacerdócio, uma escolha pessoal e cheia de sacrifícios destinada apenas a uns poucos vocacionados.

É preciso que as carreiras vinculadas à educação atraiam os melhores quadros, para o bem das futuras gerações de cidadãos. A globalização e o ambiente internacional apontam que o conhecimento determinará o sucesso dos indivíduos, das empresas e dos países.

Na presente década, houve também um significativo aumento de vagas nos cursos profissionalizantes do ensino médio. Até o ano de 2002, funcionavam, no Brasil, 140 escolas técnicas. A elas se somam outras 214, inauguradas durante os oito anos do governo Lula, e a Presidente Dilma Rousseff deverá inaugurar mais 81 unidades iniciadas pelo seu antecessor. A meta da Presidente Dilma é construir outras 120 unidades de educação profissional e tecnológica, conforme a divulgação no lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Sr^ss e Srs. Senadores, devemos investir na formação continuada dos professores e não só no ensino técnico. Em outras épocas, as Escolas Normais tinham a sua importância nessa formação tão necessária.

Com a Lei nº 5.692, de 1971, garantiu-se a liberdade de escolha de cursos profissionalizantes no segundo grau pelas escolas. O curso de magistério assegurava a formação de mestres para creches e para o 1º grau até a 6º série.

Matérias e disciplinas do currículo do curso pedagógico garantiam a formação continuada do professor além do conhecimento apropriado e necessário para a qualidade dos mestres, que deveriam estar em todos

os rincões do nosso imenso Brasil, com suas peculiaridades variadas: três anos de Pedagogia, Psicologia, Higiene, Puericultura, Filosofia, e tantas outras disciplinas fazem falta na qualidade do professor que se propõe a ensinar nas creches e no ensino fundamental até a 6ª série.

Todo professor deve ser um educador: transmitir conhecimento deve estar aliado ao cultivo do espírito para a formação do caráter e o desenvolvimento das qualidades natas da personalidade do aluno. O professor poderá ser lembrado, no futuro, mas o educador será inesquecível em qualquer tempo.

Precisamos agregar a qualidade de conteúdo à universalização do ensino, porque uma proporção considerável dos estudantes brasileiros ainda apresenta deficiências na leitura e na escrita.

Devemos, por isso, investir na formação continuada dos professores que transmitem, em suas aulas, o aprendizado que tiveram oportunidade de receber.

É preciso dotar as escolas de equipamentos adequados, inclusive em informática, para que os estudantes maximizem seu potencial, na interação com os docentes e com os demais colegas.

Precisamos reforçar os investimentos na educação de base, desde a creche e pré-escola, porque, se queremos bons professores no futuro, teremos que ter alunos bem formados no presente.

Há discussões nos órgãos ligados ao Ministério da Educação sobre a organização de currículos, mas sem o objetivo de capacitar o professor. Também se defende a necessidade de tempo integral na aprendizagem dos alunos, mas até agora não se criou a determinação legal que efetive o avanço na qualidade do professor.

A discussão de nosso tempo quanto aos avanços possíveis na educação diz respeito ao projeto de se aumentar para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) o investimento nacional em educação, no curso dos próximos dez anos. No presente, é de 5% o valor reservado pelo Brasil à rubrica educação. Pelo texto legal, em discussão no Congresso Nacional, aumentaremos o desembolso para 7% do PIB, até o ano de 2015. Em seguida, no período entre 2015 e 2020, alcançaremos o patamar de 10% do PIB anual investidos em educação.

Sr@s e Srs. Senadores, concluímos que é de fundamental importância o retorno da educação continuada do professor com curso de Magistério em grau médio e ampliação dos investimentos públicos em Educação, iniciativas que certamente reverterão em desenvolvimento econômico e refinamento espiritual de nossa sociedade. Nas palavras do filósofo Emanuel Kant, “É no problema da educação que se assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade”.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento-o, Senador João Durval, por abordar esse tema que deveria ser pauta diária nossa aqui, porque a questão da Educação é o ponto de partida para qualquer desenvolvimento, seja social, seja econômico, seja educacional, seja em qualquer área. Então, V. Exª teve a felicidade de voltar ao tema do nosso. Senador Cristovam Buarque.

Ontem mesmo, estávamos discutindo, e um especialista, o Professor Demerval, que fez uma exposição sobre Federalismo, alertava que os 10% do PIB em educação ainda são pouco, porque, no passado, se pensava em 50%. Mas são os limites que temos no Orçamento.

Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador. João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há sobre a mesa **Requerimento nº 891, de 2012**, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País em viagem à cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América, para desempenho de missão oficial no período de 28 de outubro a 3 de novembro do corrente ano.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 891, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa durante o período de 28 de outubro a 3 de novembro do corrente ano, tendo em vista minha participação como observador parlamentar das atividades da 67ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos da América.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País no período acima citado.

Brasília, 18 de outubro de 2012. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Uma vez que a próxima sessão deliberativa ocorrerá após o período da referida licença, a Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, deferiu o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a minha voz está realmente comprometida de tanta campanha durante a eleição municipal. Mas eu não poderia ficar calado hoje, mesmo assim, para vir aqui homenagear a figura do médico. Eu sou médico; fui, aliás, o primeiro roraimense a se formar em medicina. Portanto, há 44 anos sou formado em medicina. Exerci, integral e intensamente, durante 14 anos, no período em que no meu Estado existiam apenas seis médicos para cerca de 200 mil habitantes; portanto, muito abaixo da recomendação da OMS, de 1 para 1.000. Hoje o meu Estado tem 530 médicos. Parece pouco esse número, mas nós não temos nem 500 mil habitantes. Portanto, dá menos de 1 para 1.000, o que é um bom número, embora, evidentemente, possa faltar nesta ou naquela especialidade.

Mas o importante hoje, além de prestar homenagem aos colegas e às colegas médicas, é registrar aqui que, se por um lado temos a comemorar, e temos muito, porque toda profissão exige vocação, abnegação e, sobretudo, que o profissional se dedique de maneira competente, ética. Mas a medicina, pelas suas peculiaridades, porque o médico lida com a saúde e com a vida das pessoas, com os sentimentos das pessoas, então exige muito mais do que uma simples dedicação. E por isso mesmo é que o médico, mesmo trabalhando na situação em que trabalha hoje, de aviltamento da profissão, seja na questão salarial, seja na questão da carga horária, mesmo assim, os médicos ainda são avaliados pela população como uma das instituições e profissões que tem a melhor avaliação pela população.

Quero ler uma homenagem aos médicos, uma nota do Conselho Regional de Medicina do meu Estado, que diz assim:

Hoje, 18 de outubro, comemoramos mais um dia dos médicos. Os colegas devem estar se perguntando: E temos o que comemorar? Temos, sim [...]: A nossa profissão é uma das poucas que ainda goza de credibilidade junto à população.

Em 2005, [...] [pesquisa feita indicou que,] na opinião do povo brasileiro, 81% dos entrevistados confiam na classe médica. Estudos feitos pela GfK – empresa especializada na execução de pesquisas de mercado –, em entrevista com cerca de mil pessoas, os médicos também se destacaram, atingindo 90% [de aprovação] das menções [feitas], conforme a lista divulgada pela GfK. Na divulgação do ÍNDICE DE CONFIANÇA (2011) PROFISSIONAL BRASIL INTERNACIONAL, a classe médica ficou junto aos bombeiros, carteiros e professores, considerados como os profissionais de maior

credibilidade. Na outra ponta [...], como instituições com menos credibilidade, [infelizmente], figuram os políticos e seus partidos.

Por essas razões, é que devemos aproveitar as nossas forças para lutar por melhores condições de trabalho, salários [mais] justos e uma assistência digna para nossos pacientes. Em parceria com o Conselho Federal de Medicina, iniciamos neste mês de outubro a “Campanha pela Valorização da Medicina e da Assistência em Saúde”. O Brasil tem urgência de ser bem tratado, especialmente no campo da saúde. Neste contexto, de ausência de políticas públicas que valorizem o setor e de falta de recursos para garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) em sua plenitude, os médicos cobram melhorias na rede de assistência e em suas condições de trabalho. Esses são os focos da nossa campanha.

[Portanto, eu quero dar os] parabéns a todos os médicos de Roraima [e do Brasil], que fazem de sua arte um instrumento de alívio para os males físicos e psíquicos de seus pacientes.

Essa é a nota do Conselho Regional de Medicina, que – digamos assim – eu assino embaixo, porque realmente eu fui Presidente do Conselho Regional de Medicina. Aliás, eu tenho o CRM mais antigo do meu Estado. O meu CRM é o menor. Portanto, eu sou o médico mais antigo ainda vivo no Estado de Roraima. Eu tenho muito orgulho disso. Eu sempre digo que, se eu fosse começar de novo, eu faria medicina novamente, apesar dessas condições precárias de salários, condições de trabalho, de aviltamento.

E, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, eu não poderia deixar de falar a respeito de um comentário feito pelo Senador Inácio Arruda de que faltam recursos porque se perdeu a CPMF. Isso não é verdade. Isso não é verdade, porque, no dia seguinte à derrubada da CPMF, aliás, contra a qual votei como médico porque a CPMF estava sendo usada para tudo, pouquíssimo para a saúde. Inicialmente, a CPMF foi criada só para a saúde; depois, botaram a segurança; depois, botaram outros setores e até usavam a CPMF para fazer caixa para o Governo, superávit primário.

Então, em 14 anos de existência da CPMF, não melhorou uma vírgula o setor de saúde pública no Brasil. Então, realmente, ali era um mal necessário a ser tirado. Porém, o Governo Federal – e aqui votei de novo na regulamentação da Emenda 29 – não tem limite para gastar em saúde. Então, quem termina gastando mais são os Municípios, que podem menos; quem termina gastando, em segundo lugar, são os Estados e quem gasta menos é a União, é o Governo Federal.

Isso é um paradoxo e eu espero que a Presidente Dilma possa, junto com o Ministro da Saúde, corrigir essa distorção, porque o Brasil arrecada mais de 30 impostos, fora as contribuições, e não destina nem 10% para a saúde. É um absurdo!

Então, quero, ao cumprimentar os Colegas, fazer esse registro também.

Mas quero ouvir, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, saúdo também os médicos nesta data de hoje, seu dia. E nada melhor para fazê-lo do que saudá-los através de V. Ex^a, que é um médico antigo do Estado de Roraima, brilhante, um político extraordinário e que esta Casa admira. Então, V. Ex^a, ao fazer essa homenagem, eu peço que também incorpore a homenagem que faço aos médicos do Brasil, aos médicos do meu Estado de Rondônia e aos médicos, evidentemente, do Estado de V. Ex^a, Roraima. E quero dizer, Senador, que é uma das profissões mais bonitas que já vi. O médico é uma figura admirada pela sociedade, pelas pessoas, principalmente nas cidades pequenas, porque exatamente o médico é a pessoa que nos socorre nas horas mais difíceis, cuida do que é mais importante na face da Terra, que é a vida humana. Então, V. Ex^a está de parabéns. Eu quero também cumprimentar, na pessoa de V. Ex^a, volto a repetir, todos os médicos, uma classe admiradíssima no Brasil. E fico feliz ao ouvir essa pesquisa feita por V. Ex^a, dita por V. Ex^a, da tribuna...

O Sr. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Lida.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Lida por V. Ex^a na tribuna, em que os médicos têm a confiança de mais de 80% da sociedade. Eu quero parabenizá-lo por isso. E é verdade. Esse é um fato absolutamente verdadeiro, porque o médico, como eu disse, tem a admiração inata das pessoas, das crianças. Se você conversa com uma criança na escola, quando pergunta o que ela quer ser quando crescer, geralmente ela fala que quer ser médico, porque admira o médico, tem no médico uma figura de empatia muito grande. Então, quero saudar V. Ex^a, que é o primeiro médico do antigo Território de Roraima. Sei também da dificuldade que tinham as pessoas para estudar em Rondônia. Iam estudar em Belém. Havia até a casa do médico em Belém. Iam estudar no Amazonas, iam estudar no Rio de Janeiro. Hoje, o meu Estado, felizmente, já tem também Faculdade de Medicina, para nossa felicidade, como também deverá ter o Estado de V. Ex^a. De sorte que eu queria neste momento saudá-lo e cumprimentá-lo sobretudo por ser o médico mais

antigo, o primeiro médico do meu querido Estado de Roraima. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a. Quero dizer que, quando mencionei aqui que hoje Roraima, tendo menos de 500 mil habitantes, tem 530 médicos, isso se deve, Senador, exatamente à criação do curso de Medicina lá em Roraima, na universidade federal.

Aliás, nessa época eu estava sem mandato e trabalhava na universidade, fazia parte do conselho universitário. E viemos aqui brigar, no Conselho Nacional de Saúde, pela criação do curso lá. Havia, no início, uma resistência terrível contra a abertura do curso. E hoje o curso é um dos mais bem avaliados no Brasil, lá em Roraima, e já forma médicos ao ponto de ter, proporcionalmente, mais médicos do que recomenda a Organização Mundial de Saúde.

Eu quero ouvir o aparte do Senador Sérgio Souza.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a, com a assiduidade e a preocupação de sempre com os interesses de todas as classes, vem à tribuna para reverenciar o médico, esse profissional essencial ao Brasil e ao mundo, à manutenção do mínimo de saúde necessária ao cidadão brasileiro. Eu vi, recentemente, uma reportagem que dizia que estão diversificando a atenção básica à saúde, levando o médico até a residência do cidadão. Eu, ontem, fiz uma rápida viagem ao Paraná, no final da tarde, retornando ainda no início da madrugada, e junto comigo estava o Ministro da Saúde, Ministro Padilha. E ele me dizia que, durante oito anos da sua vida como médico, ficava três meses no interior do Amazonas, na cidade de Santarém, no Pará, e três meses em São Paulo. Durante oito anos fazendo isso. Veja a dedicação que realmente alguns médicos fazem nas suas carreiras. Ele também relatava a preocupação do Ministério da Saúde do Governo da Presidente Dilma com a quantidade de médicos no Brasil. Nós temos um déficit muito grande ainda de médicos, principalmente nas regiões mais distantes, no interior do País ou dos Estados. Não é diferente no meu Estado, lógico, que é privilegiado por ter uma universidade de Medicina, que forma profissionais à altura do seu Estado e atende a demanda. Isso é importante. Mas me relatava, por exemplo, o Ministro Padilha, dizendo que no Estado do Maranhão há um déficit muito grande e lá temos que colocar mais universidades, universidades de Medicina, para fixarmos a residência dos médicos em determinadas regiões deste País em que são realmente necessários. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a e rogo para a felicidade de todos os médicos, em especial os do meu Estado, o Estado do Paraná.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradecendo ao Sérgio Souza, queria fazer só um comentário a respeito de seu aparte. Na verdade, no Brasil não existe carência de médicos. O que existe é má distribuição de médicos pelo País.

Você vê, por exemplo, na minha turma, nos formamos em Belém e fomos comemorar, no ano passado, os 44 anos de formados, a maioria dos colegas está em São Paulo, em Brasília, no Rio e a minoria está em Belém. Não é o meu caso porque fui para lá estudar e voltar para Roraima mesmo, mas muitos paraenses se formaram lá e foram para outros lugares. Por quê? Porque, nos lugares mais carentes, não há as condições de trabalho. Mesmo que o médico seja mais bem pago, ele não tem como exercer a profissão direito. Ou não tem hospital, ou tem hospital precário; a maioria dos prefeitos, em vez de construírem um posto de saúde ou um hospital, compram ambulâncias. Para quê? Para, quando a coisa complicar, mandar para o Município vizinho ou mandar para a capital.

Na verdade, por que eles fazem isso? É por malvadeza? Não. É porque não têm recursos para aplicar na construção e na manutenção de hospital, de posto de saúde etc. Então, o Governo Federal tem que inverter essa situação, e eu espero, inclusive, que, por parte do Ministro Padilha, que eu conheço, de quem reconheço a competência e abnegação – V. Ex^a citou aí que ele é lá de Santarém mesmo... Quero dizer que outro grande mal na área de saúde é a corrupção, é a corrupção. Olhem, no meu Estado, recentemente, pela segunda vez já, houve uma operação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal em que prenderam alguns peixes mais miúdos e se constatou um roubo de R\$30 milhões – parece pouco, mas R\$30 milhões – num Estado só e em pouco tempo. Roubando como? Roubando na compra de medicamentos. Compravam medicamentos prestes a vencer e, logo em seguida, faziam nova compra com dispensa de licitação e jogavam fora, aterravam os remédios vencidos.

Então, era um verdadeiro crime hediondo contra a saúde, mas contra a pessoa, contra a vida das pessoas. É preciso que a gente não só aumente a fiscalização dos recursos que são aplicados na saúde, e, aí, o Governo Federal tem um papel importante, assim como os órgãos de fiscalização, começando pelos Tribunais de Contas dos Estados, Ministérios Públicos dos Estados, vindo para a União, CGU, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal, porque não dá para querer melhorar a saúde se lá se transforma

num esquema de roubo dos recursos que eram para aplicar nas pessoas.

Finalmente, Senadora Ana Amélia, quero encerrar dizendo que tenho muito orgulho de ser médico. Embora não exerça mais, mas, quando exercei, eu o fiz de maneira intensa e continuo com o meu CRM em dia, isto é, estou em dia com o Conselho Regional de Medicina, porque eu sempre digo: estou Senador, mas sou médico. Pode ser que um dia eu volte ao exercício da profissão.

De qualquer forma é que, tendo avaliação positiva, apesar dos pesares, porque, muitas vezes, o médico é incriminado por um mau atendimento tanto no serviço público de saúde, no SUS, quanto nos planos de saúde; às vezes, o médico pega a culpa pelo patrão, porque o Governo não dá equipamento, não dá condições, não contrata funcionários em número suficiente, e os planos de saúde proibindo este ou aquele procedimento... Ao contrário, os planos de saúde querem que se atenda muita gente, mas sem condições. E o preço que se paga pela consulta é aviltante: a mais cara consulta no plano de saúde é alguma coisa em torno de R\$60,00, e a consulta básica não chega a R\$30,00.

Então, o médico é forçado a atender muita gente, sem poder fazer certos exames, porque o plano não cobre e, por isso, é um negócio muito rentável ser dono de um plano de saúde.

Eu quero encerrar, também, ao cumprimentar os colegas médicos de Roraima e do Brasil, os colegas e as colegas, dizer que também quero terminar homenageando os professores, cujo dia foi comemorado no dia 15, e que, sem o professor, não haveria o médico.

Portanto, a educação e a saúde são básicas. Assim como o professor é fundamental, o médico complementa porque cuida também. Se o educador cuida da formação intelectual e moral do cidadão, o médico cuida da integridade da saúde física, mental e social da população.

Muito obrigado.

Peço a V. Ex^a que autorize a transcrição de duas matérias a que eu me referi aqui.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Homenagem ao Dia dos Médicos;
- Roraima tem apenas 530 médicos.



Hoje, 18 de outubro, comemoramos mais um dia dos médicos. Os colegas devem estar se perguntando: E temos o que comemorar? Temos sim, caros colegas! A nossa profissão é uma das poucas que ainda goza de credibilidade junto à população.

Em 2005 o Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – publicou pesquisa sobre credibilidade entre algumas instituições e profissões. Os médicos alcançaram a maior credibilidade. Na opinião do povo brasileiro, 81% dos entrevistados confiam na classe médica.

Estudos feito pela GfK – empresa especializada na execução de pesquisa de mercado – em entrevista com cerca de mil pessoas, os médicos também se destacaram, atingindo 90% das menções, conforme a lista divulgada pela GfK. Na divulgação do ÍNDICE DE CONFIANÇA (2011) PROFISSIONAL BRASIL INTERNACIONAL, a classe médica ficou junto aos bombeiros, carteiros e professores, considerados como os profissionais de maior credibilidade. Na outra ponta da tabela, como instituições de menor credibilidade, figuram os políticos e seus partidos.

Por estas razões, é que devemos aproveitar nossas forças para lutar por melhores condições de trabalho, salários justos e uma assistência à saúde digna para nossos pacientes.

Em parceria com o Conselho Federal de Medicina iniciamos neste mês de outubro a "Campanha pela Valorização da Medicina e da Assistência em Saúde". O Brasil tem urgência de ser bem tratado, especialmente no campo da saúde. Neste contexto, de ausência de políticas públicas que valorizem o setor e de falta de recursos para garantir o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em sua plenitude, os médicos cobram melhorias na rede de assistência e em suas condições de trabalho. Esses são os focos da nossa campanha.

Parabéns a todos os médicos de Roraima, que fazem de sua arte um instrumento de alívio para os males físicos e psíquicos de seus pacientes.

Em nome do Conselho Regional de Medicina de Roraima, desejo a todos os colegas um

Feliz Dia dos Médicos.

**Wirlande Santos da Luz
Presidente do CRM-RR**

FOLHA

DE BOA VISTA

02/12/2011 02h43

Roraima tem apenas 530 médicos

YANA LIMA

Estudo realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) mostra que estados das regiões Norte e Nordeste têm mais médicos na rede privada que na pública. No entanto, Roraima vive uma realidade peculiar devido ao baixo número de profissionais. Os 530 médicos do Estado estão lotados na rede pública, e metade deles concilia este atendimento à rede privada por meio de consultórios e cooperativas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o ideal seria que houvesse dois médicos para cada mil habitantes. Considerando a população local, Roraima precisaria de pelo menos 900 médicos.

A realidade dos municípios do interior é ainda mais grave, pois de todos os médicos do Estado, mais de 500 estão lotados na capital. Dos que atuam exclusivamente no interior, segundo informações do Conselho Regional de Medicina (CRM-RR), não chegam a 15 profissionais. A demanda é prioritariamente atendida por profissionais que retomam à capital depois de cumprirem determinada carga horária no interior. Só o governo do Estado engloba mais de $\frac{3}{4}$ dos médicos disponíveis.

Conforme explicou o presidente do CRM-RR, Wirlande da Luz, a dificuldade de se prover os municípios do interior está intimamente ligada à falta de condições de trabalho nestes locais, que passam pela ausência de infraestrutura material e de equipamentos e até mesmo pela dificuldade de comunicação e isolamento.

"Independentemente do salário, os médicos têm medo de estarem em um lugar onde não têm condição de fazer um procedimento de grande ou médio porte e que, por isso, o paciente possa não resistir", frisou. Por isso, acrescentou, a maioria dos pacientes são encaminhados para atendimentos de média e alta complexidade na capital, sobrepondo a demanda em Boa Vista.

Outra reivindicação da classe é o salário, que, segundo o CRM, está muito aquém do que é desejável para um médico. A Federação Nacional dos Médicos, com base em estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, definiu que o profissional deveria receber em torno de R\$18.400 brutos por 40 horas trabalhadas.

Hoje, o governo do Estado paga R\$ 4.400,00 por quarenta horas semanais e R\$ 10 mil para o profissional de dedicação exclusiva - que não pode ter nenhuma outra espécie de vínculo, exceto dar

aulas. Já o salário pago pela Prefeitura de Boa Vista aos novos concursados é de R\$ 920,00 mais um abono que eleva o salário a R\$ 1.400,00. As informações são do Sindicato dos Médicos de Roraima.

Para Luz, o governo em suas três esferas – municipal, estadual e principalmente federal – deveria se unir para ampliar a quantidade de recursos investidos em saúde e dotar os municípios de difícil provimento com hospitais que ofereçam condições mínimas de atendimento médico. "Os poderes executivos, principalmente a União, precisam investir mais na saúde, para dar condição de trabalho para os profissionais e acabar com a precariedade de emprego", concluiu.

Sesau investe em residência para atrair profissionais

Leocádio Vasconcelos: "Nossa ideia é atrair médicos de outros estados, que acabam ficando em Roraima depois da residência"

O secretário estadual de Saúde, Leocádio Vasconcelos, ratificou que o número de médicos está bastante aquém da necessidade e informou que o Estado tem investido na oferta de residência médica para atrair profissionais de outros estados e manter aqueles que se formam aqui.

O Estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), já dispõe de residência médica nas áreas de cirurgia geral, obstetrícia, clínica médica, infectologia, ortopedia, pediatria e anestesia. "Nossa ideia é atrair médicos de outros estados que acabam ficando em Roraima depois da residência, além de manter os que se formam anualmente aqui por meio da Universidade Federal", frisou.

Além disso, no primeiro semestre do ano que vem, a Sesau vai realizar um concurso público, no qual ampliará seu quadro geral, inclusive o de médicos. A quantidade de vagas ainda não foi definida.

ESPECIALIDADES - O problema da falta de médicos se agrava no que diz respeito a algumas especialidades que têm número ínfimo de profissionais. Especialidades como cirurgias vasculares, de cabeça e pescoço, neurocirurgias, anestesia, oncologia, hematologia, dermatologia, urologia e medicina intensiva são áreas críticas nas quais em algumas ocasiões o Estado precisa recorrer ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para atender à demanda. Meses como dezembro e janeiro tendem a ser um momento crítico nos hospitais, devido às férias de alguns desses profissionais.

A escassez se deve ao fato de em algumas especialidades os profissionais procurarem cidades com maior demanda ou que ofereçam um suporte tecnológico e ainda aprimoramento pessoal constante, coisas que o Estado ainda não dispõe.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, Senador Mozarildo Cavalcanti, a sua solicitação será atendida, e renovando e endossando a manifestação em homenagem que o senhor, como médico, faz aos médicos.

O presidente do Conselho Regional de Medicina no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o CREMERS, Dr. Rogério Wolf de Aguiar, publicou hoje nos jornais um anúncio parabenizando todos os médicos gaúchos: “Saúde no Brasil – o País tem urgência de ser bem tratado, e os médicos também”.

E o que me deixa muito feliz também, Senador Mozarildo, é que o senhor é Senador aqui, com essa missão de médico; então, tem a sensibilidade.

Também queria fazer um registro sobre os candidatos médicos nas eleições municipais deste ano. No meu Estado, tive a honra de, na minha cidade, Lagoa Vermelha, ter o candidato Dr. Antônio Fávaro, que casualmente nasceu no mesmo distrito que eu, em Lagoa Vermelha, disputou como candidato a Vice, não foi feliz, mas foi uma bonita eleição. Da mesma forma, o cardiologista Dr. Marcos Boff, na cidade de Veranópolis.

Tivemos uma grande felicidade, uma vitória importante em Marau, com Dr. Bordin, que é do PDT; em Ipê, com o Dr. Portaluppi; e um médico, daqueles médicos bem populares, que atende à massa carente, o Dr. Farret, que é nosso, do Partido Progressista, Vice-Prefeito da cidade de Santa Maria, junto com o Prefeito Cezar Schirmer. E foi eleito um médico em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, Dr. Moacir. Na cidade de Farroupilha, também não é do meu partido, mas foi eleito um médico, o Dr. Clayton. E o Dr. Piva, do meu partido, foi reeleito Prefeito de Não-Me-Toque.

Assim é que os médicos estão hoje aumentando a responsabilidade, e tornando as comunidades bem assistidas.

Aproveito também para registrar: Dr. Jacó Lavinsky, é um grande oftalmologista; Dr. Fernando Lucchese, cardiologista do meu Estado; Dr^a Maira Caleffi, uma mastologista; Dr. Pedrini, também mastologista; Dr. Agostinho Neto, um ginecologista, como V. Ex^a; Dr. Armando Afonso; e Dr^a Ellen Abel.

Então, feitas essas homenagens, penso que estou aí abrigando não todos, mas grande parte dos médicos que fazem e exercem a Medicina como um sacerdócio. E o médico bom é esse médico que trata dessa forma, como fez V. Ex^a durante o tempo em que exerceu a Medicina.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, cidadãos brasileiros, Assessoria, todos aqueles que nos acompanham na tarde de hoje, o assunto que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é a sanção e os vetos opostos pela Presidente Dilma na Lei nº 12.727, que trata da Medida Provisória nº 571, que se refere ao Código Florestal brasileiro, ou seja, aquela Medida Provisória que complementou a Lei nº 12.651, de 2012, que é a lei do novo Código Florestal brasileiro. Código esse que tramitou, no Congresso Nacional, por mais de uma década de debates e embates, sempre com grupos aguerridos dedicados às suas causas. Junto com a sanção, foram apresentados nove vetos pela Presidência da República.

Sem entrar nos detalhes, penso que é fundamental destacar como positiva a sanção da lei originada pela MP 571, que, por sua vez, correspondia à continuidade de um processo legislativo que já durava quase 15 anos. Desde que o Brasil começou a expandir as suas áreas agrícolas, principalmente no Norte, houve a necessidade de regulamentarmos ou de refazermos a legislação ambiental. Trata-se, portanto, Sr. Presidente, meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, da consolidação de um marco regulatório para o uso da terra e para a conservação das florestas nacionais. Trata-se, enfim, de conferir segurança jurídica aos produtores agrícolas de todo o nosso Brasil. Esse é o ponto principal dessa legislação entendida como Código Florestal. O ponto principal é darmos segurança jurídica aos produtores de todo este nosso imenso e continental País.

A tramitação dessa matéria, ao longo de todos esses anos, foi marcada pelo antagonismo entre ruralistas e ambientalistas, e, ao final desse processo, percebendo que ambos os setores não se sentem plenamente satisfeitos, creio que foi possível construir um meio termo que atende ao Brasil.

O País possui uma vegetação extraordinária, inclusive possui uma vocação do mesmo tamanho na produção rural. E não se pode, em hipótese alguma, meus caros Senadores e Senadoras, abrir mão desse potencial rural que tem o Brasil, desse potencial agrícola que tem o Brasil, como não podemos também abrir mão do potencial ambiental que tem este País.

Podemos nos tornar o maior produtor de alimentos, em um Planeta que atingirá 9 bilhões de pessoas em 2050, sendo que, até lá, precisaremos aumentar em 50% a produção de alimentos, segundo dados fornecidos por Ban Ki-moon na abertura da Conferência sobre Sustentabilidade, a Rio+20, que ocorreu neste ano na cidade do Rio de Janeiro.

De outro lado, há que se considerar a nossa condição de país com um território de dimensões continentais, que possui 62% de matas nativas preservadas; 62% de todo o território brasileiro é coberto por matas nativas; 38% se referem aos centros urbanos, às regiões metropolitanas e às regiões degradadas, bem como às áreas utilizadas para a produção agrícola. Ou seja, mesmo com 62% do território preservado com mata nativa – repito isso, porque temos uma grande extensão também de reflorestamento com exóticas –, nós somos já o segundo maior produtor agrícola do mundo. Nós damos exemplo de produção agrícola e também damos exemplo de preservação ambiental. Ou seja, nós damos exemplo de sustentabilidade para o resto do mundo, e assim devemos continuar.

Penso que os dois objetivos foram perseguidos e alcançados, tanto a melhoria e a continuidade da produção rural, quanto a conservação ambiental. Sem esses dois elementos – produção de alimentos e conservação do meio ambiente –, nós não teremos sobrevida no Planeta. Não há vida sem alimentos, não há vida sem meio ambiente. São pilares necessários para a sustentabilidade dos nossos cidadãos, do povo, da Nação brasileira e de todo o Planeta.

Muitas vezes, as discussões se mostraram exacerbadas e desconexas. Afinal, não é possível ao homem do campo, cuja atividade econômica depende exclusivamente da natureza, não tratar, com muito cuidado, do meio ambiente em que vive e – repito – de que depende.

Mas, enfim, chegamos ao fim desse processo com a apresentação de nove vetos ao texto aprovado no Congresso Nacional. Devo dizer que o texto que aqui aprovamos representa a vontade da maioria do Poder Legislativo. E, aliás, ao longo das negociações, aparentemente contava também com a concordância do Governo Federal. Os vetos demonstram o contrário. E isso faz parte do processo democrático brasileiro.

É evidente que há críticas de mérito e de forma em relação aos vetos. Mas, ainda assim, vejo como positivo o estabelecimento, afinal, de um marco regulatório que traga paz e segurança ao homem do campo.

Com muito prazer, concedo um aparte à minha colega Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Sérgio Souza, V. Ex^a, que é de um Estado, como o meu, de alta produtividade agrícola de alimentos, o Paraná – eu sou do Rio Grande do Sul –, conhece melhor ainda a realidade dos pequenos e médios agricultores, que são a maioria no Brasil. A legislação, do ponto de vista técnico da preservação ambiental, protege os pequenos. Os grandes, na verdade, têm capacidade e poder para tomar empréstimos, para terem acesso

à tecnologia, todo acesso à competição de mercado; têm competitividade, porque têm poder. Os pequenos têm a proteção de políticas públicas, muito adequadas, por sinal, como o Pronaf, o Mais Alimentos, entre outros mecanismos de que dispõem. Agora mesmo, na votação do Código, o que nós aprovamos no Senado foi exatamente essa proteção aos que têm até quatro módulos fiscais, cuja dimensão varia de Estado para Estado e, às vezes, até de região para região. O módulo pode variar de 15 hectares até 100 hectares, dependendo da região do País. Eu me preocupo porque o médio agricultor, aquele que tem até 300 hectares, fica descoberto, como eu disse hoje, sem pai, nem mãe. O risco não é só o da insegurança jurídica: é o de aumentar a concentração das grandes propriedades ou a subdivisão da média propriedade em propriedades de até quatro módulos fiscais, como forma de sobrevivência dessa unidade rural média.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O que não traria benefício ao produtor, porque a legislação não permite. Aí tem que manter as áreas de preservação como se fossem a propriedade média.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – É. Veja só: este é um ponto. Mas nem vou me ater a esse aspecto, que é um aspecto técnico, eu diria. Quanto aos vetos, analisados tecnicamente, até os agricultores poderiam cumprí-los, dependendo dos prazos que o Governo regulamentar e da garantia que der. A minha preocupação é de ordem política e institucional. Nós aqui fizemos um enorme esforço, mas enorme esforço mesmo, porque, para aprovar uma matéria numa comissão mista que examina medida provisória, é preciso unanimidade. Basta que um Senador ou um Deputado na comissão mista estabeleça uma vírgula e não vote para anular todo o esforço. Naqueles dois dias das últimas semanas de votação do Código, houve um exercício muito exaustivo, cansativo, mas de muito empenho de parte a parte. Então, os nossos Relatores – elogio novamente desde o Aldo Rebello até o Luiz Henrique e o Jorge Viana – fizeram um trabalho junto com o Presidente no sentido dessa construção. Então, preocupa-me muito que a Presidente, que tem todo o direito constitucional de apor vetos, tenha usado o decreto-lei para resolver essa pendência. Aí é que está o grande problema da eventual discussão sobre a constitucionalidade desse ato da Presidente da República. Então, eu aqui acompanho isso e penso que uma matéria tão relevante como essa ir para a judicialização não é o melhor dos mundos, não é o melhor de que o Brasil precisa em matéria de segurança jurídica para a área da preservação ambiental. Para terminar, não querendo comprometer o seu discurso, mesmo tendo a certeza de que o Senador Mozarildo, generoso como

é, vai lhe dar o tempo que usei neste aparte, quero dizer que a minha preocupação também em relação a essa matéria, Senador, diz respeito às questões não só jurídicas, mas à questão da própria segurança do produtor rural e a uma omissão nessa lei, que não é uma lei de florestas, mas uma lei ambiental: não há, nessa lei, nenhuma referência a legislação ambiental para a área urbana, mas somente para a área rural. Então, não podemos nos omitir em ter também para a área urbana um requisito legal, um marco legal regulatório, porque, se não, vamos continuar, passivamente, aceitando o esgoto sendo jogado nos rios nas grandes cidades, e ninguém enxerga isso. O Tietê, lá em São Paulo; o Dilúvio, lá em Porto Alegre, jogando tudo no Guaíba ou nas nascentes dos rios. Isso pode. Então, é preciso ter não uma hipocrisia no trato dessa questão, mas um tratamento real, porque a maior parte dos agricultores brasileiros é preservacionista, no seu Estado e no meu Estado. Então, faço este aparte para tentar abrir o debate em torno desse tema, diante dos vetos que a Presidente Dilma apôs à Medida Provisória, trazendo um decreto para definir a questão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Dentro da questão de que, de fato, nós temos uma legislação ambiental, não uma legislação florestal, que não se restringe ou não deveria se restringir ao meio rural, mas também ao País como um todo, pois nas cidades é que se concentra hoje mais de 95% da população brasileira, concordo plenamente com V. Ex^a, porque eu já citava aqui, durante os debates, tanto aqui quanto nas Comissões de mérito, antes mesmo da Medida Provisória, o exemplo do Paraná, de Curitiba, pois passam por dentro da cidade de Curitiba vários rios, que se transformam ou desaguam no Iguaçu, um rio extremamente poluído, um dos mais poluídos, como o Tietê, em São Paulo, que não tem vida.

No entanto, pouco mais de uma centena de quilômetros após sair do meio urbano, você já vê uma vida toda em volta desse rio. De fato, nós percebemos que o maior poluidor é o homem, não é o produtor rural, não é o cidadão comum, não, é o homem como um todo. E como há uma aglomeração muito forte nos grandes centros, nos centros urbanos, a poluição maior é ali. E dali, cabe à natureza, durante...

E esse Código vem para isso. Ele vem como uma forma de proteção dos nossos rios. A mata ciliar serve para isso, além de formar o corredor da biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora. Mas ele serve como proteção dos nossos rios, que são uma fonte de água e da sustentabilidade.

Nos meios urbanos, isso não existe. Em Curitiba, mesmo, muitos dos rios estão embaixo das ruas, das

quadras, dos prédios. Isso é fato. Nós deveríamos ter avançado um pouco mais. Mas eu percebi que tanto o Governo quanto o Congresso Nacional, quando viram a dificuldade que seria tratar desse tema, dentro desse Código, não conseguiram avançar na celeridade ou na velocidade que precisaríamos para resolver o problema, pelo menos no meio rural. Mas, acredito que vamos dar um passo importante na sequência, porque há uma consciência muito grande de que nós precisamos rever parâmetros, padrões de produção e de consumo e, principalmente, de conservação do meio ambiente.

Sou Relator da Comissão de Mudanças Climáticas. Fiz uma referência, uma reflexão, nesta semana, na reunião da Comissão. Nós vamos ter a COP-18, agora, no final de novembro e começo de dezembro, em Doha, no Catar. Percebo que há um evidente desinteresse do Parlamento, pela assiduidade que percebo nessa Comissão, que é uma das comissões mais importantes do Congresso Nacional. O Congresso Nacional só tem duas comissões permanentes: uma é a de Mudanças Climáticas e a outra é a Comissão do Orçamento. E percebo um esvaziamento.

Mas eu vou além: percebo um desinteresse da sociedade brasileira, mundial, nessa questão do cuidado com as questões climáticas, que afetam diretamente a produção rural, o meio rural, o meio urbano, e que são fruto da forma com que nós utilizamos o nosso Planeta. Por isso, repito, usar parâmetros para mudar conceitos de produção e de consumo.

Nós temos que nos preocupar com isso, porque somente a parte econômica, momentânea, não é a solução. Talvez o econômico, no futuro, seja muito mais desfavorável ao cidadão brasileiro, à população mundial, se nós não adotarmos uma medida pontual no que diz respeito a essa questão das mudanças climáticas para minimizar secas como essas do Nordeste ou como essa que assolou o Sul do País, causando prejuízos catastróficos aos nossos Estados, principalmente ao Paraná e a Santa Catarina.

Com muita honra, concedo um aparte ao meu colega do PMDB do Estado de Rondônia, Senador Tomás Correia.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Senador Sérgio Souza, agradeço o aparte que V. Ex^a me concede. Eu queria dizer o seguinte: não há dúvida de que o Poder Executivo tem competência para apor vetos a matérias de projetos de lei votados nesta Casa. Isso é constitucional, não vejo nenhum problema quanto aos vetos, embora estranhe em uma matéria como esta, que foi amplamente debatida nesta Casa, discutida, objeto de acordos, de reuniões, de vai para lá e vem para cá, de puxa para um lado e para outro,

ambientalistas, ruralistas, debates, noites e jantares, almoços, etc. e tal para encontrar um texto que fosse consensual e que fosse entendido com o Poder Executivo. Tudo aprovado, o Congresso votou por unanimidade – houve apenas, se não estou enganado, dois votos: do Senador do PMDB do Paraná, Requião, e do Senador, salvo engano, do PT do Rio de Janeiro, Lindbergh Farias. O restante da Casa, todos os Senadores votaram aprovando esta medida provisória. Também na Câmara dos Deputados, salvo engano, foi unânime. E, de repente, o que era fruto do entendimento foi vetado. A competência para vetar é indiscutível, é matéria prevista na Constituição, mas aí vem uma dúvida maior: se o Executivo teria, efetivamente, competência para, através de ato administrativo, que é simplesmente um decreto, se poderia tratar dessa matéria por decreto. Uma matéria votada no Congresso, aprovada, que foi objeto de deliberação, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, de repente, essa matéria agora é tratada via administrativa, por decreto. Então, tenho dúvida se realmente não traz mais confusão ainda, porque certamente vai haver reação tanto por parte da Frente Parlamentar da Agricultura, que aqui às vezes é vista com certo desdém, como, se por acaso, no Brasil, a agricultura fosse uma coisa ruim – a Frente Parlamentar da Agricultura, a frente ruralista. A questão é vista, assim, como se fosse uma coisa retrógrada, uma coisa do atraso, uma coisa que não tem tanta importância no contexto nacional. E, na verdade, somos todos nós – eu não sou da Frente, mas sou produtor rural – produtores de alimentos. Por isso, eu queria dizer a V. Ex^a que fiquei triste quando vi esses vetos, porque eu estava animado, achando que a coisa estava andando, do ponto de vista do que tinha sido tratado na Casa, do ponto de vista do entendimento. Infelizmente, verificou-se que valeu mais a vontade do Poder Executivo do que a vontade do Congresso Nacional. De sorte que eu queria dizer a V. Ex^a que comproendo a competência da Presidente e sei que a Presidente da República deve estar com dificuldades, exatamente, porque, de um lado há a pressão ruralista, legítima, evidentemente, e de outro há a pressão dos ambientalistas. Então, a Presidente fica, talvez, sem condições de decidir para um lado ou para outro, fazendo aquilo que é melhor para o País. Eu tenho certeza de que a Presidenta da República, Dilma Rousseff, tem todo o interesse em atender ao que é bom para a nossa Nação, mas, sinceramente, eu volto a dizer que, quanto à constitucionalidade do decreto, eu tenho sérias dúvidas. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Eu penso que nós produzimos, no Congresso Nacional, uma legislação possível. Não foi a mais ideal, a perfeita, nem para os mais aguerridos das causas ambientalistas, nem para aqueles que defendem com mais profundidade as causas ruralistas.

Um dia eu disse à Ministra Izabella Teixeira que parecia um antagonismo, porque eu, como Senador da República, naquele momento, de um lado, era Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas e membro permanente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, ativo dentro das questões ambientais, e, por outro lado, era membro titular da Comissão de Agricultura e coordenador político da Frente Parlamentar Agropecuária, uma frente tida como ruralista.

Parecia um antagonismo, mas, de fato, não era. A experiência dos dois lados me levava à convicção de que o meu trabalho na defesa do Código Florestal era produzir um equilíbrio, um equilíbrio entre conservação do meio ambiente e produção de alimentos. Repito: não há sobrevivência no Planeta, não haverá seres humanos no Planeta, sem alimentos e sem meio ambiente.

Sr. Presidente, no que se refere ao mérito, eu não poderia deixar de externar a minha preocupação, no mérito dos vetos, com os médios produtores rurais – e aí, faço eco ao que disse a Senadora Ana Amélia – que podem encontrar dificuldades para manter a sua produção.

Os benefícios aos médios produtores rurais na recuperação das matas nas margens dos rios, o plantio de árvores frutíferas na recomposição das Áreas de Preservação Permanente e a possibilidade de regularização da situação relativa às autuações antes de 2008 – trata-se daquele decreto de crimes ambientais da época do Presidente Lula suspenso até sanção do novo Código Florestal –, a partir da adesão ao Programa de Regularização Ambiental, foram eliminados da nova legislação.

Também foi vetado o dispositivo que garantia o uso das áreas consolidadas, pois limitava a exigência de recomposição a 25% da área total do imóvel, no caso das propriedades que, até 2008, detinham até dez módulos fora da Amazônia Legal.

Enfim, são assuntos que devemos acompanhar ao longo da implementação do Código e, se for necessário, corrigir no futuro, aqui no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu sou Senador da República do Estado do Paraná e, quando cheguei ao Senado Federal, fiz uma reflexão da importância do meu mandato, da minha atuação. Qual é a função de um Senador da República? É representar o seu Estado, a sua unidade federativa.

O meu Estado do Paraná é o maior produtor agrícola deste País. Então, essa passou a ser a mi-

nha meta, que eu perseguia em todos os momentos, estando na Comissão da Agricultura, em todas as comissões por onde tramitou o Código Florestal, sendo membro da Comissão Mista que analisou a Medida Provisória nº 571, na Frente Parlamentar Agropecuária, porque o meu Estado é aquele que produz mais de 20% de toda a produção agropecuária deste País e precisa de um Senador que defenda essa produção, mas com sustentabilidade.

No entanto, no caso do meu Estado, o Paraná, creio que o fim desse processo traz enormes ganhos, afinal somos um Estado composto majoritariamente de pequenas propriedades – o Paraná é o segundo Estado com maior número de propriedades de agricultura familiar, perdendo tão somente para Minas Gerais –, e a estas foi assegurado o direito de produzir com a segurança jurídica necessária para tanto.

De qualquer maneira, depois de tantos debates, muitos deles extremados, exaltados em demasia, entendo que mais uma vez o Brasil dá uma demonstração de maturidade política e democrática.

Se já somos exemplo de preservação ambiental no mundo, penso que agora fomos muito além e nós nos tornamos exemplo de legislação ambiental para o mundo. Ao longo de todo o processo, buscamos harmonizar a necessidade de produzir e conservar, e, ao final, penso que fomos bem sucedidos.

Sr. Presidente, neste processo quem venceu foi o Brasil, foi o povo brasileiro, foi a Nação brasileira, foi o meio ambiente, mas também foi a produção rural deste País, que já é o segundo maior produtor agrícola do mundo e será um dos maiores responsáveis para alimentar o Planeta hoje e amanhã, quando seremos, em 2050, próximos a 9 bilhões de seres humanos sobre este Planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Uma boa tarde a todas as senhoras e senhores.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Antes de anunciar a próxima oradora, a Senadora Ana Amélia, quero ler alguns expedientes que se encontram sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 575, de 2012, conforme Ofício nº 69, de 2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 69/2012-GLPSD

Brasília, 17 de outubro de 2012.

Ref.: Designação de parlamentares para ocupar a vaga destinada ao PSD para compor as Comissões Mistas de apreciação de Medida Provisória nº 575, de 2012.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, em decorrência do afastamento da Senadora Kátia Abreu para tratar de interesse participar (art. 43, II RISF), coloco meu nome para ocupar a vaga destinada ao Partido Social Democrático – PSD, para compor como titular a Comissão Mista que apreciará a Medida Provisória nº 575, de 2012, para alterar a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para a licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Respeitosamente, – Senador **Marco Antônio Costa**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência designa os Deputados Felipe Bornier e Danrlei de Deus Hinterholz, como membros titulares, em substituição aos Deputados Guilherme Campos e Fábio Faria, e os Deputados Fábio Faria e Dr. Paulo César, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Eduardo Sciarra e Geraldo Thadeu, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 584, de 2012, conforme **Ofício nº 1.033, de 2012**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GAB/PSD nº 1.033

Brasília, 17 de outubro de 2012

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito que sejam indicados os seguintes parlamentares à Comissão Mista destinada a oferecer parecer à Medida Provisória nº 584, de 2012, em substituição aos membros atuais.

Titulares

Felipe Bornier

Danrlei de Deus

Suplentes

Fabio Faria

Dr. Paulo César.

Deputado **Guilherme Campos**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência designa:

– o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 578, de 2012, conforme o **Ofício nº 327, de 2012**, da Liderança do PMDB no Senado Federal.

– O Senado designa também os Senadores Luiz Henrique, Roberto Requião, Benedito de Lira e Eduardo Braga, como membros titulares em substituição aos Senadores Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Paulo Davim e Vital do Rêgo, e os Senadores Clésio Andrade, Pedro Simon e Paulo Davim, como membros suplentes, em substituição aos Senadores Ana Amélia, Romero Jucá e Sérgio Souza, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 580, de 2012**, conforme o **Ofício 324, de 2012**, da Liderança do PMDB, no Senado Federal.

– E designa ainda os Senadores Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira e Ana Amélia, como membros titulares, em substituição aos Senadores Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Paulo Davim e Vital do Rêgo, e os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Tomás Correia e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em substituição aos Senadores Ana Amélia, Romero Jucá, Sérgio Souza e Waldemir Moka, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida nº 581, de 2012**, conforme o **Ofício nº 325, de 2012**, da Liderança do PMDB no Senado Federal.

– E, ainda, os Senadores Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Eduardo Braga, como membros titulares, em substituição aos Senadores Renan Calheiros, Paulo Davim e Vital do Rêgo, e os Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Vital do Rêgo e Ivo Cassol, como membros suplentes, em substituição aos Senadores Ana Amélia, Romero Jucá, Sérgio Souza e Waldemir Moka, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 582, de 2012**, conforme o **Ofício nº 326, de 2012**, da Liderança do PMDB no Senado Federal.

– E ainda designa os Senadores Lobão Filho e Luiz Henrique, como membros titulares, em substituição aos Senadores Renan Calheiros e Paulo Davim, e os Senadores Tomás Correia, Eduardo Braga e Ricardo Ferraço, como mem-

bros suplentes, em substituição aos Senadores Ana Amélia, Sérgio Souza e Waldemir Moka, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 584, de 2012**, conforme o **Ofício 328, de 2012**, da Liderança do PMDB, no Senado Federal.

Os Ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos devidos processados.

São os seguintes os Ofícios:

OF. GLPMDB nº 327/2012

Brasília, 17 de outubro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 578, de 31 de agosto de 2012.

Titulares

Tomás Correia

Eduardo Braga

Ivo Cassol

Ricardo Ferraço

Benedito de Lira

Sérgio Souza

Waldemir Moka

Paulo Davim

Suplentes

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 324/2012

Brasília, 16 de outubro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 580, de 17 de setembro de 2012.

Titulares

Luiz Henrique

Clésio Andrade

Roberto Requião

Pedro Simon

Benedito de Lira

Waldemir Moka

Eduardo Braga

Paulo Davim

Suplentes

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 325/2012

Brasília, 16 de outubro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 581, de 21 de setembro de 2012.

Titulares

Waldemir Moka

Ricardo Ferraço

Eunício Oliveira

Ana Amélia

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 326/2012

Brasília, 16 de outubro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 582, de 21 de setembro de 2012.

Titulares

Clésio Andrade

Francisco Dornelles

Casildo Maldaner

Eduardo Braga

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 328/2012

Brasília, 16 de outubro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 584, de 11 de outubro de 2012.

Titulares

Francisco Dornelles

Lobão Filho

Vital do Rêgo

Luiz Henrique

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, aproveito para saudar os jovens visitantes, alunos porque estão uniformizados, jovens mulheres e homens que estão visitando o Senado nesta tarde, aqui em Brasília.

Suplentes

Eduardo Braga

Jader Barbalho

Tomás Correia

Casildo Maldaner

Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores para um tema que tem sido recorrente aqui relativamente a nossa eficiência da questão logística ou do funcionamento da máquina pública.

Por causa do excesso de politização e de cargos de confiança, não com escolhas técnicas, no Governo Federal, para se ter uma ideia do tamanho dessa máquina de cargos de confiança, são 22 mil cargos de confiança, portanto, cujas escolhas e seleção não são por critério técnico de confiança, mas por apadrinhamento político. Não chega a ser uma questão – digamos – equivocada, mas não é o critério que se exige nos países desenvolvidos para a escolha de bons gestores ou mesmo de pessoas qualificadas para o atendimento das demandas da sociedade; isso vai desde educação, saúde e todas as áreas envolvidas.

Hoje, temos agências reguladoras operando em vários segmentos.

A Administração Pública tem acumulado uma série de erros de gestão: decisões equivocadas, prazos incongruentes com as necessidades da sociedade e também das empresas e, consequentemente, restrição óbvia ao necessário aumento de competitividade brasileira: sermos melhores na competição comparado com os outros países.

Para ilustrar essa situação, eu trouxe hoje um exemplo de um caso que aconteceu recentemente no meu Estado do Rio Grande do Sul, mas que certamente se repete nos demais Estados brasileiros.

Um tradicional laboratório de medicamentos fitoterápicos está, há mais de um ano, esperando, Senador Mozarildo, a renovação de registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para retomar a produção de um medicamento fitoterápico que auxilia a digestão, desses que não precisam de receita médica, que são experimentados. Esse mesmo laboratório aguarda também, há um ano, pelo registro de um xarope contra tosse, também medicamento fitoterápico. Mas devido à demora da Anvisa em avaliar esses pedidos, a unidade, situada em Porto Alegre, na capital do meu Estado, está paralisada.

A consequência óbvia e lamentável é que os empregos dessa indústria também correm risco, pois, sem produção do medicamento fitoterápico a ser comercializado, não há retorno financeiro para pagar os funcionários que justificariam a vaga do profissional do laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, se V. Ex^a me permite, registro a presença aqui, nas nossas galerias, dos alunos do ensino médio do Instituto Auxiliadora, de Silvânia, Goiás. Sejam bem-vindos às nossas galerias.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Renovo, então, a saudação que havia feito também aos jovens estudantes.

Para demonstrar o descaso brasileiro com quem trabalha e produz, os servidores da Anvisa – que até tem um relacionamento muito profissional e institucional com o seu dirigente máximo, Dr. Dirceu Barbano –, quando procurados pelo laboratório, informaram aos dirigentes da empresa o seguinte: sobre o auxiliar digestivo fitoterápico, registrado desde 1951 – esse produto está no mercado, Senador, desde 1951 –, eles disseram que tem que ser feita uma renovação periódica. Ai, os servidores da Anvisa, disseram, simplesmente, que o pedido de renovação do medicamento não é uma prioridade. Desde 1951, a empresa tem o registro desse medicamento, produz, comercializa e vende. Sem a renovação ela não pode produzir e nem vender.

Quanto ao xarope, também fitoterápico, à mesma empresa foi explicado, pasmem, que a análise está sob a responsabilidade de um “único” funcionário responsável pela admissão de todos fitoterápicos do País. Uma técnica é responsável por mais 70 pedidos semelhantes de outras empresas. Ou seja, após um ano de espera, quando a empresa consegue explicações é para ouvir que não há previsão de solução a esses entraves burocráticos. Não é possível nem qualificar esse tipo de atendimento de um agente público, no caso uma agência reguladora, porque o mais importante não é dizer sim ou não – aliás, o mais importante é dizer sim ou não – e não deixar um ano uma empresa aguardando uma decisão que não tem, segundo eles, prioridade. Esse é o atestado maior dos problemas que nós temos.

No último dia 27 de setembro, encaminhei à Anvisa um ofício pedindo celeridade na análise desses pedidos de registros e de renovação para esse laboratório do meu Estado. Mas, infelizmente, ainda não há resposta.

Sinceramente, não há como um empresário ser otimista em relação ao futuro da própria empresa, e muito mais em relação ao Estado e ao País com tanta barreira burocrática.

Com a imensa biodiversidade que nós temos, não se pode aceitar que a Anvisa tenha apenas uma pessoa responsável para avaliar produtos de origem fitoterápica, que são medicamentos feitos exclusivamente à base de plantas. Isso não é admissível num país que se considera sério e com uma rica biodiversidade.

Se não são possíveis novas contratações para não inchar ainda mais os gastos com o funcionalismo, que se organize uma força tarefa com funcionários de outros setores para agilizar os pedidos que estão na fila de espera. Em poucos meses, certamente, essa pendência não existiria mais.

A Anvisa também tem provocado transtornos aos laboratórios com sucessivas alterações de normas nas duas últimas décadas, segundo reclamações das empresas que produzem fitoterápicos. Somente no meu Estado, das 90 indústrias que atuavam no setor em 1990, sobraram apenas – por conta de cada dia maiores dificuldades – 23, conforme informações do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul - Sindifar. Segundo o Diretor Técnico-Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – Alanac, Henrique Tada, esse mesmo problema é sentido nacionalmente. A Alanac, em conjunto com outras entidades de classe, também apoia a revisão das normas referentes aos fitoterápicos.

É importante considerar que o mercado mundial de fitoterápicos movimenta aproximadamente US\$22 bilhões. No território brasileiro, esse mesmo setor responde por apenas US\$500 milhões, o equivalente a R\$1 bilhão. É muito pouco, considerado o tamanho da biodiversidade brasileira. O Brasil deveria ser líder nesse mercado. Lá em Santa Catarina, existem muitos laboratórios fitoterápicos importantes, Senador Casildo Maldaner. O Brasil deveria ser líder nessa área, mas lamentavelmente esse papel é ocupado hoje pela Alemanha.

Portanto é dever do Poder Público viabilizar um ambiente favorável ao desenvolvimento do setor produtivo sem o mau uso da política, que, no caso do Brasil, tem deixado áreas da administração em situação de total letargia. Conheci inclusive um dono de um grande laboratório fitoterápico em Joinville.

Para ajudar a melhorar a gestão pública, apresentei nesta semana um projeto de lei, o PLS nº 367/2012, que sugere nova modificação na Lei das Licitações, com a obrigatoriedade de licitação para a aquisição de produtos da área da saúde.

A Constituição Federal determina a licitação como regra, sendo a dispensa reservada apenas para situações realmente excepcionais. Não acho que seja o caso da aquisição de produtos de saúde, ainda que a contratação inclua a transferência de tecnologia. É, portanto, uma forma de dar mais transparência às compras governamentais e reforçar a meritocracia para evitar, por exemplo, irregularidade ou o uso indevido dos recursos públicos. O contribuinte quer serviços de qualidade, já que temos uma das cargas tributárias mais elevadas do planeta.

O setor elétrico também precisa de regras mais claras e de foco na eficiência por parte das autoridades públicas. O processo de renovação dos contratos de concessões deste setor, por exemplo, atinge segmentos importantes da nossa infraestrutura, como rodovias e portos, segundo o especialista em infraestrutura Fábio

Moura, que publicou hoje um artigo no jornal *Folha de S. Paulo* sobre este tema.

Como sou integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura, penso ser essencial clareza no formato que o Governo brasileiro escolheu para renovar os contratos das concessionárias de energia elétrica. A exigência de queda de tarifas sem a divulgação prévia dos valores das indenizações tem afastado os investidores, especialmente os estrangeiros. A prova disso é que o Governo desistiu de tornar, também no caso dos aeroportos, os problemas existentes. No caso da infraestrutura aeroportuária, o Governo desistiu de tornar a Infraero majoritária nas novas concessões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, na grande Belo Horizonte, segundo informa hoje o jornal *Folha de S. Paulo*.

Essa medida, segundo a publicação, deve ser anunciada após as eleições municipais do segundo turno por causa da falta de intersetor dos investidores no modelo de leilão proposto pelo Governo, ou seja, o investidor precisa de clareza, de segurança jurídica para realizar os investimentos. E é preciso, portanto, ter uma atenção maior sobre esses aspectos.

Conversei sobre esse assunto com o Presidente da Frente Parlamentar, o Deputado Federal Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo, e avaliamos que essa "imprevisibilidade", essa "confusão", essas mudanças e essa insegurança não podem existir num momento crucial para ampliação de investimentos na logística nacional.

As Parcerias Público Privadas, as famosas PPPs, são uma ótima ideia, mas está sendo mal aproveitada. Ainda não conta com um marco legal definitivo. Nós precisamos aprofundar o debate sobre essas questões. E acho que, no próximo dia 21 de novembro, quando ocorrerá o Seminário "Um Novo Mapa Logístico", promovido pelo jornal *Valor Económico* em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura, aqui em Brasília, poderemos ampliar o entendimento, com a ajuda do setor privado, sobre os projetos logísticos, os modelos de financiamento e os marcos legais mais adequados ao desenvolvimento brasileiro.

O suíço Egon Zehnder, um dos mais famosos consultores de recursos humanos do mundo – o famoso *headhunter* ou caçador de talentos –, concedeu uma entrevista muito ilustrativa para as páginas amarelas da revista *Veja* publicada nesta semana, afirmando que, estatisticamente, a corrupção é menos nociva do que a escolha de gestores ineficientes.

Esse especialista fez contas para comprovar que os danos causados por uma administração pública mal feita são infinitamente maiores do que os inde-

sejáveis danos causados por casos de corrupção na área pública.

O especialista também usou uma comparação entre Singapura e Jamaica, países com históricos semelhantes, ambas ilhas subtropicais com populações equivalentes, mas com escolhas políticas completamente diferentes. Singapura optou por investir nos melhores gestores e talentos e os atraiu para dentro dos governos, com foco na competência e na meritocracia, enquanto a Jamaica não fez o mesmo caminho. Basta conferir o nível de desenvolvimento das duas nações para verificarmos o quanto as diferenças são gritantes.

Isso reforça a tese desse especialista de que nenhuma nomeação de ministro, de diretor de estatal ou de autarquia deve ser cem por cento política. Os aspectos técnicos precisam sempre ser considerados para evitar apagões na área logística em vários setores, não só de energia mas também na área do abastecimento, até de combustível.

Por isso, Sras e Srs. Senadores, em vez de indústrias fechando, queremos portas se abrindo para novos empregos, gerando mais oportunidades, mais renda e mais desenvolvimento. A administração federal precisa se manter firme no propósito de servir ao público, sem perder o foco na eficiência e na eficácia. Somente com menos burocracia e mais regras claras conseguiremos atingir as metas econômicas que estão sendo propostas pelo Governo Federal. E estamos aqui para ajudar nesse desenvolvimento e nesse crescimento. Mas é preciso também que haja, de parte do Governo, boa vontade para agir com inteligência em todos esses processos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A meritocracia, como em Singapura, e assim por diante, a competência, se nós as colocarmos na Anvisa, com certeza as renovações que os laboratórios de fisioterapia estão aguardando vão andar com um pouco mais de agilidade. Essa expectativa, ficar engavetado, demorar – como diz V. Ex^a, só tem um funcionário cuidando disso, é o que informa – não é possível, com tantos mil cargos comissionados no Governo Federal. Acho que nós temos que dar agilidade e proficiência.

Meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Na sequência, teremos a palavra do Líder do PSDB na Casa, o imenso Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje, pela manhã, participamos de um debate, no Senado Federal, sobre a construção do federalismo brasileiro, um debate imprescindível nesta hora.

A rediscussão do sistema federativo do País é essencial, talvez seja o maior desafio da hora presente. E é por essa razão que o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, construiu a comissão de especialistas para a apresentação de proposta, que dará início a um grande debate no Congresso Nacional.

Tive a satisfação de presidir uma mesa de debates, pela manhã, e o que procurei suscitar foi exatamente o fato de estarmos sob a vigência de um presidencialismo forte, que impossibilita a realização de reformas profundas sem a participação interessada, direta e competente da Presidência da República. Não há como realizar reformas essenciais para o País, sem que o Poder Executivo comande o processo. É do nosso sistema.

No Congresso Nacional, um desequilíbrio que fala por si só. Nunca tivemos desequilíbrio tão transcendental como o atual. A maioria governista é esmagadora. Numericamente, somos a menor oposição da história. Somos a menor oposição da América Latina.

O Brasil é um país-continente, com tradições, com diferenças regionais, com interesses que são incompatíveis entre as unidades federativas.

E, portanto, sem a presença do Executivo comandando o processo, já que é ele o maior legislador, já que é ele que pauta o Legislativo, já que é ele que impõe o cronograma de debates no Congresso Nacional, sem a participação efetiva, estaremos gerando falsa expectativa em relação às mudanças desejadas especialmente pelos prefeitos municipais.

Ainda nesta semana, tivemos a presença em Brasília de centenas de prefeitos brasileiros. Foi mais uma marcha na direção de Brasília. Em todos os anos, estamos acostumados a assistir à marcha de prefeitos até a Capital, na busca de apoio, agora, sobretudo, porque terminam os mandatos com dificuldades financeiras, e quase sempre as medidas adotadas são paliativas e não solucionam de forma definitiva o drama vivido pelos Municípios brasileiros.

A experiência brasileira de um federalismo fiscal tem enfrentado cinco grandes desafios. Os três primeiros encontram-se no plano político, pois implicam definição quanto ao perfil que se pretenda dar ao relacionamento entre os vários

segmentos da sociedade e do Poder Público. Os dois últimos envolvem questões de ordem técnica, ligadas à instituição e conformação da tributação enquanto tal.

Nessa ordem de desafios, destacam-se a carga tributária, a distribuição dos encargos públicos, a “guerra fiscal” e os critérios de definição da competência tributária, passando ainda pela neutralidade da tributação.

No Brasil, a partida das receitas é muito clara (com percentuais bastante definidos), mas a partilha das despesas é confusa; não há clareza nenhuma, é sempre ponto de tensão. No que tange às despesas, pode-se dizer que o federalismo é imperfeito.

Infelizmente, a minuciosa partilha de rendas, em grande medida abrigada no texto constitucional, não correspondeu a uma minimamente consistente discriminação de encargos públicos, gerando sobreposições de competência e flagrantes desperdícios, sem mencionar a irracionalidade das transferências de recursos advindas de emendas parlamentares.

Estamos cônscios de que esse federalismo imperfeito, em gradações distintas, sempre viveu em ebullição. Nesse contexto, nos dias atuais, se avizinha uma crise de grandes proporções.

Eu vou conceder um aparte.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Solicito um aparte bem rápido a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não. Com prazer.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Só uma informação. Voltando um pouquinho ao discurso de V. Ex^a, eu tenho aqui um dado interessante: das leis aprovadas no Brasil, nos últimos 15 anos, 1.871 partiram do Poder Executivo; destas, 702 medidas provisórias. De iniciativa do Poder Legislativo, 970 leis, em 15 anos. Portanto, V. Ex^a veja que nós estamos aqui só homologando atos que vêm do Executivo. Peço desculpa a V. Ex^a por ter interrompido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Oportuno o aparte de V. Ex^a, e agradeço a interferência no discurso exatamente porque V. Ex^a traz a fotografia da realidade que estamos aqui descrevendo – a predominância do Executivo, inclusive com invasão de competência, subtraindo prerrogativas do Legislativo e impondo as normas legais, que são homologadas no Congresso Nacional.

É por esta razão que nós estamos afirmando: não podemos gerar falsa expectativa. Vamos alimentar o debate sobre a necessidade de revermos o Pacto Federativo, mas não vamos anunciar que será uma realidade a mudança que o Brasil espera – a menos que o Poder Executivo se interesse.

Vamos a alguns fatos que agravam a situação, alguns impasses que estão à vista.

O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais os vigentes critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), modulando seus efeitos até 31 de dezembro de 2012. Findo esse prazo, sem a construção de novas regras compatíveis com a Constituição, a sanção será a suspensão das transferências ao Fundo de Participação dos Estados. Caso isso se concretize, o caos nas contas estaduais será inevitável.

Numa outra vertente, as perspectivas de elevação das transferências para os Estados, em face dos *royalties* do pré-sal, levaram o Congresso Nacional a alterar os controversos critérios de rateio em vigor, substituindo-os pelo Fundo de Participação dos Estados.

Como nos alerta Everardo Maciel, em que pese o voto do Executivo, aposte à norma aprovada pelo Parlamento, a simples possibilidade de apreciação do voto facilita imaginar uma situação absolutamente esdrúxula que consiste em substituir critérios inconsistentes por outros tidos como inconstitucionais. A guerra fiscal, como destacam os especialistas, possui muitas frentes e é travada em muitas e controvertidas trincheiras.

Sou autor, Senador Tomás, de uma PEC, a de nº 23, que altera o art. 159 da Constituição Federal para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições previstas nas alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 195.

Recordo que a Constituição Federal estabelece que a União entregue 48% da arrecadação do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos demais entes da Federação. Na partilha estabelecida pelo art. 159, 21,5% são destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); 23,5%, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo que 1% será entregue, no primeiro decênio do mês de dezembro de cada ano, e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Entretanto, a cada ano, as unidades da Federação vêm sentindo uma sensível perda nas transferências obrigatórias, haja vista o aumento da participação das contribuições sociais na arrecadação federal. Em 2008, os impostos representavam 39,28% do total dos tributos arrecadados pela Receita Federal, enquanto as contribuições representavam 56%. Esses valores estão ainda mais descalibrados.

É por essa razão que a nossa proposta, em atendimento ao pleito dos prefeitos do Paraná, inicialmente, depois apoiados por prefeitos de todo o Brasil, tem por objetivo fazer com que os recursos oriundos das

contribuições sociais, que significam 56% do total da receita pública federal, sejam também esses recursos compartilhados na composição do Fundo de Participação dos Municípios brasileiros.

A nossa proposta torna obrigatória a partilha dos recursos das contribuições sociais incidentes sobre a receita ou faturamento e o lucro com os Municípios, de maneira a permitir que mantenham sua autonomia financeira.

Portanto, Srs. Senadores, esse é o grande desafio do Congresso Nacional. Não há respeito ao princípio da isonomia na distribuição dos recursos. Quase sempre, nos últimos dez anos, quando falamos em reforma tributária, pensamos muito mais na parte referente à arrecadação do que na parte atinente à distribuição dos recursos arrecadados. É evidente que não basta essa preocupação com uma melhor distribuição dos recursos públicos. É preciso preocupação também em relação à aplicação desses recursos. Nós dependemos de reformas essenciais para que os recursos públicos sejam mais bem aplicados. O modelo atual, instituído a partir de Brasília e transplantado a Estados e Municípios, esgota a energia financeira do Poder Público brasileiro, reduzindo a capacidade de investimento.

Eu cito como exemplo o meu Estado. Quando fui Governador, de 1987 a 1991, investimos em média por ano 23% da receita estadual. Nos últimos governos, o investimento foi de apenas 5%. No atual, não chegaremos a 5%. Está havendo uma involução perversa. Enquanto o Estado arrecada mais e arrecada mais em valores reais, aplica menos, investe menos, porque o Estado vai se tornando perdulário. Ele foi engordando para atender o apetite fisiológico daqueles que o apoiam.

E vou repetir aqui o que tenho dito nos últimos dias, especialmente em função da campanha eleitoral: quanto pior o governo, quanto mais complacente, conivente, cúmplice da corrupção, quanto mais incompetente do ponto de vista administrativo, mais apoio político obtém, mais gasta em publicidade oficial. Para obter o apoio da maioria política, os cargos públicos, os recursos públicos, para obter apoio da opinião pública, a publicidade oficial é enganosa, milionária ou bilionária. O povo acaba iludido com governos virtuais. E as consequências são imprevisíveis, especialmente no que diz respeito ao comprometimento da qualidade de vida dos brasileiros. Os problemas se avolumam.

Portanto, há preocupação com uma melhor distribuição dos recursos públicos entre os entes da Federação, mas há preocupação também com reformas que alterem o sistema vigente, eliminando o balcão de negócios em primeiro lugar, sepultando esse modelo que institui uma relação de promiscuidade entre

poderes; que, realizando uma reforma administrativa, superem a realidade presente do paralelismo, da superposição de ações, com a criação de estruturas para contemplar os que são os apaniguados que oferecem o apoio intransigente, inconsequente e permanentemente fiel às imposições de quem governa tanto no plano da União quanto dos Estados e Municípios, sem generalizar, evidentemente, porque existem as boas exceções administrativas, que devem ser valorizadas.

Portanto, essa é uma aspiração que certamente muitos brasileiros devem alimentar. É verdade que boa parte da população não tem informações suficientes para avaliar o sistema vigente. Mas eu estou convicto: ou realizamos um pacto entre os políticos brasileiros e acabamos com esse sistema, sepultamos esse modelo, ou não vamos alcançar os índices de desenvolvimento que o Brasil merece.

Eu citei o exemplo do Paraná porque conheço os números, mas, certamente, esse exemplo não é o único. Certamente, se nós projetarmos para a União, verificaremos que a capacidade de investir do Estado brasileiro está sendo liquidada aos poucos por esse sistema perdulário que se instituiu no Brasil e que gerou, por exemplo, o mensalão.

O mensalão é um exemplo pontual. O Supremo Tribunal Federal está condenando o mensalão. Hoje discute e julga a formação de quadrilha, ou seja, são os quadrilheiros da República, são os marginais que se organizam em quadrilha para assaltar os cofres públicos. Não é a oposição que está afirmando isso: é o Supremo Tribunal Federal que está confirmado, julgando e condenando.

Esse sistema tem que prevalecer? Esse sistema pode perdurar? É evidente que não. Para o bem do País, esse sistema tem que ser destruído, tem que ser desmontado, tem que ser sepultado, evidentemente, a partir de lideranças políticas responsáveis, mas seguramente através do voto do eleitor nas urnas.

Nós estamos caminhando. Essas eleições municipais em curso atestam a falência do quadro partidário brasileiro e confirma a necessidade da reforma política. Entre todas as reformas propaladas, anunciadas, essa deveria ser a matriz de todas elas, e até hoje estamos devendo.

Vou conceder os dois apartes, porque o meu tempo está se esgotando, com muito prazer.

Ouço primeiro o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina, e depois o Senador Cristovam Buarque, de Brasília.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Eu até disse, ainda ontem, ao destacar o Senador Luiz Henrique, Senador Alvaro Dias, que, na verdade, se analisarmos o que está em julgamento pelo Supremo

hoje, se resumi bem, é o sistema, o sistema eleitoral, o sistema como se praticam as eleições, a arrecadação dos recursos. Acabamos de passar pelas eleições municipais no Brasil inteiro – ainda há os Municípios em que haverá segundo turno – e vimos que é perverso o sistema. As negociações são uma loucura, assim como o modo de angariar os recursos, o modo de fazer... As televisões, aqueles *marketing*... Aquilo é construído, aquilo é maquiado, aquilo é feito. O *marketing*... São as empresas. É preciso contratá-las. Aquilo vira um mercado, na verdade. É uma loucura a negociação entre os partidos para receber apoio. Vai daqui, vai de lá, e a estrutura, então, tem que garantir as eleições dos que pertencem ao partido para emprestar apoio ou ceder o tempo de televisão. Isso está um balcão de negócios. V. Ex^a tem razão, Senador Alvaro Dias: precisamos mexer é na origem disso tudo, na reforma política. Essa reforma precisa acontecer, para deixar mais transparente, para evitar as coligações desproporcionais, menos partidos, ter mais ideias, essa outra questão da garantia do fundo de recursos públicos com transparência, evitando participação particular, para evitar essa negociação oculta de querer transformar e dar legalidade a isso. Eu acho que essas questões todas... E aí V. Ex^a também abordou a descentralização do Brasil. Em vez de o Governo querer fazer, ele tem que ser o normatizador das políticas nacionais. Ele tem que normatizar, e não ele querer realizar, querer ser o agente de tudo, porque traça as políticas gerais nisso, e começar com essa reforma política que V. Ex^a muito bem detalha e muito bem expõe neste momento, Senador Alvaro Dias. Nossos cumprimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

V. Ex^a conhece bem o modelo político vigente, milita há muitos anos e sabe que, sem mudança, sem reforma, nós seremos atropelados pela opinião pública brasileira, pela sociedade brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Alvaro Dias, eu tive oportunidade de viajar e participar dessas eleições em muitas cidades do Brasil. De fato, de cada eleição a que a gente vai, a cada dois anos, a gente sai com a sensação de que o quadro piorou. Eu nunca vi – embora a última não tenha sido boa – uma eleição com tanta mistura de siglas, com tanta sobra de dinheiro e com tanta falta de ideias, de propostas, de concepções. Nunca vi. Um vazio geral de concepção, de propostas, de compromissos com algo mais do que apenas as propostas locais; um custo altíssimo de campanha, que deixa cada pessoa hoje se perguntando se deve voltar a ser

candidato ou não, porque não sabe onde vai conseguir esse dinheiro e nem os compromissos que esse dinheiro exige. E, finalmente, a misturada. Eu acho que fiz campanha para Prefeito de todos os números que se imagine, não porque eu tenha optado, mas porque era aquilo que estava nas alianças que se faziam ali. Procurei ter um rigor, apenas do ponto de vista ético, mas, do ponto de vista de sigla – eu faço questão de não chamar de partido –, não dava para recusar defender siglas as mais diversas, até porque eu me sinto mais identificado, às vezes, com pessoas de outras siglas, e com pessoas da minha sigla – e há um candidato para o qual eu não vou fazer campanha –, do que deles. Nós precisamos entender que o modelo democrático brasileiro se esgotou. Se esgotou, não de se acabar, mas se esgotou de perder a funcionalidade. Na verdade, não é só a democracia. Eu acho que os quatro pilares que nortearam o Brasil nesses últimos 20 anos – numa continuidade – se esgotaram. A democracia. Todos os quatro presidentes – eu falo desde o Itamar – mantiveram o compromisso, mas cheio de dúvidas. A democracia com corrupção, a democracia com dinheiro privado corrompendo as eleições, ou mesmo quando não corrompe. Essa democracia da falta de partidos está se esgotando. Segundo, a responsabilidade fiscal, criação do governo Itamar, ainda, graças ao Ministro Fernando Henrique, que tem servido, mais ou menos, para todos. Obviamente, hoje, eu vejo um risco na responsabilidade fiscal, mas ela continua. Só que se esgotou. A gente não vai segurar essa responsabilidade fiscal, Senador, se não houver uma reforma do Estado, se a gente não reduzir o número de ministérios, se não controlar os gastos, não vai segurar essa responsabilidade fiscal. Terceiro, a generosidade social, que foi um grande avanço, que começa com Fernando Henrique, com a Bolsa Escola, que o Presidente Lula ampliou, que a Dilma mantém e até criou novos programas. Não se vai manter e, além disso, não basta. Quando é que a gente vai ter um candidato a presidente que vai dizer como o Brasil será emancipado da necessidade de bolsa? Quando é que a gente vai ter um candidato que diga: “dentro de tantos anos, nenhum brasileiro vai precisar receber bolsa”? E quarto, eu acho que o modelo econômico também é o mesmo, e aí não é só a democracia, vem de antes. É o da metal-mecânica, do agronegócio exportador, e do que mais, além da metal-mecânica? Tem que entrar no modelo econômico da indústria de alta tecnologia, do respeito ao meio ambiente como parte do modelo econômico, e um modelo econômico distributivo nele, sem a necessidade de o dinheiro passar pelo Estado para ser distribuído. Mas desses, é o primeiro que o senhor falou e no qual eu quero tocar. Não dá para

continuar essa democracia, porque, ou ela se acaba, ou ela fica só no nome de democracia, mas uma instituição de manipulação, de convivência geral, como a gente tem visto. Nós precisamos dar uma inflexão, uma mudança de rumos e, talvez, quem sabe, Senador Casildo, a gente aproveite a primeira semana depois da eleição para trazer esse assunto aqui. Não houve um Senador fora do processo eleitoral. Mesmo aqui no DF, onde não há, eu me envolvi por todo o Brasil – ontem mesmo, estava em Curitiba, ontem à noite. Então, vamos aproveitar e tentar fazer... Fez-se um grupo de reforma política. Lembra-se? Cadê o resultado daquilo? Hoje há uma do federalismo, há outra do Código Penal, mas quando é que a gente vai ter uma de fato, para valer? E não só de debate intelectual e acadêmico, porque isso a gente faria na universidade, mas, sim, de uma mudança no regime do processo eleitoral e político, separando os dois por uma questão técnica apenas. Eu gostaria de me somar a essa sua preocupação, talvez conversar com o Presidente da Casa e dizer que é preciso haver um grupo de Senadores que reflitamos sobre como fazer uma eleição séria, decente e, outra coisa, sem o poder econômico dos Estados mandando tanto – digo dos Estados, das prefeituras, da União e do próprio Estado. Não dá, a democracia está se esgotando! Ou por se acabar ou por ficar uma farsa, porque eu acho que está muito perto de haver uma democracia farsante se nós não soubermos fazer a reforma política o mais rápido possível.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu, com satisfação, concluo o meu discurso com as suas palavras porque diferentes das minhas, no mesmo contexto, com o mesmo conteúdo, desenhando o mesmo quadro e desejando as mesmas mudanças.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, e caros colegas, além da bela festa democrática que levou quase duas centenas de milhões de eleitores às urnas no último dia 7, um fato específico chamou a atenção: a impressionante velocidade da apuração.

Eu vou falar um pouco sobre isso, apesar dos senões que existem nas campanhas, como há pouco o Senador Alvaro Dias levantou, além das colocações muito bem-fundamentadas do Senador Cristovam Buarque e as preocupações que nós temos com a maneira pela qual se praticam as eleições, os meios que são usados. Isso deve fazer parte de uma reforma política, que urge no País. Penso que o Governo, com a sua liderança, com a maioria, deve encabeçar esse momento, sem dúvida alguma.

Eu quero trazer aqui algumas coisas: o meu Estado de Santa Catarina tem avançado no campo tecnológico, assim como as pessoas, empresas, empreendedores que promovem inovações. Quero exaltar um pouco isso.

Como eu ia dizendo sobre a velocidade das eleições, poucas horas após o encerramento do horário de votação, o Brasil já conhecia vereadores e prefeitos eleitos, bem como aqueles que tinham passado ao segundo turno. No Município catarinense de Pinheiro Preto, a apuração durou exatos 7min36. Para quem já presenciou algumas eleições – e posso afirmar com orgulho, com propriedade, pois, no último dia 7, completaram-se 50 anos da minha primeira disputa eleitoral –, a diferença é abissal. Antes, com a votação manual, em cédulas eleitorais, a apuração era uma verdadeira maratona, que durava mais de uma semana, dependendo do tamanho do eleitorado.

Sei que o Senador Mozarildo Cavalcanti tem passado por isso também lá no glorioso Estado de Roraima. Desde 1996, com a implantação da votação eletrônica em 100% dos Municípios brasileiros, a situação mudou radicalmente. Mas essa história começou antes, em 1989, na cidade de Brusque, Santa Catarina, com a iniciativa do então Juiz Eleitoral Carlos Prudêncio, hoje Desembargador em nosso Tribunal de Justiça. Em nosso Estado, naturalmente, a ideia encontrou ambiente para seu desenvolvimento, permitindo a posterior expansão para o todo o Brasil.

Quanto à urna eletrônica, eu me lembro, até participei, em Brusque. Foi

a primeira experiência nessa época, e o Desembargador Prudêncio, à época, era o Juiz Eleitoral do lugar. E a gente até não botava fé, porque o resultado era instantâneo praticamente. Nós já tentamos. Éramos acostumados a esperar.

Eu nunca me esqueço de que os Municípios da área de segurança, na fronteira com a Argentina, em 1985, quando vieram as diretas para esses Municípios, em capitais, em Municípios de área de segurança, eu me lembro que, no Município de Tapiranga, na fronteira com a Argentina, era a primeira eleição, nós não tínhamos pessoas para colocar como fiscais nas

mesas apuradoras. Só tínhamos um ou dois, que arrumamos lá, ajeitamos, para conferir, para participar em cada mesa de escrutinadores. Tem que haver fiscais para apoiar, acompanhando a apuração, para ver se está correta, se não mistura voto de um candidato com outro. Era comum acontecer de misturar. Eu não sei se de propósito, ou sem querer, ou querendo, mas era comum naquela época. Então, tinha que estar de olho aberto ali para acompanhar isso. E como!

Eu era Deputado Federal à época, e eu fiz uma sugestão para que o nosso advogado de lá requeresse ao juiz eleitoral – como nós tínhamos só dois, só duas pessoas que pudessem acompanhar como fiscais de várias mesas –, baseado no dispositivo da legislação, que fosse apurado voto a voto, fosse cantado voto a voto, para poder não deixar dúvida, porque aí, voto a voto, nós tínhamos duas pessoas para acompanhar e ficavam em cima. E, olha, voto a voto, cantando, divulgando o resultado por um alto-falante que havia ali no lugar, e as pessoas acompanhando. E, olha, deu um resultado apertadinho, quer dizer, foi por poucos votos, mas levamos a eleição. Uma passagem que nunca esquecemos. Se não houvesse, como se diz, à época, os fiscais para acompanhar aquilo, como eu disse no começo, de propósito ou não sendo de propósito, querendo ou não querendo, poderiam, às vezes, misturar alguns votos ali, e isso era muito comentado à época, Senador Tomás, V. Ex^a que vem lá de Rondônia, e eu sei que quer tecer alguns comentários sobre isso. E eu o ouço com muita alegria, antes de prosseguir a análise sobre essa revolução tecnológica.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Só para dizer a V. Ex^a que, embora fosse muito mais emocionante a apuração na cédula, porque você acompanhava a leitura de voto a voto, e passa um, passa o outro, mas eu queria apenas ressaltar uma coisa muito importante nesse processo eleitoral eletrônico: é a segurança. Antigamente se falava muito em fraude, às vezes, na apuração, a bico de pena, falavam sobre as fraudes que ocorriam. O cidadão amanhecia eleito, quando estava derrotado na noite seguinte. E, hoje, o resultado é instantâneo. Você está lá e, em minutos, você tem o placar, mostrando o vencedor, qualquer que seja o tamanho da cidade e do eleitorado. Portanto, eu também queria só destacar esse ponto, que é o da segurança e da lisura do pleito eleitoral, que é muito mais seguro hoje com a urna eletrônica. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acolho o aparte de V. Ex^a, Senador Tomás.

Eu, na verdade, destacava aqui que, em um Município catarinense, Pinheiro Preto, que fica no Vale do Rio do Peixe, a apuração durou exatos 7min36. Lógico,

é um Município pequeno, mas foi algo praticamente instantâneo.

Como vinha dizendo, para quem já presenciou algumas eleições, como eu o tenho feito desde minha primeira eleição, há meio século, a gente tem acompanhado isso muito de perto. Desde 1996, com a implantação da votação eletrônica em 100% dos Municípios brasileiros, a situação mudou radicalmente. Essa história, como vinha relatando, começou lá em Brusque, no meu Estado, e com a tecnologia que Santa Catarina criou, evoluiu e partiu para o Brasil todo.

Outra inovação que eu gostaria de destacar do meu Estado merece reconhecimento. Notícias publicadas, inclusive em jornais catarinenses, dão conta da entrega, em 90 dias, do primeiro lote de *tablets* de fabricação catarinense da empresa Braox, localizada em Caçador. Quer dizer, já estamos lá em uma cidade que fica na região norte catarinense, fabricando *tablets* com tecnologia avançada. Exaltamos, por isso, a tecnologia, a inovação, os estudiosos nessa área.

Esses dois fatos são apenas um pequeno exemplo da vocação catarinense para a inovação tecnológica, que tem despontado com vigor nas últimas décadas, unindo-se à nossa pujante agricultura, ao diversificado parque industrial e ao setor turístico, consolidada atividade econômica em toda Santa Catarina.

Nosso Estado é considerado, atualmente, um dos principais polos tecnológicos do País, especialmente por conta do pioneirismo de diversas empresas e pelas tecnologias desenvolvidas. As soluções em softwares, hardwares, serviços e equipamentos desenvolvidos pelas empresas catarinenses atendem diversos segmentos de mercado com clientes em todas as regiões brasileiras.

Na base do desenvolvimento do setor, somam-se a qualidade de ensino e dos centros de pesquisa das instituições catarinenses, a participação revolucionária das incubadoras de empresas de base tecnológica, a participação de entidades representativas fortes, como a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia, com atuação desde 1986 – hoje com mais de 350 associados –, além, é claro, da cultura empreendedora característica dos catarinenses.

Atualmente, são três grandes polos no Estado, nas regiões da Grande Florianópolis, de Blumenau e de Joinville. Cada um com características distintas – por sinal, as três cidades que também estão com as eleições marcadas para o segundo turno. O polo da grande Florianópolis abrange, além da capital, os Municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. As empresas são, na sua maioria, de pequeno e médio porte de software de serviços, destacando-se também no segmento

de hardware e de equipamentos de alta tecnologia e valor agregado.

A Universidade Federal de Santa Catarina é responsável pela formação de grande parte da mão de obra especializada do segmento em áreas como Engenharia, Ciências da Computação e Sistemas da Informação.

A presença de fortes incubadoras de empresas de base tecnológica é igualmente característica da região, sendo um dos seus diferenciais em relação ao Estado e ao País. Na capital, concentram-se duas das melhores incubadoras do Brasil: a Celta, da Fundação Certi, primeira incubadora a ser criada no Brasil e duas vezes considerada a melhor incubadora do País, e a MIDI Tecnológico, da Acate e SEBRAE-SC, considerada, em 2008, também a melhor incubadora do Brasil. Aliás, pela Anprotec, que é a Associação Nacional de Parques e Incubadoras.

Berço do setor tecnológico catarinense, Blumenau é reconhecida nacionalmente como Vale do Software. A origem do segmento na região remonta à década de 1970 e se deu em grande parte por conta da forte indústria presente, especialmente a têxtil. Grande parte dos empreendedores que apostaram na informática saiu dos centros de processamento de dados de grandes indústrias do segmento têxtil e metal-mecânico.

Há uma velha máxima na região de que, em Blumenau, há mais empresas de tecnologia do que padarias. São mais de 500 companhias especialmente desenvolvedoras de software.

Com características semelhantes a Blumenau, o polo tecnológico de Joinville se deve, em grande parte, à presença de grandes indústrias na região, especialmente nos segmentos metal-mecânico e têxtil. Os empreendedores do setor tecnológico saíram, em grande parte, dessas companhias. Foi da região que nasceram grandes empresas de software com atuação nacional e, inclusive, internacional. Hoje, o Município possui ampla rede de cursos técnicos e universitários para a formação de profissionais.

O desenvolvimento dos polos tecnológicos, contudo, não se restringe aos três pioneiros, espalhando-se pelas mais diversas regiões do Estado. Trata-se de uma indústria vibrante, sustentável, com exigência de mão de obra altamente qualificada e com produtos de altíssimo valor agregado.

Para que essas iniciativas se consolidem e se frutifiquem ainda mais, em todo o País, é preciso desenvolver um ambiente fértil e propício. Além dos incentivos fiscais à inovação tecnológica, que retornarão em empregos e geração de renda, o caminho é evidente: mais e mais investimento em educação. Esse é o caminho inevitável para o crescimento sustentável em nosso País.

Trago essas reflexões, Sr. Presidente e caros colegas, relatando alguns itens, alguns casos no nosso Estado, como a urna eletrônica e as inovações que acontecem; como os tablets, que começam a ser fabricados em Santa Catarina, apenas para ilustrar a importância que têm as incubadoras que se situam nesses polos, principalmente, nos polos de Florianópolis, de Blumenau, de Joinville e mesmo em outras regiões do Estado; a qualidade que isso tem, a participação, inclusive, de empresas de outros países, que lá fazem softwares, que lá fazem joint ventures e que participam, desenvolvem-se. É um verdadeiro vale, eu diria, não do silício, como na Califórnia, mas um vale extraordinário de desenvolvimento de softwares e mesmo de hardwares.

Eu quero enaltecer isso, essa primazia, por assim dizer, por se buscar o melhor, por inovar essas pequenas empresas, cooperativas de empresas, inclusive, que trabalham em inovações, que procuram buscar coisas novas, onde, muitas vezes, ainda não há a gênese. Tentam fazer com que isso tenha começo e, tendo início, procuram o meio e o resultado.

Então, essas invenções, essas inovações, com a participação de centros do Governo do Estado, têm também a aplicação de tecnologia. E as empresas mesmo renovam, investem parte dos orçamentos em especulação ou mesmo no fomento de criação de tecnologias.

Dois por cento, por exemplo, do orçamento do nosso Governo – eu tive a honra, inclusive, quando Governador, em 1988, 1989, de inserir isso na nossa Constituição –, são aplicados na pesquisa e na extensão. Nosso Estado tem essa característica, por meio da universidade estadual também, dos meios que usam isso para aplicar em inovações. Isso, graças a Deus, vem dando resultados.

Isto é importante: buscamos novidades, buscamos inovações, para não ficarmos no *status quo*, para não só recebermos aquilo que já está pronto. O que está pronto, nós vamos, então, só reproduzir, e isso é fácil. Já existe, vamos ver como se reproduz. Então, vou fazer, vou fabricar aquilo que existe. Qual é o modelo, como se faz, vou copiar, fazer um plágio. Esse recurso, hoje, é fácil, agora, inovar e dessa inovação procurar concorrer com aquilo que existe com melhor resultado ainda, aí vale a pena. Aí vale a pena. Quer dizer, isso merece incentivo, merece estímulo. Isso que nós praticamos em Santa Catarina merece exaltação, não menosprezando o que ocorre em outros Estados do Brasil. Sei que isso ocorre, mas eu gostaria, com a compreensão dos colegas, de deixar exaltados fatos que ocorrem no nosso Estado.

A urna eletrônica é um fato que começou em Santa Catarina. Os tablets também começam a ser fabricados agora, para citar apenas esses dois exemplos neste pronunciamento, sem querer tomar mais tempo dos colegas para relatar outros episódios de inovações que temos no Estado. É mais no sentido de privilegiar, de estimular e de enaltecer fatos como esses.

Essa é uma pequena análise que trago hoje à tarde ao Senado, para conhecimento dos colegas e, por que não, para deixar como uma homenagem aos que inovam, aos que pensam, aos que procuram trazer coisas diferentes, fazer um diferencial. Acho que isso é importante.

Não podemos ser iguais aos que já existem, mesmo nas profissões. O médico se forma médico e tem que buscar seu diferencial, tem que buscar conhecer. O advogado, a mesma coisa; o engenheiro, o veterinário. Não é para ser mais um veterinário, não é para ser mais um agrônomo, mas buscar inovar, buscar participar, buscar a ciência. Eu acho que isso é fundamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente, caros colegas, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Antes que V. Exª assuma a tribuna, a Presidência designa o Deputado Roberto Brito, como membro titular, em substituição à Deputada Iracema Portela, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 581, de 2012, conforme o Ofício nº 534, de 2012, da Liderança do Partido Progressista na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 534

Brasília, 18 de outubro de 2012

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Roberto Brito (PP/BA) como Titular na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MPV nº 581, de 2012, em substituição à Deputada Iracema Portela (PP/PI).

Atenciosamente, Deputado **Arthur Lira**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra agora ao Senador José Agripino, Líder do Democratas, do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria hoje de fazer uma apreciação sobre alguns fatos relacionados à prática da taxa de juros em nosso País.

Há poucos dias, o Copom, em mais uma reunião, decidiu baixar em 0,25 pontos percentuais a taxa de juros Selic para práticas comerciais, industriais, para empréstimos no Brasil. A decisão não foi, a exemplo do que vinha ocorrendo, à unanimidade ou à quase unanimidade. A decisão ocorreu por 3 votos a 2, ou seja, com forte divergência dentro do Conselho do Copom.

Eu tenho razões de sobra para entender que a mudança de comportamento ou de entendimento do Copom com relação à baixa da taxa de juros Selic se deve à dúvida que se instala entre os conselheiros com relação à permanência das atitudes tomadas pelo Copom no que diz respeito à queda da taxa de juros. Porque eles tomam a iniciativa de baixar por decisão, mas a decisão tem que ser suportada por fatos que garantam que os bancos que emprestam, e que têm que ter liquidez, possam continuar emprestando pela taxa de juros cada vez mais baixa. Que emprestem e que recebam. Que emprestem e que tenham remuneração para sobreviver as suas estruturas, elas, estruturas bancárias. E o Copom começa a ter dúvida pelo próprio escore. Antes a queda da taxa Selic ocorria quase sempre por unanimidade dos votos do Copom; a última foi por 3 a 2.

O que está ocorrendo, Sr. Presidente? O Banco do Brasil e a Caixa Econômica, os bancos oficiais têm dado o bom exemplo, por determinação do Governo central – boa determinação –, de fazer cair a taxa de juros, e cair substantivamente, levando a que os bancos privados, os grandes bancos privados, um após o outro, sigam o exemplo dado pelos bancos oficiais e baixem a sua taxa de juros.

E aí é onde está a minha preocupação. Baixar a taxa de juros, Senador Mozarildo Cavalcanti, meu Presidente, é ótimo para a economia. Senador Cristovam, nada mais salutar do que taxa de juros civilizada em um país capitalista, nada, porque é incentivo a investimentos – investimentos significam geração de riqueza; geração de riqueza significa emprego dado, renda garantida.

Ocorre o seguinte: a taxa de juros praticada pelo Banco do Brasil, pelos bancos oficiais pode ser suportada por várias razões, entre as quais uma de que acabei de tomar conhecimento. Eu não sei se V. Ex^a, Senador Cristovam, estava na Comissão de Assuntos Econômicos quando entrou em pauta um projeto que objetivava abrir oportunidade a que os bancos privados autorizados pelo Banco Central – não qualquer banco privado; só aqueles autorizados pelo Banco Central – pudesse receber os depósitos judiciais decorrentes das determinações judiciais, depósitos que ficam guardados sob tutela judicial e que, hoje ainda, são privilégio somente dos bancos oficiais. Há

um projeto, que defendo em nome do interesse do cidadão, em que esse privilégio dos bancos oficiais, que pagam a remuneração que bem entenderem ao cidadão – a V. Ex^a, a mim, ao cidadão comum – que seja obrigado a fazer um depósito judicial em nome de uma causa, até que haja o julgamento final, para que ele seja resgatado ou devolvido... Há o interesse em que a remuneração desse depósito seja a melhor possível para o depositante, que é o cidadão. E, em nome desse interesse da sociedade, eu manifestei a minha posição de defesa ao projeto que abre a perspectiva para que não apenas os bancos oficiais, mas os bancos privados autorizados pelo Banco Central – não qualquer banco, mas banco credenciado, banco acreditado – possam receber os depósitos judiciais.

O que eu não sabia, Senador Mozarildo, e vim a saber agora é que os bancos oficiais, que têm o privilégio desses depósitos judiciais, não recolhem depósitos compulsórios. São R\$120 bilhões – repito, R\$120 bilhões – de recursos de que os bancos dispõem, para poder movimentar, sem precisar do depósito compulsório.

E aí entra a minha preocupação. É muito bom conceder uma taxa de juros civilizada, baixa, para que investidor de boa qualidade possa tomar dinheiro emprestado, investir e gerar riqueza, mas é importante que exista o dinheiro para emprestar, não que exista a notícia de que a taxa de juros caiu para x por cento. É importante que a taxa de juros seja essa, que haja dinheiro efetivo para emprestar e que os bancos disponham daquele dinheiro de forma sustentada.

Do que eu sei? A taxa de juros de um banco depende de alguns fatores: da carga de impostos que o banco paga sobre as operações financeiras; do depósito compulsório. O que é o depósito compulsório? Para cada real que V. Ex^a, Senador Mozarildo, ou eu depositemos num banco – o meu banco é o Banco do Brasil, por acaso –, ele é obrigado a recolher um percentual desse dinheiro ao Banco Central, esterilizando da economia esse dinheiro e indisponibilizando o banco daquele dinheiro, para que ele possa emprestar.

O banco oficial, nos depósitos judiciais, recebe R\$120 bilhões e não tem de recolher um real; pode emprestar e praticar taxa de juros baixa. O banco privado, que não tem o direito de receber aquele dinheiro, o depósito judicial, para todos os seus depósitos, têm de fazer o recolhimento do depósito compulsório, o que vai evidentemente onerar a taxa de juros sob a qual ele pode emprestar o dinheiro. Ele tem a carga de impostos, que é altíssima; o depósito compulsório, sobretudo; os custos de administração; e o risco bancário.

Eu faço este pronunciamento por uma razão muito simples: defendo a queda da taxa de juros, aplaudo as

iniciativas que venham no sentido de baixar as taxas de juros de forma sustentada, agora, medida demagógica, medida que não tenha sustentação, essas têm de ser alertadas e anunciadas, para que o Governo tome as providências corretivas.

Por exemplo, depois da informação que recebi, agora é que vou mesmo defender que os bancos privados autorizados pelo Banco Central tenham o direito de receber, sim, o depósito judicial, até porque daqui, desta Casa do Congresso, é que têm saído as melhores soluções – como as que, graças a Deus, depois de três anos de termos votado, Senador Cristovam, aqui no Senado, o cadastro positivo... V. Ex^a, como eu, era Senador na legislatura passada. Lembro-me do Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente, defendendo, com brilhantismo e com competência, o projeto do Cadastro Positivo.

O que é o Cadastro Positivo? Nada mais é do que um elenco de informações de que a rede bancária pode dispor que mostra quem é ficha limpa no campo dos empréstimos, dos tomadores de empréstimos, para que o banco, tendo aquela informação, possa emprestar a uma taxa de juros menor a quem é ficha limpa, a quem é bom pagador. Isso é o Cadastro Positivo.

Três anos atrás, o Congresso brasileiro deu o exemplo e aprovou o projeto bem-feito e bem relatado pelo Senador Marco Maciel, mas somente hoje, decorridos três anos, é que a regulamentação, por decreto, do Cadastro Positivo foi publicada no *Diário Oficial da União*. Tarde, mas melhor do que nunca.

O que é que acontece com esse tipo de iniciativa, que é congressual, como a que estamos tentando no campo dos depósitos judiciais? Isso significa uma tomada de posição que dá sustentação à prática da taxa de juros baixa, porque os bancos, com o Cadastro Positivo vigorando, regulamentado por decreto – antes tarde do que nunca –, vão poder baixar a taxa de juros, que é o spread bancário, para tomadores confiáveis. Aí, sim, você está baixando taxa de juros com confiabilidade.

Se um elenco de medidas como estas estivessem de forma generalizada sendo tomadas pelo Poder Central, eu duvido que as decisões do Copom, Sr. Presidente, não fossem por unanimidade, deixavam o 3 a 2 pelo 5 a 0. Agora, do jeito que vai, vão continuar no 3 a 2, e nós correndo o risco de vivermos numa república de faz de conta, em que você baixa a taxa de juros por decreto, mas, nos fundamentos dos juros, você não mexe, porque não mexeu no compulsório, não mexeu na taxa de impostos sobre os empréstimos, não conseguiu mexer no custo de administração dos bancos porque não desonerou por inteiro a folha de

pagamento, não mexeu no spread bancário até que o Congresso tenha mexido.

Demorou três anos para que aquilo que o Congresso fez de forma madura, competente e refletida viesse a ser registrado por decreto para que se desse, pela via congressual, uma manifestação substantiva, consistente, uma contribuição efetiva para que o esforço do Brasil no sentido de baixar a taxa de juros tivesse uma consequência efetiva, consistente, como a que aqui tenho a alegria de relatar. Depois de todo o esforço da Câmara e do Senado, dos debates, finalmente a regulamentação por decreto aconteceu. E hoje pela manhã, o *Diário Oficial da União* traz para os brasileiros a regulamentação do cadastro positivo. Esta, sim, uma contribuição positiva para a real baixa na taxa de juros do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Tomás Correia, do PMDB do Estado de Rondônia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores, aqui compareço, Sr. Presidente, na qualidade de Presidente regional do PMDB do meu Estado, o Estado de Rondônia, para tecer alguns comentários a respeito da eleição no nosso Estado.

O PMDB elegeu em Rondônia 15 prefeitos e 11 vice-prefeitos. Na verdade, houve um crescimento do Partido. Antes, tínhamos apenas 11 prefeitos e, hoje, contamos com 15. Na verdade, o Partido perdeu em algumas cidades e, em outras que não previa, foi vitorioso. Esse é o jogo democrático. Esse é o espaço que, no nosso Estado, o PMDB conquistou.

Na última eleição, elegemos o Governador do PMDB, Governador Confúcio Moura, que vem fazendo um trabalho muito importante no nosso Estado, organizando a parte administrativa, e enfrenta algumas dificuldades, ainda, no setor da saúde.

Mas tenho certeza de que S. Ex^a irá, em pouco tempo, resolver essa questão porque está tomando medidas no sentido de corrigi-la.

A saúde no Brasil inteiro é problemática. Sabemos disso. Não nos conforta essa situação. Precisamos,

apesar disso, buscar solução, buscar meios para resolvermos o grave problema da saúde no nosso Estado.

Quero aqui dizer que o Governador Confúcio Moura não tem medido esforços para equilibrar o precário atendimento que ainda persiste nos dias de hoje. Sabemos que o Hospital João Paulo II, em nosso Estado, ainda está em situação precária, muito difícil. Mas o Governador já tomou algumas medidas, visando melhorar o atendimento nesse hospital: algumas reformas já estão sendo feitas e algumas unidades no campo da saúde estão sendo construídas, como é o caso de duas UPAs – Unidade de Pronto Atendimento – aliás, já construídas e prontas; estão sendo equipadas e brevemente estarão funcionando, para oferecer à cidade de Porto Velho, principalmente, melhores condições nesta área. Também alguns leitos foram construídos no Hospital de Base de Porto Velho. O Governador inaugurou, recentemente, com equipamento, e pôs em funcionamento um hospital regional em São Francisco.

De sorte, Sr. Presidente, que temos aqui que entender que o Governador Confúcio Moura tem feito um trabalho, com muito esforço, no sentido de resolver ou de amenizar a grave situação da saúde em nosso Estado.

Sabemos que os adversários, que não são poucos e são poderosos, de quando em vez, atacam o Governador, inclusive citando escândalos que lamentavelmente estouraram no seu Governo. Mas quero aqui registrar que os escândalos da Operação Termópilas, no Estado de Rondônia, foi fruto de ações que já estavam sendo investigadas do Governo passado. Inclusive, foi feito reajuste de preço no apagar das luzes do governo anterior. Esse reajuste, Sr. Presidente, ultrapassou o valor de R\$18 milhões – tudo feito às escondidas no último mês de governo.

Apesar de uma decisão da Justiça do Estado de Rondônia, da Fazenda Pública de Porto Velho, apesar de uma decisão judicial, uma liminar concedida para impedir que o Estado fizesse qualquer pagamento desses valores, assim como também de uma decisão do Tribunal de Contas de Rondônia determinando, de igual modo, que não fosse feito qualquer pagamento, mesmo assim, o governo anterior, desobedecendo claramente a uma ordem judicial, fez o pagamento de nada mais, nada menos que R\$6 milhões. Isso está sendo fruto inclusive de uma ação civil pública para responsabilizar os gestores que fizeram tal pagamento. Esses fatos, infelizmente, quando são trazidos ao conhecimento da população, querem jogá-los exclusivamente na responsabilidade do atual Governo, do Governador Confúcio Moura.

Quero aqui dizer que o Governador Confúcio Moura, um médico – aliás, também saudamos hoje o

dia do médico – tem feito um excelente trabalho, no nosso Estado, de organização, de estruturação do Estado para bem servir a população. Considero-o, como, aliás, é o conceito que o Confúcio tem no nosso Estado, um homem probo, sério, honesto, prefeito que foi de Ariquemes, uma das principais cidades do interior do Estado de Rondônia. Nunca se levantou qualquer dúvida com relação à honorabilidade, à seriedade, à responsabilidade do então prefeito Confúcio Moura, na nossa cidade de Ariquemes.

Hoje, como Governador, estoura no seu Governo um escândalo que já vinha sendo investigado no governo passado, mas os adversários procuram demonstrar ao Estado de Rondônia como se essa responsabilidade fosse única e exclusivamente do Governador Confúcio Moura. Não! O Governador Confúcio Moura deu todo apoio necessário e indispensável aos órgãos de fiscalização, aos órgãos de segurança pública, ao Ministério Público, à Polícia Federal, ao Tribunal de Contas para que fossem devidamente apurados todos os fatos envolvendo a Secretaria de Saúde.

De sorte, que eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer esse registro em nome da realidade, em nome dos fatos, em nome da verdade. Nós não podemos conceber que seja atingida a honorabilidade de um Governador sério, honrado, que vem procurando desempenhar suas funções com a maior responsabilidade possível. Portanto, queria, nesse espaço de tempo que nos é reservado, trazer ao conhecimento da Casa esses fatos que considero importante esclarecer.

Mas, voltando à campanha eleitoral do nosso Estado, o Estado de Rondônia, registro que o PMDB elegeu como prefeito do nosso Município, em Alta Floresta d'Oeste, o Prefeito Vantuil. Com uma expressiva votação; também, em Alto Paraíso, elegeu o Prefeito Marcão da Farmácia, em Buritis, elegemos o Toninho Correa; em Chupinguaia, Prof. Vanderlei; em Espigão d'Oeste, elegemos o Dr. Celio; na cidade de Governador Jorge Teixeira, elegemos a Cida do Nenê; em Itapuã do Oeste, elegemos João Testa; em Mirante da Serra, elegemos Vitorino do Cartório; em Nova Brasilândia d'Oeste, elegemos Gerson Neves; em Parecis, Luiz Amaral; em Rio Crespo, Eudes de Sousa; em Santa Luzia d'Oeste, Jurandir de Oliveira; em São Felipe d'Oeste, Zé Luiz; em Seringueiras, Armando; em Vale do Anari, Nilson Japonês.

Foram esses os prefeitos que o PMDB elegeu no Estado de Rondônia.

Vice-Prefeitos elegemos Enoque Nunes da Silva, em Ariquemes, que tem como Prefeito o Lorival Amorim, em parceria conosco; elegemos Cleomar Henrique Helmann, no Município de Campo Novo, que tem a Socorro como candidata à prefeita; elegemos Deo-

cleciano Dizal; em Chupinguaia, Emerson Teixeira é o Vice-Prefeito; Maricelia Aragão dos Santos, em Costa Marques; e lá o Prefeito é o Chico Território, do Partido dos Trabalhadores; Celso Viana Coelho, em Machadinho d'Oeste; Jandir Louzada de Melo; em Mirante da Serra, o Pastor Jandir Louzada de Melo; Mirante da Serra tem como Prefeito o Vitorino; Marcelo Maia, em Monte Negro; Adão dos Santos, em Nova União; Joselita Araújo da Silva, em Ouro Preto do Oeste, que tem como Prefeito Alex Testoni; e André Gortijo, em Theobroma, que tem como Prefeito o Lima, do PDT.

De sorte que o nosso Partido fez um trabalho importante. Participamos da campanha juntamente com o Senador Valdir Raupp, com a Deputada Marinha Raupp. Estivemos, Sr. Presidente, todas as semanas participando, em boa parte delas, da campanha lá do nosso Estado. Andamos em vários Municípios.

A exemplo do que V. Ex^a há pouco falou, ou seja, que estava até rouco de tanto participar da campanha lá em Roraima, em Rondônia, conosco, foi a mesma coisa. Havia dia em que visitávamos quatro, cinco cidades, distantes umas das outras. E o Senador Raupp, com toda a sua juventude e força, chegava a desfilar com os candidatos em pleno sol quente, às vezes, às 2h da tarde, às 3h da tarde. E eu, que já não aguento mais andar com um sol muito quente, tinha que me acomodar em algum lugar que tivesse condições de dar segurança à saúde.

Mas o Senador Raupp, lá em Pimenta Bueno, por exemplo, às 2h da tarde estava andando, pedindo voto para o nosso Partido. E nós tivemos, como resultado das eleições, um crescimento do PMDB no nosso Estado, tanto para prefeito quanto para vice-prefeito.

Eu gostaria de agradecer a todos os candidatos que participaram da eleição, como é o caso dos candidatos a vereador, no Estado inteiro. Elegemos um bom número de vereadores do PMDB. Essa vitória que tivemos em Rondônia também atribuo aos partidos coligados. Diversos partidos participaram do pleito conosco, e tivemos, assim, uma vitória, que foi a vitória da sociedade, uma vitória da democracia.

Outros partidos também tiveram espaço e tiveram o seu momento, tiveram vitórias. E assim é a democracia. Nós não podemos querer que apenas o PMDB seja vitorioso no Estado inteiro. Tivemos eleições democráticas, com absoluta liberdade, com absoluta participação da população. Mas eu senti que há um anseio muito grande da população pela renovação. Sentimos isso. A população deseja renovar, deseja mudanças, e nós sentimos isso em várias cidades. Em umas, houve renovação, onde ganhamos; em outras, houve renovação, onde perdemos. Mas eu destaco esse desejo de renovação da sociedade, do povo, e vi aqui outros

Senadores dizerem a mesma coisa em relação a seus Estados. Parece-me que é anseio nacional alguma mudança com relação à questão das eleições.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Senador Valdir Raupp, Presidente Nacional do nosso Partido, o PMDB, vem fazendo uma campanha no País inteiro. Estamos fazendo uma maratona, juntamente com o Vice-Presidente da República Michel Temer. Estivemos em vários Estados, em várias cidades, com a presença do PMDB pedindo apoio. Estamos, em várias cidades, no segundo turno e, em outras, não estamos. Em Porto Velho tivemos oportunidade de ficar no segundo turno.

Lá nós temos dois candidatos a prefeito: o Deputado Mauro Nazif, do PSB e o Deputado Garçon, do PV. Nessa cidade, o PMDB entendeu, juntamente com o diretório municipal, que tem na presidência o Dr. Abelardo Castro, não apoiar, em Porto Velho, nenhum candidato. Vamos liberar a nossa militância partidária para escolher qualquer um dos dois candidatos para Porto Velho. Eu pessoalmente tenho mais simpatia pelo Deputado Federal Mauro Nazif, mas não tenho nada contra o Deputado Garçon, que também está disputando o segundo turno na nossa cidade.

De sorte que, quero fazer a comunicação de que, em Porto Velho, o PMDB, através da minha pessoa, do diretório regional e da pessoa do Presidente do Diretório Municipal, Dr. Abelardo Castro, liberou o partido para escolher qualquer dos dois candidatos no segundo turno.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo, Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras, ontem, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizou uma audiência pública com a finalidade de debater a federalização ou não da educação de base no Brasil.

O Prof. Dermeval Saviani, um filósofo, esteve conosco, bem como o Prof. Luiz Walter, o representante da Undime – União dos Dirigentes Municipais da Educação. O que nós vimos, sem chegar a uma conclusão, é que, de fato, sem o envolvimento da União no processo educacional, não vamos resolver dois problemas: o problema da qualidade e o problema da igualdade educacional para todas as crianças deste País, porque os Municípios são pobres e alguns muito mais pobres do que outros.

Eu circulei muito, Senador, nesse período eleitoral, por outras cidades. O que observei é que não vi um candidato que não dissesse que educação é a

sua prioridade. Não vi um! E a certeza que eu tenho é que, no dia seguinte à posse, vamos ter dois tipos de prefeitos: os que vão esquecer o que prometeram para educação e os que não vão ter dinheiro para fazer aquilo que prometeram. Mas eu duvido, salvo uma ou outra das cidades brasileiras, que haverá recursos para fazer a revolução educacional. Muitos dos prefeitos vão se esquecer, outros vão ser pressionados por demandas diferentes. No final, vamos ver, daqui a quatro anos, outra geração de candidatos à prefeitura prometendo educação, mas sabendo, ou não, que depois da posse não vão cumprir o que prometeram.

Só tem uma maneira de fazer com que seja possível ter educação de qualidade e ter educação com a qualidade igual, não importando a cidade onde uma criança nasce, porque não é ela que escolhe onde nascer. E, ao nascer, ela é brasileira! Nós não podemos tratar uma criança conforme o Município onde ela nasce. Criança tem que ser tratada conforme o país onde ela nasce. E, nasceu no Brasil, tem que ser adotada pelo Brasil. Adotada pelo Brasil significa que a União, o Governo Federal assume a responsabilidade de oferecer os cuidados necessários àquelas crianças.

A Senadora Heloísa Helena, de quem eu fui contemporâneo aqui, tinha uma frase que gosto muito. Ela dizia que, se o Brasil adotasse uma geração de brasileiros desde a primeira infância, essa geração, quando adulta, adotaria o Brasil, pelo resto da nossa história.

Esse é o desafio: adotar uma geração de brasileiros. Mas como pedir que isso seja feito com essas crianças distribuídas, espalhadas pelo Brasil nas 5.567 cidades? Não vão conseguir e, se conseguissem, será uma ou outra; e, mesmo aquela que consegue, não consegue plenamente, como eu tenho visto escolas maravilhosas em alguns Municípios – e cito aqui Palmas, Tocantins – com uma, duas escolas de qualidade, porque o prefeito, por melhores que sejam as suas intenções, não consegue fazer todas igualmente.

Como fazer a revolução da educação brasileira? Eu não falei da educação de Caruaru, no meu Estado, ou a educação do Distrito Federal; eu falei do Brasil. Como fazer? Fazendo-a do Brasil! Mas não existe, hoje, educação do Brasil; existe educação de cada Município, de cada Estado, não do Brasil.

A primeira decisão seria esta: vamos tratar a educação brasileira como uma questão do Brasil. Este é o primeiro desafio, mas ninguém quer.

Os prefeitos pensam que eles têm o controle, que eles têm mais poder tendo as suas escolas, que eles têm mais poder tendo os seus professores. Por mais problemas que eles tenham com as escolas e por menos resultados que eles tenham para as suas crianças, querem manter esse privilégio da ilusão do

poder. E o Governo Federal, por sua vez, temeroso de, adotando uma saída federal, ter que colocar mais recursos na educação.

Eu não vejo absolutamente outra forma de fazer a revolução. Não estou falando melhorar, não! Melhorar a gente consegue: numa cidade que tem 20 escolas, consegue-se colocar uma em horário integral. Isso a gente consegue; só não consegue o prefeito que não quer. Os professores ganham pouco? O prefeito consegue dar 10% de aumento, mas não consegue multiplicar por quatro ou cinco o salário, sem o que a escola não terá a qualidade necessária.

Como fazer isso? Não dá para fazer de um dia para o outro. A revolução educacional não é como a Abolição da Escravatura, que, em um dia 13 de maio, a Princesa decretou: não existe mais trabalho escravo neste País, e, no outro dia, todos os brasileiros da raça negra estavam livres. Não se faz isso com a educação! Educação é um processo; educação se faz acompanhando o crescimento da criança. Não dá para fazer a revolução educacional por aqueles que já são adultos. Não dá! Não dá! Podemos dar instrução, podemos dar acompanhamento, podemos dar formação, mas educação ou a gente começa a dar na primeira infância, ou não vai dar.

Então, tem um processo; um processo lento, mas revolucionário ou não – e aqui é que está a diferença. Ou ele é lento revolucionariamente, ou ele é lento acomodadamente, como é hoje.

Como seria uma solução revolucionária, ainda que lenta, de acordo com o aumento da idade das crianças? De acordo com a disponibilidade de professores e, até mesmo, de acordo com os recursos fiscais, financeiros que o governo tenha.

A minha proposta é a de que a federalização consistiria em duas coisas: uma carreira nacional do magistério, que, na verdade, se formos olhar bem, já existe. É a carreira dos professores do Colégio Pedro II, dos Institutos de Aplicação, das Escolas Técnicas, dos Colégios Militares, que são da melhor qualidade quando comparadas às outras. Pegamos essa carreira e, em vez de ter alguns professores, que seriam 17 mil ou quantos sejam, e vamos aumentando até um dia chegarmos aos dois milhões de professores no Brasil; todos numa carreira federal, com um salário pago pelo Governo Federal, com o poder do Governo Federal, como este País já fez com as Universidades, com as Escolas Técnicas, com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil, com os Correios.

Quando eu vejo as pessoas dizerem que a municipalização é mais eficiente, eu pergunto se elas querem municipalizar os Correios. Já pensou se, no Brasil, em vez de uma empresa de correios, nós tivéssemos

5.567? Eu nunca vi quem defenda, como mais eficiente, que cada Município tenha o seu Banco Central e a sua moeda, ou que cada um tenha a sua Justiça. Não existe essa ideia! Uma coisa é a eficiência; a outra é o que chamo de democracia.

A democratização da educação consiste no fato de ela ser igual para todos. Essa é a primeira coisa da democracia na educação. A segunda é que seu conteúdo seja democrático, que não seja um currículo imposto, que não ensinem coisas nocivas às crianças do ponto de vista do comportamento democrático. Mas, igual. E, para ser igual, tem que ser tratada igualmente. Para ser tratada igualmente, tem que ser pelo Governo Federal, tem que ser pela União, tem que ser pela República – e eu gosto de chamar “República do Brasil” e não República Federativa do Brasil, porque, ao ser federativa, a gente já dá a impressão de que o Brasil é a soma de Estados. Não! Os Estados são partes do Brasil.

Aqui, eu reconheço, é uma concepção filosófica que eu tenho que muitos não têm. Desde o início, quando se criaram os Estados Unidos do Brasil, imitando os Estados Unidos da América do Norte, onde, de fato, havia 13 colônias independentes que se uniram. Nós não éramos colônias independentes, até nas capitâncias hereditárias podíamos ser, mas, depois, deixou de ser quando houve o primeiro governo-geral. Nós éramos um País dividido em Estados, que deve continuar pelas características intrínsecas que os Estados têm. Não estou aqui defendendo abolir os Estados. Longe de mim! Até acho que alguns poderiam ser divididos, mas a visão tem que ser unitária. Por isso gosto de dizer que o nome do Brasil devia ser “República do Brasil”. Não se precisa dessa palavra “federativa” aí dentro.

Pois bem, se temos a visão de república unida, tem que ter o mesmo padrão educacional. Uma carreira nacional do magistério começaria a fazer isso. Essa carreira tem que pagar bem. Senador Mozarildo, eu não imagino conseguir bons profissionais, salvo um ou outro, por vocação louca, eu não consigo ver como ter bons profissionais no Brasil se não pagarmos pelo menos R\$9 mil de salário ao professor. Não vejo!

Nós estamos perdendo os melhores quadros, que estão indo em busca de outras atividades. A Polícia Civil do Distrito Federal conseguiu sugar uma quantidade de professores da Universidade de Brasília – da Universidade! –, cujo salário é bem melhor do que da rede pública da educação de base.

Um salário de R\$9 mil aos professores não é possível ser pago pelos Municípios. Nenhum deles tem condições de fazê-lo. E mesmo a União não teria como pagar isso para dois milhões de professores hoje.

Essa carreira tem que ser adotada aos poucos, até porque não há jovens em condições de serem professores neste País, mesmo a gente pagando bem. Aliás, às vezes, eu até temo. Quando a gente passa a pagar um salário muito alto para uma categoria, tem gente que vai trabalhar nela sem nenhuma vocação. Há segmentos do setor público no Brasil – não vou citar quais – que pagam bem, e o profissional, quando ingressa na carreira, a primeira coisa que ele faz na mesa, quando começa a trabalhar, é estudar para outro concurso. Pegou aquele só pelo salário, só pela possibilidade da aposentadoria integral ao final.

Professor sem vocação não existe! Por isso nós não conseguíramos, por mais que paguemos, hoje, mais de cem mil professores jovens. Não há mais de cem mil brasileiros jovens em condições de serem bons professores como a gente precisa. A uma base de cem mil professores por ano, a gente levaria 20 anos para conseguir os dois milhões de que o Brasil precisa.

Agora, o professor não é uma entidade que se esgota. Professor é como o cavaleiro: só é cavaleiro aquele que tem cavalo; cavaleiro sem cavalo não é cavaleiro. Professor só é professor quando há um prédio bonito onde ele pode dar aula, quando há um prédio confortável para as crianças, quando esse prédio tem os equipamentos mais modernos de laboratórios, de estúdios, de quadras esportivas, de computadores, de televisão, de bandas de música, e isso em horário integral.

Cem mil professores, Senador Mozarildo, equivale, em média, a 10 mil escolas, a 250 cidades e a três milhões de crianças. A gente pode fazer uma revolução imediata em 250 cidades e uma revolução paulatina no Brasil inteiro. Essa é, como dizem por aí, a “sacada” do processo. Você faz isso de uma vez, em dois anos, em uma cidade de porte médio. Nas grandes cidades, isso toma mais tempo. No Brasil, isso só pode ser feito em 20 anos.

Já imaginou quando houver duzentas cidades dessas, quinhentas, mil, e a gente puder comparar e dizer que o Ideb das cidades com educação federal é equivalente ao Ideb dos melhores países do mundo? E as outras vão melhorar aos poucos. Aí há gente que diz: “Mas é injusto fazer isso em uma cidade e não fazer em outra”. Não se fizeram aeroportos em todas as cidades do Brasil. Isso começou em duas cidades, pois, em uma só, não adiantava. Aeroporto só numa cidade seria maluquice. E é capaz de ter havido um único aeroporto e o avião ter sido só esportivo, para passear por aí. Você vai fazendo isso num processo. Não se fizeram rodovias em todo o Brasil de repente. Foi aos poucos que a gente foi incorporando. A indus-

trialização começou em São Paulo, não começou no Brasil inteiro.

A educação tem de melhorar em todo o Brasil e revolucionar em algumas cidades. É isso que eu chamo de federalização. É isso que nós discutimos ontem. E isso não rompe a importância do Município na eficiência, porque a gente precisa federalizar para dar um padrão único à educação, mas descentralizando a gestão e dando liberdade pedagógica, porque não há ninguém que saiba como é realmente uma pedagogia ideal no mundo de hoje, com as transformações que os computadores trouxeram.

Nós temos de dar liberdade pedagógica e descentralizar a gestão, e aí eu sou mais radical do que os municipalistas. Eu acho que a administração de uma escola pode ser feita pela própria comunidade da escola. A própria comunidade da escola pode fazer isso. Não precisa nem ser o Prefeito. Então, sou radical na descentralização. Agora, a carreira do professor é a mesma, como é a carreira dos funcionários do Banco do Brasil, como é a carreira dos funcionários da Caixa Econômica e dos Correios.

Esse é o tema que nós debatemos ontem, Senador Mozarildo, e haverá mais duas sessões de debate. Esta já foi a quarta. Haverá mais duas sessões de debate. Esperamos que, ao final dessas seis sessões, seja possível chegar não a um acordo, mas pelo menos a um acúmulo de ideias que possa ser levado para as altas autoridades do Brasil de forma coletiva, porque eu já as levei pessoalmente, e não me deram a menor bola. Eu já levei tudo isso estudado, quantificado, e faltou dizer que, no final dos 20 anos, o custo disso será 6,4% do Produto Interno Bruto, pouco mais da metade dos 10% que a gente vai aprovar aqui.

Eu até temo, Senador Mozarildo, que, se amanhã forem dados 10% do PIB para a educação, a gente vá jogar dinheiro fora. O sistema não é capaz de absorver isso. É como você dar muita comida a um faquir no dia seguinte ao jejum de 50 dias. No nosso caso, o jejum é de cinco séculos. É preciso dar o dinheiro, sabendo como ele vai chegar ao cérebro das crianças. Se chover dinheiro no quintal de uma escola, vira lama na primeira chuva.

O dinheiro não chega, Senador Tomás, à cabeça dos meninos só porque entrou na escola. Há de existir um processo. A própria carreira do professor tem de ser reconstruída. Temos de garantir a estabilidade do professor, para ele não ser demitido pelo prefeito, pelo governador, pelos pais dos alunos. Mas nós não podemos, se queremos uma revolução institucional, tolerar a estabilidade de professores que não passam em avaliações periódicas, que não demonstram ter dedicação exclusiva àquela escola, que não demons-

tram que estão aprendendo, a cada dia, a serem melhores professores.

Tudo isso a gente vem tratando como federalização. Reconheço que o nome não é bom. É preciso um nome melhor. Mas que nome melhor? Nacionalização? Brasileirização da educação? Não há universidades federais? Por que não pode haver educação federal? Há um sistema universitário federal. Ampliemos as 400 escolas federais que existem hoje, para fazer 200 mil escolas! Os prefeitos vão sendo liberados de uma carga que eles têm sobre os ombros deles, que é uma carga muito pesada: o custo das escolas.

Eu, como autor da Lei do Piso, fico muito irritado, chateado, quando vejo um governador e um prefeito dizerem que não podem pagar o piso. Sinceramente, se a gente analisar bem, é capaz de alguns desses não poderem pagar o piso, ou, para pagarem o piso, teriam de tomar medidas tão drásticas nas contas dos seus governos, que eles iam incomodar tanta gente, que eles não iam poder continuar, por tirar dinheiro de outras áreas para a educação. Não iam deixar que isso ocorresse. Mesmo os que falam a favor da educação, quando souberem que o prefeito vai deixar de asfaltar a rua para botar uma escola em outro bairro, se estiverem precisando do asfalto, vão preferir o asfalto. Se é feito o orçamento participativo, educação não é a primeira escolha dos participantes da elaboração do orçamento.

Não sabemos o nome, mas, neste debate na Comissão, eu gostaria de, um dia, chegar aqui ao plenário e discutir: criança é, primeiro, brasileira ou recifense, como eu, de nascimento? Ou é brasiliense, como eu, de opção? Criança não opta. Eu optei por ser brasiliense. Criança não opta. Primeiro ponto: criança é brasileira ou é municipal? Criança é federal ou é estadual? Segundo, como fazer a federalização das crianças? Como cuidar delas? Que medidas tomar? Quanto gastar? E qual o processo de implantação disso? Na minha ideia, seria por cidades.

Creio que este foi o erro do Brizola: o de implantar os CIEPs por unidades escolares isoladas, em vez de chegar a uma cidade e dizer que ali todas as escolas seriam CIEPs. Ele teria feito 20 ou 30 cidades. Ninguém ia parar mais. Mas ele as fez isoladas. E o governador seguinte relaxou, e poucos CIEPs sobreviveram.

Senador Mozarildo, eu queria falar sobre a nossa sessão de ontem, que foi extremamente criativa, graças a esses dois professores.

Era isso o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Agradeço ao Senador Cristovam.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 892, DE 2012**Requerimento de voto de congratulação ao Desembargador José dos Anjos por ocasião de sua posse no Tribunal de Justiça de Sergipe.**

Requeiro, nos termos regimentais, sejam apresentadas congratulações ao Desembargador José dos Anjos por ocasião de sua posse no Tribunal de Justiça de Sergipe.

Justificação

Tomou posse, dia 09 de outubro no Tribunal de Justiça de Sergipe, o Desembargador José dos Anjos.

O novo desembargador foi escolhido após formação da lista tríplice pelo critério de merecimento, na sessão administrativa do Pleno do dia 26 de setembro. Ele atingiu a maior pontuação (1.144,10) relativa aos cinco critérios exigidos pela Resolução 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): desempenho (aspecto qualitativo da prestação jurisdicional), produtividade (aspecto quantitativo), presteza no exercício das funções, aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional.

O magistrado ocupará a vaga aberta após apontamento compulsória do Desembargador José Alves Neto, no mês de julho.

Natural de Maruim, o Doutor José dos Anjos, tem formação superior em Educação e em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ele atuou como pedagogo nas redes federal, estadual e particular de ensino. Em 1976, assumiu as funções de diretor do Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

No âmbito judicial, José dos Anjos militou como advogado até 1988. Como Juiz do TJSE tomou posse em dia 26 de novembro de 1989 e atuou nas Comarcas de Carira, São Cristóvão, Lagarto e Itabaiana. Em Aracaju, a partir de 1996, assumiu a 19ª Vara Cível (Fazenda Pública).

Foi juiz suplente do TRE/SE e membro titular no biênio 2007/2009. Também atuou como juiz eleitoral quando da titularidade das diversas comarcas, inclusive nas eleições de Canindé de São Francisco e Campo do Brito.

O Juiz José dos Anjos integrou a turma recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital e Interior, e substituiu desembargadores no Pleno do TJSE, em decorrência de férias dos membros do colegiado. Até a escolha para compor a Corte da Justiça, José dos Anjos era o titular do Juizado Especial da Fazenda Pública.

Com esse currículo, José dos Anjos foi escolhido para compor o Tribunal de Justiça do estado de Sergipe.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares** – PSB-SE

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, a Srª Senadora Angela Portela e o Sr. Senador Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Estado de Sergipe foi escolhido para sediar, entre os dias 5 e 6 de novembro deste ano, o sexto Encontro Nacional do Judiciário, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Será a primeira vez que o Nordeste sediará o evento, um dos mais importantes não somente no meio jurídico, mas de todo o setor público nacional. E tal escolha, meus Nobres Colegas, não foi, em absoluto, por acaso - o Poder Judiciário Sergipano é tido hoje, destacadamente, como o de melhor conceito e dono das melhores práticas gerenciais de todo País.

Quem diz isso não sou eu, Senhor Presidente, mas o próprio Conselho Nacional de Justiça. Na sessão em que foi chancelado como sede do próximo Encontro, Sergipe foi parabenizado pelo fato de seu Poder Judiciário ter cumprido todas as metas estipuladas para o ano passado pelo Conselho.

Tal condição, Senhoras e Senhores Senadores, não nos foi surpresa. Não é de agora que o meu Estado se destaca pela vanguarda e pelo comprometimento com a boa gestão pública.

No campo jurisdicional, são muitos e destacados os exemplos desse modo particular de atuação.

Podemos citar, inicialmente, o estabelecimento pelo Tribunal de Justiça de Sergipe de metas bem definidas para a obtenção de resultados, com avaliação rigorosa de suas ações e realização de reuniões periódicas para o seu acompanhamento.

Outra importante iniciativa foi a criação de uma gratificação para os servidores da Justiça que, de maneira efetiva, apresentem propostas para a melhoria no atendimento ao usuário. Diversas dessas propostas, inclusive, já foram implementadas, com absoluto êxito, nas varas e comarcas sergipanas.

Uma grande inovação recente, Senhor Presidente, veio pelas mãos do Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe, ao se estabelecer como o pioneiro a implantar o processo eletrônico na justiça trabalhista. O novo modelo já está em pleno funcionamento em todas as

varas da capital, e a previsão é que seja implantado integralmente, nas varas do interior até o fim de 2012.

Tal medida, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não somente trará maior celeridade e eficácia ao trâmite processual, como também implicará a redução de custos, impactos ambientais e na possibilidade de fraudes gráficas.

Por todas essas ações, Senhor Presidente, podemos afirmar, sem medo, que Sergipe vem se consolidando como grande pólo nacional de inovação e implantação de políticas públicas modernas em todo o nosso País.

Não é por outra medida que, aclamado como detentor das melhores práticas jurisdicionais do País pelo CNJ, Sergipe será a sede do maior evento da Justiça Brasileira deste ano.

Ademais, não custa lembrar, temos hoje um ilustre jurista sergipano no posto máximo da carreira jurídica de nosso País - o Excelentíssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Carlos Ayres de Brito, que tanto orgulho traz a todo o povo sergipano e nordestino.

Finalizo externando as minhas felicitações a todos os magistrados do meu Estado, na figura do Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe - Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, pelo notável trabalho que vem exercendo em nome da justiça e/do povo de Sergipe.

Como segundo assunto, gostaria de registrar o terceiro Acordo, firmado no dia 28 de agosto passado, entre o Ministério da Saúde e a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), para reduzir o teor de sódio nos alimentos processados está na frente de um combate mais rigoroso contra o excesso de sódio em alimentos. Espera-se redução de sódio - cujo principal e mais conhecido representante é o sal de cozinha - em temperos prontos, margarinas vegetais, cereais matinais e caldos. Até 2020, em função de todos os acordos estabelecidos, devem sair dos supermercados 20 milhões de quilos dessa substância.

Desde 2011, o sódio vem sendo reduzido em alimentos como: macarrões instantâneos, pães de tipo bisnaga, de forma e francês, mistura para bolos, salgadinhos de milho, batata frita e palha, biscoitos e maionese.

São preocupantes os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam que o povo brasileiro consome uma média de 12 gramas de sódio por dia. Esse valor é maior do que o dobro do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de 5 gramas diárias.

A iniciativa dessa redução faz parte da estratégia de governo no enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis. O sal é considerado um dos maiores

responsáveis pelo desenvolvimento da hipertensão arterial, associando-se seu uso às doenças cardiovasculares, aos derrames, ao acidente vascular cerebral (AVC), podendo prejudicar pacientes com úlcera gástrica, além de estar implicado em doenças renais. O comprometimento da qualidade de vida não só atinge o doente, mas afeta a todos do entorno familiar.

Do dado genérico de que o descuido com a própria saúde mata 400 mil brasileiros, todos os anos, sabemos que, no Brasil, a despeito de a hipertensão atingir pessoas cada vez mais jovens, cerca de 35% da população acima de 40 anos é hipertensa. São aproximadamente dezessete milhões de brasileiros nessa faixa. Desses, 75% dependem do Sistema Único de Saúde (SUS).

A saúde pública gasta enormes quantias para tratar pessoas que ficaram doentes pelo uso imoderado do sódio. O gasto desdobra-se, institucionalmente, em projetos de acompanhamento, cirurgias, internações, seguimento ambulatorial e na disponibilização de medicamentos à população. Leve-se em conta que muitos trabalhadores perderam sua capacidade laborativa em decorrência de doença cardíaca, empobrecendo ainda mais o País. É difícil estimar o quanto deixamos de produzir de riqueza econômica por doença causada pela hipertensão.

Cabe ao governo agir para que a saúde da nossa população não seja atingida pelo flagelo do sal em excesso na alimentação. Ademais, precisamos reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a consequente melhoria da qualidade de vida dos portadores da doença.

Como a hipertensão tem, por longo período, poucos ou nenhum sintoma, são muitos os portadores que desconhecem sua condição. A doença é silenciosa e atinge a todos os grupos populacionais, indistintamente. Como se não bastasse, o problema aumenta com o passar dos anos, pois, ao envelhecer, menos capacidade temos de eliminar o sódio do nosso organismo e perdemos a elasticidade dos vasos sanguíneos. É por isso que os idosos devem tomar ainda mais cuidado com a ingestão de sal.

Atenção especial deve ser dada à adição de sal em pratos prontos. O ideal é evitar a presença dos salteiros à mesa. E preciso entender a lógica dos alimentos industrializados e passar a ler os rótulos. Biscoitos, doces, bolos, adoçantes, conservas, salgadinhos, carnes processadas, embutidos, fast food, assim como refrigerantes light, diet ou zero são ricos em sódio. Não devemos esquecer que boa parte dos alimentos que adquirimos das prateleiras dos supermercados tem

quantidades de sódio acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

Iniciativas desse naipe são muito bem-vindas e necessárias. Devemos defender a saúde do nosso povo, nem sempre de posse da informação correta para decidir adequadamente quais alimentos consumir. Também é importante salientar que os alimentos passam a ser mais saudáveis com teores menores de sal. Oxalá percentuais menores de açúcar também fossem estipulados para os alimentos processados. Esses dois pós brancos são grandes flagelos para a saúde humana.

Gracias ao desempenho e qualidade atingidos pelos acordos, recebemos a notícia alvissareira de que eles poderão servir de modelo para a OMS, por serem de adesão voluntária e apresentarem resultados virtualmente imediatos, sem coercibilidade imposta às indústrias, mas fazendo valer o sentido maior da saúde pública.

Como último assunto, gostaria de registrar que comemoramos em 21 de setembro o Dia Nacional de Luta das Pessoas Portadoras de Deficiência, uma data importante na luta de todas as pessoas com deficiência, e também um momento significativo para refletirmos sobre nossos compromissos e obrigações de natureza social e humanitária e, especificamente, sobre o cumprimento do que dispõe a Constituição Federal, em seu Preâmbulo.

Nosso compromisso maior é com a construção de um Estado Democrático de Direito, que assegure a todos o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

Infelizmente, ainda hoje vemos discriminação e preconceito contra os portadores de deficiência nas mais diversas formas, das sutis até as mais grosseiras e desumanas.

Todos nós temos a obrigação legal e moral de lutar contra esses preconceitos e essas discriminações, principalmente nós que temos responsabilidade política e recebemos um mandato conferido pelo povo brasileiro.

As pessoas portadoras de deficiência reivindicam direitos simples: o direito de ir e vir pelas ruas das cidades, de freqüentar lugares públicos, o direito de trabalhar, estudar, desfrutar dos bens culturais.

Trata-se, simplesmente, de se cumprir o que estabelece o artigo 5º da Constituição: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Sr. Presidente, Sr.ªs Senadoras e Srs. Senadores, para que essa nossa luta em defesa dos direitos das pessoas portadores de deficiência não fique apenas no campo teórico ou baseada no campo ético e moral, apresentei diversos Projetos de Lei ao Senado Federal para tornar efetiva e concreta a melhoria das condições de vida dos deficientes.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131/2012 estabelece uma valoração diferenciada dos bens jurídicos protegidos nos crimes de homicídio e lesão corporal, que tenham como vítima criança, idoso ou pessoa com deficiência.

O PLS nº 122/2011 institui a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas adaptadas para pessoas com deficiência auditiva ou visual, com a utilização do recurso da audiodescrição e da legendagem em português em filmes nacionais.

O PLS nº 14/2008 proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

O PLS nº 465/2008 permite a redução do Imposto de Renda Pessoa Física de despesa com aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de roda.

Esses Projetos de Lei beneficiam diretamente mais de 45 milhões de brasileiros portadores de deficiência visual, auditiva, motora ou mental, o que representa 23,9% da população do País, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A deficiência visual atinge o maior número de pessoas. São 35,7 milhões de pessoas deficientes, inclusive 6,5 milhões com dificuldade de enxergar de forma severa e mais de 506 mil pessoas cegas.

A deficiência motora é a segunda mais relatada e atinge 13,2 milhões de pessoas, inclusive mais de 4,4 milhões de pessoas com deficiência motora severa, das quais 734,4 mil não conseguem caminhar ou subir escadas.

A deficiência auditiva atinge 9,7 milhões de pessoas, das quais 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir e 344,2 mil são surdas.

Diversas modalidades de deficiência mental afetam, ainda, 2,6 milhões de brasileiros - um número bastante significativo.

O Nordeste brasileiro é a Região com o maior percentual de pessoas com deficiência: 26,6% da população. 4,1% da população nordestina apresenta deficiência visual severa; 2,6% das pessoas apresentam deficiência motora severa e 1,2% apresentam deficiência auditiva severa.

De outro lado, as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentam os menores percentuais de pessoas com deficiência: 22,5%.

Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores. Não há dúvida de que muitas pessoas portadoras de deficiência poderiam ter uma melhor qualidade de vida se fossem adotadas políticas públicas inclusivas nas áreas de saúde, educação, cultura, transporte, mercado de trabalho e segurança social.

A inclusão social das pessoas portadoras de deficiência requer maiores investimentos na prevenção de doenças e de condições de vida que causam deficiências.

O combate aos acidentes de trânsito e de trabalho, o incentivo à pesquisa sobre tratamentos de saúde e equipamentos que beneficiam os deficientes são medidas necessárias que devem estar na lista de prioridades das autoridades governamentais.

Encerro este pronunciamento conclamando todos os brasileiros e, particularmente, todas as autoridades públicas, para que se unam em torno desse projeto de garantir cidadania e igualdade de condições a todas as pessoas portadoras de deficiência.

Essa é uma obrigação de todos nós.

Muito obrigado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, a partir do dia 1º de janeiro de 2013, 672 mulheres passarão a administrar cidades de nosso país, inclusive a capital do meu Estado, Boa Vista, em Roraima. Elas foram eleitas no 1º turno das eleições municipais, realizadas no dia 7 de outubro do corrente. Outras Oito candidatas, ainda na luta pela vitória, disputam o segundo turno, que acontecerá no próximo dia 28.

Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que as candidatas vitoriosas representam 12,03% do total de prefeitos eleitos no país. Um aumento ainda tímido, de 33% em relação ao total de mulheres que foram vitoriosas em 2008, quando 504 delas foram escolhidas para prefeitas, perfazendo 9,12% do total de prefeitos eleitos no primeiro turno daquelas eleições.

Este ano, por unidades da federação, Minas Gerais foi o Estado que registrou o maior número de mulheres eleitas: 71 prefeitas. São Paulo veio em segundo lugar, com 67 mulheres. O terceiro lugar ficou com a Bahia, que elegeu 64 mulheres como prefeitas. A Paraíba elegeu 49 mulheres e no Estado do Maranhão 41 das candidatas viraram prefeitas.

O fato de termos menos mulheres eleitas, é consequência do número menor de espaços para candidaturas, que são oferecidos às mulheres na disputa pelos cargos majoritários. Nas eleições deste ano, tivemos

apenas duas mil mulheres candidatas contra mais de 13 mil homens concorrendo este mesmo cargo no país.

Já o número de vereadoras eleitas foi 7.647 e representa 13,3% do total de vagas existentes nas Câmaras Municipais do país. Foi um crescimento próximo de 20%, em relação às eleições de 2008, quando foram 6.512 mulheres ocuparam vagas nos parlamentos.

Nas eleições deste ano, o total de mulheres concorrendo às candidaturas proporcionais foi grande, em relação ao de homens. Mais de 113 mil mulheres disputaram vagas de vereador, enquanto os candidatos homens foram 285 mil. A diferença de aproximadamente 40% em favor dos homens, parece ser alta. Mas, na verdade, evidencia uma distância bem menor, se relacionada com as, ocorridas em anos anteriores.

Mas tal elevação de candidaturas femininas para o Parlamento se deveu à lei 12.034/2009, uma ação afirmativa, que estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

Na verdade, foi exatamente a mudança do verbo “reservar” para o verbo “preencher”, feita nesta lei, que forçou os partidos políticos a oferecer às mulheres mais oportunidades nos espaços do mundo político, ainda que somente nas candidaturas de vereadoras.

O crescimento das mulheres nas eleições de 2012 para os parlamentos municipais do país se refletiu em Roraima, onde 20 mulheres foram eleitas para atuar como vereadoras, em 12 dos 15 municípios de Roraima. São eles: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caroebe, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Uiramutã.

Foi um excelente crescimento da ordem de 70% em relação às eleições de 2008, quando foram eleitas 14 mulheres para atuar como vereadoras em oito municípios. Boa Vista, a exemplo de diversas capitais, registrou, na semana passada, aumento no número de vereadoras eleitas, em relação a 2008. Igualmente a Rio Branco (AC) e São Luís (MA), nossa capital elevou de 1 para 4, o número de vereadoras.

O aumento no total de mulheres eleitas vereadoras no país, não foi capaz de eliminar o déficit democrático de gênero, no campo da política brasileira. Mesmo assim, avalio que estamos avançando.

Portanto, seja por força da lei, seja porque nossa sociedade está mudando, o fato é que o número de mulheres eleitas para as prefeituras e câmara municipais aumentou consideravelmente e isso se reflete em mudanças importantes na sociedade, onde há oito décadas as mulheres conquistaram o direito de votar.

Registro, portanto, minha expectativa de assistir a sociedade avançar ainda mais na igualdade entre os sexos. Agora, que mais mulheres foram eleitas prefeitas

e vereadoras, todas atuar conjuntamente, com vistas ao fortalecimento da aplicação da Lei Maria da Penha nos Estados e Municípios do país.

Neste contexto, as administrações municipais devem pactuar com a sociedade organizada e com o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), a implementação de políticas públicas, ações estratégicas e programas sociais, voltados à condição feminina, de forma a garantir a cidadania das mulheres.

É inadmissível que, no país onde a cada dois minutos uma mulher é vítima de violência doméstica, familiar e sexual, tenhamos uma frágil rede especializada em serviços de atendimento às vítimas.

Para se ter ideia desta situação, vale saber que, temos mais de 5.500 municípios brasileiros, mas, apenas 475 delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência; 68 casas abrigo para acolher mulheres em situação de risco; 146 centros de referência; 147 juizados especializados ou Varas adaptadas para julgar casos de violência doméstica e familiar; 56 núcleos de atendimento nas defensorias públicas, e outros 19 núcleos nos ministérios públicos estaduais.

É imprescindível, portanto, a instalação de mais delegacias de defesa das mulheres em todas as regiões do País, principalmente na área rural e de floresta, onde as distâncias também são responsáveis pela violência doméstica, com a garantia da impunidade dos agressores.

Defender medidas protetivas das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, é o mínimo que se espera de mulheres que ascendem à esfera política, em qualquer uma das esferas institucionais, particularmente, considerando que no Brasil, a média de casos de violência contra a mulher é de 3,9 homicídios por 100 mil mulheres.

Era o que tinha a acrescentar. Muito obrigada.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na letra do Hino de meu estado, o poeta Da Costa e Silva nos lembra que ao Piauí pertencem nossas vidas, nosso sonho, nosso amor.

O verso do poeta é de uma grandeza sem fim, porque nele cabe tudo: a vida que é melhor com trabalho, o futuro que é uma construção de sonhos, o amor, sem o qual nem se vive, nem se trabalha, nem se sonha.

Foram a vida, o sonho e o amor pelo Piauí que fizeram com que, em 19 de outubro de 1822, sob a liderança de Simplício Dias da Silva, os cidadãos de Parnaíba declarassem a adesão do nosso estado à causa da independência do Brasil.

Nesse período de 190 anos, a construção do Piauí se deveu a todos os cidadãos e cidadãs que nessa terra

querida fincaram as suas vidas, mantiveram vivos os seus sonhos, amaram o lugar onde nasceram ou que escolheram para viver e crescer.

Os quase dois séculos que nos separam da data inaugural da independência do Piauí não foram vividos apenas de sonhos. Foram tempos forjados na luta e no trabalho. Luta como a Batalha do Jenipapo, onde tombaram heróis do povo do Piauí e do Ceará. Homens que movidos muito mais pela coragem, mas que com seu sacrifício deram decisiva contribuição para a unidade nacional. A Batalha do Jenipapo, hoje sabemos, foi um dos episódios decisivos para que o Brasil se mantivesse como um país continental.

Temos a obrigação de honrar o esforço dos que nos antecederam no amor, no sonho e na vida pelo Piauí. Não carecemos mais lutar pela independência política, assegurada com sangue nas terras e Campo Maior, em 13 de março de 1823, no desvelo inicial dos parnaibanos, em 19 de outubro de 1822, na revolta dos oeirenses, em 24 de janeiro de 1823.

Mas se é hora de lembrar e honrar o passado, é também tempo de olhar para o presente. O Piauí de hoje é um estado onde se trabalha muito, onde se estuda muito, onde estão sendo feitos esforços de governo e sociedade com o objetivo de fazer um futuro melhor.

De norte a sul do Piauí existem ações de governo e da sociedade para que o estado prospere social e economicamente. Obras de estradas, de energia e de mobilidade urbana desenham uma nova realidade, estabelecendo as bases para a expansão da economia. Ao mesmo tempo, em regiões antes não produtivas se abrem para novos empreendimentos. Um exemplo disso é o cerrado do Piauí, onde o cultivo de soja, milho e algodão já responde por mais de dois terços da safra agrícola estadual. Essa nova fronteira agrícola, que se expande todos os anos.

Esse Piauí de agora, que caminha firme para o futuro, está também assentado sobre grandes reservas de minério, ainda inexploradas, como o ferro em Paulistana e São Raimundo Nonato, o manganês e o níquel na região de São João do Piauí e em Parnaguá, e o titânio, em Porto Alegre do Piauí, argilas especiais em Jaicós e Conceição do Canindé. E estamos aqui citando apenas algumas das centenas de áreas de pesquisa e prospecção mineral, que fazem do Piauí um dos estados brasileiros com maiores e melhores perspectivas de expansão da exploração de minérios.

O desenvolvimento da agricultura colocou o Piauí na lista dos maiores produtores de grãos do país. Esse é um caminho que o estado deverá seguir, sem volta, sempre com a possibilidade de crescimento sustentado, de longo prazo. O que brota da terra no Piauí faz surgir novos negócios comerciais, de serviços, novas plantas industriais, uma

demanda por mais educação especializada, focada nos negócios, como é o caso do campus do Instituto Federal (IFPI) em Pedro II, com seu curso de mineração. O desenvolvimento de uma agricultura forte e altamente produtiva faz surgir uma cadeia de negócios que impulsionam toda a economia, do mesmo modo como a mineração também fará surgirem novos empreendimentos.

Entre os novos empreendimentos deste Piauí que está construindo sua autonomia econômica, estão obras como a Ferrovia Transnordestina e as grandes linhas de transmissão de 500 mil volts. São obras estruturantes que estabelecem duas das mais importantes condições para a instalação de grandes empreendimentos na parte Sul do Piauí.

O surgimento de novos negócios em todo o estado piauiense, porém, não deve acontecer com embargo dos interesses ambientais. Temos em mente, senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, que o desenvolvimento econômico precisa estar no mesmo nível de importância da preservação de nossos biomas, nossos ativos florestais.

O Piauí é um dos estados com maiores extensões de áreas de preservação do país. Temos nessas áreas uma riqueza ainda não devidamente dimensionada, mas que vale muito mais do que podemos supor. Podemos dizer que são inestimáveis as riquezas contidas em Parques como o da Serra da Capivara, da Serra das Confusões, das Nascentes, de Sete Cidades e em áreas de preservação como o Delta do Parnaíba. Riquezas para serem vistas e compartilhadas agora e no futuro; riquezas que a biotecnologia fará importantes e imprescindíveis nos próximos anos; riquezas que se configuram fundamentais e que devem ser preservadas, porque é sobre elas que vamos construir bem estar, que vamos manter reservas de água, que teremos um futuro melhor.

O futuro do Piauí, assim como seu presente e o seu passado, está intimamente ligado ao Rio Parnaíba. Mais uma vez lembro o nosso poeta Da Costa e Silva, que no hino do Piauí nos diz que as águas do rio se espalham pelo sertão, pelas várzeas e chapadas em canto de exaltação. Mais do que um canto, mais do que sua beleza, o rio nos oferece vida. Por isso mesmo é que no Senado a preservação do Parnaíba tem sido uma preocupação fundamental para mim.

Como já disse desta mesma tribuna, em junho, o Parnaíba é o rio da vida do povo do Piauí. Por isso mesmo apresentei Proposta de Emenda à Constituição (PEC 51/2011) que cria o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da bacia do Rio Parnaíba. Em conjunto com o nobre senador João Claudino (PTB-PI), destinei R\$ 500 milhões em emendas que vão compor esse fundo para promover ações permanentes de sustentabilidade ambiental.

Nossa preocupação com um meio ambiente preservado em uma conjuntura de desenvolvimento econômico firme e sustentável tem por foco as pessoas. São os 3,2 milhões de piauienses. Gente nascida no estado e fora dele, pessoas que depositam em nossa terra as suas vidas, os seus sonhos, o seu amor. Homens, mulheres, crianças e jovens, adultos e idosos que vivem em um estado onde estão surgindo novas e grandes oportunidades, no qual há sempre esforços maiores para a expansão sustentável da economia.

Podemos dizer, então, que o povo do Piauí tem no desenvolvimento econômico sua nova independência. Estamos a apenas 10 anos do bicentenário da nossa independência política. É pouco tempo diante dos desafios que se colocam à nossa frente e, menos tempo ainda, se olharmos para trás.

Mas uma década é tempo bastante para uma forte expansão econômica, garantidora de mais autonomia para as pessoas. Uma autonomia que será tanto maior quanto maior for o crescimento de nossa economia. Depende da expansão econômica e de obras estruturantes. No entanto, o desenvolvimento econômico resulta muito mais das iniciativas pessoais. Felizmente, em meu estado temos tido um povo com gosto por construir sua própria história, por fazer seus caminhos próprios, por fazer a grandeza do Piauí a partir da grandeza das iniciativas individuais.

O Piauí que em dez anos completa 200 anos de independência política será sem dúvida um estado com maior independência econômica. Vai ser assim porque tem um povo que guarda em si uma grande coragem e determinação. Novamente, recorro ao Hino do Piauí, às palavras de Da Costa e Silva, que afirma:

Possas tu, no trabalho fecundo
E com fé, fazer sempre o melhor,
Para que, no conceito do mundo,
O Brasil seja ainda maior.
Possas tu, conservando a pureza
Do teu povo leal, progredir,
Envolvendo na mesma grandeza
O passado, o presente e o porvir.

Então, senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, o papel meu e de cada um dos piauienses é o de fazer o melhor para que seja o nosso Piauí grande. Trabalhamos assim porque queremos fazer parte de um país grandioso, mas que cresce com respeito ao meio ambiente. Nossa fé em um estado mais rico e mais desenvolvido, como nos ensina o poeta de Amarante, não nos pode afastar dos que vieram antes de nós, tampouco dos que hoje estão construindo o futuro.

O Piauí é um estado que chega aos 190 anos de independência política com a firmeza inicial de nossos

antepassados. Nós estamos todos querendo construir um futuro melhor. Hoje derramamos nosso suor com este fim, porque é nossa obrigação fazer de nosso estado um lugar melhor e mais feliz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 37 minutos.)

PARECER Nº 26, DE 2012-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 2012 - CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 802.197.850,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO

RELATOR: "AD HOC": Senador FLEXA RIBEIRO

I. RELATÓRIO

A Senhora Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 50, de 2012-CN (nº 219/2012, na origem), o Projeto de Lei nº 10, de 2012 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União para 2012, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 802.197.850,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Projeto propõe alteração do orçamento vigente nas seguintes linhas gerais:

SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 802.197.850
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	R\$ 405.430.269
UO – Ministério da Justiça	
Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública 120.270.512	R\$
Valorização de Profissionais e Operadores de Seg. Pública 6.659.757	R\$
UO – Departamento de Polícia Rodoviária Federal	
Construção e Ampliação de Postos e Delegacias da PRF 6.000.000	R\$
UO – Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN	
Modernização e Aparelhamento do Sistema Penitenciário Nacional. 16.000.000	R\$
Apoio a Projetos de Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso 1.500.000	R\$

Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Estaduais 250.000.000	R\$
Modernização e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais das Unidade da Federação 4.000.000	R\$
Adequação Física de Penitenciárias Federais 590.000	R\$
Capacitação de Servidores, Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 410.000	R\$
MINISTÉRIO DA DEFESA	R\$ 396.767.581
UO – Ministério da Defesa	
Participação Brasileira em Missões de Paz 93.400.000	R\$
UO – Comando da Marinha	
Aprestamento das Forças Navais 9.497.239	R\$
Aquisição de Embarcações de Apoio 19.900.000	R\$
Aquisição de Meios Navais 126.360.000	R\$
Aquisição de Sistemas Operativos 60.874.000	R\$
Desenvolvimento do Míssil Nacional Antinavio 21.698.417	R\$
Administração da Unidade 19.239.532	R\$
UO – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	
Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas 610.893	R\$
UO – Fundo Naval	
Registro e Fiscalização de Embarcações 5.187.500	R\$
Administração da Unidade 40.000.000	R\$

A título de fonte para as suplementações propostas foram utilizados, além dos cancelamentos no montante de R\$ 291.826.957,00, superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, no valor de R\$ 470.370.893,00 e excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 40.000.000,00.

Os cancelamentos propostos são detalhados a seguir:

CANCELAMENTO R\$ 291.826.957

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA R\$ 155.430.269

UO – Ministério da Justiça

Apoio à Implementação de Políticas Sociais R\$
15.367.149

Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários e Carcerários, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros R\$
111.563.120

UO – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Reforma e Modernização de Bases Operacionais e Unidades de Polícia Rodoviária Federal R\$
6.000.000

UO – Fundo Penitenciário Nacional

Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal R\$
3.950.000

Construção da Quinta Penitenciária Federal R\$
18.550.000

MINISTÉRIO DA DEFESA R\$ 136.396.688

UO – Comando da Marinha

Modernização e Revitalização de Meios Aeronavais R\$
104.698.387

Construção de Navios-Patrulha Oceânicos de 500 t R\$
26.510.801

UO – Fundo Naval

Logística de Materiais da Marinha R\$
5.187.500

Segundo a Exposição de Motivos nº 00086/2012/MP, de 17 de maio de 2012, da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito proposto permitirá aos Ministérios da Justiça e da Defesa, por meio de suas unidades administrativas, dar continuidade a ações relacionadas, respectivamente, a cada uma das Pastas, conforme detalhado no Anexo I do Projeto de Lei e especificado abaixo:

- - no Ministério da Justiça, o cumprimento dos compromissos assumidos pelo órgão referentes ao controle de homicídios, ao enfrentamento ao crack e à capacitação de agentes de segurança, na Administração direta; a continuidade do projeto de construção do Edifício-Sede da 7ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, no Estado do Paraná, no Departamento de Polícia Rodoviária Federal; e a substituição

da atual estrutura de monitoramento das rotinas dos presídios federais de Catanduvas e de Campo Grande, respectivamente nos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul, com a aquisição de duas plataformas de inteligência penitenciária; o aparelhamento de oficinas de trabalho destinadas aos encarcerados do Projeto de Capacitação Profissional do Preso - PROCAP; o apoio à construção de estabelecimentos penais estaduais, visando reduzir o déficit de vagas feminino e o número de presos em delegacias de polícia; o aparelhamento dos Centros de Referência Materno Infantil de penitenciárias femininas e a aquisição de veículos especiais para assistência à saúde do preso; a melhoria da infraestrutura das penitenciárias federais, com a perfuração de poço de água profundo na Penitenciária Federal de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de regularizar o abastecimento de água da unidade, além da adequação da ventilação das celas das quatro penitenciárias federais; e a capacitação e treinamento de servidores da área de inteligência penitenciária federal para operacionalização das plataformas de inteligência e monitoramento do Sistema Integrado de Análise Estratégica e Inteligência Policial, com recursos do FUNPEN; e

- - no Ministério da Defesa, a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL, com o envio de oficiais e de navio da Marinha do Brasil, na Administração direta; o alcance dos níveis necessários de aprestamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, a aquisição de embarcações de apoio e de sistemas operativos, o pagamento de parcela de 2012 referente à aquisição de três navios-patrulha oceânicos, a continuidade do projeto de desenvolvimento do míssil antinavio, a manutenção administrativa e das embarcações e viaturas das Organizações Militares do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário para que haja a efetiva fiscalização e regularização das embarcações, no Comando da Marinha, inclusive com o uso de recursos do Fundo Naval; e a aquisição de equipamento para a geração de imagem molecular da mama, no Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas.»*

II – Das Emendas

Ao projeto foram apresentadas 5 (cinco) emendas, no prazo regimental.

III. VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no Projeto contribuem para o alcance dos objetivos traçados no Plano Pluriannual 2012-2015. Entendemos ainda que as alterações refletem necessidade de ajuste manifestada pelos órgãos orçamentários e, portanto, somos pela rejeição das cinco emendas apresentadas.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do PLN N.º 10, de 2012-CN, nos termos do Executivo, e pela rejeição das emendas.

Sala das Sessões, em de julho de 2012.

DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2012, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Senador FLEXA RIBEIRO, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado AUGUSTO COUTINHO), favorável ao Projeto de Lei nº 10/2012-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 5 (cinco) emendas apresentadas, REJEITADAS.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Celso Maldaner, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Eduardo Sciarra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Wagner, Professor Sérgio de Oliveira, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto Balestra, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldenor Pereira e os Senadores Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Tomás Correia.

Sala de Reuniões, em 17 de outubro de 2012.

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO
Relator *ad hoc*

PARECER Nº 27, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.228.086.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Autor: Poder Executivo

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado ZECA DIRCEU

RELATOR: "AD HOC": Deputado JOÃO PAULO LIMA

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 70, de 2012-CN (nº 296/2012, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.228.086.820,00, (um bilhão, duzentos e vinte e oito milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e vinte reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

De conformidade com a Exposição de Motivos EM nº 00134/2012/MP, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito destina-se a atender às unidades orçamentárias discriminadas no Quadro I apresentado a seguir:

QUADRO I

Unidade Orçamentária	Suplementação (em R\$)
MINISTÉRIO DA FAZENDA	538.312.484
- Ministério da Fazenda (Administração Direta)	2.731.964
- Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB	476.409.405
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	27.800.00
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM	1.371.115
- Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	30.000.000
MIN. DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	27.050.000
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	27.050.000
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	572.724.336
- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	17.070.018
- Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Min. da Fazenda	555.654.318
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	90.000.000
- Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda	90.000.000
TOTAL	1.228.086.820

Segundo a Exposição de Motivos, os recursos necessários para o atendimento do crédito serão provenientes das seguintes fontes, conforme demonstrado no Quadro II.

QUADRO II

Fonte dos Recursos	Valor (R\$)
Anulação parcial de dotações orçamentárias	116.042.396
Ministério da Fazenda	15.489.419
- Ministério da Fazenda (Administração Direta)	2.731.964
- Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB	11.386.340
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM	1.371.115
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.600.000
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (Administração Direta)	5.600.000
Encargos Financeiros da União	4.952.977
- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.352.977
- Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Min. da Fazenda	2.600.000
Operações Oficiais de Crédito	90.000.000
- Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional	90.000.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.029.794.424
Excesso de arrecadação relativo a:	32.250.000
- Recursos Próprios Não Financeiros	57.050.000
- Receitas de Honorários de Advogados	25.200.000
TOTAL	1.228.086.820

Informa também que o crédito viabilizará:

a) No Ministério da Fazenda, a coleta e a disponibilização dos dados contábeis e fiscais dos Poderes da União e de órgãos dos entes da Federação, o pagamento de despesas relativas aos contratos com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, a realização de pequenas obras e aquisição de material permanente em diversas Regiões Fiscais da RFB, a adequação do ambiente de tecnologia da PGFN, a melhoria da infraestrutura física da CVM, além da realização de novos concursos públicos por meio da Escola de Administração Fazendária – ESAF, no âmbito do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento;

b) No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que o INPI atenda despesas relacionadas ao Plano Brasil Maior, principalmente, no que tange à redução do tempo de análise e de concessão de registro de marcas e de patentes;

c) Em Encargos Financeiros da União, o pagamento de contribuições a diversos organismos internacionais, bem como de agentes financeiros pela gestão administrativa e pelos serviços prestados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, pertinente à arrecadação, aos Ministérios da Fazenda e do Trabalho e Emprego, concernente à operacionalização do seguro-desemprego e do abono salarial, e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela operação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

d) Em Operações Oficiais de Crédito, o pagamento da equalização de juros em operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF a produtores rurais e suas cooperativas, com vistas a reduzir o custo de financiamento destinado à estocagem de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Referida Exposição salienta que o pleito decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo em sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Esclarece também, a propósito do que dispõe o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 12/08/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 – LDO-2012, que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

- a) R\$ 1.029.794.424,00 (um bilhão, vinte e nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) referem-se à suplementação de despesas primárias discricionárias do Poder Executivo à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional;
- b) R\$ 82.250.000,00 (oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais) à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de Receitas de Honorários de Advogados;
- c) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo X do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012;
- d) R\$ 26.042.396,00 (vinte e seis milhões, quarenta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais) a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; e
- e) a execução das despesas descritas nos itens “a”, “b” e “d” será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 2012, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

Em atendimento ao disposto no art. 53, §§ 8º e 9º, da LDO/2012, são demonstrados em quadros anexos à referida EM o excesso de arrecadação de receitas primárias e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, utilizados no crédito em análise.

Foi apresentada uma emenda ao projeto de lei em exame no prazo regimental pela Deputada Rose de Freitas (00001).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos inicialmente que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18/01/2012) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 – LDO 2012 (Lei nº 12.465, de 12/08/2011).

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira, acumulada até 13/07/2012, elaborado pela COFF/CD e PRODASEN, a partir de dados SIAFI/STN, mostra que, até essa data, havia disponibilidade de recursos para cancelamento nas dotações oferecidas como fonte para o atendimento do pleito.

Quanto à emenda apresentada, não obstante o mérito e a relevância da proposição, optamos pelo seu não acolhimento, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2012-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada.

Sala da Comissão, em 02 de agosto de 2012.

Deputado ZECA DIRCEU
Relator



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CONCLUSÃO

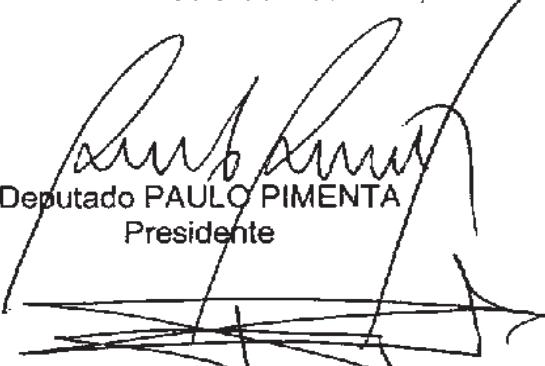
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JOÃO PAULO LIMA, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado ZECA DIRCEU), favorável ao **Projeto de Lei nº 21/2012-CN**, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, **REJEITADA**.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Celso Maldaner, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Eduardo Sciarra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Wagner, Professor Sérgio de Oliveira, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto Balestra, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldenor Pereira e os Senadores Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Tomás Correia.

Sala de Reuniões, em 17 de outubro de 2012.

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

Deputado JOÃO PAULO LIMA
Relator *ad hoc*



PARECER Nº 28, DE 2012-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 23, de 2012 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00, para os fins que especifica."

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado VANDERLEI SIRAQUE

RELATOR: "AD HOC": Deputado JOÃO PAULO LIMA

I. RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 86, de 2012-CN (nº 355/2012, na origem), o Projeto de Lei nº 23, de 2012 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00, para os fins que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00103/2012/MP, de 30 de julho de 2012, da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito proposto possibilitará:

a) aos órgãos do Poder Judiciário, executar projetos de construção, ampliação e aquisição de edifícios-sede e cartórios eleitorais;

b) à Presidência da República, adquirir imóvel para instalação do Edifício-Sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em Brasília, no Distrito Federal, e executar obras de dragagem e fiscalização, envolvendo os Portos de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, e de Fortaleza, no Estado do Ceará; e

c) ao Ministério das Relações Exteriores, viabilizar a aquisição de imóvel, com vistas a ampliar as atuais instalações do Consulado-Geral do Brasil em Rivera, no Uruguai, uma vez que se tornaram inadequadas à assunção de novas atribuições institucionais com a elevação da repartição consular, de Consulado para Consulado-Geral, por meio do Decreto nº 7.350, de 27 de outubro de 2010.

A presente proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de Recursos de Convênios e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

No que tange ao cumprimento do disposto no art. 53, § 12, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, LDO-2012, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou ao Congresso Nacional, por meio do Ofício nº 186/SG – DOR/2012, o Parecer de Mérito favorável à aprovação dos créditos referentes ao Poder Judiciário.

Segundo os órgãos envolvidos, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente. No que diz respeito à programação do Ministério das Relações Exteriores, houve frustração na compra de imóvel para abrigar a residência da Embaixada do Brasil em Gaborone, em Botswana, por desistência da venda pelo seu proprietário. Destaca, ainda, que a utilização de dotações decorrentes de emendas parlamentares, que compensa parte do crédito em favor da Justiça Eleitoral, conta com a anuência de seus autores.

A exposição de motivos ressalta ainda que o crédito envolve o remanejamento entre programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito da Secretaria de Portos, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), não alterando, contudo, o valor total do Programa.

E por fim esclarece que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, e demonstra, nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto nos §§ 8º e 9º do art. 53 da LDO-2012, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de Recursos de Convênios e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União, do exercício de 2011, referente à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, utilizados, parcialmente, neste crédito.

Dentro do prazo regimental, foi apresentada uma emenda à proposição.

É o Relatório.

II. VOTO DO RELATOR

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 12.595, de 19/01/2012) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 53 da Lei nº 12.465 de 12/08/2011 (LDO/2012).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no Projeto contribuem para o alcance dos objetivos traçados no Plano Pluriannual 2012-2015. Entendemos ainda que as alterações refletem necessidade de ajuste manifestada pelos órgãos orçamentários e, e, portanto, somos pela rejeição da emenda apresentada.

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 23, de 2012-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda nº 1.

Sala da Comissão, em 05 de setembro de 2012

DEPUTADO VANDERLEY SIRAKUE
Relator

Ofício GP Nº 1577/2012

Salvador, 03 de outubro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasília – DF

Assunto: **PLN 23/2012**

Senhor Deputado,

O Projeto de Lei nº 23, de 2012-CN, abre Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19/1/2012), em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

A verba destinada ao Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região será aplicada na conclusão da construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista localizado no Município de Santo Amaro-BA, que, em decorrência da crescente demanda existente na área, necessita aprimorar as suas instalações para melhor atender aos anseios da população local.

Nesse contexto, e considerando o interesse do Governo Federal, bem como dos demais órgãos elencados no projeto, quanto a sua aprovação, venho colocar-me à disposição para colaborar no que for necessário, a fim de que o objetivo buscado seja alcançado.

Atenciosamente,



VÂNIA J.T. CHAVES

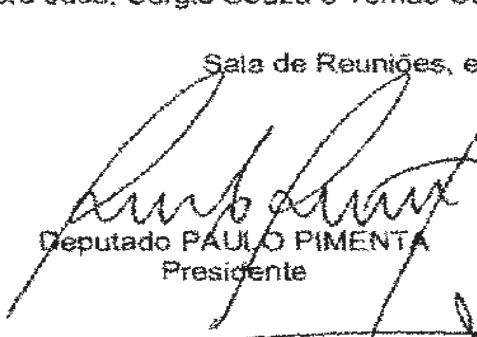
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT 5^a Região

C O N C L U S Ã O

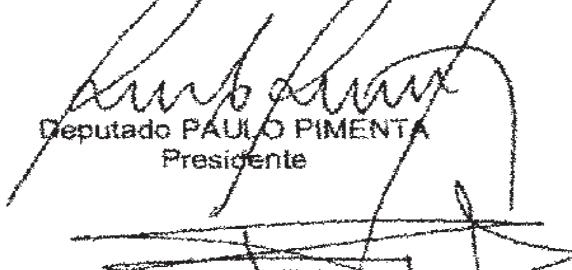
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JOÃO PAULO LIMA, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado VANDERLEI SIRAQUE), favorável ao Projeto de Lei nº 23/2012-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, **REJEITADA**.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Assis Carvalho, Augusto Coutinho, Celso Maldaner, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Eduardo Sciama, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonerdo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Pitman, Manoel Salviano, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Wagner, Professor Sérgio de Oliveira, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Moling, Roberto Balestra, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldenor Pereira e os Senadores Ana Rita, Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Scuza e Tomás Correia.

Sala de Reuniões, em 17 de outubro de 2012.



Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

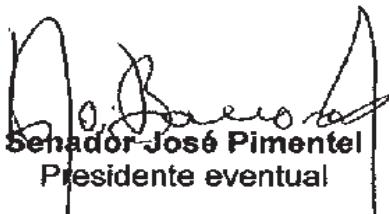


Deputado JOÃO PAULO LIMA
Relator ad hoc

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E
EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 574, DE 2012, ADOTADA
EM 28 DE JUNHO DE 2012 e PUBLICADA EM 29 DE JUNHO DE 2012, QUE
"ESTABELECE MEDIDAS PARA ESTIMULAR O PAGAMENTO DE DÉBITOS
RELATIVOS AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR
PÚBLICO - PASEP, DE RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS, DO DISTRITO
FEDERAL, DOS MUNICÍPIOS, E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES;
ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 10.925, DE 23 DE JULHO DE 2004, PARA
PRORROGAR A VIGÊNCIA DA REDUÇÃO A ZERO DAS ALÍQUOTAS DA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O
FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS INCIDENTES NA
IMPORTAÇÃO E SOBRE A RECEITA DECORRENTE DA VENDA NO MERCADO
INTERNO DAS MASSAS ALIMENTÍCIAS QUE MENCIONA", DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE
SETEMBRO DE 2012, ÀS 09H00, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO
COELHO, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e trinta minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e doze, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da destinada a apreciar a Medida Provisória nº 574, de 2012, com a presença da Senadora Ana Rita; dos Senadores Aníbal Diniz, Armando Monteiro, Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza, Tomás Correia; da Deputada Carmen Zanotto; e dos Deputados Arthur Lira, André Vargas, Arnon Bezerra, Antônio Bulhões, Professor Sétimo, Sandro Mabel, Edio Lopes, Diego Andrade, Júlio César, Jerônimo Goergen, Zé Silva, Laércio Oliveira, Antônio Andrade, César Coñago. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Senadora Ana Rita e do Deputado Cláudio Puty para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Após submeter os nomes indicados ao Plenário, o Senhor Presidente eventual proclama o resultado por aclamação. Em seguida, passa a palavra a Senhora Presidente eleita, Senadora Ana Rita, que designa o Deputado Sandro Mabel como Relator e o Senador Tomás Correia como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Ivanilde Pereira Dias de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Senador José Pimentel
Presidente eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, PT – CE) – Quero saudar os nossos pares da Câmara e do Senado. Agradecer a presença de todos e registrar que, na Câmara, nós demos quórum para as três medidas provisórias em que há acordo, tanto na presidência como nas relatorias.

No entanto, no Senado Federal, apenas na Medida Provisória nº 574, nós tivemos um quórum de oito Senadores. Nas duas outras nós tivemos um quórum de sete Senadores, ficou faltando um Senador para dar quórum.

Em face disso, nós vamos instalar os trabalhos da 574 e vamos adiar as demais.

Portanto, nós vamos instalar a 574 e, se porventura der quórum no processo, nós instalaremos as demais.

Abertura.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 574, de 2012. Informo que, de acordo com o disposto no §1º, art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Havendo acordo para eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, passamos à eleição.

Comunico que, havendo acordo de lideranças, para Presidente da Comissão está sendo indicada a Senadora Ana Rita e, para Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Cláudio Puty.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Portanto, está aprovada por unanimidade a Mesa Diretora dos trabalhos. E convido a Senadora Ana Rita para presidir os trabalhos. Há também acordo sobre as relatorias.

No acordo parlamentar, foi indicado o Deputado Sandro Mabel, do PMDB, para ser o relator, e o Senador Tomás Correia, do PMDB, para relator revisor.

Passo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Bom dia a todos os Deputados e Senadores aqui presentes.

Quero inicialmente agradecer pela indicação desta Comissão para que eu presida os trabalhos dessa Medida Provisória nº 574.

Havendo acordo com relação às relatorias, informo que o Deputado Sandro Mabel será o relator dessa Medida Provisória e o Senador Tomás Correia será o relator revisor. Eu os convido para compor a Mesa. Deputado Sandro Mabel. Tudo bem, Deputado?

O Senador Tomás está a caminho.

Não havendo nenhuma discordância com relação à indicação dos dois relatores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel, PT – CE) – Com a chegada da Senadora Ana Amélia, cuja presença eu agradeço, sei do seminário que V. Exª presidiu lá no Rio Grande na última segunda-feira – e eu soube do êxito –, que foi sobre o Fundo de Garantia, queremos agradecer sua presença e dizer que no Senado também deu quórum para a 575.

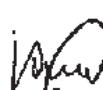
Portanto, encerrados os trabalhos da 574, vamos iniciar os trabalhos da 575.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 574, DE 2012, ADOTADA EM 28 DE JUNHO DE 2012 e PUBLICADA EM 29 DE JUNHO DE 2012, QUE "ESTABELECE MEDIDAS PARA ESTIMULAR O PAGAMENTO DE DÉBITOS RELATIVOS AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP, DE RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS MUNICÍPIOS, E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES; ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 10.925, DE 23 DE JULHO DE 2004, PARA PRORROGAR A VIGÊNCIA DA REDUÇÃO A ZERO DAS ALÍQUOTAS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS INCIDENTES NA IMPORTAÇÃO E SOBRE A RECEITA DECORRENTE DA VENDA NO MERCADO INTERNO DAS MASSAS ALIMENTÍCIAS QUE MENCIONA", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 09h30, NO PLENÁRIO N° 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quize horas do dia dez de outubro de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 574, de 2012, com a presença dos Senadores Tomás Correia, Aníbal Diniz, Roberto Requião e Sérgio Souza; e dos Deputados Cláudio Puty, Sandro Mabel, Diego Andrade, Carmen Zanotto, Afonso Florence, Antônio Andrade e Geraldo Thadeu. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Senhora Presidente, Senadora Ana Rita, declara aberta a reunião, que se destina à apresentação do relatório. A Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Sandro Mabel, para a leitura do relatório. É lido o relatório, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de adequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela aprovação nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, acatando, total ou parcialmente, as Emendas nºs 1, 2, 6, 9, 11, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 31 e 37, e pela rejeição das demais emendas. O Senador Aníbal Diniz e o Deputado Diego Andrade fazem uso da palavra para pedir vista da matéria. Fica concedida vista coletiva nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal. Faz uso da palavra o Deputado Eduardo Cunha, não membro da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente, Senadora Ana Rita, declara encerrada a reunião às quinze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Ivanilde Pereira Dias de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.


**Senadora Ana Rita
Presidente**

(*Texto com revisão.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita – PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 574, de 2012, que estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.

Como não temos quórum para votação, nós não poderemos, aqui, agora, fazer a leitura e a aprovação da ata. Portanto, vou passar a palavra para o relator da Medida Provisória, para a apresentação do relatório.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório da referida Medida Provisória nº 574, de 2012.

Com a palavra o Deputado Sandro Mabel, Relator.

O SR. SANDRO MABEL (PR – GO) – Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, fomos designados Relator para a Medida Provisória nº 574, de junho de 2012, enviada para este Congresso, e, como tal, faremos a leitura das observações do nosso relatório.

Esta Medida Provisória nº 574, de 2012, estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos, prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, entre outras. O autor é o Poder Executivo, e nós somos o Relator.

Relatório.

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 302, de 2012, submete à análise do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012.

Os arts. 1º a 4º da Medida Provisória estabelecem parcelamento especial de débitos junto à Fazenda Nacional, relativos à Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep), de responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações públicas.

O parcelamento será realizado em 180 parcelas mensais, com redução de 60% das multas, 25% dos juros e 100% dos encargos legais.

O Ente Federativo que aderir terá suas parcelas descontadas do respectivo Fundo de Participação do Estado e Distrito Federal (FPE), ou Fundo de Participação do Município (FPM), submetendo-se ainda à retenção do Pasep devido a partir de então.

Aplicam-se ao parcelamento especial algumas regras do parcelamento ordinário, tais como: a obrigatoriedade de oferecimento de garantia real ou fidejussória em caso de débito inscrito em dívida ativa; a utilização da taxa Selic como base de cobrança de juros sobre as parcelas; a exclusão do parcelamento em caso de atraso no pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou da última parcela (arts. 11 a 13 e 14-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002).

O art. 5º da Medida Provisória, por sua vez, prorroga, de 30 de junho de 2012 para 31 de dezembro de 2012, a redução a zero da alíquota da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação e sobre a receita de venda no mercado interno de massas alimentícias.

São essas as linhas básicas do texto.

Voto.

Cumpre-nos, preliminarmente, verificar o atendimento aos pressupostos de urgência e relevância dos assuntos tratados na Medida Provisória e analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria submetida a esta Comissão Mista, além da sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Superados esses aspectos, devemos apreciar o mérito.

Dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constatamos, de plano, que a Medida Provisória atende aos pressupostos constitucionais fixados para a edição desse tipo de diploma legal: a relevância e a urgência.

A relevância e a urgência da concessão do parcelamento especial para Estados, Distrito Federal e Municípios são inquestionáveis. Vários Entes Federativos encontram-se em débito com o Pasep.

Na realidade, essa contribuição é uma das mais esdrúxulas figuras do nosso sistema tributário, haja vista que se trata de setor governo tributando o próprio setor governo. Quando Relator da reforma tributária, busquei construir propostas que contemplassem sua extinção. Sem sucesso, porém, haja vista que o Pasep ainda é uma importante fonte de financiamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

Assim, não havendo, por ora, condições políticas e financeiras para a supressão dessa contribuição social do nosso Sistema Tributário Nacional, impõe-se pelo menos a necessidade de imediata regularização da inadimplência de Estados e Municípios, pois essa situação os impede de receber transferências federais, fonte imprescindível de recursos para a realização de investimentos para prestação de serviços em suas comunidades, especialmente nas pequenas prefeituras e nos Estados menos ricos da Federação.

Ocorre, da mesma forma, com relação à prorrogação na redução a zero da alíquota do PIS/Pasep sobre massa alimentícia. Caso não seja editada a Medida Provisória, esse importante item de consumo da população de mais baixa renda já estaria quase 10% mais onerado do ponto de vista fiscal, pela incidência das referidas contribuições.

Registre-se, ainda, que o eventual aumento da tributação sobre esses produtos afetaria negativamente o índice de preços e, por conseguinte, o esforço em reduzir taxas de juros da nossa economia. Dessa forma, parece-nos que foram atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria tratada nessa MP.

Da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa:

Os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa também foram observados. Não se verificam máculas na Medida Provisória quanto aos princípios constitucionais e legais que regem a questão tributária. A Medida Provisória tampouco se caracteriza como injurídica, enquadrando-se sem problemas no ordenamento jurídico pátrio. Ademais, seus dispositivos estão conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998.

Quanto às emendas, também não constam vícios de inconstitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Da compatibilidade da adequação orçamentária:

A MP não apresentou problemas de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, afinal ela não cria novas despesas para a União e tampouco estabelece novos benefícios fiscais que impliquem renúncia de receitas. Pelo contrário, expressa-se até um aumento das receitas por conta da regularização dos débitos atrasados.

Registre-se também que a redução a zero da alíquota do PIS/Pasep sobre as massas encontra-se em vigor desde dezembro de 2011. Portanto, a sua prorrogação não traz reflexos sobre a arrecadação.

Das emendas apresentadas, entendemos que as Emendas nºs 20 e 36 devem ser afastadas, preliminarmente, por incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira. Elas envolvem respectivamente revisão de contratos de renegociação de dívidas de Estados e Municípios e o encontro de contas entre Municípios e Previdência.

Os reflexos da aprovação de cada uma dessas Emendas não foram estimados, mas, seguramente, envolveriam somas bilionárias, podendo efetivamente colocar em risco o atingimento das metas fiscais estabelecidas.

As demais emendas apresentadas, a nosso ver, não oferecem riscos fiscais semelhantes, motivo pelo qual acreditamos que possam ser aproveitadas no processo legislativo.

Assim, acreditamos que as disposições da Medida Provisória e das emendas a ela apresentadas, com exceção das Emendas nºs 20 e 36, estão de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do mérito:

A nosso ver, a Medida Provisória aprimora a legislação tributária e, portanto, merece a aprovação desta Comissão.

De fato, a concessão de parcelamento de Pasep devido aos Estados e Municípios representa um grande alívio aos governos locais; muitos deles encontram-se em débito, não podendo contratar com a União. A realização de convênios importantes, como na área de saúde e de segurança pública, depende dessa regularização.

Da mesma forma, a alíquota zero do PIS e Cofins para a massa deve ser mantida por um prazo mais longo do que previamente previsto, pois afinal esse produto constitui-se um item muito importante na cesta de consumo das famílias.

De janeiro a setembro de 2012, segundo o IBGE, os produtos de alimentação tiveram aumento de 6,43%. No mesmo período, o preço do macarrão caiu 2,6% e as massas semiprontas aumentou apenas 0,7%. É evidente que seria muito inconveniente – inclusive para o Governo, que busca de estabelecer um novo patamar de juros da economia – restabelecer tributação sobre produto significativo no cálculo de índice de preços. Ademais, iniciativas no sentido de aliviar cargas tributárias são sempre bem-vindas.

Aliás, sobre essa matéria, seria realizado um ajuste na redação original da Medida Provisória, ampliando o prazo de exoneração do art. 19, que fixou em 31 de dezembro de 2013, a data final para a fruição do referido benefício fiscal.

Portanto, entendemos meritória a MP nº 574.

Passamos a analisar as emendas apresentadas.

Foram acolhidas, total ou parcialmente, as Emendas de nºs 1 e 2, pois o Projeto de Conversão, que ora submetemos ao crivo desta Comissão fixa em 30% o limite máximo de comprometimento do FPE.

Srº Presidente, as Emendas nºs 1 e 2 foram apresentadas e as pusemos na redação, porque elas permitem que não se comprometam mais 30% da FPE – ou do FPM – para o pagamento desse parcelamento,

porque, se houver maior comprometimento, o prefeito prefere não entrar na regularidade a perder todo o FPM só para ficar regular. Então, 30% já é um percentual alto.

O que nós estabelecemos foi um mecanismo pelo qual, se sobrar saldo a pagar após 180 meses, entra no parcelamento de uma lei que prevê que em 60 meses ele teria de liquidar esse saldo; isso vai permitir que os Municípios que queiram se regularizar se regularizem. Em caso de ocorrer, então, o saldo a pagar no final dos 180 meses seria feito o parcelamento de débitos tributários pela Lei nº 10.522. Com isso, Estados e Municípios terão a garantia de que não serão asfixiados financeiramente.

Estamos propondo também a ampliação do prazo de parcelamento do Pasep para 31 de janeiro de 2013. Na Medida Provisória, o prazo venceria dia 29 de setembro – venceu dia 29 de setembro.

Nós entendemos que muitos prefeitos que não se candidataram ou que estão vendo que em seus Municípios a oposição ganhará preferirão não fazer o parcelamento e, com isso, deixarem o próximo prefeito em situação embarracosa por não ter como parcelar os seus débitos. Como pelo menos a metade do Brasil está mudando de administração, entendemos que elas precisam ter a oportunidade de parcelar os seus débitos. Por isso, levamos o prazo para 31 de janeiro de 2013, o que permitirá a esses novos prefeitos terem 30 dias para fazerem as contas e optarem se quiserem regularizar os seus Municípios, que podem ter sido deixados de fora pelo Prefeito passado como forma de embarracar a nova gestão.

Então, nós achamos que essa prorrogação é importante. É uma forma de permitir que os prefeitos que assumirão os cargos regularizem a situação.

Já as Emendas nºs 9, 24, 25, 26 e 37 tratam de parcelamentos especiais previstos na Lei nº 11.941 e na Lei nº 12.249. Acreditamos que elas estão parcialmente acatadas na forma do PLV, uma vez que, mantidas as regras e constituições estabelecidas nas referidas leis, estamos propondo a reabertura do prazo de adesão até 31 de janeiro.

Como os Municípios estão asfixiados, também a iniciativa privada pode estar. Nós não criamos um Refis novo. A maioria das emendas ampliava o prazo e trazia para débitos até 31 de dezembro de 2011, mas nós achamos que isso daria uma confusão muito grande na receita, além de tirar a moralidade da arrecadação. Então, nós mantivemos esse Refis com a data de corte original, que é novembro de 2008, dando só oportunidade a quem não aderiu naquela época àqueles débitos fazer a adesão agora e regularizar também a sua vida.

Chegou o Senador revisor.

Achamos que isso é pertinente. Em relação a isso, nós fizemos a reabertura até 31 de janeiro de 2013.

O PLV prevê a criação de um crédito presumido de IPI e PIS/Pasep, com percentual de 65%, para as pessoas jurídicas que recolham ou recuperem resíduos sólidos para reciclagem ou reutilização.

Senador, nós temos uma preocupação muito grande com o gasto de recursos naturais para fazer produtos novos que poderiam ser reciclados. Infelizmente, na administração do lixo existem atentos que cobram R\$300 para se depositar a tonelada. O Poder Público está pagando para jogar fora coisas que poderiam ser recicladas. Por que não se recicla? A carga tributária é tão grande em cima do reciclado, que já pagou todos os impostos e que nem deveria ter nenhum tipo de imposto, pois se está aproveitando novamente uma coisa que já cumpriu a sua missão. Mas a carga é muito grande, a complicação é muito grande.

Então, o que se previu aqui é que, nas etapas anteriores – quem cata lixo, quem vende para cooperativas, essa crise toda –, vai-se passando sem imposto. Quando chegar ao final, o último, quem industrializa – um catou o plástico, picou, lavou; quando se faz aquela bolinha de plástico e vai vender para quem vai injetar uma cadeira ou coisa parecida com isso –, teria, então, um crédito presumido de 65% para não arcar com todo o imposto.

Portanto, nós achamos que isso é pertinente e visa a atender a Frente Parlamentar da Reciclagem. Assim, quando houver encheite, não vamos ver aquele monte de garrafa PET boiando, sacos plásticos, o que já deveria ter sido recolhido e ser reprocessado. É uma forma de nós recolhermos 35% de imposto de alguma coisa que iria onerar o Poder Público, que pagaria para que fosse depositado. Com isso, nós estamos atendendo às Emendas nºs 28 e 31, que, em tese, estão nessa linha.

Quanto às demais emendas, nada obstante à boa intenção dos seus proponentes, estamos propondo a sua rejeição. Muito embora tratassem de matérias inegavelmente relevantes, não foi possível aprofundar os debates sobre os impactos.

Além das modificações acima mencionadas, existe uma proposta de aumento do limite de endividamento de créditos consignados de 30% para 40%, através de cartão de crédito. Entende-se que hoje as pessoas que se endividam se endividam com um custo muito mais alto. Como o preço do crédito consignado está mais baixo, o custo dos juros é mais baixo, seria uma oportunidade de se receber dinheiro em valor maior pelo crédito consignado.

Sabe-se que, uma vez atingido o limite de desconto para crédito consignado, o mutuário busca outras alternativas de crédito, sem mencionar o cheque especial, pelo qual se paga 8%, cujos juros são reconhecidamente escorchantes. Sendo assim, o aumento do valor descontado do crédito consignado vai, sem dúvida, desonrar os trabalhadores assalariados.

Entendemos, portanto, que a medida provisória deve ser aprovada na forma do PLV que ora submetemos a esta Comissão.

Conclusão.

Pelos motivos acima expostos, voto pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 574; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP e das cincas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das Emendas nºs 1, 9, 11, 13 a 19, 21 a 35, 37 a 39 e pela inadequação de incompatibilidade financeira e orçamentária das Emendas nºs 20 e 36; no mérito, pela aprovação dessa Medida Provisória e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nºs 1, 2, 6, 9, 11, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 31 e 37, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais emendas.

O Projeto de Lei de Conversão está aí, foi apresentado.

Portanto, esse é o nosso voto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Obrigada, Deputado Sandro Mabel.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Sim, Senador Anibal e Deputado...

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD – MG) – Diego Andrade...

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Eu tenho dúvida quanto à ampliação desse limite de endividamento dos servidores nos consignados de 30% para 40% e a elevação de 40% para 50% também para utilização em cartões de crédito. Acho que vamos ter que aprofundar essa reflexão.

Eu gostaria de pedir vista dessa MP para que pudéssemos aprofundar essa reflexão e apresentá-la na próxima reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Então, a vista está concedida.

Deputado Diego Andrade.

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD – MG) – Eu gostaria de pedir vista também com relação à emenda que está no relatório da Lei nº 11.775. Acho que precisamos aprimorá-la um pouco. Eu gostaria de pedir vista também.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Portanto, é vista coletiva.

Como não há quórum para continuar a reunião, diante do pedido de vista coletiva, nós vamos suspender-lá, vamos encerrá-la e convocar para a próxima terça-feira, às 14 horas, para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, antes de V. Ex^a encerrar a reunião, eu gostaria só de dizer que nós fizemos, em conjunto com o nosso Senador Tomás Correia, o relatório; inclusive, as discussões com a Fazenda nós fomos desenvolvendo juntos. E o nosso Senador tem a mesma visão do Senador Anibal com relação à questão dessa emenda de ampliação do prazo.

Então, nós vamos avaliar que há estes dois pontos: há quem se endivida em mais de 30% e vai buscar dinheiro no mercado a 8% ou 10%, então, cria-se a possibilidade disso; e há um outro ponto que estimula a se endividar mais, em relação ao que eu, particularmente, também tenho dúvidas. Há esses dois pontos.

Então eu acho que a vista é do senhor.

Mas, em relação ao nosso relatório, eu tive o prazer de ter o nosso Relator, o grande e sábio Senador, podendo nos orientar, e nós pudemos ali construir, em conjunto, esse relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Só uma sugestão em relação ao nosso horário de terça-feira, pois nesse dia nós teremos sessão deliberativa. Se pudéssemos trazer a reunião para a manhã de terça-feira, talvez fosse mais produtiva.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Para amanhã?

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Talvez se pudéssemos fazê-la às 11 horas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Amanhã eu não estou aqui em Brasília.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Não, não. Na terça-feira.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Na terça-feira pela manhã?

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Sim.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Não vai coincidir com as demais comissões?

Aqui no Senado, a maior parte das comissões funciona na terça. Não sei. Poderemos tentar, mas...

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Pela manhã, conflita com as comissões e, à tarde, com o plenário. Bom, às 14 horas, não estamos ainda em sessão deliberativa. Teremos de fazer das 14 às 16 horas, quando entra a Ordem do Dia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Até a Ordem do Dia, de 14 às 16 horas.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Perfeito. Está ótimo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Pode ser, Senador Anibal?

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – O.K.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita, PT – ES) – Fico receosa, porque, na terça, pela manhã, normalmente todas as comissões funcionam. Boa parte das comissões funciona na terça pela manhã. Se não houver nenhuma dificuldade...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu queria só sugerir o seguinte, Presidente, desculpe-me: se nós tivermos um plenário disponível, talvez nós pudéssemos marcar a reunião para as 11 horas, para ir conseguindo quórum. Entende? E aí V. Ex^a faria a suspensão e remarcaria a reunião para as 14 horas, para começarmos efetivamente. Porque, a exemplo de hoje, marca-se às 14 horas, mas, até conseguirmos o quórum... Então, nós poderíamos marcar para as 11 horas, se nós tivermos um plenário disponível, as pessoas viriam para assinar e já seriam comunicadas de que a reunião estava suspensa e recomeçaria às 14 horas. Mas nós já

constituiríamos o quórum até as 14 horas. Não sei se pode ser válido isso, mas...

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Perfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Há a concordância dos demais membros da Comissão? Terça-feira, às 11 horas, para que possamos ter tempo suficiente para garantir o quórum, a presença dos Parlamentares.

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu iria justamente sugerir isso a V. Ex^a. O Deputado Sandro Mabel já acolheu. Então, da minha parte, não há problema.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Fica concedido vista, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, à referida Medida Provisória nº 574, de 2012.

E fica a próxima reunião, então, convocada para a terça-feira próxima, dia 16, às 11 horas, aqui, no Senado Federal.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.)

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
18/10/2012
quinta-feira**

- 11h30 Recebe os senhores Luiz Carlos Fossati, Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, Jaqueline Lobão, Diretora de Administração e Finanças, Daniel Mariano Vinent, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento**
Sala de Audiências
- 12h Recebe o Almirante de Esquadra Álvaro Luis Pinto, Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar**
Sala de Audiências
- 12h30 Recebe o Ex- Embaixador Americano no Brasil Anthony Harrington, Presidente da Albright Stonebridge Group**
Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata** (S)
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins

PSD - Marco Antônio Costa* (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)
Bloco-PR - João Ribeiro**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 25 PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24 PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2 PRB-1

Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Assis Gurgacz.	PDT/RO
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA

Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15 PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Clovis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14 PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

PSD - 2

Marco Antônio Costa.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	14
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Marco Antônio Costa* (PSD-TO)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues*** (PSOL-AP)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço*** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Costa*** (Bloco-PPL-TO)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos*** (Bloco-PR-MT)	João Ribeiro*** (Bloco-PR-TO)	Sérgio Petecão*** (PSD-AC)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Tomás Correia*** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury*** (Bloco-DEM-MA)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*. Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1^a VICE-PRESIDENTE

Aníbal Diniz - (PT-AC)^(8,9)

2^o VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)

1^o SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2^o SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO)⁽²⁾

3^o SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4^o SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^o - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)

2^o - João Durval - (PDT-BA)

3^a - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4^a - Vanessa Grazzotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.
8. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF. 199/2012-PRVPRE).
9. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19</p> <p>Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,26)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Walter Pinheiro (22,26)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Aníbal Diniz (24)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Lídice da Mata (29,39)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (27)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,35)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10</p> <p>Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>José Agripino (2,10,14,43,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6</p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PPL - 1</p> <p>João Costa</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Marco Antônio Costa - PSD (53)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme OF. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 824, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 12.09.2012, lido e aprovado o Requerimento nº 824, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2012.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).
 2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
 3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
 6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
 7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
 8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
 9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
 12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
 13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
 17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT)⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB)⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

Instalação: 28/02/2012

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)**

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹³⁾	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Cidinho Santos (PR) ^(4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(4,17)
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9,16)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. N° 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 090/2012/BLUFOR/SF).
16. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
17. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Oficio GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

Prazo prorrogado: 22/10/2012

MEMBROS

Nelson Jobim
Bernardo Appy
João Paulo dos Reis Velloso
Everardo Maciel
Ives Gandra da Silva Martins
VAGO ⁽¹⁾
Luís Roberto Barroso
Michal Gartenkraut
Paulo de Barros Carvalho
Bolívar Lamounier
Fernando Rezende
Sérgio Prado
Manoel Felipe do Rêgo Brandão
Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

**. Prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, por 30 (trinta) dias, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 26, de 2012.
1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final triplicado: 05/11/2012

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 20/11/2012

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 27/11/2012

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 04/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senador Tomás Correia (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Clovis Fecury (DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (2)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)	

Notas:

- *. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final triplicado: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo final triplicado: 20/02/2013

Relatório Relator-Geral - prazo final triplicado: 13/03/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final triplicado: 04/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim Argello (PTB)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)
(1,3)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDB AG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Anibal Diniz (PT) (42,43)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Tomás Correia (PMDB) (37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,27,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21)	9. Ricardo Ferrão (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) (31)	5. Wilder Morais (DEM) (5,16,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(30,46)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) (27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (22)

PSD PSOL (25)

Marco Antônio Costa (PSD) (24.26.44.45)

1. Randolph Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolph Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDB AG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
42. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
43. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁾	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- * Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: socomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁷⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,28)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
João Costa (PPL) ^(29,30)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

27. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

29. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

30. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

- Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

- Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
- Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

- Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (4,6)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

- Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 17.10.2012, o Presidente da Subcomissão comunica a designação do Senador José Pimentel como relator (Of. nº 018/2012 - PRESIDÊNCIA/CASFGTS/CAS).
- Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
- Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (11)
Ana Rita (PT) (55,56)	2. Lídice da Mata (PSB) (11,56,57)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (11,12)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Assis Gurgacz (PDT) (25,26,50,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40,52)	1. Renan Calheiros (PMDB) (3,5,16,21,28,40,52)
Eunício Oliveira (PMDB) (2,17,40,52)	2. Roberto Requião (PMDB) (4,16,37,40,47,52)
Pedro Simon (PMDB) (40,52)	3. Tomás Correia (PMDB) (14,16,40,52,53,54)
Romero Jucá (PMDB) (40,52)	4. Eduardo Braga (PMDB) (15,16,40,52)
Vital do Rêgo (PMDB) (21,40,52)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (10)
José Agripino (DEM) (18,43)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,43,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,60)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (7,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (6,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,44)	1. Marco Antônio Costa (30,31,32,38,41,42,44,58,59)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

11. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixaram de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
44. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
55. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra do Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
56. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
57. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
58. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
59. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
60. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysis Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (52)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) (46,49,50,51)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (4)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,56)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,26)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (26)	4. João Costa (PPL) (54,55)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) (35,38,53)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ángela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 14/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
52. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
53. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
54. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
55. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
56. Em 17.104.2012, foi lido o Oficio nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Tomás Correia (PMDB) (43,44)
VAGO (21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (33,34,37)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,26)	6. VAGO (9,30,31,32,38)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,49)	
Gim Argello (PTB) (1,25)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
João Costa (PPL) (48,50)	2. Blairo Maggi (PR) (45)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (5)	1. Marco Antônio Costa (PSD) (5,6,10,36,46,47)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDB AG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
46. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
47. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício n° 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.
17. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomema@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)^(2,10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ^(7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. Vicentinho Alves (PR) ^(7,12)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cicero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Oficio nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
12. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) (8)	1. Aníbal Diniz (PT) (8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) (11)
Valdir Raupp (PMDB) (13)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) (7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Redentário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomema@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Vicentinho Alves (PR) (2)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) ^(50,52)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,25)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) ^(15,26,28)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,40,41)	6. VAGO (23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,27,34)
VAGO ^(2,13,29,30,32,42)	2. VAGO (39)
VAGO ^(31,35,43)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,33)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17,37,47)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(7,24)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,38,46)	3. Wilder Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,53)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁸⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,45)	2.
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL) ^(51,54)
PSOL	
VAGO (36)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. n° 085/2011 - GSMB)

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. n° 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. n° 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. n° 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. n° 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. n° 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. n° 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 133/2012-GLDBAG).

24. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 194/2011 - GLPSDB)

25. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 140/2011-GLDBAG).

27. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

28. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. n° 142/2011-GLDBAG).

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

34. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
35. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
36. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
37. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
38. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
41. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
46. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
47. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
48. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
49. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
50. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
52. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
53. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
54. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferreira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

- Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferreira como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antônio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,28)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) ^(13,14,15,22,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,30)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Cidinho Santos (PR) ^(26,29)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassumingo do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga a titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

28. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

30. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Cidinho Santos (PR) (9,10,11)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
11. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(7,8,9)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
9. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(16,18,19)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(15,17)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
19. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)^(1,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Assis Gurgacz (PDT) (32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (19)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)⁽²⁶⁾	
Tomás Correia (PMDB) (27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) (27)
Waldemir Moka (PMDB) (27)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) (27)	3. Roberto Requião (PMDB) (27)
Vital do Rêgo (PMDB) (27)	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) (27)	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) (27)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (27)
Ciro Nogueira (PP) (27)	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Wilder Morais (DEM) (30,40)	4. Jayme Campos (DEM) (30,39)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)^(26,44)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim Argello (PTB) (38)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) (37)	3. João Costa (PPL) (43,45)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Marco Antônio Costa (28,31,41,42)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDB AG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
39. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
40. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
41. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
42. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
43. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Oficio GSVAL V nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
44. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
45. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ^(1,11)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
10. Lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal de 17.10.2012 o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcicio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(3,5,8)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,33,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,31,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(5,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(34,42)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício n° 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício n° 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. n° 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF n° 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF n° 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. n° 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício n° 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antônio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício n° 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB n° 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).
40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
41. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

Notas:

- Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
- Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- * Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (39)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (29,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,28,36)	3. Tomás Correia (PMDB) (41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (6,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,47)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (7)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Cidinho Santos (PR) (24,43,44)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Marco Antônio Costa (PSD) (32,45,46)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos da art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
45. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
46. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) (26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(25,29)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²²⁾	
Marco Antônio Costa (PSD) (6,28)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,21)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferreira, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Arguello, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11,

conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

28. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Arguello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomctt@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹²⁾	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹¹⁾	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 17/10/2012**Notas:**

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
12. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO (1)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS**PMDB**VAGO ^(8,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PR**VAGO ^(9,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾**PSOL**VAGO ^(3,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)

PSD

Marco Antônio Costa (TO) (18,19,20)

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 16/10/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinos Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0060/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁸⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁷⁾**PR**VAGO ^(10,18,19)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ^(16,22)**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(12,13)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,20)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽²³⁾

PV

Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofis. nº's 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nº's 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
23. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of nº 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁵⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽⁷⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁹⁾**DEM****PR**João Costa (PPL-TO) ^(4,15)**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 17/10/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
14. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS)⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO)⁽⁵⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI)⁽²⁾

DEM

Clovis Fecury (MA)⁽¹²⁾

PR

João Costa (PPL-TO)^(1,17)

PP

Ciro Nogueira (PI)⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF)⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM)⁽³⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)⁽⁴⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ)⁽⁸⁾

PSC

VAGO

PSD

Marco Antônio Costa (TO) (6,15,16)

PV

Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 17/10/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
15. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
16. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
17. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012-BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**MEMBROS****PMDB**Tomás Correia (RO) ⁽⁴⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾**PSDB****PTB****DEM****PR**Cidinho Santos (MT) ⁽⁶⁾**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽³⁾**PDT****PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽⁵⁾**PC DO B**Vanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽²⁾**PRB****PSC****PSD**Marco Antônio Costa (TO) ⁽⁹⁾**PV**

Paulo Davim (RN) (7)

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 16/10/2012

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 287/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
9. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁸

COMPOSIÇÃO ²

- Presidente:** Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ^{4 e 16}

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares ⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá ⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty ⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. Tomás Correia (PMDB/RO) ¹⁰
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10 e 12}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.

PTB

Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
---------------------------	------------------

PR

Vicentinho Alves (PR/TO) ¹⁶	1. Antonio Russo (PR/MS)
--	--------------------------

PSD ¹

Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{14 e 15}
-------------------------	--

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
- 14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.
- 16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Fóletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foleto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ¹
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}**Vice-Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}**Relator:** Senador Sérgio Souza^{16 e 20}**Instalação:** 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10} ²²	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10} 3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSD.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Lider do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
⁴	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.
- 3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor⁶

Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES) ¹¹	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
Angela Portela (PT/RR) ¹⁹	3. Pedro Taques (PDT/MT) 4. ⁶ 5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16} 3. 4. 5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vaga em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando

a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP) ⁹
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores⁸ e 17 (dezessete) Deputados⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) ^{2, 11 e 12}
Vicentinho Alves (PR/TO) ¹⁵	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{13 e 14}	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.
- 3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.
- 5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado

Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angéla Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

12 – Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

13- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

14- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 58, de 2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

15- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3,6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁵	1. Paulo Foleto (PSB/ES) ¹⁵
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Jô Moraes (PCdoB/MG) ^{5, 11 e 16}

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.
- 3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.
- 12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foleto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foleto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.
- 16- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Junior, em 4-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2012, da Liderança do PCdoB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. Tomás Correia (PMDB/RO) ⁵
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. Clovis Fecury (DEM/MA) ⁶
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim Argello (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{2, 8 e 9}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)	
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho	
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514	
E-mail: sscepi@senado.gov.br	

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Aníbal Diniz (PT-AC) ^{1,2}
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ³
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ⁴	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ⁵	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁶
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁷	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁶	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 12.09.2012)

Notas:

1. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (OF.199/2012-PRVPRE).
2. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.
3. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.
4. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
5. Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
6. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
7. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Terreiro

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁶**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Peláez
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

Notas:

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20- Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



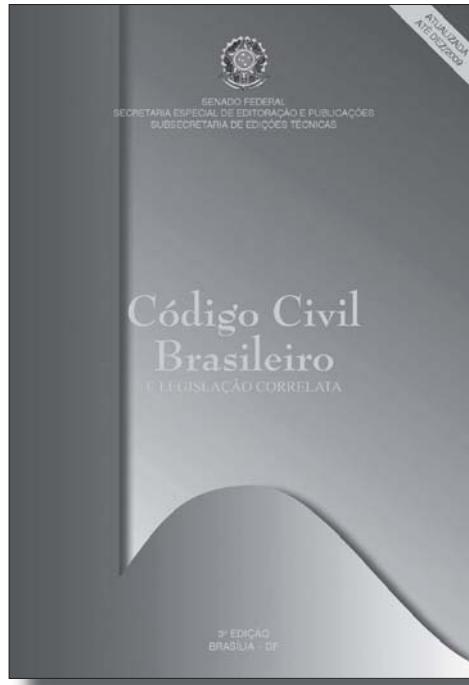
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 258 páginas
(OS: 14996/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

